



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**DOUTORADO EM SOCIOLOGIA**

SÉRGIO LIMA DOS SANTOS

**PROCESSOS DE EMERGÊNCIA E DE DEFINIÇÃO DA HOMOFOBIA**  
**COMO UM PROBLEMA PÚBLICO NO BRASIL**

São Cristóvão/SE

2018

SÉRGIO LIMA DOS SANTOS

**PROCESSOS DE EMERGÊNCIA E DE DEFINIÇÃO DA HOMOFOBIA  
COMO UM PROBLEMA PÚBLICO NO BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS) para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Minorias Sociais: diferença, desigualdades e conflitos sociais.

**Orientador:** Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira

São Cristóvão/SE

2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Sérgio Lima dos  
S237p      Processos de emergência e de definição da homofobia como  
um problema público no Brasil / Sérgio Lima dos Santos ;  
orientador Wilson José Ferreira de Oliveira. – São Cristóvão, 2018.  
246 f. : il.

Tese (doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de  
Sergipe, 2018.

1. Sociologia. 2. Homofobia. 3. Homossexualidade. 4.  
Violência. 5. Conflito social - Brasil. I. Oliveira, Wilson José  
Ferreira de, orient. II. Título.

CDU 316.647.82-055.34(81)

# **PROCESSOS DE EMERGÊNCIA E DE DEFINIÇÃO DA HOMOFOBIA COMO UM PROBLEMA PÚBLICO NO BRASIL**

DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira (Orientador)  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFS

---

Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFS

---

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFS

---

Profa. Dra. Gleise Prado da Rocha Passos  
Instituto Federal de Sergipe - IFS

---

Profa. Dra. Verônica Teixeira Marques  
Universidade Tiradentes - UNIT

São Cristóvão/SE

2018

*Para Alex e Nick*

*“Love is Conspiratorial, Deviant & Magical”  
(WEINBERG, 2002)*

## **AGRADECIMENTOS**

A Alexsandro Porangaba, pelo amor, companheirismo, amizade e cuidado de sempre. Obrigado por trazer tanta delicadeza e força para a minha vida!

Aos meus pais, Pedro e Sebastiana, meu infinito agradecimento pela compreensão das minhas ausências e por cada palavra de apoio. Às minhas irmãs-amigas, pelos abraços “distantes” e os diálogos nas madrugadas. Aos sobrinhos e sobrinhas pelo aconchego de sempre.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, pelo apoio e fundamental participação no encaminhamento e finalização desta tese.

Aos membros da banca de qualificação, Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca e Prof. Dr. Paulo Sérgio da Costa Neves, bem como aos membros avaliadores da banca de defesa final, Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa, Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes, Profa. Dra. Gleise Prado da Rocha Passos e Profa. Dra. Verônica Teixeira Marques, pelas leituras, importantes colaborações e sugestões ao trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

Aos colegas da turma do doutorado, em especial aos amigos Daniela, Érica, Júlio, Mário, Olinto e Thiago.

Aos amigos e amigas: Alessandra Santos, Carla Norma, Edney Nogueira, Elaine Santos, Franciney Azevedo, Luciana Bitencourt, Rodrigo Belfort e tantos outros que contribuíram com este processo. Obrigado pelo apoio, carinho e amizade!

Aos meus alunos e alunas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – Campus Lagarto, pela torcida e compreensão nos momentos que precisei me ausentar para a conclusão desta tese.

Aos que lutam diariamente em favor dos direitos humanos e pelo combate à violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no Brasil e no mundo.

*O Cleilson, a Dandara, era extrovertido. Falava "que já havia nascido mulher". Estudou só até a oitava série. Tinha uma veia de humorista. Pessoas vinham até em casa para ouvi-lo contar piadas. Eu sempre achei que ele seria humorista.*

*Uma vez perguntei por que havia escolhido Dandara, e ele disse que era um nome internacional. Era Dandara Kethlen. Não entendo até agora porque a imprensa escreve Dandara dos Santos, esse dos Santos nunca existiu.*

***Uma das minhas netas disse que é porque agora o Cleilson vai virar um santo.***

Francisca Ferreira, mãe de Dandara.

## RESUMO

O problema da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT) tem sido cada vez mais tomado como objeto de denúncias, contestações jurídicas e disputas políticas no Brasil. As controvérsias situam-se, por um lado, na defesa da tipificação e criminalização das violências como uma forma de fortalecimento da democracia, respeito às diferenças sexuais e à dignidade humana. Por outro, na tese de que a constituição de uma lei específica a qual objetiva punir, no âmbito penal, os preconceitos, crimes e violências contra LGBT viola os princípios constitucionais que garantem a livre manifestação do pensamento por motivo de crença religiosa, convicção filosófica ou política daqueles que não concordam com essas sexualidades. Toda essa problematização e visibilidade social da violência contra LGBT intensificaram-se a partir do ano de 2006, em decorrência do Projeto de Lei da Câmara 122/2006 (PLC 122/06), também denominado de lei anti-homofobia, que objetivava criminalizar os preconceitos de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Visando compreender quais as condições sociais de possibilidade da luta anti-homofobia no cenário brasileiro, esta tese tem como objetivo analisar os processos de emergência, definição e construção do problema social da violência contra LGBT como um problema público e político no país. Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa de cunho qualitativo, com enfoque exploratório e descritivo, a partir de uma análise bibliográfica e documental, fundamentada na Sociologia dos Problemas Públicos, além de outros aportes teórico-metodológicos. Embora o PLC 122/06 tenha proporcionado ampla visibilidade ao problema da homofobia, a pesquisa demonstrou que a centralização atual na pauta em torno da criminalização negligencia um conjunto de situações problemáticas que levaram, em diferentes contextos sociais, políticos e culturais, à formação de experiências coletivas as quais construíram múltiplas definições da homofobia no Brasil e contribuíram para a construção desta causa como um problema público e político.

**Palavras-chave:** Homofobia; Homossexualidades; Violência contra LGBT; Problema público e político; Brasil.



## ABSTRACT

The problem of violence against lesbians, gays, bisexuals, transvestites, transsexuals and transgenders (LGBT) has been increasingly taken as the object of denunciations, as well as legal and political disputes in Brazil. The controversies lie, on the one hand, in the defense of the typification and criminalization of violence as a way of strengthening democracy and respecting sexual differences and human dignity. On the other hand, in the thesis that the constitution of a specific law which aims to penalize, in the criminal sphere, prejudices, crimes and violence against LGBT violates the constitutional principles that guarantee the free manifestation of thought concerning religious belief, philosophical conviction or those who disagree with these sexualities. All this problematization and social visibility of violence against LGBT people have intensified since 2006, as a result of the Bill 122/2006 (PLC 122/06), also called the anti-homophobia law, which aimed to criminalize any kind of prejudice related to gender, sexual orientation and gender identity. In order to understand the social conditions which promote an anti-homophobia fight in the Brazilian scenario, this thesis aims to analyze the processes of emergency, definition and construction of the social problem of violence against LGBT as a public and political problem in the country. For that, we developed a qualitative research, with an exploratory and descriptive approach, based on a bibliographical and documentary analysis, focusing on the Sociology of Public Problems, as well as other theoretical and methodological contributions. Even knowing that PLC 122/06 has promoted broad visibility to the problem of homophobia, research has shown that the current centralization on the agenda around criminalization neglects a set of problematic situations that have led, in different social, political and cultural contexts, to collective experiences which built multiple definitions of homophobia in Brazil and contributed to the construction of this cause as a public and political problem.

**Keywords:** Homophobia; Homosexuality; Violence against LGBT; Public and political problem; Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Chamada da entrevista do delegado Jader Biazon _____	51
Figura 2 - Notícia sobre o assassinato de Luiz Antônio Martinez Corrêa _____	52
Figura 3 - Resolução 001/99 _____	75
Figura 4 – Protestos contra o projeto de “cura gay” _____	77
Figura 5 – Campanha “trate seu preconceito” _____	78
Figura 6 - Chamada para prática de estupro de mulheres lésbicas _____	82
Figura 7 - Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet _____	83
Figura 8 - Capas do jornal O Snob _____	99
Figura 9 - Denúncia de assassinatos de homossexuais no Brasil _____	119
Figura 10 - Manifestações contra violência policial em São Paulo _____	125
Figura 11 – Notícia sobre “câncer gay” no jornal The New York Times _____	128
Figura 12 - Mobilizações da National Association of People with AIDS em prol da “causa da AIDS” _____	131
Figura 13 - Notícia sobre os primeiros casos de AIDS no Brasil _____	133
Figura 14 - Taxa de incidência de AIDS (por 100.000 habitantes), de 1982-1999 _____	139
Figura 15 - Percentual de casos de AIDS por ano de diagnóstico e subcategoria de exposição, 1982-2000 _____	140
Figura 16 - Operação Tarântula - São Paulo, 1987 _____	142
Figura 17 - Campanhas do Missionário R.R. Soares para a cura do “homossexualismo” _____	168
Figura 18 - Carta de Brasília _____	191
Figura 19 - Denúncia do caso Edson Nêris da Silva na Amnistia Internacional Portugal _____	203

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Teses e Dissertações sobre “HOMOFOBIA” no banco de dados do portal CAPES _____	87
Gráfico 2 - Trabalhos sobre ‘HOMOFOBIA’ em relação às áreas do conhecimento	88
Gráfico 3 - Tipologia das violências contra homossexuais conforme denúncias do jornal Lâmpião da Esquina _____	118
Gráfico 4 - Assassinatos de homossexuais no Brasil (1963 a 1999) _____	136
Gráfico 5 - Quantidade de assassinatos por categoria – 1997 a 1999 _____	137
Gráfico 6 - Evolução dos homicídios por armas de fogo no Brasil: 1980 a 2014 ____	166

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - 6 avanços do movimento LGBT brasileiro que marcaram 2016 _____	24
Quadro 2 - Denúncias de violências contra LGBT no jornal Lâmpião da Esquina _	116
Quadro 3 - Principais Políticas e Programas para Proteção dos Direitos Humanos nos Governos pós-redemocratização _____	169
Quadro 4 - Estrutura do Programa Nacional de Direitos Humanos I _____	183
Quadro 5 - Ações propostas na II CNDH para promoção e defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil _____	186
Quadro 6 - Legislações anti-homofobia: 1998 – 2006 _____	205
Quadro 7 – Tramitação do PL 5003/2001 (desarquivamento) _____	209

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Causa Mortis no ano de 1999 _____	137
--	-----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABGLT</b>	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>AIDS</b>	Acquired Immunodeficiency Syndrome
<b>ANTRA</b>	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CCDS</b>	Conselhos Comunitários de Defesa Social
<b>CCJ</b>	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
<b>CCJC</b>	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
<b>CDC</b>	Centers for Disease Control
<b>CDH</b>	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
<b>CDHM</b>	Comissão de Direitos Humanos e Minorias
<b>CFP</b>	Conselho Federal de Psicologia
<b>CID</b>	Classificação Internacional de Doenças
<b>CNCD</b>	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
<b>CNDH</b>	Conferências Nacionais de Direitos Humanos
<b>CNDM</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>CONANDA</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
<b>DEASC</b>	Departamento de Assuntos da Cidadania
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>GGAL</b>	Grupo Gay de Alagoas
<b>GGB</b>	Grupo Gay da Bahia
<b>GLBTT</b>	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
<b>GLF</b>	Gay Liberation Front
<b>GLTTB</b>	Gays, Lésbicas, Travestis, Transexuais e Bissexuais
<b>GRID</b>	Gay-Related Immune Deficiency
<b>HIV</b>	Human Immunodeficiency Virus
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ILGA</b>	International Lesbian and Gay Association
<b>INESC</b>	Instituto de Estudos Socioeconômicos
<b>LDO</b>	Lei de Diretrizes Orçamentárias

<b>LGBT</b>	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MJ</b>	Ministério da Justiça
<b>MS</b>	Ministério da Saúde
<b>MSB</b>	Movimento Sanitarista Brasileiro
<b>NADH</b>	Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais
<b>NEV-USP</b>	Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PACS</b>	Pacto Civil de Solidariedade e Concubinato
<b>PBSH</b>	Programa Brasil sem Homofobia
<b>PEC</b>	Proposta de Emenda à Constituição
<b>PFL</b>	Partido da Frente Liberal
<b>PL</b>	Projeto de Lei
<b>PLC</b>	Projeto de Lei da Câmara
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PNDH</b>	Programa Nacional de Direitos Humanos
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PSOL</b>	Partido Socialismo e Liberdade
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>SDC</b>	Secretaria dos Direitos da Cidadania
<b>SDH</b>	Secretaria de Direitos Humanos
<b>SDHCH</b>	Seminário de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual
<b>SNDH/PR</b>	Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República
<b>SSPDS</b>	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social
<b>STF</b>	Superior Tribunal Federal
<b>STJ</b>	Superior Tribunal de Justiça
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo

## **GLOSSÁRIO DE DECRETOS, LEIS, PROJETOS DE LEI E RESOLUÇÕES**

<b>Apenso de nº 2.367, de 27 janeiro de 2000</b>	Altera o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que “Define os Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor” e dá outras providências.
<b>Decreto de nº 1.904, de 13 de maio de 1996</b>	Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH.
<b>Decreto nº 3.952, de 04 de outubro de 2001</b>	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD.
<b>Decreto nº 32226, de 17 de maio de 2017</b>	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e dá outras providências.
<b>Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016</b>	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<b>Decreto-Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941</b>	Lei das Contravenções Penais.
<b>Lei Federal de nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989</b>	Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
<b>Lei nº 9.811, de 28 de julho de 1999</b>	Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências.

<b>Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 12 de dezembro de 2006</b>	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.
<b>Projeto de Lei do Senado nº 612, de 2011</b>	Altera os artigos. 1.723 e 1.726 do Código Civil, para permitir o reconhecimento legal da união estável entre pessoas do mesmo sexo.
<b>Projeto de Lei nº 1151, de 26 de outubro de 1995</b>	Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências.
<b>Projeto de Lei nº 1904, de 20 de outubro de 1999</b>	Altera o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "Define os Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor" e dá outras providências.
<b>Projeto de Lei nº 5002, de 20 de fevereiro de 2013</b>	Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973.
<b>Projeto de Lei nº 5003, de 07 de agosto de 2001</b>	Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.
<b>Projeto de Lei nº 7292, de 04 de abril de 2017</b>	Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos.

<b>Projeto de Resolução da Câmara nº 231, de 26 de janeiro de 1995</b>	Altera os artigos 26 e 32 do regimento interno, aprovado pela resolução 17, de 1989, criando a Comissão Permanente Especial de Direitos Humanos, e dá outras providências.
<b>Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 67, de 30 de junho de 1999</b>	Altera os artigos 3º e 7º da Constituição Federal. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, orientação sexual, crença religiosa, cor, idade e quaisquer outras negativas, de discriminação.
<b>Resolução CFP de nº 001, de 22 de março de 1999</b>	Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.
<b>Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013</b>	Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1	Perspectivas teórico-conceituais da pesquisa .....	32
1.2	Metodologia e plano geral da tese .....	43
<b>2</b>	<b>HOMOFOBIA: DAS DEFINIÇÕES CLÍNICAS ÀS CONTROVÉRSIAS NAS ARENAS PÚBLICAS .....</b>	<b>47</b>
2.1	Homofobia enquanto categoria clínica .....	47
2.2	Sexualidade, poder e repressão: os processos de construção dos sujeitos homossexual e homofóbico .....	53
2.3	“Homossexualidade não tem cura, homofobia sim!” .....	70
2.4	Homofobia enquanto categoria jurídica e de política pública .....	79
<b>3</b>	<b>SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS, EXPERIÊNCIAS COLETIVAS E PROCESSOS DE DEFINIÇÃO DA HOMOFOBIA COMO UM PROBLEMA PÚBLICO NO BRASIL .....</b>	<b>90</b>
3.1	Homossexualidade e repressão em tempos de redemocratização: guetificação e amizade como política de resistência contra violência .....	90
3.2	“Não somos anormais”: o Lamião da Esquina, o SOMOS e as políticas de reconhecimento como estratégias de convencimento da violência homofóbica ..	113
3.3	AIDS, mídia e militância pragmática: das políticas antiaids à construção social da homofobia como um problema público no Brasil .....	127
<b>4</b>	<b>HOMOFOBIA NO BRASIL: DO PROBLEMA PÚBLICO AO PROBLEMA POLÍTICO .....</b>	<b>153</b>
4.1	Sexualidade, direitos humanos e cidadania LGBT .....	153
4.2	A construção do Sistema Nacional dos Direitos Humanos no Brasil e a inserção da homofobia na agenda política brasileira .....	164

4.3 A consolidação da homofobia como um problema político no Brasil: das políticas públicas à pauta da criminalização .....	190
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>213</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>220</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>241</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os preconceitos e violências contra homossexuais estão intrinsecamente ligados à própria formação da civilização ocidental judaico-cristã. Desde a figura bíblica do sodomita – *que era visto pelo antigo direito civil ou canônico como um “pecador nefando”* – e da constituição do homossexual enquanto “espécie” no século XIX – *considerado pela Scientia sexualis como patológico* – (FOUCAULT, 1988), até a constituição das organizações e movimentos sociais em prol das homossexualidades, o reconhecimento sociocultural, jurídico e político de questões relativas a essas sexualidades ainda é bastante conflituoso, resultando, muitas vezes, em atos de criminalizações, violências e assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT)<sup>1</sup>.

Os crimes e práticas de violências situam-se entre fatos particulares até “assassinatos em massa”, como foi o caso do atentado ocorrido na Boate Pulse, uma casa noturna LGBT localizada na cidade de Orlando, no Estado norte-americano da Flórida, em 12 de junho de 2016, onde cerca de 50 pessoas foram assassinadas. O atirador, Omar Mir Seddique Mateen, tinha 29 anos, nasceu em New York, era filho de pais afegãos e de religião mulçumana, biografia que logo relacionou o atentado a um ataque terrorista, aliás, segundo informações divulgadas em vários jornais, o

---

<sup>1</sup> Nesta tese utilizamos a sigla LGBT para designar Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, mesmo cientes das complexidades e disputas políticas que existem acerca dos termos, tendo em vista que podem não englobar todas as “identidades sexuais e de gênero” que envolvem esta população. Nossa escolha segue orientação constituída na I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros, realizada em Brasília, no ano de 2008, quando foi deliberado que a sigla que identifica a população LGBT no Brasil deixaria de ser GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) e passaria a ser LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), com o objetivo de proporcionar maior visibilidade às lésbicas. Mesmo se tratando de uma deliberação, ficou decidido que esta pode ser utilizada de maneira variável, de acordo com o interesse de cada grupo representativo, bem como da localização estatal na qual se desenvolvem militâncias em favor dos direitos sexuais e humanos de LGBT. Isso implica dizer que a sigla pode ser igual, reduzida ou ampliada, caso existam outras necessidades de reconhecimento e/ou categorizações identitárias (SIMÕES; FACCHINI, 2009). Muitas entidades governamentais brasileiras e mundiais têm utilizado o termo LGBT na fomentação de políticas públicas e legislações específicas para essa população. Comumente, também utilizaremos os termos “homossexual” e/ou “homossexualidade” quando nos referirmos a tal população, considerando que os LGBT se identificam como não-heterossexuais.

próprio Omar havia declarado lealdade ao grupo autodenominado Estado Islâmico, e este último assumira a autoria do atentado (TURCI, 2016; GLOBO, 2016).

No entanto, o pai de Omar, Seddique Mir Mateen, declarou ao jornal *NBC NEWS*<sup>2</sup> que o ataque promovido pelo filho não tinha a ver com razões religiosas, e sim com motivos homofóbicos, tendo em vista o ódio que o filho propagava pelos homossexuais. De igual modo, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em nota divulgada sobre o atentado analisou:

Hoje, sofremos o brutal assassinato – o horrível massacre – de dezenas de pessoas inocentes. Nós oramos pelas famílias deles, que estão de coração partido buscando respostas. Apesar de estarmos ainda no início da investigação, nós sabemos o bastante para dizer que foi um ato de terror e um ato de ódio. O FBI está no local e liderando a investigação, em parceria com a polícia local. Determinei que todos os recursos do governo federal ficarão disponíveis para essa investigação. Ainda estamos conhecendo os fatos. É uma investigação em aberto. Não chegamos a julgamentos definitivos sobre a motivação precisa do assassino. O FBI está investigando como um ato de terrorismo. Determinei que não devemos poupar esforços para determinar qual – se alguma – inspiração ou ajuda esse assassino pode ter tido de grupos terroristas. O que está claro é que ele era uma pessoa recheada de ódio. Nos próximos dias, descobriremos por que e como isso aconteceu e iremos aonde as informações nos levarem. É um dia especialmente triste para todos os nossos amigos – nossos companheiros americanos – que são lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros. O atirador mirou em uma casa noturna onde pessoas se reúnem para estar entre amigos, para dançar e cantar e para viver. O lugar onde foram atacados é mais que uma casa noturna – é um lugar de solidariedade e empoderamento onde pessoas se reúnem para se informar, se expressar e lutar por seus direitos civis. Esse é um lembrete de que um ataque contra qualquer americano – não importa a raça, etnia, religião ou orientação sexual – é um ataque contra todos nós (OBAMA apud MOURA, 2016, grifo do autor).

Além desse acontecimento em Orlando, outro fato chamou atenção do mundo em abril de 2017, quando vários jornais denunciaram a existência de campos de concentração para homossexuais na Chechênia, uma das 22 repúblicas que integram a Rússia. De acordo com as notícias da imprensa reproduzidas do jornal independente russo *Novaya Gazeta*, mais de 100 homens estavam presos e outros três teriam sido assassinados por suspeita de serem homossexuais (WELLE, 2017). Apesar de o governo da Chechênia ter negado as acusações, a justificativa dada pelo porta-voz

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.nbcnews.com/storyline/orlando-nightclub-massacre/terror-hate-what-motivated-orlando-nightclub-shooter-n590496>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

do presidente Ramzan Kadyrov ratifica o preconceito que as autoridades do país possuem dos homossexuais e legitima as várias denúncias de violação dos Direitos Humanos, sobretudo em decorrência da intolerância para com as denominadas “minorias sexuais”:

***Não é possível prender ou repreender pessoas que simplesmente não existem na república [...]. E mesmo que essas pessoas existissem na Chechênia, a polícia não precisaria se preocupar com elas, já que seus próprios familiares cuidariam de enviá-los aonde nunca mais poderiam voltar (ALVI KARIMOV apud WELLE, 2017, grifo nosso).***

Notícias sobre essas violências e crimes têm sido cada vez mais presentes nas manchetes dos jornais e revistas da imprensa nacional e internacional, bem como nos dados das pesquisas desenvolvidas pelos órgãos de defesa dos Direitos Humanos de vários países. Em maio de 2017, por exemplo, a *International Lesbian and Gay Association* (ILGA)<sup>3</sup> – *Associação Internacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais* – publicou o Relatório Anual sobre as Leis de Criminalização, Proteção e Reconhecimento de direitos de LGBT no mundo e constatou que a homossexualidade ainda é considerada crime em 72 países, com condenações que vão da prisão até a pena de morte para quem mantém relações homossexuais (INTERNATIONAL LESBIAN AND GAY ASSOCIATION, 2017).

Ainda segundo o relatório da ILGA, o Brasil foi considerado o país que ocupa o primeiro lugar no ranking mundial de violências e homicídios de LGBT nas Américas. Esse dado pode ser ratificado por meio do Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no país, desenvolvido pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), que notificou cerca de 445 crimes contra lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no ano de 2017.

A “causa mortis” é um dado ainda mais preocupante, tendo em vista que quase todos os delitos são cometidos com bastante brutalidade, com vítimas enforcadas,

---

<sup>3</sup> A ILGA é uma federação mundial composta por mais de 1.200 organizações membros de 132 países, que fazem campanha para direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais desde o ano de 1978.

carbonizadas e espancadas. Como exemplo desta realidade, elencamos três casos de crimes contra LGBT que ganharam destaques em vários noticiários da imprensa nacional e internacional em decorrência das atrocidades as quais os configuraram:

- Caso 1.** No dia 25 de dezembro de 2016, o vendedor ambulante Luiz Carlos Ruas, 54 anos, foi espancado com socos e pontapés até a morte na estação do Metrô Pedro II, em São Paulo/SP, após tentar defender uma travesti moradora de rua que estava sendo perseguida por dois lutadores marciais os quais objetivavam agredi-la<sup>4</sup>. Apesar de Luiz Carlos Ruas não ter sido considerado pela imprensa e pelos órgãos responsáveis pela investigação do crime como pertencente à população LGBT, a motivação principal para o assassinato foi associada ao preconceito contra transexuais.
- Caso 2.** Em 29 de dezembro de 2016, Itaberlly Lozano Rosa, um jovem homossexual de 17 anos, foi espancado, esfaqueado e carbonizado pela mãe e o padrasto em Ribeirão Preto/SP. Segundo dados da Polícia Civil e do Ministério Público do Estado de São Paulo, o crime foi planejado pela mãe do rapaz, tendo como principal motivação o fato de não aceitar que ele fosse homossexual<sup>5</sup>.
- Caso 3.** No dia 15 de fevereiro de 2017, a travesti Dandara dos Santos, 42 anos, foi morta a pauladas, espancamentos e tiros, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza/CE. O crime foi praticado por cerca de doze homens, sendo sete adultos e cinco adolescentes, além de ter sido filmado e compartilhado nas redes sociais por um dos agressores<sup>6</sup>. Tendo em vista o alto grau de brutalidade e banalização da violência, o assassinato de Dandara dos Santos tornou-se pauta de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.diariodopoder.com.br/noticia.php?i=71291235558>>> Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,corpo-queimado-em-canavial-e-de-rapaz-morto-pela-mae-por-ser-gay,70001890284>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/03/morte-de-dandara-foram-pelo-menos-tres-sessoes-de-tortura.html>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

mobilizações e discussões em vários noticiários e programas da televisão brasileira, bem como ganhou ampla repercussão na imprensa internacional.

**“O Brasil está enfrentando uma epidemia de violência anti-gay”** (JACOBS, 2016). Essa foi a chamada que o jornal americano *The New York Times* utilizou na matéria publicada em julho de 2016 para denunciar o problema social da violência e crimes contra LGBT no país.

De acordo com a reportagem, no que diz respeito à sexualidade, existe uma máxima contraditória presente na sociedade brasileira que se intensifica desde o período pós-ditatorial, ou seja, apesar da luta constante pelo fortalecimento da democracia, a inclusão de leis e políticas públicas para as denominadas “minorias sexuais” nas várias instâncias governamentais, assim como o país ser considerado um dos pioneiros e referência mundial na luta contra a AIDS, o sistema normativo pró-LGBT tem sido combatido por agendas políticas conservadoras que crescem significativamente a cada ano, sobretudo no âmbito institucional, a exemplo do Congresso Nacional brasileiro. Tais posicionamentos contribuem, por conseguinte, para o aumento das discriminações e violências, tendo em vista os representantes políticos dessas agendas expressarem discursos que influenciam negativamente a opinião pública em relação à homossexualidade. As estatísticas das violências e assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, ressalta a reportagem, contrastam com uma nação que nutre um imaginário de respeito e tolerância a todas as pessoas e formas de sexualidades, fomentando, por exemplo, festas como o Carnaval e a maior Parada da Diversidade Sexual do mundo, realizada anualmente em São Paulo.

O problema social da violência contra LGBT no cenário brasileiro, denunciado e publicizado pelo GGB, a ILGA, a imprensa nacional e internacional, também foi ratificado por relatores do Grupo de Trabalho da 3ª Revisão Periódica Universal (RPU) do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU) no início de 2017<sup>7</sup>, em

---

<sup>7</sup> A Revisão Periódica Universal da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas foi constituída em 15 de março de 2006, por meio da resolução 60/251 da Assembleia Geral das Nações Unidas. O objetivo da RPU é desenvolver uma periódica avaliação mútua entre todos os 193 Estados-membros pertencentes a ONU quanto à situação dos Direitos Humanos nos países e promover um conjunto de

Genebra, na Suíça, os quais assinalaram forte preocupação com a discriminação e violência estrutural existente no país, assim como a insuficiência de políticas públicas que assegurem os direitos humanos e sexuais da população LGBT. Segundo o comitê responsável pela análise da situação de todos os aspectos dos Direitos Humanos no país entre os anos de 2012 a 2017<sup>8</sup>, mesmo que no Brasil a homossexualidade não seja considerada crime, como ocorre em outros países, os homossexuais têm seus direitos violados, tirando deles além da dignidade, um direito constitucional que lhes é garantido<sup>9</sup>.

A preocupação acentua-se, sobretudo, pela redução e, em muitos casos, eliminação total das estratégias destinadas a suprimir a discriminação e violência baseada no gênero e orientação sexual, a exemplo do projeto “Escola Sem Partido”, considerado pela ONU como uma “prática de censura”, pois fazem uma intensa campanha para retirar, dentre outros pontos, essas temáticas dos planos de educação municipais, estaduais e federal com a justificativa de que existe uma “ideologia de gênero” que estimula crianças e adolescentes à prática da homossexualidade (CHADE; TOLEDO, 2017). Assim como projetos de “cura gay” que visam autorização jurídica para retomar tratamentos psicológicos de reorientação sexual proibidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) desde 1990, no caso do Brasil, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) desde 1999.

Por outro lado, ao analisarmos o problema social da violência contra homossexuais percebemos que, apesar dos indicativos de um cenário crescente de discriminações e aumento das estatísticas de assassinatos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, cada vez mais existem reivindicações por ações em defesa dos direitos sexuais e humanos desta população. Os próprios atores sociais aqui destacados – *ILGA, GGB, ONU, imprensa nacional e*

---

recomendações. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/revisao-periodica-universal-perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

<sup>8</sup> Em 2017, o Brasil recebeu 246 recomendações dos Estados-membros da ONU com relação aos direitos humanos de crianças, mulheres, negros, indígenas, LGBT, meio ambiente, dentre outros. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/08/RPU-Brasil.docx.docx.pdf>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

<sup>9</sup> Disponível em: < <http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho-2/raio-x-da-onu-apresenta-brasil-como-pais-com-discriminacao-estrutural/>>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.



*internacional* – têm contribuído para a formação de uma agenda política pró-LGBT no Brasil e no mundo, com constantes denúncias.

Como destacado por Javier Corrales (apud BROCHETTO, 2017), em decorrência de progressos na “aceitação” social dos homossexuais, assim como das alianças que a militância latino-americana tem conseguido fazer com atores sociais e organizações políticas em defesa dos direitos humanos no mundo, cada vez mais é importante analisar se a violência contra LGBT tem aumentado, nesses países, ou se as vítimas se sentem mais seguras em denunciar os agressores exatamente por conta dos avanços nos aparatos jurídicos e de ações públicas favoráveis<sup>10</sup>. Por exemplo, o Relatório Anual sobre as Leis de Criminalização, Proteção e Reconhecimento de direitos de LGBT no mundo, desenvolvido e publicado pela ILGA em 2017, apresenta dados sobre a criminalização da homossexualidade, todavia, ao mesmo tempo, destaca que existem vários avanços no que diz respeito aos direitos de LGBT. Conforme o Relatório, cerca de 85 países possuem legislações de proteção aos LGBT, 22 reconhecem o casamento homoafetivo com efeito civil, 28 legalizaram as uniões estáveis e 53 a adoção por casais homossexuais até o ano de 2016<sup>11</sup>.

Assim sendo, de modo diferente ao analisado pela reportagem do jornal *The New York Times*, entendemos que as reações e movimentos conservadores anti-LGBT são políticas de resistência às mudanças dos valores ditos tradicionais defendidos, por exemplo, por grupos que utilizam como pauta a defesa da “família, da moral e dos bons costumes”. O avanço da agenda política e dos direitos pró-LGBT demanda, inevitavelmente, movimentos que lutam contra a tolerância e extensão

---

<sup>10</sup> Evidente que esta não é uma realidade de todos os países que fazem parte da América Latina. Encarnación (apud BROCHETTO, 2017), ressalta que na Venezuela, embora seja um país com um governo tradicionalmente de esquerda, praticamente não existem progressos no campo dos direitos sexuais e humanos de LGBT.

<sup>11</sup> No Brasil, a união estável entre casais homossexuais foi reconhecida e assegurada pelo Superior Tribunal Federal (STF) em maio de 2011 e o casamento civil pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), através da Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013. Além disso, como destacado por Mello (2017), o Brasil rejeitou uma recomendação do Vaticano que constava na Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU, por meio da qual indicava que o país deveria “continuar a proteger a família natural e o casamento, formado por marido e mulher, como a unidade fundamental da sociedade, e também os nascituros”, situação aceita parcialmente na revisão de 2012. No tocante à adoção, não existem impedimentos jurídicos, desde que os adotantes sigam os critérios estabelecidos no artigo 42 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Evidente que o casamento e adoção por parte de casais homoafetivos enfrentam dificuldades que ultrapassam o campo jurídico, a exemplo da forte rejeição por parte das instituições religiosas.

desses direitos, dentre outras pautas progressistas. No entanto, mesmo com toda politização anti-LGBT e os desafios que enfrentam a militância contra a crescente coalização do conservadorismo político-religioso, é preciso reconhecer as conquistas das lutas pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, assim como outros esforços que se unem na fomentação e garantia dos direitos e da cidadania LGBT no país.

No cenário brasileiro, mesmo com o fortalecimento dessa agenda política conservadora que resulta em retrocessos no campo dos direitos humanos e sexuais, a exemplo da extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos pelo Presidente Michel Temer ainda no período que assumiu o mandato de forma interina enquanto aguardava o julgamento do impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, algumas conquistas são destacadas na pesquisa do jornalista Caio Delcolli publicada no dia 26 de dezembro de 2016<sup>12</sup> no site *HuffpostBrasil*. Delcolli (2016), em investigação e coleta de dados realizada na Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e na Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), destaca **“6 avanços do movimento LGBT brasileiro que marcaram 2016”**, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - 6 avanços do movimento LGBT brasileiro que marcaram 2016

(continua)

Avanços	Descrições
Programa Transcidadania	Formação da primeira turma de mulheres e homens transgêneros no programa ofertado pela prefeitura de São Paulo e que oferece bolsas para pessoas trans estudarem e concluírem o ensino fundamental e médio.

Fonte: DELCOLLI, 2016

<sup>12</sup> Conforme informação do site no qual foi publicado a pesquisa, os dados foram atualizados em 05 de fevereiro de 2017.

## Quadro 1 - 6 avanços do movimento LGBT brasileiro que marcaram 2016

(conclusão)

Avanços	Descrições
Decreto de nº 8.727/2016	Assinado em 28 de abril de 2016 pela então Presidenta Dilma Rousseff, o decreto <i>“dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional”</i> (BRASIL, 2016, p. 1).
Campanha “Cuidar bem da saúde de cada um. Faz bem para todos. Faz bem para o Brasil”	Lançada em janeiro de 2016 por meio de uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. A campanha tem como objetivo promover acesso integral e atenção à saúde das pessoas trans, através de atendimento humanizado e respeito aos direitos de travestis, mulheres transexuais e homens <i>trans</i> no Sistema Único de Saúde (SUS), além de buscar conscientizar toda a sociedade, especialmente profissionais da saúde, trabalhadores e gestores do SUS sobre garantias ao atendimento considerando as especificidades de saúde dessa população.
Visibilidade trans	Pela primeira vez na história da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, em maio de 2016, o tema central - <i>“Lei de Identidade de Gênero Já! – Todas as Pessoas Juntas contra a Transfobia!”</i> – priorizou as questões voltadas para as pessoas <i>trans</i> , sobretudo no tocante à cobrança para a aprovação do Projeto de Lei 5002/2013 dos Deputados Federais Jean Wyllys, do Partido Socialismo e Liberdade do Rio de Janeiro (PSOL/RJ), e Érika Kokay, do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal (PT/DF). O PL, também denominado de <i>“Lei João Nery”</i> (BRASIL, 2013), tramita na Câmara dos Deputados Federais desde o ano de 2013 e tem como objetivo principal o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas <i>trans</i> . Além de São Paulo, outras ações foram desenvolvidas: a Parada do Rio de Janeiro também defendeu o tema <i>“Eu Sou Minha Identidade de Gênero”</i> ; o estilista Ronaldo Fraga levou cerca de 28 modelos <i>trans</i> para desfilar na São Paulo Fashion Week num protesto contra a transfobia; a ativista <i>trans</i> Marina Reidel assumiu a coordenação geral de promoção dos direitos LGBT da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania já no governo do Presidente Michel Temer e algumas atrizes e personagens <i>trans</i> ocuparam espaços nos programas e novelas da televisão brasileira.
Exibição da primeira “cena de sexo gay” da televisão brasileira	A cena foi protagonizada pelas personagens dos atores Ricardo Pereira e Caio Blat na novela “Liberdade, Liberdade”, da Rede Globo de Televisão
Maior participação de candidatos LGBT nas eleições de 2016	Conforme a ABGLT e a ASTRA, 377 candidatos disputaram cargos de vereador e prefeitos no Brasil, mais de 80 eram travestis ou transexuais. Do total de candidaturas, foram eleitos 25 vereadores e 01 prefeito.

Fonte: DELCOLLI, 2016

Utilizando como referência o modelo de pesquisa desenvolvido por Delcolli (2016), bem como as análises de Corrales (apud BROCHETTO, 2017) sobre a relação entre *violências e direitos LGBT* na América Latina, investigamos os resultados referentes ao **Caso 3** aqui apresentado, que relata o assassinato da travesti Dandara dos Santos, de modo que nos possibilitassem apreender quais tipos de ações havia demandado.

A repercussão do assassinato de Dandara dos Santos mobilizou vários atores sociais em prol da constituição de ações públicas para a resolução desta problemática. O governador do Estado do Ceará, Camilo Sobreira de Santana do Partido dos Trabalhadores – PT/CE, foi um dos principais engajados na causa, manifestando-se sobre o “*caso Dandara dos Santos*” em várias instâncias, como consta em nota pública emitida no dia 04 de março de 2017:

Todo e qualquer ato que atente contra a vida tem o meu mais profundo repúdio. Desde o início do nosso governo, não temos medido esforços, juntamente com nossas forças de segurança, para combater a violência no Ceará. Nossa meta é reduzir, cada vez mais, os crimes contra a vida. Diante do repugnante e inaceitável crime do qual foi vítima Dandara dos Santos, em Fortaleza, determinei ao secretário da Segurança total empenho no sentido de identificar e punir cada um dos criminosos. Tenham certeza de que eles não ficarão impunes. Não iremos tolerar esse tipo de violência. Também determinei uma reunião imediata, já marcada para terça-feira, entre a SSPDS [Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social] e a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT do Estado do Ceará, para que se faça um plano de proteção para as minorias, assim como tem sido desenvolvido em relação às mulheres. No ensejo, presto minha solidariedade à família e amigos de Dandara (SANTANA, 2017).

Além das ações promovidas pelo governo do Estado, outros membros da sociedade organizaram mobilizações cobrando do poder público resoluções para o “caso da travesti Dandara dos Santos”. A Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil, em parceria com outros movimentos e grupos sociais, organizou a campanha **#PelaVidaDasPessoasTrans** nas redes sociais: Facebook, Instagram e Twitter, tendo altos índices de adesão e compartilhamento por parte dos usuários (ANEXO 1). Glória Perez, escritora da novela “*A Força do Querer*”, televisionada pela Rede Globo entre os meses de abril a outubro de 2017, utilizou como referência o caso de Dandara

dos Santos para retratar as violências contra travestis e transexuais no Brasil durante vários capítulos da novela<sup>13</sup>.

No tocante ao campo jurídico, essas ações resultaram em políticas públicas e legislações importantes no Estado do Ceará. No dia 17 de maio de 2017, o governador Camilo Sobreira de Santana assinou o Decreto de nº 32.226 que “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública estadual direta e indireta” (CEARÁ, 2017, p. 3), bem como determina o atendimento em situações de violências nas dez Delegacias da Mulher existentes no Ceará. O decreto também obriga que sejam inclusos representantes do Movimento LGBT do Estado nos Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS), vinculados à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS)<sup>14</sup>.

Além disso, em abril de 2017, a Deputada Federal Luizianne Lins, também filiada ao Partido dos Trabalhadores do Ceará – PT/CE, propôs o Projeto de Lei 7292/2017 à Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados Federais. O PL objetiva alterar o artigo 121 do Código Penal brasileiro, criado em 07 de dezembro de 1940 pelo decreto-lei nº 2.848, para prever o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o artigo 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos caracterizados pela lei (BRASIL, 2017)<sup>15</sup>.

Considerando o processo histórico de luta em favor dos direitos de LGBT no Brasil, identificamos que toda essa problematização atual e visibilidade social da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros intensificaram-se a partir do ano de 2006, em decorrência do Projeto de Lei da Câmara

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/05/18/morte-de-travesti-no-ceara-inspirou-cena-em-a-forca-do-querer-diz-ator.htm>> Acesso em: 20 jul. 2017.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/governo-do-ce-autoriza-atendimento-de-travestis-em-delegacias-da-mulher.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

<sup>15</sup> O primeiro julgamento do caso da travesti Dandara dos Santos ocorreu no dia 06 de abril de 2018 no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, onde cinco acusados foram condenados por homicídio triplamente qualificado, ou seja, por motivo torpe, meio cruel e uso de recursos os quais impossibilitaram a defesa da vítima. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/2018/04/06/reus-que-assassinaram-travesti-dandara-sao-condenados/>> Acesso em: 20 abr. 2018.

122/2006 (PLC 122/2006 ou PL 122/06, também denominado de lei anti-homofobia), proposto pela então Deputada Federal Iara Bernardi do PT/SP, que visava criminalizar os preconceitos de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero (BRASIL, 2006).

O PLC 122/2006 contribuiu significativamente para que o problema da homofobia<sup>16</sup> fosse cada vez mais apropriado como uma questão de relevância pública e política no cenário brasileiro, contudo, ao mesmo tempo, provocou uma polarização nas pautas dos debates e mobilizações construídas em torno desta problemática. Desde então, vários atores sociais da mídia, dos movimentos sociais, das organizações estatais, jurídicas, religiosas, acadêmicas, dentre outras, intensificam os processos de interação em disputas acerca de questões relativas a esse problema social, tendo como foco principal a criminalização dos atos de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

As controvérsias situam-se, por um lado, na defesa da tipificação e criminalização das violências como uma forma de fortalecimento da democracia, respeito às diferenças sexuais e à dignidade humana. Por outro, na tese de que a constituição de uma lei específica a qual objetiva punir, no âmbito penal, os preconceitos, crimes e violências contra LGBT viola os princípios constitucionais que

---

<sup>16</sup> Apesar de desenvolvermos uma discussão sócio-histórica e conceitual na segunda seção da tese, de antemão consideramos importante ressaltar que na redação do texto deste trabalho utilizaremos o termo “homofobia e/ou violência homofóbica” ao tratarmos das violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, pois entendemos que estes contemplam a população LGBT em sua totalidade. Como explica Junqueira (2007), há um equívoco etimológico acerca da palavra homofobia, a qual é quase sempre associada exclusivamente às discriminações e violências contra homossexuais masculinos e não a um fenômeno social que perpassa por todas as questões e relações de gênero. Comumente, relaciona-se o radical “homo” ao termo oriundo do latim “homo”, que significa “homem”. Entretanto, no tocante ao termo homofobia, este é formado pelo radical “homo”, tomado do grego “homós” que significa o “mesmo, igual, comum” - um pseudoprefixo para a palavra homossexualidade -, mais o radical “φόβος (fobia)”, que significa “medo, aversão, ódio, desprezo, preconceito, etc.”. Assim sendo, homofobia é um fenômeno que deve ser conceitualmente compreendido como uma prática de violência contra todas e quaisquer formas de sexualidades que não sigam à normativa da heterossexualidade. Do ponto de vista teórico-conceitual, a heterossexualidade está colocada neste debate como uma forma de “sexualidade padrão” que se impõe como normativa para as “outras sexualidades”, legitimando uma lógica de dominação chamada de heterossexismo, definida: [...] como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização” (BORRILLO, 2010, p. 31).

garantem a livre manifestação do pensamento por motivo de crença religiosa, convicção filosófica ou política daqueles que não concordam com essas sexualidades.

Diante dessa polarização acerca do problema da violência homofóbica, uma questão surge como central nesta tese: ***quais as condições sociais de possibilidade e os processos de constituição do problema social da homofobia como um problema público e político no Brasil?*** No caso, quais os ***contextos situacionais, experiências coletivas e ações*** foram desenvolvidas historicamente para a construção da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros como um problema público e político no Brasil? Além disso, questiona-se qual o lugar do Projeto de Lei da Câmara 122/2006 na definição e construção desta causa?

Apesar de reconhecermos que o PLC 122/2006 contribuiu para uma maior visibilidade social do problema da violência contra LGBT no Brasil, consideramos que essa situação só foi possível em decorrência da formação e interação de uma pluralidade de experiências coletivas que denunciam e reivindicam ações em defesa dos direitos sexuais e humanos desta população desde a década de 1960, tanto no âmbito nacional como internacional. Portanto, mesmo cientes de que as violências e crimes contra LGBT somatizam uma série de problemas os quais atingem diretamente a esta parcela da população no país, nosso argumento é que a centralização atual na pauta da criminalização negligencia um conjunto de atores e situações problemáticas que levaram, em diferentes contextos sociais, políticos e culturais, à formação de experiências coletivas as quais construíram múltiplas definições da homofobia no Brasil e contribuíram para a construção desta causa como um problema público e político.

Assim sendo, esta tese tem como **objetivo geral** analisar os processos de emergência, definição e construção do problema social da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros como um problema público e político no Brasil.

Para alcançarmos tal objetivo, delimitamos como **objetivos específicos**:

- I Investigar o surgimento histórico e conceitual do termo homofobia e como este foi apropriado no cenário brasileiro do século XX e XXI.
- II Desenvolver uma sociogênese dos contextos situacionais e experiências coletivas em prol da construção da homofobia como um problema público no Brasil.
- III Analisar o processo de inserção e definição da homofobia como problema político da agenda governamental brasileira e o lugar do PLC 122/2006 na construção desta causa.

Esta pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pela própria complexidade, importância e atualidade que envolvem a temática da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no cenário nacional e internacional. Desde os anos de 1960, uma pluralidade de atores sociais engaja-se em defesa dos direitos sexuais e humanos de LGBT, situação que resultou em várias conquistas nos campos sociopolíticos e jurídicos, a exemplo da legalização das uniões estáveis, o casamento civil, a partilha de bens e heranças, a adoção, o uso do nome social por travestis e transexuais em repartições públicas, dentre outras. Por outro lado, antagonicamente, o problema social da violência homofóbica parece se intensificar a cada ano, tornando-se o principal desafio desta população na contemporaneidade.

Atualmente, é possível perceber que as pautas que fundamentam a agenda política da militância pró-LGBT no Brasil têm como objetivo, quase que exclusivamente, o apelo por uma legislação que criminalize a homofobia, como se a efetivação desta garantisse, consequentemente, a cidadania da população LGBT. Não à toa, as reclamações são justificáveis na medida em que presenciamos cada vez mais um quadro significativo de denúncias de violências e crimes. Desse modo, esta tese insere-se num conjunto de pesquisas científicas as quais buscam compreender o desenvolvimento histórico, bem como as complexidades socioculturais, políticas e jurídicas que contribuíram para caracterizar o problema da violência homofóbica na atualidade, considerando que esse tem sido o principal papel da Sociologia na análise dos fenômenos sociais desde sua constituição enquanto ciência da sociedade. Conforme destacado por Giddens (2001, p. 19), “a reflexão



sociológica ocupa um papel central para a compreensão das forças sociais que vêm transformando nossa vida nos dias de hoje”.

Em segundo lugar, o trabalho justifica-se pelo tipo de abordagem a qual se propõe analisar o fenômeno social aqui investigado. De modo geral, identificamos que as pesquisas as quais se ocupam em avaliar o problema social da homofobia no cenário brasileiro têm situado a análise na compreensão da legitimidade acerca da criminalização da violência contra LGBT, sobretudo no que diz respeito ao PLC 122/2006 o qual tinha como principal objetivo a criminalização. Em suma, essas pesquisas focam no exame da constitucionalidade, ou não, do referido projeto de lei e outros tipos de legislações que possuam o mesmo propósito, assim como visam problematizar se a criminalização seria o melhor caminho para o combate à violência homofóbica no país. Tais reflexões são muito importantes e este estudo não se exime das problematizações concernentes as questões apresentadas, pelo contrário, uma vez que é mediante a identificação da problemática que conseguimos entender as diversas formas de luta contra a homofobia no Brasil.

Entretanto, nosso interesse tem como foco principal a análise dos contextos e situações que resultaram no processo de construção social da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros como um problema de relevância pública no país. Assim sendo, não pretendemos avaliar moral e juridicamente a constitucionalidade de um projeto de lei que visa criminalizar as práticas de violências contra LGBT, mas analisar os cenários e atores sociais envolvidos na construção desse processo que teve como consequência, por exemplo, um tipo de definição da luta anti-homofobia no Brasil que utiliza como instrumento principal de contestação política a criminalização.

Além disso, a proposta é fazer compreender a importância de uma percepção ampliada sobre o campo da política, em particular, das configurações da agenda anti-homofobia no Brasil, tentando contribuir para a desconstrução de discursos e práticas políticas dicotômicas que colocam, muitas vezes, o problema das violências e crimes homofóbicos numa total indiferença por parte da sociedade. Nesse sentido, acreditamos que a principal colaboração do trabalho é demonstrar que, historicamente, o problema social da violência contra LGBT no Brasil, assim como as lutas em prol dos direitos sexuais e humanos são demandas que incluem os projetos

políticos de uma diversidade de atores sociais, seja no campo jurídico, religioso, acadêmico, político, midiático, dentre outros.

### 1.1 Perspectivas teórico-conceituais da pesquisa

Para analisarmos os processos de emergência, definição e construção social da homofobia como um problema público e político no Brasil, adotamos os referenciais teórico-metodológicos da Sociologia dos Problemas Públicos<sup>17</sup>, sobretudo os conceitos desenvolvidos por Daniel Cefaï: *situação problemática*; *experiência coletiva* e *arena pública*.

Antes de adentrarmos mais especificamente nas justificativas sobre os usos destas categorias, consideramos importante ratificar a análise de Lascoumes e Le Galès (2012) acerca de um ponto primordial para a compreensão do processo de construção de um determinado problema social em problema público e, conseqüentemente, político: ***diferenciar o conceito de problemas sociais, problemas públicos e problemas políticos.***

Os problemas sociais figuram uma pluralidade de situações que existem em determinada sociedade, a exemplo do problema da violência, da pobreza, do desemprego, as quais tornam-se recorrentes e são “indissociáveis da percepção da realidade social, [ou seja], tratam-se de constatações baseadas tanto em situações subjetivamente vividas como empiricamente confirmadas” (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p, 140). Contudo, os autores advertem sobre a importância de não considerarmos os problemas sociais de modo positivista, como se eles tivessem vida própria e fossem independentes das relações sociais, pois não há naturalidade dos problemas sociais.

Apesar de fazer parte do cotidiano das pessoas, necessariamente, destacam Lascoumes e Le Galès (2012), os problemas sociais não suscitarão em ações

---

<sup>17</sup> CEFĂĬ, 1996, 2005, 2009, 2017.

coletivas para resoluções no espaço público e na agenda governamental. É nesse sentido que reside a diferença entre um *problema social*, um *problema público* e um *problema político*, como explicam:

**O problema só se torna público, quando os atores mobilizados conseguem inscrevê-lo no espaço público**, isto é, quando se torna objeto de atenção, de controvérsias, e que as posições se confrontam para caracterizar seus componentes, amplitudes e causas. Um problema torna-se público a partir do momento em que os atores sociais estimam que algo deve ser feito para mudar uma situação. **Ele torna-se político a partir do momento em que a solução almejada só pode ser dada pelo poder público.** O apelo à intervenção do Estado visa, então, a tomada de providências sobre uma questão até então ignorada, ou ainda que a transformação da ação pública em andamento seja questionada por sua insuficiência ou suas orientações (LASCOUMES; LE GALÈS, 2012, p. 141-142, grifo nosso).

Tendo em vista uma pluralidade de problemas sociais em contraposição aos que são especificamente tomados como objeto de disputas políticas no espaço público, como é o caso da violência contra LGBT, algumas questões tornam-se centrais para operacionalizar a análise desse processo: por que determinadas situações são apreendidas por indivíduos e grupos sociais como problemáticas, de modo a levá-los a constituir ações coletivas com o objetivo de resolvê-las no espaço público? Quais os tipos de experiências coletivas os atores sociais organizam em busca de resoluções para determinada situação problemática? Quais repertórios os atores sociais utilizam para a definição, publicização e convencimento do problema social em problema público? Como um problema público é institucionalizado em problema político?

De modo a contribuir com a investigação dos processos de emergência, definição e construção dos problemas públicos, Daniel Cefaï (2017) empreende o conceito de **situação problemática**. De acordo com o autor, para a Sociologia dos Problemas Públicos, uma determinada situação passa a ser vista como problemática em decorrência da não adequação dos indivíduos ao ambiente no qual estão inseridos, isto é, quando percebem que o ambiente não atende suas necessidades e demandas, os indivíduos tendem a organizar ações coletivas em busca de resoluções

para a falta de integração que se encontram em relação ao meio social que habitam, como esclarece:

[...] confrontadas com uma situação problemática cujas consequências são percebidas e avaliadas por um conjunto de pessoas como nefastas para os seres humanos e para os bens a que eles estão ligados, mas também, além disso, para os seres vivos ou para a terra, essas pessoas se inquietam, se interrogam, investigam, experimentam, discutem. Tentam definir o problema, determinar suas causas, detectar seus fatores e estabelecer as responsabilidades. Associam-se e organizam-se, encontram líderes para fazer suas vozes serem ouvidas e para convencer e mobilizar em grande escala. Tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, deliberam, interpelam a opinião e os poderes públicos. Quando estes não intervêm, buscam solução em sua própria escala, imaginam roteiros, projetam alternativas, tentam descobrir como regular ou suprimir o que definiram como situação problemática (CEFAÏ, 2017, p. 188).

Isso implica dizer que os problemas sociais ganham forma, conteúdo e relevância pública a partir do momento em que os grupos sociais definem e situam-nos em contextos determinados, culturalmente localizados e historicamente datados (LOPES, 2012); levando-nos a inferir quê:

[...] o social não é prévio aos desdobramentos das ações em meio às situações problemáticas, mas o seu resultado. Ele não é, portanto, o que explica a resolução do problema, mas, ao contrário, *o social é o que emerge a partir das suas formas de resolução*. Ele é a resultante provisória e contingente, e não a causa. Daí porque, ao invés de uma entidade fechada que ajuda a explicar e encerrar outros elementos potencialmente dinâmicos e fluidos, ele é, ao contrário, a resultante sempre aberta e em constante evolução que emerge da resolução de problemas (CORRÊA, 2014, p. 40, grifo do autor).

Sendo assim, a análise passa, em primeiro lugar, pela compreensão dos processos de emergência e das experiências coletivas que se organizam em torno de um determinado problema social. Para Cefaï (2017), é importante compreender que o processo de experiência e da ação pública tem como ponto de partida uma ordem afetiva, sensível e normativa, além de uma dimensão avaliativa do problema. Quando as situações problemáticas ganham relevância pública, seja em relação a algo de ordem global, como a luta em defesa do meio ambiente, ou de ordem local, de uma

mobilização em favor do saneamento básico de um bairro, isso acontece porque existe uma “ordem moral coletiva” que precede a ação frente a uma determinada situação:

[...] a constituição de um problema público não está totalmente no agir, mas também no padecer e no compadecer. Tem uma dimensão de passividade. Antes de serem propulsados por objetivos estratégicos, os membros que se empenham na elucidação ou na explicitação de um distúrbio são *afetados* pelas situações que eles contribuem para definir e controlar, e passam por avaliações daquilo que, ali, é desagradável, repugnante, inaceitável ou insuportável e daquilo que, ao contrário, seria desejável. São expostos a acontecimentos que os transtornam e desorientam, a boatos ou rumores a respeito da destruição do bairro, a séries de indisposições que eles relacionam com as linhas de alta tensão das proximidades, a tarifas de água ou de eletricidade que aumentam sem justificativa aparente, a atitudes chocantes dos executivos ou dos contramestres que rompem uma economia moral das relações de trabalho (CEFAÍ, 2017, p. 191-192, grifo do autor).

Nesse sentido, os indivíduos, grupos e atores sociais que se mobilizam em favor da construção e resolução de um determinado problema social o fazem porque, de alguma forma, reconhecem a importância e legitimidade da causa, consideram, por exemplo, que é uma questão de direito ou de justiça.

Isso não implica dizer que o pesquisador tem como tarefa principal revelar as razões subjetivas para o engajamento numa determinada causa, ao contrário, a proposta principal é considerar que os atores sociais possuem capacidade para o engajamento em prol de uma pluralidade de situações, independente do problema social afetar diretamente os engajados, como destacamos, no caso do assassinato da travesti Dandara dos Santos, o qual demandou várias ações coletivas e propostas políticas para resoluções desta problemática no espaço público por uma diversidade de atores sociais. O propósito, salienta Freire (2016), é levar a sério a competência dos atores na construção de um problema público.

Metodologicamente, o esquema central para analisar como determinadas situações são apreendidas como problemáticas é considerar as conjunturas sócio-históricas nas quais emergem os “[...] momentos críticos, controvérsias, *affaires*, crises coletivas, etc.” (CORREIA, 2014, p. 39-40) em torno do problema social.

Considerando os apontamentos desenvolvidos por Petrarca (2015) sobre os procedimentos metodológicos utilizados para a análise da construção de uma causa pública, pode-se colocar que este nível corresponde ao exame do *contexto*, ou seja, da “*situação*” na qual emerge a “*causa*” e estão inseridos os atores sociais que a tomam como “*problemática*”. É por meio da interação entre uma diversidade de atores sociais que se organiza uma dinâmica de cooperação coletiva para definir, publicizar e convencer sobre a relevância pública e política da situação.

No que diz respeito à segunda categoria de análise, no caso, **experiência coletiva**, Cefaï (2017) compreende que as ações coletivas são operacionalizadas por indivíduos e grupos sociais que definem, problematizam e publicizam a situação através de “[...] modos de ver, dizer e fazer de sentido comum, articulados por uma rede de números, categorias, tipos, relatos e argumentos disponíveis que permitem apreender um estado de coisas como um problema identificável e reconhecível (Op. cit, 2017, p. 192). Neste caso, propõe que o conceito de ação coletiva deve ser ampliado e compreendido como um “campo de experiência coletiva”, caracterizado por essa rede complexa e plural que tem poder para dar consistência, relevância pública e institucionalizar uma determinada causa social.

Essa conceituação visa contribuir com o entendimento das condições de possibilidade da experiência coletiva, sobretudo no que tange aos modos e repertórios de atuação que os atores sociais utilizam para a definição, publicização e convencimento do problema social em problema público, a exemplo dos repertórios de identidade coletiva que são utilizados para o engajamento político, ou as denúncias jornalísticas. São esses constantes engajamentos, modos e repertórios de atuação nas causas sociais que favorecem à consolidação do que Cefaï denomina de “cultura pública”, como explica:

[...] o que chamamos de “cultura pública” é o fundo comum que dá forma e material às mobilizações coletivas. Essa cultura pública pode entrar em hibernação ou “transbordar” de um movimento a outro [...] mais especificamente, ser transmitida e aprendida, retomada e distorcida, aplicada e recriada, desviada ou santificada, apropriada e reinvestida de um novo sentido. Ela se realiza em um trabalho de cooperação e de competição em que, correlativamente à defesa de seus interesses e à reivindicação de seus direitos, atores deliberam racionalmente e razoavelmente, configuram

explicações e interpretações, mas também exprimem e simbolizam emoções, projetam imaginários e utopias (CEFAI, 2009, p. 27-28).

O autor destaca três pontos importantes para a análise do processo de definição, publicização e convencimento da situação (CEFAI, 2017, p. 193):

- a) as experiências coletivas podem recorrer aos dispositivos de categorização, intervenção e repertórios de problemas já recenseados e com processos de resoluções disponíveis, ou seja, a violência contra um determinado grupo de mulheres e/ou LGBT pode mobilizar experiências coletivas que exijam do poder público resoluções institucionais já consolidadas, a exemplo da Lei Maria da Penha;
- b) as denúncias podem cristalizar-se em recorrências de diferentes operações, a exemplo das reportagens jornalísticas, investigações policiais, experimentações científicas ou pesquisas de cidadãos envolvidos na ação;
- c) a situação problemática é posta em lances dramáticos e retóricos. No caso, a experiência coletiva imita o trabalho de enquadramento de movimentos sociais anteriores, a exemplo dos movimentos de reivindicações feministas nos anos de 1970, nos EUA, que retomaram a linguagem política do movimento pelos direitos civis dos anos de 1950, também nos Estados Unidos.

Quando um problema social passa por um conjunto de “elementos instituídos e instituintes”, ou seja, quando se constrói um processo de experiência coletiva é que o problema torna-se público (CEFAI, 2017, p. 194). Nesse sentido, a Sociologia dos Problemas Públicos busca ampliar as noções de problema social, ação coletiva e espaço público, procurando desvencilhar estas categorias analíticas das percepções essencialistas, como se fossem algo objetivo, dado, concreto, assim como “romper com uma visão instrumental e estratégica da cultura pública e da experiência coletiva” (CEFAI, 2009, p.25).

A análise sobre o processo de construção de um determinado problema social em problema público e político não pode ser destituída da compreensão dos contextos

históricos, sociopolíticos, econômicos, ideológicos, dentre outros. Assim como, é preciso considerar que as experiências coletivas não ocorrem desprovidas dos mecanismos de atuação política consolidados por meio de uma “cultura pública” na qual está inserida a situação problemática. Entretanto, isso não implica determinar analiticamente os modos de ação coletiva, ao contrário, a proposta é desconstruir exames normativos sobre modelos de engajamento possíveis em prol do reconhecimento do campo das possibilidades e oportunidades para organização das experiências coletivas, como salienta Cefaï:

A “cultura pública” não é mais somente uma “caixa de ferramentas”: ela prearticula as estruturas de horizonte da vida coletiva, fornece-lhe seus materiais de experiência e torna possível a articulação de uma arena pública na qual estejam disponíveis os critérios do verdadeiro e do falso, do real e do imaginário, do existente e do possível, do justo e do injusto, do direito e do errado, do legítimo e do ilegítimo. A ação coletiva encontra necessariamente seus apoios nessa “cultura pública” que, sendo partilhada por seus membros, lhe fornece opções de tomada de partido, atribui lugares em arenas de batalha e indicam as boas formas expressivas. Ela pode se engajar na lógica dos grupos de pressão lobistas ou na da confrontação guerreira, em que vence o mais forte – “força” e “interesse” remetem a gramáticas do confronto e da negociação, que também têm suas regras do jogo. Ela pode se aproximar de uma concepção da deliberação pública, quando a argumentação, a investigação ou a experimentação fornecem fatos e argumentos visando convencer racionalmente e razoavelmente: novas modalidades de participação de cidadãos e de cooperação com eleitos e especialistas são assim reivindicadas. ***Mas a ênfase da investigação nesses modos de existência da “cultura pública” não deve nos fazer perder de vista as multiplicidades de provas da vida cotidiana e sua ressonância na experiência coletiva, em diferentes cenários públicos, que contribuem igualmente para articular a ação coletiva*** (CEFAÏ, 2009, p. 35-36, grifo nosso).

Como já destacamos, a proposta da Sociologia dos Problemas Públicos é fazer repensar, dentro da Sociologia dos Movimentos Sociais, a categoria ação coletiva, compreendendo-a como “[...] campos de experiência privada e pública” (CEFAÏ, 2017, p. 194). Isso figura numa busca pela negação da coisificação a qual tem sido submetida, em muitos momentos, às ações e mobilizações coletivas neste campo de investigação, tanto do ponto de vista dos atores engajados, quanto do objeto da reivindicação.

Termos como “movimentos sociais de classe”, “movimentos sociais identitários”, por exemplo, são implicações de problemáticas preestabelecidas as



quais impossibilitam compreender as dinâmicas e complexidades que caracterizam os problemas sociais, as mobilizações coletivas e o espaço público na atualidade. Portanto, Cefaï (2017) sugere que é mais adequado a compreensão das experiências que congregam atores coletivos com o objetivo de denunciar, problematizar e publicizar determinadas situações, neste caso, “[...] a questão que se coloca é como a dinâmica coletiva que se põe em movimento, submetida à prova de ações ou de acontecimentos, gera uma experiência coletiva” (Op. cit, p. 196).

Para a análise sobre o processo de formação de uma experiência coletiva deve-se considerar, segundo Cefaï (2017, p. 196-200):

- a) que a experiência coletiva se organiza por preocupações comuns acerca de um problema público, “ela requer uma capacidade de sentir em comum”;
- b) que a experiência coletiva tem como princípio básico a indagação pública sobre a situação problemática, “ela organiza um campo de explicação e de previsão da situação problemática”;
- c) ao mesmo tempo que questiona, indaga, investiga, a experiência coletiva também imputa responsabilidades moral e legal, “ela faz emergir figuras de culpados e de vítimas, defensores, juízes e reparadores”;
- d) a experiência coletiva não é unânime, “ao contrário, o público se forma e cresce na contestação, quando já não há consenso nem consentimento”;
- e) a experiência organiza um campo de intervenção, “ela designa atores autorizados a se responsabilizar pelo problema, especifica a natureza dos distúrbios, danos ou prejuízos e fornece um manual de como repará-los”.

Do ponto de vista teórico-metodológico, no primeiro momento é preciso considerar que uma ação coletiva é uma experiência que resulta da interação de vários indivíduos e grupos sociais, mas que não estão necessariamente integrados em decorrência de um problema que os afeta particularmente, e sim porque partilham de uma indignação conjunta em relação a uma determinada situação problemática, fazendo surgir, conseqüentemente, um “público”.

No segundo momento, deve-se entender que uma experiência coletiva passa a indagar, polemizar, denunciar e avaliar a situação problemática como forma de convencimento público dos prejuízos, injustiças e angústias, a qual ocasiona para os que são atingidos diretamente por suas implicações. No terceiro momento, compreender que a experiência imputa graus de responsabilidades no tocante à situação, fazendo uso, por exemplo, de denúncias midiáticas até o recurso da jurisprudência.

É de suma importância entender, também, as divergências políticas que norteiam a experiência coletiva, sobretudo as contradições que fundamentam internamente um mesmo “público”, uma vez que é a partir dos conflitos e posterior recomposição em relação à situação problemática que se institucionalizam as arenas públicas. Por fim, a experiência coletiva torna a situação uma problemática e da problemática um problema público e político, levando-o a ser “[...] reconhecido, explorado e resolvido por representantes da opinião pública e por operadores da ação pública” (CEFAI, 2017, p. 199).

O conceito de **arena pública** também é central para a Sociologia dos Problemas Públicos, que busca ressignificar e ampliar as noções clássicas acerca do espaço da experiência coletiva. Para esta abordagem, uma arena pública não se limita a um “mercado” que tem como base a lógica da busca pelo lucro através das trocas de mercadorias, a um “campo” que desenvolve uma lógica de dominação entre os grupos sociais, tampouco a uma “ágora” que promove a lógica da argumentação e da deliberação, mas corresponde a reunião dessas diferentes lógicas para a efetivação de uma “ecologia dos problemas públicos”:

Os modelos do mercado, do campo e da ágora são subespécies do modelo da arena social: captam apenas uma dimensão de um processo complexo, interativo e generativo; e uma arena pública é uma arena social cujos atores visam bens públicos, referem-se ao interesse público, definem seus problemas como públicos e sentem, agem e falam em consequência disso (CEFAI, 2017, p. 200).

De acordo com Cefaï (2017), do ponto de vista do “mercado”, os problemas estão situados numa lógica da negociação que prioriza o particular em detrimento do

coletivo. Os interesses dos atores sobre determinadas situações são operacionalizados especificamente por uma racionalidade econômica que visa o lucro, sendo a legitimidade, ou não, dos “problemas públicos” determinada pela “lei da oferta e da procura”. Entretanto, o mundo não pode ser definido exclusivamente como uma mercadoria, nesse caso, os problemas públicos sobressaem à lógica de uma arena pública compreendida como mercado.

Quanto à noção de arena pública enquanto “campo”<sup>18</sup>, Cefaï (2017) destaca que, mesmo tendo a sociologia política nos anos de 1970 buscado ressignificar a polarização analítica que determinou por muito tempo as ações coletivas como resultado do embate entre classes sociais, essa perspectiva ainda limita a ação em relação aos problemas sociais a uma lógica pura de dominação. Nessa perspectiva, quanto mais “capitais” os agentes têm, mais condições possuem para controlar o “jogo” e reproduzir o exercício da dominação, valendo-se de várias estratégias que os mantenham com o monopólio do poder na economia, na política, na administração pública, nos meios de comunicação, etc.

Nesse caso, os “dominados” são vistos como falhos de capacidade de julgamento, indagação e experimentação em relação a uma determinada situação, tendo que fazer uso do mecanismo da representação política, o que os impossibilita tornarem-se membros de um “público”. Mesmo quando adquirem algum tipo de capital que os qualifiquem na capacidade de pensar e agir politicamente, “[...] estão longe de formar públicos: a lógica de reprodução dos campos e dos habitus não dá espaço para essas dinâmicas coletivas” (Op.cit, p. 203).

Com relação à noção de arena pública enquanto uma ágora, a justificativa principal desta perspectiva fundamenta-se na ideia de que o exercício da experiência coletiva ocorre num espaço de deliberação que é mediado pela razão pública. O ponto central é que quando os indivíduos partilham de uma mesma concepção da razão pública, agem de forma racional e sensata, buscando discurtir ou dialogar sobre

---

<sup>18</sup> Conforme Bourdieu, “o campo, no seu conjunto, define-se como um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções” (BOURDIEU, 2003, p. 179).

problemas públicos com base em premissas de uma justificação pública de valor universal aceitável para os envolvidos no processo de deliberação da situação.

Nesse caso, os problemas públicos que surgem resultam não apenas de uma racionalidade sistêmica – deliberada *pelo governo, o legislativo, ou a administração pública* –, de uma racionalidade estratégica de grupos de interesse – *deliberada pelos empresários, partidos políticos, imprensa, etc.* –, mas também de uma racionalidade comunicacional, deliberada por um consenso racional alcançado por valores universais que emergem em processos de discussão acerca dos problemas sociais nos “espaços públicos” (CEFAÏ, 2017, p. 203).

Em síntese, Cefaï (2009) defende que uma dinâmica de mobilização coletiva deve ser compreendida como um processo de codefinição e de codomínio de situações problemáticas, pois é necessário compreender como os próprios atores definem suas “causas” nas lutas que desenvolvem e não criar determinações analíticas em torno dos problemas sociais que fazem emergir mobilizações coletivas. Além disso, deve-se compreender que uma determinada situação problemática se torna um problema público quando adquire uma “dimensão societal” (BABO LANÇA, 2000 apud GUSFIELD, 1981), posteriormente, pode vir a ser reivindicada como um problema governamental e de políticas públicas.

Ainda no tocante à importância de um entendimento complexo e plural das ações coletivas em torno da constituição do problema social da homofobia em problema público, fazemos uso das análises propostas pelos estudos de “rede de movimento social”, sobretudo no que diz respeito ao entendimento das interações existentes entre Estado e Sociedade Civil (SCHERER-WARREN, 2006; ABERS; VON BÜLOW, 2011). Essa interação tem sido, desde a fundamentação das pesquisas sobre as ações coletivas, apreendida de modo bastante conflituoso, não apenas por acadêmicos, mas também, essencialmente, por ativistas dos movimentos sociais.

Por um lado, existe o discurso daqueles que buscam legitimar de modo radical a separação dessas duas instâncias na arena sociopolítica, aliás, defendem que estas são oponentes políticos irreconciliáveis; por outro lado, os argumentos daqueles que defendem como importante os processos de interação entre movimentos sociais e atores estatais na construção da democracia. Esta tese propõe partir da segunda

perspectiva supracitada, por compreender que as lutas anti-homofobia no Brasil não estão reduzidas às ações promovidas exclusivamente pelos próprios LGBT. Mesmo tendo clareza das disputas e interesses políticos existentes nesse processo de interação, parte-se do princípio de que o combate e criminalização da violência homofóbica é um problema que tem tido participação ativa do poder público e da sociedade civil em geral que compõem esta militância, o que seria completamente antagônico e negligente negar esses atores nos processos de lutas em favor das causas LGBT no país.

## 1.2 Metodologia e plano geral da tese

Conforme foi evidenciado, o foco central deste trabalho é a análise dos processos de emergência, definição e construção do problema social da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros como problema público e político no Brasil. Para a compreensão deste processo, partindo-se da perspectiva teórico-metodológica da Sociologia dos Problemas Públicos (CEFAI, 1996, 2005, 2009, 2017), elencamos três elementos essenciais que circunscrevem o problema da violência homofóbica no país:

1 - **Os contextos situacionais:** buscamos investigar quais as principais problemáticas situaram os debates da militância LGBT no Brasil em torno do problema específico da violência em diferentes contextos sociais, políticos e econômicos, no período compreendido entre os anos de 1960 a 2006, tendo em vista a literatura investigada destacar que o início das primeiras mobilizações políticas em prol dos direitos sexuais e humanos de LGBT ocorrem a partir desta década, bem como o nosso interesse pela compreensão do lugar do Projeto de Lei da Câmara 1222/2006 na construção desta causa.

2 - **As experiências coletivas:** tendo em vista o reconhecimento do espaço público como um campo de experiências coletivas plurais, buscamos investigar quais as principais formas de organização política foram constituídas em torno do problema da violência contra LGBT no Brasil.

3 – **Ações:** levantamos quais principais ações foram desenvolvidas para o processo de construção do problema social da homofobia em problema público e político no país.

Assim, salientamos que nesta tese, adotamos uma abordagem de cunho qualitativo, com enfoque exploratório e descritivo (BECKER, 1993; GOLDEMBERG, 2004). Partimos da perspectiva de que a priorização pelo uso da análise qualitativa, conforme Groulx (2014), possibilita uma compreensão do fenômeno estudado para além da operacionalização e burocratização das questões e problemas sociais, a exemplo das pesquisas estatísticas. É possível, com o uso desta abordagem, traduzir a multiplicidade de perspectivas e dos agentes, revelar a diversidade de situações, repertórios e recursos utilizados pelos atores que norteiam o fenômeno estudado, ou seja, o uso da análise qualitativa nesta pesquisa de doutoramento tem como objetivo dar conta do “[...] contexto sociocultural de cada situação-problema e de compreender a especificidade e a complexidade dos processos” (GROULX, 2014, p. 97) que caracterizam a construção da homofobia como um problema público e político no Brasil.

Tendo em vista o interesse pela “história do problema” estudado, a coleta dos dados foi procedida a partir de uma análise bibliográfica e documental, com ênfase no problema da violência contra LGBT, pois, como destacado por Cellard (2014, p. 295), o documento escrito constitui-se numa fonte importante para todo pesquisador que almeje realizar algum tipo de reconhecimento histórico, o documento é, “[...] evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas”.

Assim sendo, avaliando a credibilidade e representatividade dos documentos selecionados, desenvolvemos a análise documental em dois momentos considerando as etapas descritas por Cellard (2014); no primeiro momento empreendemos uma **análise preliminar** a partir de quatro aspectos: **1)** exame do contexto social global no qual foram produzidos os documentos, etapa considerada “[...] indispensável, quando a análise se refere a um passado remoto ou recente” (CELLARD, 2014, p. 299); **2)** observação e identificação do autor ou autores dos documentos (indivíduo, grupo social ou instituição), ou, como denominado por Lascoumes e Le Galès (2012),

buscamos identificar os mais importantes “empreendedores da causa” que estiveram envolvidos com a construção dos documentos analisados, ou que foram citados por estes como importantes atores da luta pró-LGBT; **3)** conferência da autenticidade dos documentos; **4)** estrutura lógica dos textos, o que nos possibilitou a compreensão das distintas formas de como a questão da homofobia estava sendo definida.

No segundo momento, com a análise preliminar devidamente concluída, partimos para a **análise final** dos documentos articulando todas as informações de modo a construir uma configuração significativa coerente com a temática e os questionamentos iniciais da pesquisa.

A coleta de dados iniciou-se a partir da consulta de documentos secundários, tais como: livros; revistas e jornais da imprensa nacional e internacional, a exemplo da Folha de São Paulo, Diário do Poder, Estadão, *The New York Times*, *The Mirror*, etc.; tese; dissertações e sites institucionais. A proposta era apreender nessa amostra as particularidades da luta política anti-homofobia no Brasil, tendo em vista a complexidade que caracteriza as ações em defesa dos direitos humanos e sexuais de LGBT. Essa investigação inicial levou-nos a fontes primárias específicas sobre o objeto de estudo, tais como: documentos de organizações não governamentais pró-LGBT no Brasil, principalmente os relatórios anuais sobre as leis de criminalização, proteção e reconhecimento de direitos de LGBT no mundo, relatórios anuais de assassinatos de homossexuais no Brasil, relatório da rede nacional de pessoas trans do país, dentre outros; legislações estaduais, municipais e federais; decretos e projetos de lei com ênfase na discussão sobre a violência; relatórios técnicos; documentos governamentais; anais das Conferências Nacionais dos Direitos Humanos entre 1996 a 1999, desenvolvida pela CDHM; e anais do primeiro Seminário Nacional de Cidadania Homossexual, de 1999, também desenvolvido pela CDHM.

Esta tese está estruturada em quatro seções. Além desta seção introdutória, os resultados são apresentados nas seguintes seções: na **segunda seção**, intitulada “Homofobia: das definições clínicas às controvérsias nas arenas públicas”, discutimos como o fenômeno da homofobia foi constituído enquanto categoria analítica do campo científico, partindo das teorizações clínicas até os usos do termo nos campos jurídico e sociopolítico; na **terceira seção**, “Situações problemáticas, experiências coletivas e processos de definição da homofobia como um problema público no Brasil”,

desenvolvemos uma sociogênese dos contextos situacionais, experiências coletivas e ações que contribuíram para o processo de construção e definição da homofobia como um problema público no Brasil; na **quarta seção**, denominada “Homofobia no Brasil: do problema público ao problema político”, analisamos como as questões concernentes à temática da sexualidade foram inseridas nos debates internacionais dos direitos humanos, permitindo, conseqüentemente, que direitos sexuais de LGBT também fossem reconhecidos na agenda política governamental brasileira. Além disso, investigamos quais situações problemáticas e experiências coletivas tornaram o Projeto de Lei da Câmara um importante instrumento no processo de construção desta causa pública no país.



## 2 HOMOFOBIA: DAS DEFINIÇÕES CLÍNICAS ÀS CONTROVÉRSIAS NAS ARENAS PÚBLICAS

Esta seção discute como diferentes formas de conhecimento definiram o fenômeno da homofobia. Para tanto, adotamos as análises construídas por autores como Foucault (1988) e Santos (2015), acerca das problematizações sobre a sexualidade, visando compreender como o saber-poder teológico, o saber-poder médico e o saber-poder jurídico-canônico atuaram nos processos de categorização do “sujeito homossexual”, e, conseqüentemente, do “sujeito homofóbico”. Por outro lado, analisamos, através das discussões propostas por Borrillo (2010) e Fernandes (2011), como estes processos de definição foram apropriados enquanto situações problemáticas por indivíduos e grupos sociais que passaram a contestar nas arenas públicas outras formas de categorização das homossexualidades e reclamar por ações de combate à homofobia nas várias agendas governamentais do cenário político internacional e nacional.

### 2.1 Homofobia enquanto categoria clínica

Embora seja um tema bastante discutido na atualidade, o termo homofobia consolidou-se como categoria analítica do campo científico a partir da década de 1970, nos Estados Unidos, através das investigações desenvolvidas pelo psicólogo Kenneth T. Smith. No artigo intitulado “***Homophobia: a tentative personality profile***”, Smith (1971) apresenta os resultados de uma pesquisa desenvolvida com 130 estudantes do Curso de Psicologia da *State University College at Fredonia*, por meio da qual, levando em consideração questões etárias, religiosas e socioeconômicas, o autor objetivava compreender qual a percepção dos estudantes sobre a prática da homossexualidade, tendo em vista defender que os vários estudos desenvolvidos acerca do tema, em tese, ocupavam-se apenas em analisar o “comportamento do sujeito homossexual”, mas não conseguiam revelar as razões pelas quais esses sofriam tanta rejeição, preconceito e violência.

Mesmo considerando o caráter hipotético existente nos resultados de sua pesquisa, Smith concluiu que os preconceitos, rejeições e violências ante a prática da homossexualidade decorriam de um estado psicológico autoritário e concepções sexuais extremamente rígidas dos agressores, o qual ele denominou de homofobia. Consequentemente, em suas análises, atribui as razões das violências e crimes contra homossexuais ao campo médico-psiquiátrico (CAMPO et al. 2013), bem como constitui clinicamente uma categoria, no caso, o “*sujeito homofóbico*”, que, em decorrência da fobia, medo e ódio do “*sujeito homossexual*”, produz lesões verbais e/ou físicas a este último, validando, portanto, sua condição de indivíduo que necessita de tratamento psicopatológico.

O psiquiatra George Weinberg<sup>19</sup>, no livro “***Society and the Healthy Homosexual***”, publicado em 1972, também apresenta algumas proposições as quais considera como sendo subjacentes às atitudes de hostilidades aos homossexuais. Na realidade, a literatura destaca que o termo homofobia foi inventado por Weinberg desde 1965, mas Smith realizou uma das primeiras pesquisas sobre o tema, inclusive depois de ler os trabalhos produzidos por Weinberg antes do livro publicado em 1972, quando este último se notabilizou como o criador do termo<sup>20</sup>.

Weinberg “consagra” no campo da psicologia clínica a noção de homofobia como o medo, ódio, repulsa, desconfiança e aversão irreprimível contra homossexuais, legitimando o discurso clínico e medicalizante em torno desta problemática. Além disso, dentre outras<sup>21</sup>, defendia a tese de que alguns “indivíduos portadores da personalidade homofóbica” agredem porque sentem medo de serem

---

<sup>19</sup> O psicólogo clínico americano George Henry Weinberg (New York/EUA, 17 de maio de 1929 – 20 de março de 2017), cunhou o termo homofobia pela primeira vez em 1965 e ampliou as discussões no livro *Society and the Healthy Homosexual*, publicado em 1972. Weinberg foi ativista dos direitos dos homossexuais e participou como líder na campanha que levou a Associação Americana de Psiquiatria a retirar a homossexualidade da lista de doenças mentais no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), em 1973. (Disponível em: < <https://www.britannica.com/biography/George-Weinberg> >. Acesso em: 15 jul. 2017, tradução livre).

<sup>20</sup> Cf. MAYA, 2008.

<sup>21</sup> Maya (2008, p. 12), destaca cinco motivações psicológicas apontadas por Weinberg para classificar as causas da homofobia, no caso: “1) a religiosa (os homossexuais são considerados pecadores por perseguirem o prazer sexual), 2) o medo de ser homossexual (o combate da homossexualidade é a expressão de um desejo recalcado, de acordo com o mecanismo de defesa nomeado por Freud de formação reativa), 3) a inveja reprimida (o homossexual representa uma ameaça para o atributo da masculinidade heterossexual), 4) ameaça dos valores compartilhados pela maioria, e, por último, 5) temor da morte (a ausência de filhos desnuda a mortalidade).

identificados como homossexuais e/ou, de fato, serem homossexuais, o que os levam a exercitar a prática da violência homofóbica, segundo defende Trevisan (2002, p. 398), como “[...] um dos subterfúgios acionados para punir seu próprio desejo reprimido”.

Nesse sentido, Maya (2008) analisa que a noção de homofobia como “o medo do contato com os homossexuais”, defendida por Weinberg, diz respeito, principalmente, ao medo da perda da heterossexualidade e masculinidade, por isso todo o repúdio atribuído culturalmente aos comportamentos que estão relacionados à homossexualidade, como explica:

A sociedade inculca nos indivíduos uma “ficção”, isto é, um ideal heterossexual: casamento, monogamia e filhos. A repulsão aos homossexuais é aprendida desde a infância, a partir da cultura. A aprendizagem da atitude homofóbica ocorre, inicialmente, a partir da formação das impressões. Depois, se as impressões são convertidas em motivação para algumas decisões, ocorre a transformação delas em crenças. Assim, quem ouve alguém ridicularizar os homossexuais está recebendo uma impressão. Mas quem decide ridicularizar os homossexuais atua sobre a base de uma impressão, outorga a essa impressão uma substância, ao fazer dela uma atitude própria, colaborando para aumentar sua convicção na verdade de todas as crenças e dificultar o desalojamento das mesmas [...] **O medo de ser homossexual é aprendido antes de qualquer outra crença** [...] Em resumo, para Weinberg a homofobia possui motivações psicológicas, uma vez que a cultura inculca nos indivíduos uma ficção heterossexual (MAYA, 2008, p. 12, grifo nosso).

Ainda hoje, esse tipo de proposição embasa vários trabalhos científicos acerca do problema da homofobia, sobretudo nas ciências médicas. Campo et al. (2013), por exemplo, desenvolveram um estudo quantitativo e qualitativo na base de pesquisa de dados Medline<sup>22</sup> sobre os principais substantivos utilizados para definir o termo homofobia nos artigos científicos produzidos entre os anos de 2001 a 2012, bem como a causa apresentada como justificativa principal à agressão. Dos artigos investigados, os autores selecionaram treze utilizando o critério da “máxima referência ao termo”. Dentre estes, três artigos faziam uma análise mais densa sobre a questão da homofobia, com distintas definições, a exemplo de ódio, aversão, repugnância, mal-

---

<sup>22</sup> Medline é uma sigla em inglês para sistemas online de busca e análise de literatura médica. É a base de dados bibliográficos da Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos.

estar, etc. Entretanto, o “**temor**” foi o substantivo convergente nos artigos, agrupados em dois domínios principais: atitude negativa e desconforto ante a homossexualidade.

Apesar da importância, inserção e análise dessa problemática no campo científico, essas pesquisas sofrem várias críticas no meio acadêmico, tendo em vista o reducionismo analítico-conceitual por não conseguirem contemplar nas experiências cotidianas as múltiplas configurações que caracterizam o fenômeno da violência contra LGBT. A principal crítica é que a ideia de *fobia* está diretamente relacionada ao campo das patologias, de algo que parece ser inato aos sujeitos, excluindo, conseqüentemente, o social do problema (COLLING, 2015). O próprio Smith, apesar de ter utilizado algumas variáveis como pré-requisito para o desenvolvimento de sua pesquisa, a exemplo das questões religiosas e socioeconômicas, parece não as ter considerado no resultado da investigação, tendo em vista a atribuição das causas implícitas à prática da violência homofóbica ao campo da patologia clínica.

Para Junqueira (2007), uma questão ainda mais preocupante nessas proposições é que quando se pretende relacionar objetivamente o fenômeno da homofobia a uma patologia clínica, ao mesmo tempo, reproduz-se uma lógica de argumentos científicos os quais, historicamente, insistem em conferir à prática da homossexualidade o mesmo sentido – *como no caso de Weinberg que acreditava ser a homofobia o resultado, também, de um mecanismo de defesa pelo medo que o homofóbico possui de ser homossexual* –, tendo em vista não existirem problematizações sociais acerca destas violências, ao contrário, tudo se reduz e volta-se para o sujeito. No caso, tanto o homossexual quanto o homofóbico são tidos como doentes e precisam de tratamento, exatamente porque ambos são “portadores da homossexualidade”, ou seja, há uma rejeição atribuída aos homossexuais, mas esta rejeição não diz respeito ao “indivíduo homossexual” e sim à homossexualidade enquanto um fenômeno psicológico e social (BORRILLO, 2010, p. 22).

A relação entre “homofobia e auto-repressão da homossexualidade”, no caso, a prática da violência e crimes contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros como sendo resultado do desejo sexual reprimido do agressor, é um tipo de proposição que fundamenta a maioria das denúncias e explicações do senso-comum, dos noticiários da imprensa, bem como de pesquisas científicas e órgãos estatais, os quais, muitas vezes, priorizam os tratamentos psiquiátricos em detrimento

de ações e políticas públicas por considerar que o problema da violência contra homossexuais diz respeito, exclusivamente, ao agressor.

Em 2014, por exemplo, um jovem de 17 anos foi acusado de assassinar alguns homens na cidade de Agudos, no Estado de São Paulo. Em entrevistas, o delegado responsável pelas investigações, Jader Biazon, apontou como causa dos crimes o “ódio” do criminoso aos homossexuais (Figura 1). Esse argumento também foi utilizado pelo próprio jovem ao confessar o crime à Polícia Civil de Agudos, conforme Biazon. Inclusive, chama-nos atenção a análise do delegado em relação às razões pelas quais considera como propulsoras do “ódio” que acometeu o criminoso: *“com certeza, ele apresenta um transtorno mental. Na hora em que dá o desejo nele de matar e o ódio dele pelo homossexual, ele mata [...] Talvez ele não aceitasse a própria homossexualidade dele”* (BIAZON apud GRASIELA, 2014).

Figura 1 - Chamada da entrevista do delegado Jader Biazon



Fonte: G1 – TV TEM, 2014<sup>23</sup>

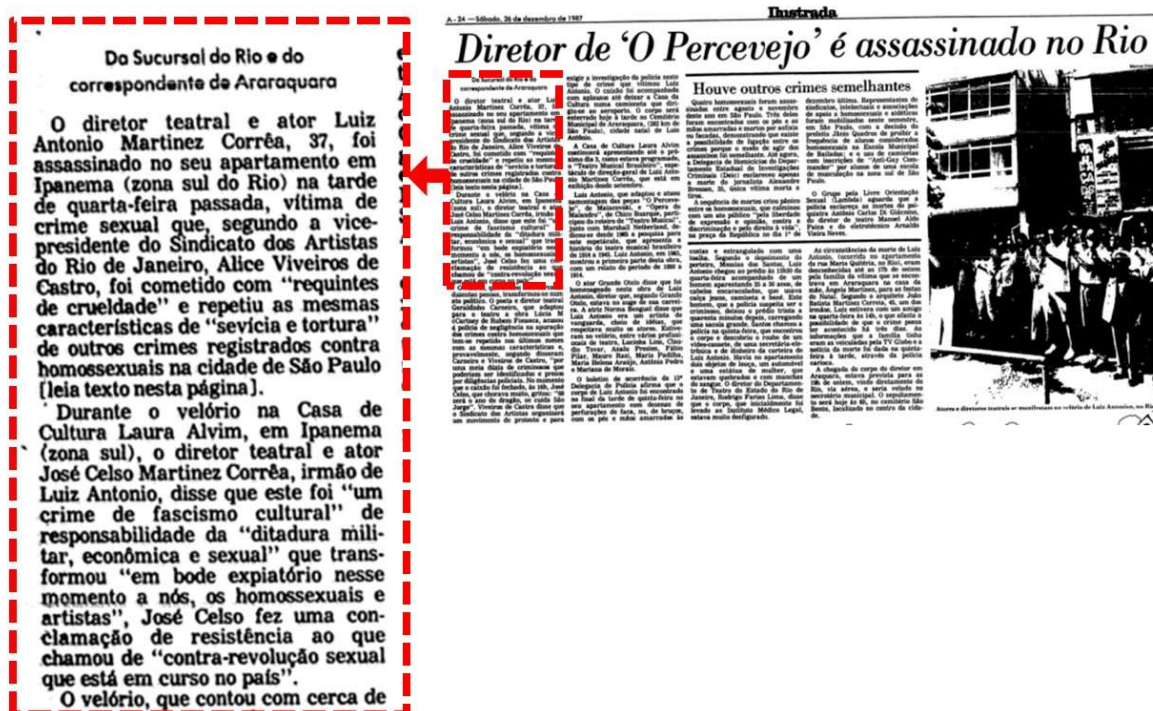
***"Todo homofóbico é uma bicha enrustida"***. Esta frase foi dita pelo diretor, ator, dramaturgo e encenador José Celso Martinez Corrêa, também conhecido como Zé Celso, numa entrevista à Revista TRIP, em 2011, quando questionado: ***Você é a favor de uma lei que criminalize a homofobia?*** Em resposta à pergunta, Zé Celso responde: *“Sim, porque qualquer fobia, se for assassina, o cara tem que ser tirado e*

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2014/04/ele-tem-odio-de-homossexuais-diz-delegado-sobre-homicidio-em-agudos.html>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

*cuidado. Tem que fazer ele cair na real. Ele está fugindo do Eros dele. Todo homofóbico é uma bicha enrustida*" (CORRÊA, 2011).

Zé Celso teve o irmão, Luiz Antônio Martinez Corrêa, assassinado com 107 facadas no dia 23 de dezembro de 1987, crime que chocou o Brasil e foi considerado como preconceito e intolerância em relação à homossexualidade de Antônio Martinez (Figura 2).

Figura 2 - Notícia sobre o assassinato de Luiz Antônio Martinez Corrêa



Fonte: Folha - UOL<sup>24</sup>

Como é possível perceber, as afirmações de Zé Celso e do delegado da cidade de Agudos/SP, Jader Biazon, fazem parte de um imaginário social construído sobre o “homofóbico” enquanto um sujeito que sofre de perturbações clínicas decorrentes da falta de aceitação da própria sexualidade, no caso, da própria homossexualidade. Por um lado, o “sujeito homofóbico” percebe o “sujeito homossexual” como a

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=FRANCIS&site=&periodo=acervo&x=19&y=13>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

representação de todos os males que o acomete, portanto, é merecedor de todo tipo de violência e marginalização. Por outro, esse tipo de imaginário social apela ao “homofóbico” para a sujeição ao tratamento psicopatológico e/ou à aceitação da própria sexualidade como forma de libertação numa sociedade que, antagonicamente, ainda condena o “mal” que constitui os dois sujeitos, no caso, a homossexualidade.

## **2.2 Sexualidade, poder e repressão: os processos de construção dos sujeitos homossexual e homofóbico**

O enquadramento e marginalização da homossexualidade foram densamente problematizados por Michel Foucault, sobretudo na obra “*A história da Sexualidade I: vontade de saber*”. Foucault (1988) empreende uma noção de sexualidade nas sociedades ocidentais modernas enquanto um *dispositivo* de poder/saber que foi constituído historicamente com o objetivo de estabelecer práticas e técnicas discursivas de controle e vigilância dos corpos e dos processos de subjetivação, como esclarece:

A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder [...] As sociedades ocidentais modernas inventaram e instalaram, sobretudo a partir do século XVIII, um novo dispositivo [...] é o *dispositivo de sexualidade* (FOUCAULT, 1988, p. 100 -101, grifo do autor).

Conforme Foucault (2006), o termo *dispositivo* deve ser compreendido como um conjunto que engloba distintos discursos, instituições sociais, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, proposições filosóficas, científicas, morais, religiosas, sexuais, dentre outros. O dispositivo representa uma “rede” que interliga esse conjunto de elementos à função estratégica

de vigiar, dominar e controlar os homens e sociedades, englobando tanto o que é dito como o não dito, o permitido e o não permitido.

Além dessa conceituação, Foucault (1998; 2006) evidencia que é importante compreender o *dispositivo* como algo inserido num contexto histórico específico, o qual surge com a função estratégica de dar respostas a uma determinada necessidade social posta pela estrutura de poder dominante.

Nesse sentido, a *Scientia sexualis moderna* obedece a uma técnica de poder que “[...] tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global” (FOUCAULT, 1988, p. 101), inclusive fazendo uso de práticas de violências. Essa analítica foucaultiana parte da crítica à “hipótese repressiva” da sexualidade moderna, uma tese defendida por estudiosos da sexualidade no século XIX, a exemplo de Freud, através da qual era assinalado o desenvolvimento histórico da sexualidade moderna diretamente ligada a um estado de repressão sexual.

Conforme Foucault (1988), esses estudiosos afirmavam que até o século XVII ainda era possível encontrar alguma franqueza nas palavras, gestos e códigos liberados em relação à sexualidade. Entretanto, com a consolidação da burguesia vitoriana, principalmente no século XIX, houve um “encerramento da sexualidade”, sendo as questões que envolvem as práticas e discursos sexuais transferidos para os campos da regulação, da censura e do silêncio, além do intenso controle do desejo sexual, a negação da sexualidade infantil e um conjunto de exacerbadas preocupações com o adolescente-colegial e seu sexo. Tudo isso coordenado pelo puritanismo burguês-moderno que se fundamentava em um “tríplice decreto de interdição, inexistência e mutismo” (FOUCAULT, 1988, p. 10).

O cair das “noites monótonas” da burguesia vitoriana, acrescenta Foucault (1988), representaria para os teóricos da “hipótese repressiva” o surgimento desse suposto interdito e intolerância com o “ilícito” e a “anormalidade” sexual, tornando, desse modo, o casal reprodutor, a família conjugal e o “quarto dos pais”; o modelo, a norma e o espaço legítimos para o exercício das práticas sexuais. Logo, qualquer



atitude e/ou discurso que tentasse ir contra esse paradigma normativo e regulador estariam sujeitos a sérias punições.

No entanto, como se explicaria a ainda presente vivência sexual proibida? Segundo as teorias fundamentadas na “hipótese repressiva”, as nossas “hipócritas” sociedades burguesas teriam sido forçadas a algumas concessões. Assim, em lugares específicos ainda se encontravam as “espúrias” e “desvairadas” práticas sexuais, pois esses espaços teriam sido criados exatamente com o propósito de reinscrição dos sujeitos, ou nos circuitos da produção ou ao menos na aquisição do lucro. Desde que tais vivências estivessem obrigatoriamente sempre regadas a “discursos clandestinos, circunscritos e codificados” (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Foucault (1988) ainda defende que a concepção proporcionada pela “hipótese repressiva” a respeito da relação entre poder, saber e prazer, expressa num “silenciamento” do discurso sobre o sexo e as práticas sexuais na modernidade, significa um engodo. Deste modo, expõe suas críticas à ciência da sexualidade moderna no século XIX, partindo dos seguintes questionamentos:

Estaríamos liberados desses dois longos séculos onde a história da sexualidade devia ser lida, inicialmente, como a crônica de uma crescente repressão? Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Como se, para dominá-lo no plano real, tivesse sido necessário, primeiro, reduzi-lo ao nível da linguagem, controlar sua livre circulação no discurso, bani-lo das coisas ditas e extinguir as palavras que o tornam presente de maneira demasiado sensível. Dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam chamá-lo pelo nome. Sem mesmo ter que dizê-lo, o pudor moderno obteria que não se falasse dele, exclusivamente por intermédio de proibições que se completam mutuamente: mutismos que, de tanto calar-se, impõe o silêncio. (FOUCAULT, 1988, p.11-21).

A partir da desconfiança a respeito das “verdades (repressivas) produzidas sobre a história da sexualidade moderna”, Foucault (1988) problematiza, primeiramente, o lugar por elas ocupado no posicionamento teórico e metodológico de Freud nos “ensaios sobre a sexualidade” e na “etiologia das neuroses”, através dos quais este objetivava ampliar a noção de sexualidade para além do âmbito genital. Freud investigou, por um lado, sobre as aberrações sexuais, a sexualidade infantil e

as transformações da puberdade, por outro, buscou desvelar os desejos sexuais reprimidos no inconsciente para alcançar a libertação das “histerias” individuais.

Neste caso, a crítica recai sobre a relação que Freud estabeleceu entre sujeito e sexualidade fundamentada nas noções de desejo e repressão como determinantes para a construção e explicação das experiências subjetivas na sociedade moderna ocidental (PINHEIRO, 2003). Talvez seja custoso afirmar, mas acredita-se que as questões colocadas por Foucault em relação às descobertas de Freud para a “solução” desse processo repressor, poderiam ser assim esquematizadas: a psicanálise de Freud libertaria o sujeito – e a *própria sociedade* – das mazelas causadas pelo moralista mundo burguês, com suas práticas repressivas? Teria agora o terapeuta e/ou analista a possibilidade de nos ajudar a reinscrever uma nova subjetividade, fazendo uso do “poderoso” exercício da fala para desvelar nossos desejos mais profundos, causadores de nossas neuroses?

Para Freud, a resposta provavelmente seria sim. Mesmo que alguns problemas continuassem a existir, a capacidade de expressão subjetiva de cada um, associada ao uso empírico de tal perspectiva, teria condição de proporcionar “um final feliz para uma triste história de restrição do potencial humano” (SPARGO, 2006, p. 11). Entretanto, Foucault (1988) ressalta que esse “exercício subjetivo da fala” como caminho libertador das neuroses causadas pelas repressões sexuais não teria sido eficiente nem justificável, pois manteve-se cauteloso ao “transbordamento” e protegido no espaço entre o divã e o discurso. Ademais, se esse discurso apreendia a sexualidade como “refém” do interdito, a explicação oferecida para a libertação do poder opressor sobreposto sobre essa mesma sexualidade, seria, por certo, a de uma necessária transgressão das leis, irrupções e interdições, bem como a constituição de uma nova economia dos mecanismos de poder.

Tais posicionamentos exigiriam certamente uma concepção teórica politizada e comprometida com a “produção de verdades” que fossem capazes de promover a libertação. No entanto, o fato é que a teoria freudiana, assim como outras práticas e discursos teóricos oriundos da *Scientia sexualis* do século XIX estiveram, segundo Foucault (1988), muito distantes dessa possibilidade em virtude de seu exagerado compromisso com a neutralidade científica. Sobre isso, comenta:

Pelo menos até Freud, o discurso sobre o sexo não teria feito mais do que ocultar continuamente o que dele se falava. Poder-se-iam considerar todas as coisas ditas, precauções meticulosas e análises detalhadas, como procedimentos destinados a esquivar a verdade insuportável e excessivamente perigosa sobre o sexo. E o simples fato de se ter pretendido falar dele do ponto de vista purificado e neutro da ciência já é, em si mesmo, significativo. De fato, era uma ciência feita de esquivas já que, na incapacidade ou recusa em falar do próprio sexo, referia-se sobretudo às suas aberrações, perversões, extravagâncias excepcionais, anulações patológicas, exasperações mórbidas. Era, também, uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, cujas classificações reiterou sob a forma de normas médicas. A pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações; afirmou perigosos à sociedade inteira os hábitos furtivos dos tímidos e as pequenas e mais solitárias manias; no final dos prazeres insólitos colocou nada menos do que a morte: a dos indivíduos, a das gerações, a da espécie. Vinculou-se, com isso, a uma prática médica insistente e indiscreta, volúvel no proclamar suas repugnâncias, pronta a correr em socorro da lei e da opinião dominante; mas servil ante às potências da ordem do que dócil às exigências da verdade (FOUCAULT, 1988, p. 53-54).

Além da postura freudiana “acrítica”<sup>25</sup>, Spargo (2006) observa que a negativa de Foucault tanto em relação a Freud como em relação à psicanálise concentra-se principalmente nos mecanismos de produção da verdade no tocante ao desenvolvimento da identidade sexual humana, que é tomada por meio do Complexo de Édipo, de modo geral e naturalizante, e acrescenta:

Enquanto os psicanalistas encorajavam seus pacientes a explorar os segredos que poderiam ser a chave para sua saúde mental e emocional, Foucault dedicou-se a explorar as maneiras pelas quais a psicanálise (entre vários outros discursos) nos convida, ou, mais propriamente, nos incita a produzir um saber sobre nossa sexualidade, saber que é mais cultural do que natural e que contribui para a manutenção de relações de poder específicas (SPARGO, 2006, p. 13).

A segunda crítica sobre a “hipótese repressiva” apresentada por Foucault (1988) é endereçada à concepção marxista que defende – ainda hoje – ser a relação

---

<sup>25</sup> Na realidade, Maya (2008, p. 20) defende que, tanto Freud quanto os primeiros psicanalistas, tinham conhecimento de que o posicionamento científico adotado não era imparcial, ao contrário, toda rigidez da psicanálise para com a homossexualidade era um ato de lealdade para com o ideal da família burguesa nuclear.

entre poder e repressão (sexual) consequência do desenvolvimento do capitalismo e da ordem burguesa emergentes no século XVII. Justificava-se que o acelerado modo de produção industrial exigiria a máxima exploração da força de trabalho humano e as práticas sexuais para além da reprodução significariam um risco, pois estariam sendo desperdiçadas em prazeres “frívolos” e comprometendo o sistemático modo de produção burguês. Assim sendo, para esta abordagem “[...] se o sexo é reprimido com tanto rigor, é por ser incompatível com uma colocação no trabalho [...] e a causa do sexo – de sua liberdade, do seu conhecimento e do direito de falar dele – encontra-se, com toda legitimidade, ligada às honras de uma causa política” (FOUCAULT, 1988, p. 11-12).

Para Foucault (1988), esse discurso sustentou-se por demonstrar-se fácil e prontamente delimitado em relação ao debate sobre repressão sexual e poder, todavia, é limitado, pois não permite que a sexualidade seja analisada de uma maneira mais ampla. O enfoque localiza-se apenas numa dita repressão orientada pela lógica do modo de produção e manifesta, conseqüentemente, no mundo do trabalho, ou seja, essa teoria defende que na análise dos modos de produção a repressão sexual representa um elemento a mais na lógica de dominação da sociedade burguesa, “uma técnica de sujeição dos corpos para o não-prazer, na busca de sua capacitação como força de trabalho” (BOAS, 2002, p. 89).

Se antes a repressão sexual era sustentada pela moral cristã, para essa perspectiva os “antigos pudores” são vistos como coordenados pela moral burguesa, sendo necessário tanto o fim desta quanto de todos os mecanismos de poder e exploração no campo da produção econômica e ideológica que a sustenta, para então suceder o término das repressões.

Foucault (1988) coloca em dúvida mais uma perspectiva que sustenta a hipótese repressiva da sexualidade, a qual denomina de *benefício do locutor*. Ele esclarece que sendo o sexo reprimido, condenado à interdição, à inexistência e ao mutismo, falar abertamente do interdito significa para o “locutor” sinônimo de transgressão da lei, dissociação com o poder repressor, por conseguinte, a abertura, ao menos no futuro, para uma libertação no campo sexual. Entretanto, para o autor, esse entendimento é contraditório, pois:

A ideia do sexo reprimido, portanto, não é somente objeto de teoria. A afirmação de uma sexualidade que nunca fora dominada com tanto rigor como na época da hipócrita burguesia negociadora e contabilizadora é acompanhada pela ênfase de um discurso negociador destinado a dizer a verdade sobre o sexo, a modificar sua economia no real, a subverter a lei que o rege, a mudar seu futuro. O enunciado da opressão e a forma da pregação referem-se mutuamente; reforçam-se reciprocamente [...] a questão não é colocar porque somos reprimidos, mas, porque dizemos, com tanta paixão, tanto rancor contra nosso passado, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos? (FOUCAULT, 1988, p. 13-14).

Boas (2002, p. 92) assinala que considerando a relação entre poder e saber, tais teorias colocavam-se como instrumentos de produção de verdades em relação à história da repressão sexual moderna. Assim, a expressão de saberes “reveladores” da negativa ligação entre sexo e poder parecia estar a serviço da clareza e da verdade científica. Porém, a crítica de Foucault objetivava exatamente mostrar que tanto a hipótese repressiva quanto os discursos científicos sobre essa eram equivocados, pois acreditavam que uma crítica discursiva sobre a repressão desestabilizaria e/ou eliminaria as relações de poder, como se estas ocorressem fora das práticas discursivas.

Assim sendo, três questionamentos devem ser considerados no processo de reflexão a respeito da verdade atribuída à “hipótese repressiva” da sexualidade ocidental no século XIX (FOUCAULT, 1988, p. 15-16):

- 1) A repressão do sexo seria mesmo uma evidência histórica?
- 2) A mecânica do poder e, em particular, a que é posta em jogo numa sociedade como a nossa, seria mesmo essencialmente de ordem repressiva?
- 3) O discurso crítico que se dirige à repressão viria cruzar com um mecanismo de poder, que funcionara até então sem contestação, para barrar-lhe a via, ou faria parte da mesma rede histórica daquilo que denuncia (e sem dúvida disfarça) chamando-o de “repressão”?

Conforme Foucault, o primeiro questionamento situa-se no nível histórico, o segundo no nível histórico-teórico e o terceiro no nível histórico-político. A partir disso, pode-se compreender que para Foucault o problema teórico e metodológico existente

na noção empreendida pelas *Scientia sexualis* acerca da “hipótese repressiva” advém do fato de tais saberes tratarem a repressão de modo essencialista e absoluto para a explicação da história da sexualidade ocidental moderna, ou seja:

Foucault abandona a linearidade dos postulados e procedimentos, usualmente utilizados ao se pesquisar a história, na tentativa de fazer uma história inteiramente diferente daquilo que os homens disseram. Ele busca estabelecer a constituição dos saberes, privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, na tentativa de responder como os saberes aparecem e se transformam. Para este autor não há uma causalidade determinante de um saber, pois todas as relações causais são arbitrárias e para estudar os postulados instituídos que circulam no campo social ele nos propõe que o interroguemos, colocando em questão suas verdades e qual, ou quais, os processos históricos que propiciaram sua cristalização (SANTOS, 2015, p. 38).

Este posicionamento analítico de Foucault ocorre num momento denominado por ele como “*método arqueológico*”<sup>26</sup>, por meio do qual objetivava compreender historicamente as maneiras pelas quais a relação entre o saber/poder mantém a função de produzir técnicas de controle e dominação através de práticas que possuem, sobretudo, um caráter “não-discursivo”. Seu propósito não era resgatar e/ou reconstruir o passado, mas entender a dinamicidade do dispositivo de sexualidade no tocante à determinação de um regime de verdades atribuídas à dimensão da vida sexual que atinge diretamente os processos de subjetivação.

Na obra *Arqueologia do saber*, Foucault (2008) desenvolveu um trabalho sobre a história dos discursos, mais precisamente sobre os “discursos dos historiadores”. Nesse contexto de análise o autor concentra-se em enunciar e criticar a perspectiva segundo a qual os historiadores têm-se voltado para a história em busca de uma reconstrução que a considera um processo irreversível, estável e quase sempre sem rupturas, considerando os fenômenos sociais como sendo contínuos e resultantes de movimentos cumulativos. É nesse sentido que seu esforço objetiva “(re)construir”, a partir de uma perspectiva não linear, o projeto de uma história

---

<sup>26</sup> O momento arqueológico corresponde aos anos entre 1961 e 1969, com as obras: 1961 – História da loucura na idade clássica; 1963 – O nascimento da clínica; 1966 – As palavras e as coisas; 1969 – A arqueologia do saber (BOAS, 2002, p. 11).

global, tendo como base a seguinte constatação: “em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade” (FOUCAULT, 2008, p.06).

Foucault (2008, p. 18) critica perspectivas de análises históricas fundadas em representações miméticas da realidade, como entre tendências analítico-estruturais, pois acredita que elas se revestem de caráter teleológico e limitam-se a utilizar categorias das totalidades culturais, como por exemplo, as visões de mundo, os estudos das classes sociais, tipos ideais ou o espírito singular das épocas. Assim sendo, propõe, através de seu método arqueológico, uma análise que se concentra exatamente nos processos de “descontinuidades” e “singularidades” históricas, ou seja, na análise de “uma história dos objetos discursivos” (idem, p. 54).

Nessa fase de sua produção o interesse está voltado para o campo das “ciências do homem” (filosofia, sociologia, psicologia, história, antropologia, entre outras) e ele busca desvelar de que maneira as regras de uma determinada época permitem a tais ciências a instituição de discursos que condicionam a institucionalização de verdades sobre o proibido e o permitido, sobre o normal e o anormal, sobre o certo e o errado; como salienta Boas (2002, p. 11), “ele procura estabelecer a que nível se articula o ‘discurso da verdade’, referindo-se a questões tais como ‘quem diz’, ‘como se diz’ e ‘que instituição o diz’”.

Lemos e Júnior (2009) explicam que a preocupação de Foucault com as regras científicas, as quais entendia reger as práticas discursivas, ocasionou uma sobreposição teórico-analítica a respeito das práticas institucionais no momento da análise arqueológica. Entretanto, mesmo estudando os discursos científicos, a questão principal centrava-se na apreensão dos “jogos de verdades” produzidos por essas ciências no tocante ao sujeito e aos processos de subjetivação, tendo em vista que, se o homem é o objeto de estudo dessas ciências, Foucault tentava entender os modos pelos quais este era objetivado no discurso científico.

Num segundo momento de sua abordagem teórico-metodológica, denominada de *método genealógico*<sup>27</sup>, o enfoque principal deixa de ser a análise discursivo-

---

<sup>27</sup> O momento genealógico vai de 1970 até a morte de Foucault em 1984, com as obras: 1971 - A ordem do discurso; 1975 - Vigiar e punir; 1976 - História da sexualidade 1: a vontade de saber; 1978 - Herméneutica

científica para se concentrar na problematização do poder que é exercido por meio desses saberes <sup>28</sup> na produção de verdades repressoras e coercitivas das experiências subjetivas, representando, deste modo, um avanço para a compreensão das práticas que têm um caráter discursivo, ou não, além das questões estratégicas de controle e vigilância a elas relacionadas.

De acordo com Machado (2006), na fase genealógica não existe necessariamente uma mudança em relação aos interesses da investigação nos estudos de Foucault, mas na forma de apreciação dos fenômenos; enquanto no procedimento arqueológico Foucault objetivava compreender como se constituíam os saberes e as inter-relações discursivas ligadas às instituições, na abordagem genealógica ele teve como proposta entender o porquê de ocorrer esse processo. É o próprio Machado que assim se posiciona a respeito:

Seu objetivo não é principalmente descrever as compatibilidades e incompatibilidades entre saberes a partir da configuração de suas positivities; o que pretende é, em última análise, explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que iminentes a eles – pois não se trata de considerá-los como efeito ou resultante – os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É essa análise do porquê dos saberes, que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-o como peça de relações de poder ou incluindo-o em um dispositivo político, que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia (2006, p. X).

Frente a esse novo posicionamento analítico, Foucault objetivava desconstruir essa metanarrativa do social no tocante à relação entre o sujeito e o sexo, para estudar “[...] as instâncias de produção discursiva, de produção de poder, das

---

Barbin/Diário de um hermafrodita; 1982 – A desordem das famílias 1984 - História da sexualidade 2: o uso dos prazeres; 1984 - História da sexualidade 3: o cuidado de si (BOAS, 2002, p. 11).

<sup>28</sup> A respeito dessa “distinção” metodológica alguns estudiosos de Foucault apontam que no momento arqueológico não havia nenhuma criticidade e/ou tomada de posição política nas argumentações do autor, pois sua preocupação era analisar as práticas discursivas fora das relações de poder, ocorridas apenas no momento genealógico. Entretanto, ratificamos o pensamento de Ribeiro (2009) no tocante ao fato de que em se tratando dos processos de subjetivação os dois momentos são compatíveis em seu sentido crítico e político, pois na análise do próprio desenvolvimento das condições históricas e das regras específicas do discurso científico, pode-se apreender a transformação das condições de existência e funcionamento dos discursos práticos. Nesse caso, se no momento genealógico foi instaurada uma crítica do poder, estabelecendo novos critérios de análises, o diagnóstico arqueológico foi de fundamental importância.



produções de saber” (FOUCAULT, 1988, p. 17). No caso, ele empreende uma substituição da “teoria do poder” por uma perspectiva “analítica do poder” (POGREBINSCHI, 2004, p. 186).

Ressalte-se que Foucault não desconsiderou a relação entre poder, saber e repressão sexual nas sociedades modernas burguês-capitalistas. Ao contrário, como salienta Ferraz (2005, p. 75), seu *modus operandi* no tocante à inversão ou à negação da hipótese repressiva não tem como objetivo “negar ou [...] refutar determinada hipótese, revirando-a pelo avesso, invertendo-a para se chegar a uma suposta verdade última, definitiva. Trata-se, antes, de afastar-se do solo dogmático das ‘verdades’, das certezas”.

Em tese, Foucault tinha como propósito compreender se realmente existia uma evidência histórica em relação aos mecanismos de sujeição dos indivíduos na esfera sexual aos moldes do que era proposto pelos cientistas que faziam uso da hipótese repressiva. Para ele, a repressão sexual não estava na prática do silenciamento, ao contrário de um encerramento discursivo da sexualidade, Foucault defendia que houve exatamente uma explosão do sexo no âmbito do “discurso não-dito” e a produção de verdades sobre o sexo e suas práticas:

O segredo do sexo não é, sem dúvida, a realidade fundamental à qual se dispõem todas as incitações a falar de sexo – *quer tentem quebrá-lo quer o reproduzam de forma obscura, pela própria maneira de falar*. Trata-se, ao contrário, de um tema que faz parte da própria mecânica dessas incitações: maneira de dar forma à exigência de falar, fábula indispensável à economia infinitamente proliferante do discurso sobre o sexo. O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado o sexo a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o *segredo* (FOUCAULT, 1988, p. 36, grifo do autor).

Consequentemente, os elementos negativos (proibição, interdição, recusas, mutismo etc.) devem ser compreendidos como técnicas de poder utilizadas com a função de disseminar, implantar e desvelar as sexualidades “polimorfas” e assim, poder controlá-las. Para Foucault (1988), a função estratégica do *dispositivo* da sexualidade instaurado no século XIX foi o processo de classificação, ou seja, o lícito e o ilícito estavam, até o século XVIII, relacionados às práticas matrimônios e todos

os constrangimentos sexuais do proibido passavam pela vida do casal, o qual era sobrecarregado de normas estabelecidas e controladas pelo direito canônico, pela pastoral cristã e pela lei civil.

Porém, com a instauração da ciência moderna da sexualidade, houve uma multiplicação de sexualidades e as práticas fora das relações matrimoniais, antes tidas apenas como “impróprias”, tornaram-se periféricas e vulneráveis à interpelação. Não é por outra razão que é justamente nesse contexto histórico que emergem e são codificadas as “perversões”. Conforme Foucault salienta, com a ciência da sexualidade moderna:

[...] o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios; as obsessões; as pequenas manias ou as grandes raivas. Todas essas figuras, outrora apenas entrevistadas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são. Sem dúvida não são menos condenadas. Mas são escutadas; e se novamente for interrogada, a sexualidade regular o será a partir dessas sexualidades periféricas, através de um movimento de refluxo (1988, p. 39).

O interesse pelo processo de classificação e controle, não apenas das sexualidades consideradas “polimorfos”, mas também de todos os sujeitos tomados como loucos, viciados, histéricos e anormais, dizia respeito a um projeto de manutenção e garantia do Estado moderno burguês-capitalista. Foucault (1988) explica que a partir do século XVII desenvolveram-se dois tipos de poderes sobre a vida, que estão interligados por um conjunto de relações, no caso, o poder disciplinar e o biopoder:

[...] o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizavam as disciplinas: *anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, como todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma

série de intervenções e *controles reguladores: uma biopolítica da população* (FOUCAULT, 1988, p. 131, grifo do autor).

A relação entre o controle anatômico e biológico instaurado na sociedade moderna tem a função estratégica de produzir um “corpo dócil”, ou seja, a “diferença” (identitária) foi “inventada”, classificada, nomeada não com o propósito de ser eliminada, mas tomada como modelo determinante para dizer o que é “ser normal” ao uso das vivências sexuais, conjugais, religiosas, principalmente ao bom ordenamento da máquina estatal. Esse tipo de intervenção na produção do corpo caracteriza a emergência do exercício de um “biopoder”, que representa “um elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 132).

Silva (2009) explica que esse momento das classificações representa a expressão da relação entre o poder/saber, porque no entender de Foucault não existe nenhum saber que seja desprovido de uma vontade de poder, assim como não existe poder que não se utilize do saber. Logo, a “funcionalidade” do saber sexual moderno era determinar os discursos e práticas institucionais por meio dos quais nos tornamos sujeitos, sendo o “sujeito o resultado dos dispositivos que o constroem como tal” (Op. cit. p. 121).

O próprio Foucault (1988, p. 40) coloca a sexualidade numa dimensão da “contra-natureza”, neste caso, para ele, o sujeito é construído historicamente e orientado por uma produção de verdades instauradas e legitimadas por meio dos distintos saberes, os quais buscam desenvolver práticas e técnicas estratégicas de controle, vigilância e dominação dos indivíduos e sociedades, a exemplo do saber científico. É nesse contexto que Foucault defende ter ocorrido o surgimento do “sujeito homossexual” em contraposição à figura do sodomita.

No caso, sodomita é um termo bíblico que faz referência às cidades de Sodoma e Gomorra no livro de Gênesis, as quais foram destruídas pela ira divina em decorrência das “perversões sexuais”, sobretudo as relações sexuais entre homens. Para a tradição judaico-cristã, o sodomita era um praticante do pecado nefando – o

*que não pode ser dito* –, um pecado que ia de encontro à natureza humana, ao que Deus constituiu como o “ideal/normal” para as relações sexuais. Qualquer relação sexual que não tivesse como fim proposto a procriação era considerada um pecado e, no caso da homossexualidade, a expressão foi aplicada a esses atos até o século XIX (PRETES; VIANNA; 2007).

Como analisado por Santos (2015), com a formação dos Estados católicos e não-católicos, houve uma articulação entre o saber-poder teológico e o saber-poder jurídico para tipificar a sodomia que, além de ser considerada um pecado contra Deus, passou a ser estigmatizada como um crime contra o Estado, situação que ocorreu, também, no período do Brasil Colonial.

A Igreja Católica Apostólica Romana, como forma estratégica de resistência ao avanço do protestantismo, salienta Santos (2015), retomou a política de punição das heresias consideradas pela igreja através da (re)criação da Congregação do Santo Ofício, instituída pelo Papa Paulo III em 1542. O Santo Ofício eram instituições formadas pelos tribunais da Igreja Católica desde o período medieval (século XIII), os quais tinham como objetivo desenvolver práticas “purificadoras e inquisidoras” contra todos os indivíduos que ameaçassem às doutrinas impostas pela igreja. Apesar de o Brasil não ter tido tribunais do Santo Ofício, a pedagogia do medo imposta pela inquisição moderna chegou ao país através dos emissários da igreja que buscavam punir os que pudessem colocar em risco os interesses do alto clero e da nobreza com seus pecados, como explica:

A Igreja Católica Apostólica Romana, sentindo-se ameaçada por heresias, necessitava de mecanismos que pudessem combater as ameaças provocadas pela Contra-Reforma. Assim, abalada pelas perdas sofridas através do avanço do protestantismo, por meio dos jesuítas e das fogueiras da Inquisição procurou recuperar-se. Concomitantemente, para a Coroa Portuguesa, administrar as terras ultramarinas era prioridade e, em sua empreitada político-econômico, não podia deixar de lado a preocupação com o comportamento e normas dos nativos, pois a religião – normatizada e imprescindível – era parte constituinte do cotidiano do povo lusitano, destinado por Deus a uma missão expansionista e salvadora. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, instituição da estrutura da Igreja de Roma e subordinada à Coroa Lusitana, formalmente organizada no Reino em 1536, seria o olhar vigilante do Rei e da fé católica em terras brasileiras (SANTOS, 2015, p. 54).

Ainda hoje, essa “verdade teológica” é utilizada como justificativa para práticas de exclusão dos homossexuais nos espaços religiosos. No dia 30 de março de 2016, por exemplo, a Diretoria da Convenção Batista Brasileira (CBB) excluiu de sua rede filial a Igreja Batista do Pinheiro, localizada na cidade de Maceió/AL, em decorrência desta última ter aceitado batizar pessoas LGBT, efetivando-os como membros da igreja<sup>29</sup>. Os argumentos utilizados, fundamentados no “Estatuto da CBB” e no “Pronunciamento oficial da Convenção Batista Brasileira (CBB): Estatuto da Diversidade Sexual”, denotam certo antagonismo, na medida em que, por um lado, se posicionam contrários aos preconceitos homofóbicos, e, por outro, retomam o discurso bíblico para legitimar a discriminação de homossexuais, como consta nos itens 4.1 até 4.9 da declaração publicada pela CBB contra a decisão inclusiva da Igreja Batista do Pinheiro:

4.1. – **Quanto à homofobia, somos contra qualquer tipo de discriminação**, desrespeito, abuso ou violência, seja ela contra quem for.

4.2 – **Todavia, nos reservamos o direito constitucional (liberdade religiosa) de discordar da prática homossexual**, por entender que é biblicamente pecaminosa e viola o padrão original de Deus para com os seres humanos. O Antigo e Novo Testamentos desaprovam severamente práticas homossexuais (Lv 18.22; 20.13; Is 3.9; Rm 1.24-27; 1 Co 6.9-10; 1 Tm 1.9-10). Consequentemente, não aprovamos tais práticas.

4.3 – **Em relação ao chamado casamento homo afetivo, entendemos que uniões legais amparam arranjos de pessoas do mesmo sexo** que decidem estabelecer um relacionamento de união e que necessitem legar herança, visitar companheiros em hospitais etc.

4.4 – **Por outro lado, o matrimônio biblicamente instituído por Deus é** uma união integral de corpo e mente (Gn 2.18, 23-24), baseado em um compromisso de permanência e exclusividade **entre o sexo masculino e o sexo feminino**, e selado pelo ato sexual.

4.5 – A Bíblia Sagrada apresenta a criação dos seres humanos em dois sexos: “...homem e mulher os criou” (Gn 1.27). Tal criação visava ao casamento, expresso em companheirismo, união sexual e procriação (Gn 2. 23-25). Jesus Cristo reiterou esta norma ao afirmar “que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher, e disse: Por esta causa deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, tornando-se os dois uma só carne” (Mt 19.4, 5).

4.6 – Esta união tem valor intrínseco, independente de procriação. Todavia, se houver filhos, a união se aprofunda e enriquece. Entendemos que o casamento, nos parâmetros bíblicos, salvaguarda os interesses das crianças.

---

<sup>29</sup> Esta decisão foi publicada no documento intitulado: “Declaração da Diretoria da Convenção Batista Brasileira sobre a aceitação de pessoas homo afetivas no rol de membros da Igreja Batista do Pinheiro, Maceió, AL”. Disponível em: <[http://batistas.com/portal-antigo/images/pdfs/DOC%20CBB%20-%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20IBPinheiros\\_final.pdf](http://batistas.com/portal-antigo/images/pdfs/DOC%20CBB%20-%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20IBPinheiros_final.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2017.

Adicionalmente, cremos que é direito de toda criança ter pai e mãe. Portanto, o Estado deve reconhecer e apoiar o matrimônio.

4.7 – Não concordamos com a criação de um novo modelo de casamento contrariando a Bíblia, a própria Constituição (Art. 226) e o Código Civil (Art. 1521).

4.8 – No que se refere a proibir tratamento e até mesmo promessa de “cura” a não heterossexuais, tem-se presentemente ampla evidência de pessoas que foram homossexuais praticantes, e através de tratamento foram restaurados. Portanto, tal proibição é um contrassenso. A Bíblia registra a restauração em I Coríntios 6.9-11, “...Não vos enganeis: nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, ...herdarão o reino de Deus. Tais fostes alguns de vós; mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus. “Consequentemente, defendemos que ministros religiosos e profissionais liberais devem ter assegurado o direito de ministrar tratamento a homossexuais que assim o desejem.

4,9 – Com referência às decisões legais contrárias ao posicionamento bíblico o documento ainda menciona: ...rejeitamos qualquer instrumento de coerção que nos force a concordar com práticas inconstitucionais e antibíblicas. Por sinal, vale enfatizar que esse Estatuto (*decisões ou jurisprudências estabelecidas*) é inconstitucional, ilegal, heterofóbico e cristofóbico. Sabemos que quando os poderes terreno e divino colidem, nossa obrigação é “obedecer a Deus”, e não a seres humanos” (At 5.29). Portanto, nenhum poder na terra – seja cultural ou político – nos forçará ao silêncio ou à acomodação.”

(Declaração da Diretoria da Convenção Batista Brasileira sobre a aceitação de pessoas homo afetivas no rol de membros da Igreja Batista do Pinheiro, Maceió, AL, 2016, p. 2-3, grifo nosso).

Tais proposições do campo do saber-poder teológico, que ainda hoje condenam o ato da homossexualidade como uma prática de sodomia e determinam que deve ser considerada interdita e transgressora aos princípios divinos, ganharam novas configurações com a formação da ciência moderna, sobretudo a *Scientia sexualis*. Desta figura interdita distingue-se sobremaneira a figura do homossexual do século XIX, uma vez que se torna figura encarnada, “[...] com um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida” (FOUCAULT, 1988, p. 43). Ao lado da ontologização, processo que se afigura como movimento de dotação do homossexual de uma natureza própria, subjaz uma morfologia específica que (d)enuncia a presença de uma conduta capaz de inverter a ordem “natural” do masculino e do feminino. Foucault afirma que enquanto “o sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (Op. cit., p. 44).

O termo “homossexualidade”<sup>30</sup> foi cunhado pela primeira vez em 1868 pelo escritor húngaro Karl-Maria Kertbey em uma carta para Karl Heinrich Ulrichs, um jurista que buscava reformar a “lei do sexo” – o *Código Penal Prussiano* – na Alemanha e considerado o “pai do movimento gay”. Kertbey apresentou uma classificação dos tipos sexuais para contrapor às categorias pejorativas que predominavam no contexto alemão, a exemplo de pederasta e sodomita.

Os termos “*Homossexual; Heterossexual; Monossexual e Heterogenit*” foram inventados por Kertbey de modo que pudessem auxiliar a Ulrichs na constituição de uma teoria científica para explicar a homossexualidade. Os atos eróticos realizados por homens com homens, e mulheres com mulheres foram classificados de homossexuais; relações entre homens e mulheres de heterossexuais; monossexual se referia à masturbação e heterogenit aos atos eróticos de seres humanos com animais:

Neste novo panorama a sodomia passou a ser designada pelos sexólogos pelo termo homossexualismo, agregando-lhe o caráter patológico, pois se desviava da única expressão da sexualidade pautada pela ciência como normal: a heterossexualidade (SANTOS, 2015, p. 57).

Assim, a negação da homossexualidade continuou presente dentro da lógica organizacional da sociedade ocidental, onde o campo do saber médico passa a classificar o homossexual como um ser à parte, uma perversão capaz de comprometer o desenvolvimento humano, a norma heterossexual e a família patriarcal burguesa, por isso os efeitos disciplinadores, marginalizadores, subordinadores e controle social sobre esta sexualidade (MAFRA, 2015).

A prática da homossexualidade afigura-se nesse momento como sendo algo de caráter anômalo, denominada (e diagnosticada) pela medicina e psiquiatria da época, “uma classificação psiquiátrica que identifica um ‘tipo’, com características próprias transformadas no fundamento de sua existência” (CASSAL; BICALHO, 2011). Em tese, do ponto de vista médico-psiquiátrico o desejo e a prática

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<http://outhistory.org/exhibits/show/heterohomobi/karlmaria>>. Acesso em: 22 out. 2017.

homossexual eram tomados como um “prazer perverso”, pois esta fugia à lógica da reprodução familiar heterossexual. Estas práticas foram atribuídas à dimensão instintivo-biológica, desta forma, forjaram o surgimento de determinadas regras de normalização e patologização, favorecendo a criação de tecnologias estratégicas de correção (FOUCAULT, 1988, p. 100).

### 2.3 “Homossexualidade não tem cura, homofobia sim!”

Conforme Bortolozzi (2017), no contexto brasileiro, os processos de “cura da homossexualidade” iniciaram-se no começo do século XX. Uma das primeiras propostas de psicoterapias de “(re)orientação da homossexualidade” encontra-se na obra do médico brasileiro José Ricardo Pires de Almeida: *“Homossexualidade (A libertinagem no Rio de Janeiro) – um estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital”*, publicada em 1906.

A obra, assinala Bortolozzi (2017), surge num contexto em que a medicina passa a assumir um importante papel de controle e higienização das práticas tidas como “desviantes” e dos “vícios” que poderiam colocar em risco os projetos republicanos do Estado brasileiro, a exemplo das homossexualidades.

Santos (2015), em análise sobre esse processo histórico de patologização das práticas sexuais dissidentes a partir do nascimento da psiquiatria brasileira no início do século XX, explica que:

Após a Proclamação da República Federativa do Brasil, em 15 de novembro de 1889, o modelo de família branca, burguesa, heterossexual e monogâmica passou a ser considerado a base da Nação Brasileira, elevando-se como o modelo correto a ser perseguido e, como um arquétipo, se alojou no imaginário social com características quase impossíveis de serem destruídas. Desta forma o desejo de possuir uma família e cumprir o ideal burguês de casar, com ou sem amor entre os pares, tornou-se uma questão de honrar seu lugar na sociedade e ser reconhecido como um cidadão, ou cidadã, que pratica a ordem. Com relação à sexualidade, o mundo idealizado pelo dispositivo da sexualidade convocou médicos, juristas e psiquiatras, através do pensamento higiênico deste período, a prescrever o sexo heterossexual procriativo como uma verdade absoluta. E essa vontade de verdade



discursiva gerenciou questões do senso comum cujo objetivo foi a prática e a manutenção da ordem como realidade “doce e universal”, doce por ser agradável e universal por sua unanimidade. Do lado do avesso da família burguesa patriarcal heterossexual restou o campo social da desordem. Assim, as classes sociais menos favorecidas, dentro dessa ordem e assepsia higiênica, acabaram ocupando o lugar da confusão, da barbárie, da desestrutura, sendo essas famílias povoadas por desajustados. Mas, **como o que importava para o mundo da ordem era preservar os valores morais** da família burguesa heterocentrada, foi preciso evitar as manchas ou máculas que a desordem no campo sexual poderia causar (SANTOS, 2015, p. 21, grifo nosso).

A moralidade era utilizada como o ponto basilar para todas as formas de tratamentos, isto é, um mecanismo de controle e “cura” das homossexualidades que passou a fazer parte de vários discursos como forma de manutenção da hegemonia do poder político no país (BORTOLOZZI, 2017), no entanto, a moralidade, nesse momento, passa a ter como fundamento o saber médico em contraposição aos saberes que demonizaram e criminalizaram a sodomia até o século XIX.

Almeida (1906), por exemplo, acreditava que a proposta de (re)orientação sexual do “*homossexualismo* [sic]” era algo que favoreceria não apenas à sociedade, mas o próprio homossexual, visto por este como portador de um desvio que dispensava a criminalização em nome da priorização do tratamento psicológico:

O homossexualismo, com relação às suas consequências imediatas ou remotas, tanto affecta individualmente ao perverso, quanto à sociedade. Neste ultimo ponto de vista, sobretudo, se hão acirrado as opiniões no tocante aos meios de sanear a atmosfera social: querem uns capitular taes anomalias como crimes passíveis das penalidades relativas às condições de cada individuo, - outros opinam que taes anomalias, constituindo exclusivamente um estado pathologico, devem ser eliminadas como qualquer caso de molestia, não sendo, portanto, os pacientes possíveis de penas. A questão, pois, se resume em duas palavras: prisão, aconselham os primeiros, - hospital, os segundos. Acertam e erram uns e outros, vindo o erro do exclusivismo a que ambos se afeiram: nem todos os casos são de hospital, como nem todos de cadeia. Mas, tratar o que? O exagêro apenas do facto normal? Não é a isso que nos propomos; ao clinico, ao pratico cabe esse mistér. Tratar, portanto, o que? Certissimamente as inversões, pois, estas, é que constituem o desvio (ALMEIDA, 1906, p. 253)<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Citação conforme texto original escrito em 1906.

Os métodos propostos por Almeida (1906) seguiam à risca um modelo de atuação clínica que atribuía exclusivamente à homossexualidade os males do “sujeito homossexual”, ou seja, um “*discurso salvacionista que acopla a visão do homossexual como um pobre doente que sofre à mercê de seu vício*” e precisa ser curado (BORTOLOZZI, 2017). Como destacado por Dunker e Quinalha (2017), esse processo de construção social da patologização da homossexualidade priorizou a sujeição dos homossexuais ao tratamento e à cura, por entenderem que a questão não era de ordem moral ou jurídica.

De acordo com Santos (2015), tais proposições estimularam a criação de outros métodos para tratamentos da homossexualidade no Brasil, sobretudo por conta das já presentes influências que os médicos-higienistas-psiquiátricos brasileiros tinham das pesquisas desenvolvidas desde o século XIX pela medicina-higiênica e psiquiátrica europeia no tocante aos tratamentos das denominadas práticas sexuais dissidentes da heterossexualidade. Essas influências ocorriam em todas as áreas, tendo em vista o interesse da elite brasileira, desde a República Velha (1889 até 1930), em europeizar o país no que diz respeito à modernização econômica e urbanística.

Os grandes proprietários rurais, os denominados barões do café, enviaram seus filhos para estudar na Europa, uma situação que contribuiu, dentre outras, com o desenvolvimento das mudanças nas estruturas econômicas, sociais e nos valores familiares no Brasil do final do século XIX e início do XX, tendo em vista que, ao retornarem, muitos trouxeram diversas ideias modernistas e desenvolvimentistas que aconteciam na França, Itália e Inglaterra, principalmente as teorizações eugênicas e ideais positivistas que contribuíram para a consolidação do capitalismo europeu a partir do século XIX. “A ideia de modernidade impôs ao Estado um controle sobre a vida, e assim, o poder se infiltrou de diferentes formas no campo social normatizando as condições de existência humana e das relações interpessoais, prescrevendo regras e papéis, identidades e práticas sexuais” (SANTOS, 2015, p. 49).

No entanto:

Enquanto a psiquiatria Europeia avançava seus domínios sobre a constituição e configuração da sexualidade normal, procurando as causas e possibilidades de “cura” para a dissidência sexual, no Brasil vivia-se um período de implantação de uma civilidade pautada nos postulados da modernidade, onde a população sofreria uma intervenção higiênica em seus hábitos e costumes, o que traria um impacto nos modos de ser e de estar alinhados com os símbolos dos novos tempos: o nascimento da indústria, a organização das cidades, o progresso, a tecnologia, a ciência (SANTOS, 2015, p. 68).

Um dos casos mais notórios de violência contra homossexuais legitimado pelo campo do saber médico foi a formação dos hospitais, sanatórios e hospícios psiquiátricos. Santos (2015), por exemplo, desenvolveu uma tese de doutorado com o objetivo de estudar os discursos médicos e psiquiátricos que fundamentaram os processos de patologização e tratamento das sexualidades dissidentes nos primeiros anos do século XX, especificamente por meio de uma análise sobre 10 prontuários clínicos de moradores da cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo, que foram internados no Sanatório Pinel de Pirituba/SP<sup>32</sup>, nos anos de 1930.

Na pesquisa, o autor apresenta como esses saberes médico-psiquiátricos estruturaram tratamentos de cura para estes pacientes que ficaram asilados no Pinel num contínuo processo de higienização da vida e da subjetividade, situação que resultou em “variadas formas de sofrimentos provocados pela moral e pelo olhar moralista sobre o desejo e comportamento sexual fora dos padrões prescritos para homens e mulheres” (Op. cit., p. 49).

As pesquisas e ações da medicina higienista foram legitimadas, em 1948, pela OMS, quando publicou a Classificação Internacional de Doenças (CID), por meio da qual a homossexualidade foi considerada um transtorno mental. Contudo, a partir da década de 1970, algumas conquistas das lutas promovidas pela militância LGBT no cenário internacional e nacional, como discutiremos na terceira seção, começaram a

---

<sup>32</sup> O Sanatório Pinel de Pirituba/SP foi fundado no ano de 1929 por um dos pioneiros da psiquiatria brasileira, o médico Antônio Carlos Pacheco e Silva. Logo no início de seu funcionamento, o hospital era privado e tinha como objetivo prestar assistência à saúde mental de pacientes de classe alta da cidade de São Paulo, no entanto, em 1944 o Governo do Estado de São Paulo tornou-se proprietário e o Sanatório Pinel passou a se chamar Hospital Psiquiátrico Pinel, atendendo pacientes de todas as classes sociais.

trazer resultados favoráveis aos homossexuais, como apontado por Carneiro (2015), iniciava-se um período caracterizado como “*a morte da clínica*”.

Em 1973, a *American Psychiatric Association* retirou a homossexualidade do Manual de Diagnóstico Estatístico de Distúrbios Mentais, assim como a Associação Americana de Psicologia, em 1975<sup>33</sup>. No Brasil, a primeira ação efetiva de despatologização da homossexualidade por parte do saber médico ocorreu em 1985, quando o Conselho Federal de Medicina a destituiu da condição de desvio sexual.

Ademais, no dia 17 de maio de 1990, uma circunstância bastante celebrada pela militância LGBT foi a retirada por parte da Assembleia-geral da Organização Mundial de Saúde do código 302.0 da CID, que relacionava a homossexualidade a uma patologia. Além disso, foi eliminado da CID o sufixo “ismo” – o termo deixou de ser classificado como homossexualismo –, situação que objetivava desvincular a homossexualidade de qualquer ideia de doença. A data ficou marcada como sendo o dia internacional contra a homofobia. Isso possibilitou, dentre outras coisas, uma articulação de outros agentes sociais na luta em prol dos direitos humanos e sexuais dos LGBT, como foi o caso da Anistia Internacional que passou a “[...] catalogar a discriminação contra homossexuais como uma violação aos Direitos Humanos” (SANTOS, 2015, p. 29), abrindo precedente para que o problema da homofobia passasse a ser discutido em outro campo do saber, no caso o sociojurídico. Uma das principais bandeiras levantadas por essa militância foi a ideia de que a **“homossexualidade não tem cura, homofobia sim!”**<sup>34</sup>

Voltando ao cenário brasileiro, em 22 de março de 1999, o Conselho Federal de Psicologia proibiu quaisquer tipos de tratamentos de reversão sexual por parte de psicólogos através da Resolução CFP nº 001, de 22 de março de 1999 (Figura 3). O objetivo do CFP era coibir e penalizar os profissionais da área que prometiam “cura” para a homossexualidade, sobretudo psicólogas e psicólogos vinculados às

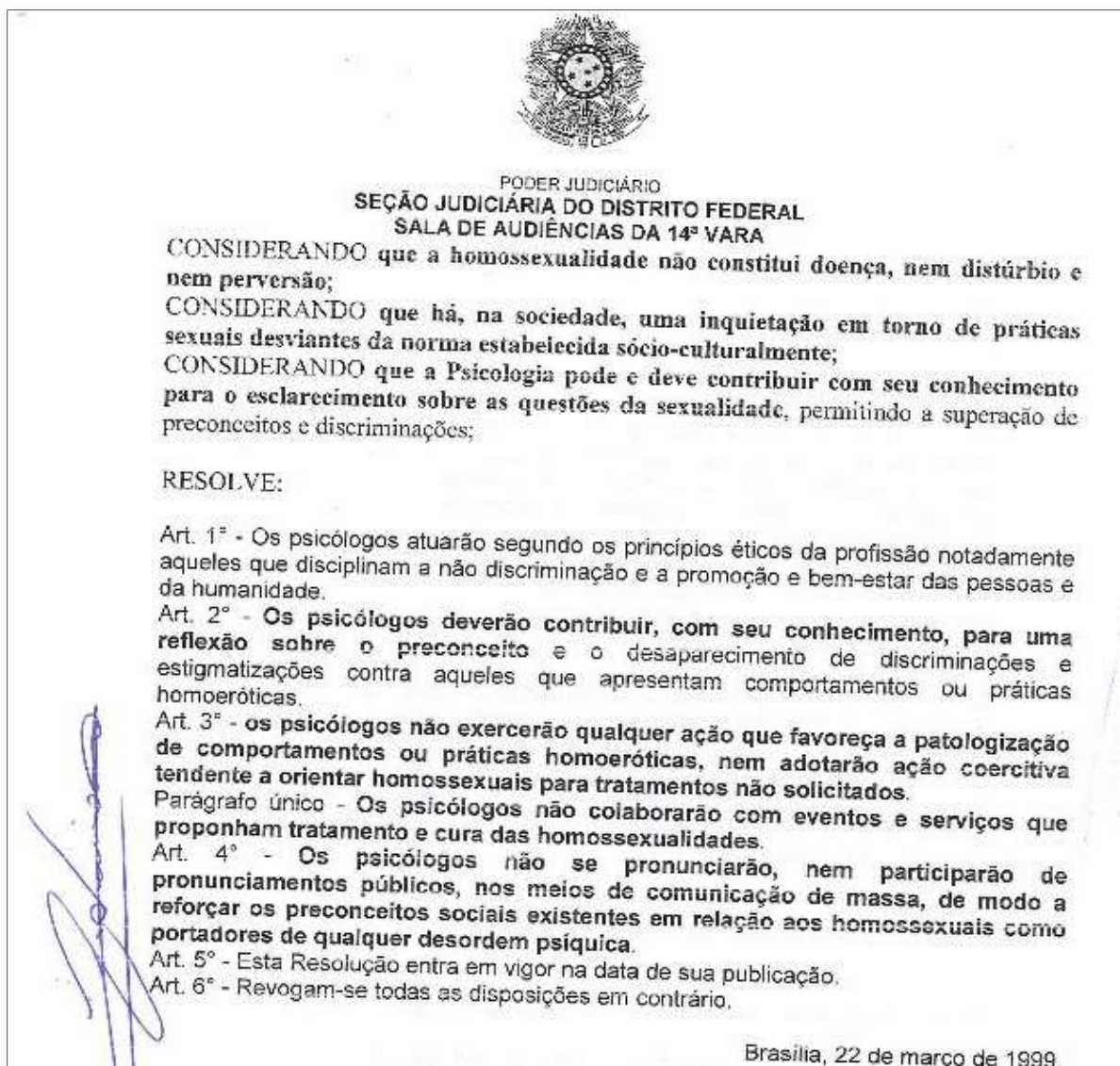
---

<sup>33</sup> Cf. SANTOS, 2015.

<sup>34</sup> Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/21/artigo-or-homossexualidade-nao-tem-cura-homofobia-sim/>>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

organizações religiosas evangélicas, como destacado pelo jornal O Estado de São Paulo em matéria publicada no dia 23 de março de 1999<sup>35</sup>.

Figura 3 - Resolução 001/99



Fonte: GRUPO INDEPENDENTE, 2017<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,em-1999-conselho-federal-de-psicologia-proibiu-reversao-sexual,12934,0.htm>>. Acesso em: 12 de out. 2017.

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://independente.com.br/psicologa-considera-retrocesso-decisao-judicial-que-garantiu-liberdade-para-atendimento-homossexuais/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Essa relação entre “homossexualidade e doença” não é algo que está resolvido e, portanto, faz parte apenas das narrativas históricas que caracterizam os processos de constituição destes sujeitos. Isso pode ser constatado, por exemplo, na decisão do Juiz Federal Waldemar Cláudio de Carvalho, publicada no dia 15 de setembro de 2017 em Ata de Audiência, que determinou ao Conselho Federal de Psicologia não impedir aos:

[...] psicólogos de promoverem estudos ou atendimento profissional, de forma reservada, pertinente à (re)orientação sexual, garantindo-lhes, assim, a plena liberdade científica acerca da matéria, sem qualquer censura ou necessidade de licença prévia por parte do C.F.P., em razão do disposto no art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal (BRASÍLIA, 2017, p. 4).

Tal decisão provocou várias contestações políticas, disputas jurídicas e campanhas nas redes sociais (Figuras 4 e 5). Por um lado, alguns setores da sociedade defenderam o posicionamento do Juiz Waldemar Cláudio de Carvalho, tendo em vista considerar que a liminar garante à liberdade de expressão profissional e científica adquirida na Constituição Federal de 1988, justificativa utilizada pelo próprio juiz para fundamentar sua decisão. Por outro, o debate que embasa a crítica faz recurso da noção de “cura gay”, ou seja, afirmam que a decisão abre precedentes para que violentas práticas de tratamentos, assim como a criminalização e patologização das homossexualidades sejam retomadas, agora, com a autorização do campo do saber jurídico, como foi o caso do posicionamento da socióloga Berenice Bento na nota pública de repúdio à liminar aprovada e divulgada pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em 04 de outubro de 2017:

O século XX assistiu à instalação de clínicas de internação e casas de torturas para população LGBTTs. Não eram terapêuticas de cuidado, mas de tortura. Foram décadas de luta, de denúncia para, finalmente, a psiquiatria e medicina admitirem que todas suas tentativas de encontrar, em alguma parte do corpo ou da psique humana, dados objetivos que as autorizassem a considerar anormal as homossexualidades, fracassaram. Se na esfera na medicina e da psiquiatria esta discussão parecia superada, eis que somos surpreendidos/as com uma nova estratégia dos/as defensores/as da patologização: a esfera jurídica. Um juiz concede o direito aos/às psicólogos 'de promoverem estudos

ou atendimento profissional, de forma reservada, pertinente à (re) orientação sexual'. O Conselho Federal de Psicologia, segundo o juiz, estaria cerceando 'a liberdade científica do país e, por consequência, seu patrimônio cultural'. O que se pode concluir é que o juiz não conhece os estudos e debates científicos que fundamentaram a retirada das homossexualidades do CID, do DSM-III, do Conselho Federal de Psicologia. Foram décadas de debates e embates no campo científico. Esta discussão não diz mais respeito ao campo de saberes patologizantes, mas ao dos direitos humanos (BENTO, 2017, p. 03)<sup>37</sup>.

Figura 4 – Protestos contra o projeto de “cura gay”



Fonte: Fabiano Scheck / Beta Redação<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/notas-publicas/nota-de-repudio-liminar/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

<sup>38</sup> Disponível em: <<https://medium.com/betaredacao/lideran%C3%A7as-lgbts-e-movimentos-pol%C3%ADticos-participam-de-protesto-contr-a-cura-gay-1e8d576cb169>>. Acesso em: 05 out. de 2017.



Figura 5 – Campanha “trate seu preconceito”



Fonte: Amazonas Atual<sup>39</sup>

Das práticas de catequização religiosa aos eletrochoques nos tratamentos psiquiátricos, o saber-poder teológico e o saber-poder médico contribuíram para a constituição dos “sujeitos homossexual e homofóbico” a partir da construção de um imaginário social que os colocam entre o pecado e a doença, tendo como causa principal de ambas a homossexualidade. Seja por meio de uma libertação dos “demônios” ou das “patologias”, a máxima que fundamenta tais verdades é que é preciso um processo de “cura” da alma ou do corpo destes sujeitos. Tanto o homossexual quanto o homofóbico necessitam tratar os medos, as fobias e as aversões. Por outro lado, este processo de demonização e patologização das homossexualidades foi tomado como situação problemática pela militância LGBT, a qual passou a organizar ações coletivas em prol da definição do problema social da homofobia para além dessas “verdades”.

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://amazonasatual.com.br/artistas-criticam-cura-gay-e-aderem-a-campanha-trate-seu-preconceito/>>. Acesso em: 05 out. de 2017.



## 2.4 Homofobia enquanto categoria jurídica e de política pública

Em decorrência dessa conjuntura sócio-histórica que fez emergir, por um lado, o homossexual enquanto categoria identitária, e, por outro, a prática da homossexualidade como um problema social, o jurista Daniel Borrillo (2010) desenvolve uma análise crítica acerca da violência homofóbica, buscando afastar-se das normativas construídas pelo campo do saber médico-psiquiátrico e fundamentar-se de proposições do saber sociojurídico para conceituar este fenômeno social<sup>40</sup>.

Mesmo considerando os possíveis conflitos individuais e psicológicos que podem demandar práticas de violências contra LGBT, a preocupação de Borrillo é ampliar a análise para além da “dimensão fóbica”, tendo em vista considerar que essa dimensão oculta outras instâncias em que ocorre o exercício cotidiano destas violências, como explica:

A homofobia é a atitude de hostilidade contra as/os homossexuais; portanto, homens ou mulheres [...] Mesmo que seu componente primordial seja, efetivamente, a rejeição irracional e, até mesmo, o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a esse aspecto [...] A homofobia é um fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado, mas ela pode também assumir formas mais brutais, chegando até a vontade de extermínio, como foi o caso na Alemanha Nazista. À semelhança de qualquer forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira suas conclusões materiais (2010, p.13-16).

Borrillo (2010) entende que a defesa de uma noção de rejeição e/ou ódio irracional em relação aos LGBT não são suficientes à explicação desta problemática,

---

<sup>40</sup> Fernandes (2011, p. 71-72), destaca a importância do trabalho de Byrne Fone, “*Homofobia: uma história*”, publicado nos Estados Unidos no ano 2000, mesmo período dos estudos desenvolvidos por Daniel Borrillo na França. Entretanto, como analisado pelo autor, Fone discute o problema da homofobia apresentando as representações sobre homossexualidade e violência em diferentes “períodos históricos”, como por exemplo, no caso do Greco-Romano, Judaico-Cristão e formação da sociedade moderna. Já Daniel Borrillo apresenta um dos primeiros conceitos mais amplos sobre o fenômeno da homofobia, articulando-o aos campos do saber jurídico, aos movimentos sociais, bem como ao campo interdisciplinar dos Estudos Gays e Lésbicos.

ao contrário, legitima um silenciamento no tocante à hierarquização das sexualidades, por meio da qual a heterossexualidade é imposta como natural e normal, em contraposição à homossexualidade, como ocorreu com as verdades colocadas pelos saberes teológico e médico-psiquiátrico. A não reprodução da ordem social tem como consequência, salienta o autor, a hostilidade, marginalização e, principalmente, a violência homofóbica que, neste caso, representa a “guardiã das fronteiras sexuais”.

É importante destacar que as reflexões de Borrillo (2000) sobre o fenômeno da homofobia estão situadas na conjuntura francesa do final dos anos de 1990, em que os conflitos e debates em torno da igualdade de direitos para homossexuais, como destacado por Pedro (2001), dilacerava a classe política numa batalha sociojurídica e midiática entre os governistas de esquerda e da direita, dentre outros setores da sociedade, sobretudo religiosos e cientistas. Evidente que não apenas na França, mas em quase todo o cenário mundial havia um movimento em prol dos direitos LGBT, principalmente por conta do HIV que demandou a fomentação de políticas públicas para esta população no campo da saúde e seguridade social, como é o caso do Brasil.

No que diz respeito à conjuntura francesa, esse amplo debate ocorria, particularmente, em consequência do Pacto Civil de Solidariedade e Concubinato (PACS) proposto à Assembleia Nacional pela deputada socialista Catharine Tasca em 1998, e aprovado em 15 de novembro de 1999 no governo do então Primeiro-ministro da França Lionel Jospin, também do Partido Socialista. O PACS objetivava regulamentar juridicamente as uniões estáveis de casais homossexuais, assim como dos casais heterossexuais, e ocasionou várias mobilizações a favor e contra, tanto por parte de políticos da direita quanto da esquerda. Por um lado, defendia-se a importância da seguridade jurídica que a legislação traria para estes casais, e, por outro lado, colocava-se que a constituição de uma lei para legitimar as uniões homossexuais scandalizava profundamente a França no cenário mundial.

As negativas ao PACS, salienta Maya (2008), foram fortemente motivadas por psicanalistas franceses que, em decorrência dos avanços na jurisdição e democracia do país, buscavam justificar os discursos e práticas contra o acesso dos homossexuais ao PACS a partir de um resgate dos saberes científicos sobre o parentesco e a família em contraposição aos processos de democratização dos

direitos homossexuais na França; principalmente as teorias antropológicas e psicanalíticas que sustentam a premissa da ordem simbólica da “diferença sexual”:

Em defesa da premissa que somente o casal heterossexual está inscrito na ordem simbólica da diferença dos sexos, a reclamação dos homossexuais é cunhada como uma “paixão pela desimbolização”. Mais uma vez negatizada, a homossexualidade é colocada fora do padrão de normalidade estabelecido, no caso do PACS, fora do simbólico. A história da homossexualidade mostra que ela sempre foi colocada fora do padrão de normalidade eleito em cada época: na Idade Média, fora da Natureza (pecado); na medicina do século XIX, fora do instinto heterossexual (desvio/perversão); na medicina do século XX, fora da norma heterossexual (câncer ou peste gay) (MAYA, 2008, p. 02-03, grifo do autor).

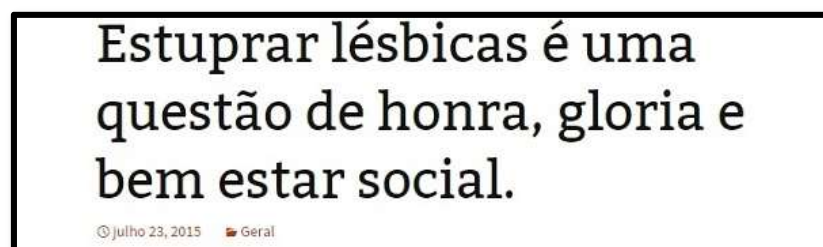
Entretanto, a tese de Borrillo (2010) é que o avanço no campo jurídico em relação aos direitos dos homossexuais no mundo - *como por exemplo, o casamento, adoção, divisão de bens, herança, etc.* -, proporcionava cada vez mais uma desconstrução epistemológica e política em relação à questão da homossexualidade, sobretudo no que diz respeito às perspectivas médico-psiquiátricos. O aumento das violências contra LGBT, que seguiam concomitante os passos das conquistas, “desmobilizou”, a partir daquele momento, um conjunto de preocupações teórico-políticas sobre as “causas” da homossexualidade e direcionou o debate para a compreensão das dinâmicas que levaram à construção e qualificação negativa desta sexualidade nas sociedades ocidentais, incluindo, conseqüentemente, o problema social da homofobia na arena pública francesa.

Esse cenário exigiu do pesquisador uma análise mais complexa acerca do fenômeno da homofobia, interseccionada entre as questões individuais, sociais, históricas, científicas, jurídicas e institucionais, de modo que fosse possível compreender as disputas e relações de poder em torno dos debates públicos sobre a homofobia na época. Em decorrência desta complexidade, Borrillo (2010) defende a importância de deslocar o fenômeno da violência homofóbica das explicações clínicas e compreendê-lo de igual modo a outros problemas sociais, tais como, o racismo, a xenofobia, o sexismo, o antissemitismo, dentre outras manifestações de poder, dominação e violência que desde a formação da civilização judaico-cristã buscam designar as “diferenças” ao campo da subordinação, inferiorização e anormalidade.

No caso das homossexualidades, como já discutimos, isso é perceptível na medida em que, mesmo o sistema jurídico já tendo garantido vários direitos aos LGBT e a própria medicina “despatologizado”<sup>41</sup> as práticas homoafetivas, ainda hoje existe uma normativa social que determina o homossexual como o excêntrico, o bizarro, o estranho, ou seja, “à semelhança do negro, do judeu ou de qualquer estrangeiro, o homossexual é sempre o outro, o diferente, aquele com quem é impensável qualquer identificação” (BORRILLO, 2010, p. 14). E isso, conseqüentemente, (retro)alimenta mecanismos socioculturais de produção da violência que estão situados e naturalizados em diversos espaços, como é o caso da escola, família, igrejas, Estado, dentre outros.

Um exemplo deste tipo de violência ocorre contra mulheres lésbicas que sofrem a chamada “violência corretiva” e/ou “estupro punitivo”, inclusive, de forma coletiva, além de em muitos casos por parte de familiares. Essas violências são “justificadas” por um propósito de “curar” a homossexualidade das vítimas, como foram noticiados casos na África do Sul, no Peru e no Brasil, dentre outros países. Vários sites e páginas das redes sociais são constantemente denunciadas e investigadas pela Política Federal brasileira, em decorrência das constantes apologias ao estupro de mulheres lésbicas (Figura 6). Inclusive, por tais situações, a então Presidenta Dilma Rousseff lançou, em abril de 2015, o site *Humaniza Redes*, que tem como objetivo consolidar com a sociedade civil um “Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet” (Figura 7).

Figura 6 - Chamada para prática de estupro de mulheres lésbicas



Fonte: Pragmatismo Político<sup>42</sup>

<sup>41</sup> Evidente que essa “despatologização” ainda deve trilhar um longo percurso, principalmente em relação à transexualidade.

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/07/site-ensina-como-estuprar-mulheres-em-diversas-ocasioes-denuncie.html>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

Figura 7 - Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet



Fonte: PT Minas Gerais<sup>43</sup>

Do ponto de vista teórico-metodológico, Borrillo (2010) preocupa-se com os constantes binarismos analíticos que cercam o fenômeno da violência homofóbica e atenta para a importância de considerarmos a amplitude, complexidade e pluralidade conceitual que o caracteriza, mas, principalmente, as questões *situacionais* que modulam historicamente a realidade empírica desta problemática. Nesse sentido, como defendido por Fernandes:

A homofobia deve ser associada a uma explicação contextual do que entendemos por homofobia na situação teórica e/ou política analisada [...] ou seja, a homofobia é [...] contextual, contestável e contingente. Considero que homofobia é um conceito eminentemente ambivalente e marcado por lutas

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://www.ptmg.org.br/presidenta-dilma-rousseff-lanca-o-humaniza-redes/#prettyPhoto>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

políticas (com suas interpretações, tensões e alianças particulares) (FERNANDES, 2011, p. 67).

A perspectiva de Borrillo coaduna com as análises desenvolvidas por Fernandes (2011), tendo em vista este defender que é importante entender a homofobia não como um fenômeno autoexplicativo, dado, ou um referente de algo concreto, e sim um problema que possui historicidade e é bastante complexo. No Brasil, destaca Fernandes (2011), desde os anos 2000 o conceito de homofobia tem estado atrelado a três campos políticos distintos, os quais dialogam constantemente entre si, no caso: movimentos sociais, políticas públicas e pesquisas acadêmicas. Apesar dos esforços políticos e teóricos em relação aos usos coerentes do termo, ainda não existem concordância e sistematização de possíveis teorias e campos científicos que possam circunscrever o termo enquanto categoria analítica ou política. De acordo com o autor, várias pesquisas são realizadas fazendo uso da noção de homofobia a partir de distintos aspectos, seja na área das políticas públicas, escola e materiais didáticos, representações sociais, legislação e problemas jurídicos, dentre outras temáticas em que o termo homofobia tem sido operado como central, mas jamais de modo unânime no tocante à conceitualização.

A noção de homofobia nesses três campos, acrescenta Fernandes (2011), pode ser vista como uma categoria polifônica e ambivalente, utilizada conforme especificidades analíticas e/ou interesses políticos de diferentes sujeitos ativistas, gestores e acadêmicos. Essa ambivalência legítima, conseqüentemente, a articulação existente entre o campo da luta política e o da produção teórica da qual o termo emergiu no Brasil, interligado aos Estudos de Gênero e Feminismos, bem como as mobilizações políticas por democratização dos direitos humanos promovidas não apenas pela militância LGBT no país, mas por meio de outros movimentos sociais, como por exemplo, o movimento negro, ambientalista e estudantil.

Apesar do dissenso e complexidade que permeiam o termo homofobia, tanto em relação à produção teórico-conceitual quanto ao campo político, Fernandes (2011) sugere que no Brasil o termo tem sido contestado como uma categoria de políticas públicas, especialmente por conta do HIV/AIDS e suas distintas conseqüências, a exemplo da violência contra LGBT. Em decorrência da doença, a militância LGBT dos anos de 1990 passou a convocar os governos federal, estaduais e municipais para

produzirem de forma conjunta estratégias de combate ao estigma e violência social contra homossexuais, por meio de arcabouços jurídicos e políticas sociais de proteção aos direitos humanos e dignidade das pessoas afetadas pela doença (PARKER et al, 2004). Isso aconteceu porque o HIV tornou-se um grave problema social que contribuiu para transformar algumas relações marcadas historicamente pelo confronto entre a militância LGBT e o Estado em estratégias de cooperação na luta contra este problema social, constituindo-o em um problema público no contexto brasileiro e, por conseguinte, inaugurando um campo de políticas governamentais para a população LGBT no país. Como salientam Costa e Melo (2014, p. 285), essa nova gramática política entre a militância e o Estado, inaugura “[...] um novo estatuto ontológico para a população homossexual, que passou a ser percebida como de sujeito de direitos. Este caminho abriu, inequivocamente, espaço para a construção, consolidação e institucionalização da bandeira contra a homofobia”.

A problematização social e midiática em torno da violência letal por conta da sexualidade das vítimas do HIV, acrescenta Fernandes (2011), levou o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso a lançar no Plano Plurianual (PPA) do seu segundo mandato, de 1999 a 2002, um programa denominado de “Balcão de Direitos”, coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e o Ministério da Justiça, através do qual era possível promover políticas sociais para LGBT. No entanto, como o programa contemplava várias “populações minoritárias” (indígenas, mulheres, negros, etc.), bem como funcionava através de uma parceria direta entre os movimentos sociais e o Poder Público. Houve vários conflitos em decorrência dos financiamentos de projetos políticos, pois os LGBT só tiveram acesso às ações em torno do HIV promovidas pelo Ministério da Saúde.

Em 2004, com o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia (PBSH)<sup>44</sup>, instituído no governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve uma ampliação da definição da “homofobia”<sup>45</sup> para além do campo da saúde pública.

---

<sup>44</sup> BRASIL, 2004.

<sup>45</sup> Além disso, do ponto de vista etimológico, Fernandes (2011) acrescenta que na elaboração de políticas governamentais voltadas para a população LGBT no Brasil, de 1990 até meados de 2003, utilizava-se sempre o termo “violência por orientação sexual” e não “homofobia e/ou violência homofóbica”, categoria que dificultava a constituição de uma agenda específica anti-homofobia no campo da segurança pública. Neste caso, o uso do termo “orientação sexual” era bastante genérico, uma estratégia muito mais voltada para a “despatologização” das homossexualidades e redução das

Objetivou-se, com o PBSH, a formação de um plano de governo que ampliasse o debate em torno da produção de políticas públicas de combate e prevenção das violências e discriminações contra LGBT em todas as áreas, transferindo o problema da homofobia do campo exclusivo da saúde para uma política de governança no cenário brasileiro (FERNANDES, 2011; 2012).

Apesar da consolidação no país de um campo de pesquisas, serviços especializados e políticas sociais para o enfrentamento da AIDS – *tanto na área da saúde quanto da assistência sociojurídica* –, bem como da formação de uma agenda governamental que buscava incluir as demandas dos LGBT no campo das políticas públicas de forma ampliada, a exemplo da constituição do PBSH, identificamos que o problema social das violências e crimes contra LGBT no Brasil passa a ter uma intensa repercussão na imprensa, nos espaços públicos e outros setores da sociedade a partir do ano de 2006, em decorrência do PLC 122/2006.

A própria arena acadêmica avança no desenvolvimento de estudos mais específicos sobre o tema nesse mesmo período. Conforme investigação realizada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre as palavras-chave “HIV/AIDS” e “HOMOFOBIA”, foi possível identificar, por exemplo, cerca de 6.827 trabalhos, entre os anos de 1987 a 2017, que fazem referência ao termo “HIV/AIDS”, e 336 teses e dissertações realizadas entre 1999 a 2017<sup>46</sup> as quais mencionam o termo “HOMOFOBIA”. Dos 336 trabalhos desenvolvidos, 68 são teses de doutorado, 261 dissertações de mestrado acadêmico, 06 dissertações de mestrado profissional e 01 profissionalizante; o termo “HOMOFOBIA” passa a ter um significativo aumento a partir do ano de 2006<sup>47</sup> (Gráfico 1).

---

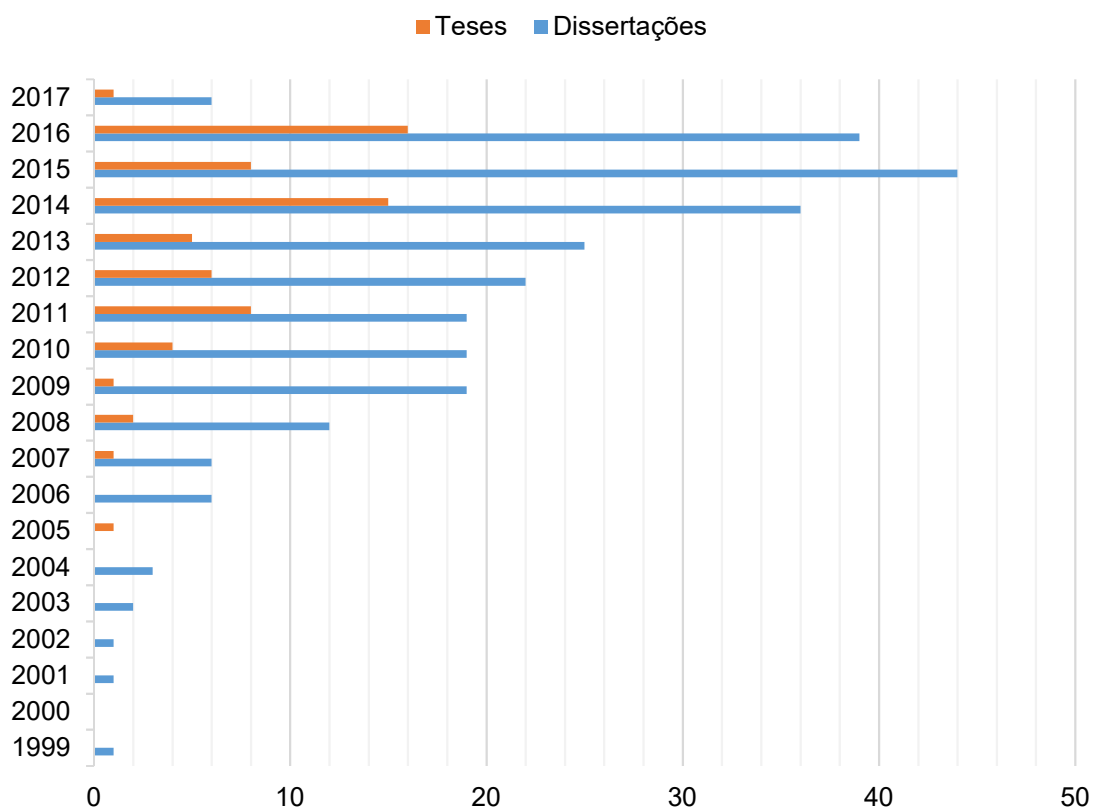
violências sofridas pelas vítimas da AIDS através de uma “política de aceitação social” desta sexualidade, e não uma pauta política que tivesse como foco central, por exemplo, a fomentação de ações públicas de segurança em favor de LGBT no país.

<sup>46</sup> O Banco de Teses e Dissertações da CAPES foi criado em 2001 e é utilizado como ferramenta de busca e consulta, com resumos relativos a teses e dissertações defendidas desde 1987. Quanto à investigação desenvolvida sobre “HIV/AIDS” e “HOMOFOBIA”, não foram identificados trabalhos que fazem referência ao termo “HOMOFOBIA” entre os anos de 1987 a 1998.

<sup>47</sup> É importante destacar que o propósito da pesquisa era apenas apreender quantitativamente os trabalhos produzidos na arena acadêmica sobre o fenômeno da homofobia. Por essa razão, não foram analisados qualitativamente os trabalhos, tampouco investigou-se a possível transversalidade em que este fenômeno pode ter sido analisado em outras pesquisas.



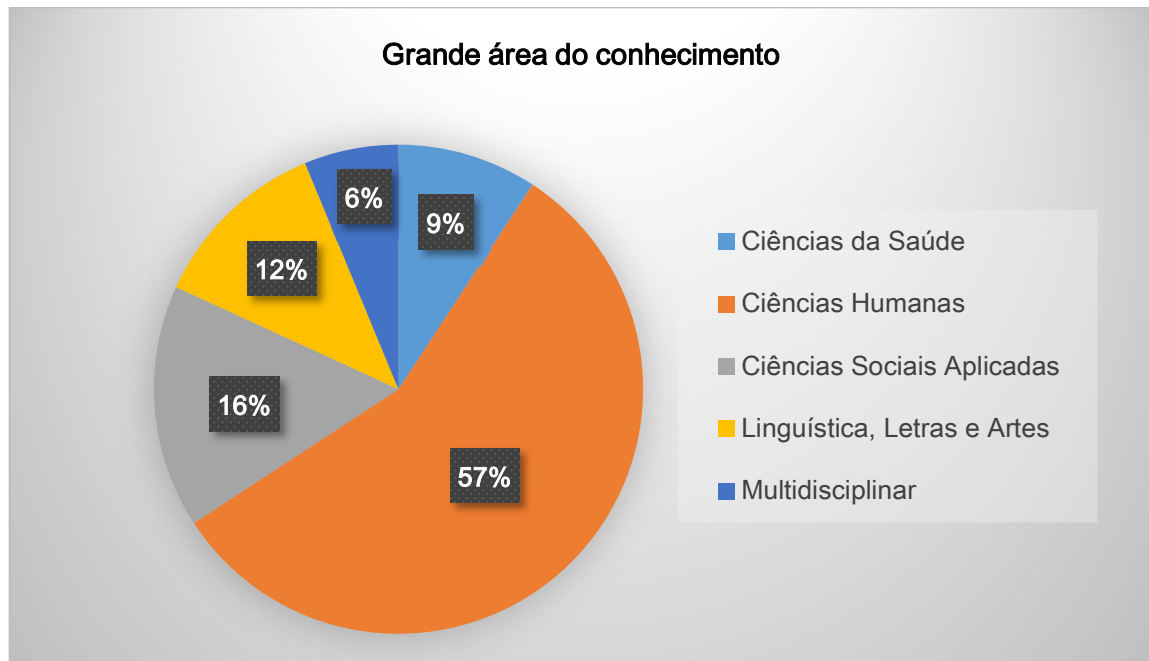
Gráfico 1 - Teses e Dissertações sobre “HOMOFOBIA” no banco de dados do portal CAPES



Fonte: Banco de Dados do Portal CAPES, 2017

A maioria dos trabalhos estão concentrados nas grandes áreas das Ciências Humanas e das Ciências Sociais Aplicadas (Gráfico 2). No caso da primeira, foram identificados cerca de 186 trabalhos, sendo 44 teses de doutorado e 142 dissertações de mestrado, com maior concentração na área da Educação. Em sua maioria, as pesquisas discutem o problema da violência homofóbica de modo relacionado ao cotidiano escolar, como as questões curriculares e as práticas de bullying na escola; assunto de extrema relevância, uma vez que no ambiente escolar deve-se fomentar o respeito às diferenças.

Gráfico 2 - Trabalhos sobre 'HOMOFOBIA' em relação às áreas do conhecimento



Fonte: Banco de Dados do Portal CAPES, 2017

Já no que diz respeito às Ciências Sociais Aplicadas, foram identificados 53 trabalhos, sendo 08 teses de doutorado e 45 dissertações de mestrado, com maior concentração na área do Direito. Ressalta-se que os trabalhos tiveram como foco a investigação sobre “homossexualidade, direitos sexuais e criminalização da violência homofóbica”, ampliando os estudos nos outros campos do saber. Apesar da pluralidade de áreas e temáticas, os trabalhos coadunam na atribuição do termo “homofobia” enquanto uma prática de violência à homossexualidade, preocupando-se em refletir sobre as possibilidades de prevenção e criminalização deste fenômeno social.

Portanto, diagnosticar um sujeito como portador de uma “personalidade homofóbica”, como fez o campo do saber médico-psiquiátrico para explicar as causas das violências contra homossexuais, por um lado, alimenta uma prática punitiva, assim como omite o exercício cotidiano e a complexidade de tais violências em outras esferas, como por exemplo, nos campos social, científico, jurídico, cultural, institucional, religioso, educacional, dentre outros. E, por outro, também não possibilita apreender a existência de indivíduos e grupos sociais que se mobilizam e interagem

nestes mesmos setores da sociedade para desenvolver cotidianamente políticas de enfrentamento à violência homofóbica.

Embora as homossexualidades estejam situadas numa conflitualidade em nome da “normalidade” e da “ordem social” imposta por uma lógica heteronormativa que busca, sobretudo por meio da violência, estabelecer práticas e técnicas de controle e vigilância dos corpos (FOUCAULT, 1998), é preciso considerar que no bojo das lutas pela garantia dos direitos humanos e reconhecimento da cidadania LGBT há uma conexão direta entre os vários atores sociais e instâncias estatais em favor desta população.

### **3 SITUAÇÕES PROBLEMÁTICAS, EXPERIÊNCIAS COLETIVAS E PROCESSOS DE DEFINIÇÃO DA HOMOFOBIA COMO UM PROBLEMA PÚBLICO NO BRASIL**

Esta seção apresenta os resultados da investigação sobre os contextos situacionais, experiências coletivas e ações que definiram o problema social da homofobia como um problema público no Brasil. Neste caso, desenvolvemos uma sociogênese das ações coletivas e arenas públicas que interagiram fazendo uso de uma pluralidade de repertórios, distintas formas de definições, denúncias e contestações das violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros com o propósito de tornar este fenômeno social um problema de relevância pública no país. Buscamos responder nesta seção os seguintes questionamentos: (i) Quais os principais contextos e situações problemáticas demandaram a constituição de experiências coletivas em prol dos direitos LGBT no Brasil? (ii) Quais as principais experiências coletivas e arenas públicas se constituíram em torno do problema da violência contra LGBT? (iii) Em que consiste os processos de definição, publicização e convencimento das situações de violências contra LGBT utilizadas pelas experiências coletivas na construção desta causa?

#### **3.1 Homossexualidade e repressão em tempos de redemocratização: guetificação e amizade como política de resistência contra violência**

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e, particularmente, com a derrocada do Estado Novo em 1945, o Brasil vivenciou entre os anos de 1945 a 1964 seu primeiro processo de transição democrática, com mudanças bastante significativas na sociedade civil e na esfera da política. Esse processo é caracterizado pelo retorno das eleições gerais no país através da disputa político-partidária; reivindicações por educação, moradia e voto direto; altos índices de migração provocados pela industrialização; forte intervenção estatal na economia e no meio urbano; anistia dos presos políticos e intelectuais; e, principalmente, a insurgência de

várias mobilizações estudantis e populares que lutavam por maior participação nos campos políticos e socioculturais, assim como pela consolidação da liberdade no país e do pleno exercício da democracia (GOHN, 2003).

Associada a essa realidade, o país já apropriava, por um lado, algumas ideias dos movimentos contracultura que surgiram nos Estados Unidos, na década de 1960, e desenvolveram um conjunto de ações revolucionárias com contestações contra o modelo dominante de organização sociocultural existente no país, buscando romper com os valores e padrões difundidos pelas políticas de industrialização que afetavam fortemente o mercado cultural estadunidense. Por outro lado, também já havia algumas influências políticas oriundas dos chamados novos movimentos sociais insurgidos na Europa a partir dos anos de 1960, presentes na arena política brasileira. Os novos movimentos sociais, também denominados de “movimentos identitários”, agiam com “objetivos opostos” aos dos movimentos sociais estruturados numa lógica de atuação política que prezava pelos ideais marxistas<sup>48</sup>, os quais orientavam que os conflitos políticos deveriam ser manifestos entre as classes sociais em decorrência das desigualdades econômicas.

Assim sendo, a arena política brasileira nos anos de 1960 se constituía a partir de um quadro social bastante distinto e complexo, em que estavam presentes ações coletivas que levavam em consideração as mutações históricas da classe trabalhadora ao longo do século XX, mas também “novos atores e novas demandas” orientadas por uma “*contracultura micrológica*” (EVERS, 1984 apud SOARES DO

---

<sup>48</sup> É importante destacar que Karl Marx e Friedrich Engels, mesmo não tendo como objetivo a constituição de uma “teoria dos movimentos sociais” (ALEXANDER, 1998), são as principais referências clássicas na análise dos movimentos sociais que privilegiavam questões relativas às demandas econômico-políticas centradas nos antagonismos de classes sociais. O contexto de suas reflexões está relacionado a várias mudanças no campo político, econômico e sociocultural decorrentes da consolidação do capitalismo industrial. Os processos históricos do mundo capitalista moderno ganharam relevância e as condições materiais foram tomadas por ambos como determinantes na constituição da ação política. Ancorados no pensamento dialético reformulado a partir do pensamento hegeliano, Marx e Engels focalizavam as contradições e os antagonismos entre burgueses e proletariados e afirmavam que aos segundos caberia a tarefa de transformar o mundo (SOARES DO BEM, 2007, p. 64). Portanto, a análise dos processos históricos globais e as contradições materiais existentes entre as classes sociais constituem os pilares da noção de movimento social na teoria marxista clássica. Como destacado por Picolotto (2007), as mudanças sociais foram intensamente relacionadas ao antagonismo entre capital e trabalho, pois, a classe burguesa, proprietária dos meios de produção material, teria o poder para dominar a classe proletária, que, conseqüentemente, por somente possuir a própria força de trabalho, deveria desencadear uma transformação revolucionária e pôr fim à dominação da burguesia.

BEM, 2007), por meio da qual os conflitos sociais não estavam associados de modo exclusivo a “[...] um setor considerado fundamental da atividade social, [no caso] à infraestrutura da sociedade, ao trabalho em particular, mas em toda a parte” (TOURAINÉ, 1989, p. 13). É através dessas micropolíticas que se inserem as primeiras ações coletivas em prol dos direitos humanos e sexuais dos LGBT no Brasil.

Como analisado por Green (2000), essa conjuntura sociopolítica e cultural abriu espaço para “[...] alterações significativas na composição e no desenvolvimento das chamadas “subculturas homossexuais”<sup>49</sup> no Rio de Janeiro e em São Paulo” (Op. Cit. 235), quando alguns homossexuais passaram a demarcar os primeiros territórios que possibilitassem uma vivência “mais livre” das opressões estatais e repressão policial existentes na ditadura varguista.

Até os anos de 1950, por exemplo, as sociabilidades entre homossexuais no Brasil estavam quase que exclusivamente centradas nos “*guetos*”, no entanto, no início dos anos de 1960 os espaços foram ampliados e alguns bares, boates, cafés, praias, teatros, cinemas, o carnaval, os bailes de travestis, concursos de miss, etc., passaram a ser ocupados cada vez mais pelos homossexuais. Em consequência disso, transformaram-se rapidamente em alvos contínuos de violências, perseguições policiais e controle médico, como salientam Simões e Facchini (2009, p. 65):

Embora a homossexualidade não fosse punida no Código Penal brasileiro, as leis contra a vadiagem, perturbação da ordem pública e prática de atos obscenos em público davam espaço à repressão policial que atingia, sobretudo os mais pobres e os de pele mais escura. No Rio de Janeiro dos anos de 1950 a 1960, a perseguição policial aos homossexuais era uma ameaça constante, encarnada na figura do delegado Raimundo Padilha, que encabeçou campanhas de prisão de homossexuais destinadas a “limpar” o Centro da cidade e a Zona Sul. Muitos desses considerados “delinquentes homossexuais” passavam das mãos da polícia para a dos médicos e legistas.

---

<sup>49</sup> Nunan e Jablonski (2002, p. 1), definem “subcultura homossexual” como uma ideologia articulada coerentemente em um conjunto de significados, crenças e comportamentos (códigos, linguagens, normas, valores, pontos de encontro, entre outros), além de ser uma forma complexa de interação e organização social partilhada tanto por homossexuais assumidos como por heterossexuais não-preconceituosos.

Apesar da sociedade brasileira vivenciar um processo de redemocratização, o controle, marginalização social e as violências contra os homossexuais mantinham-se como uma espécie de política sexual continuada que tinha como base, dentre outros dispositivos, o Decreto-lei de nº 3.688 (BRASIL, 1941), denominado “Lei das Contravenções Penais” e/ou popularmente conhecido como “Lei da vadiagem”, constituído durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), no governo de Getúlio Vargas. Precisamente, o decreto era composto por três *artigos de leis*, no caso: *Art. 59 sobre a Vadiagem; Art. 60 sobre a Mendicância e Art. 61 sobre a Importunação ofensiva ao pudor*.

- Vadiagem

Art. 59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.

- Mendicância

Art. 60. Mendigar, por ociosidade ou cupidez: Pena - prisão simples, de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses.

Parágrafo único. Aumenta-se a pena de um sexto a um terço, se a contravenção é praticada:

- a) de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento;
- b) mediante simulação de moléstia ou deformidade;
- c) em companhia de alienado ou de menor de 18 (dezoito) anos.

- Importunação ofensiva ao pudor

Art. 61. Importunar alguém, em lugar público ou acessível ao público, de modo ofensivo ao pudor: Pena – multa (BRASIL, 1941).

De modo geral, pode-se perceber que os artigos da “Lei das Contravenções Penais” convergiam em seus objetivos, no caso, estabeleciam vigilância e punição de práticas que ferissem a moral e os bons costumes da sociedade brasileira na época, entretanto, o recorte central estava pautado numa lógica de punição para a ociosidade no que diz respeito ao mercado de trabalho, ou seja, “vadio era a pessoa que não trabalhava”. Quem fosse apto a trabalhar, mas não o fizesse e ficasse sem renda fixa para prover os próprios meios de subsistência estava sujeito à prisão. Apesar dessa

particularidade que caracterizava o projeto varguista para a consolidação do Estado nacional desenvolvimentista, as normativas da Lei das Contravenções Penais serviam como justificativa para que a polícia exercitasse, de modo autoritário, várias apreensões de homossexuais nos espaços de sociabilidade conquistados por eles, sendo os detidos acusados inconstitucionalmente de assédio moral e atentado violento ao pudor.

A perseguição policial associava-se aos tratamentos médico-psiquiátricos de homossexuais que ocorriam desde o início do século XX, como discutimos na seção 2. Embora o segredo fosse utilizado como sinônimo de “ética” profissional, tendo em vista as famílias pertencentes à elite brasileira encararem como vergonha ter filhos e filhas com práticas sexuais “dissidentes”, como analisado por Santos (2015), várias pesquisas denunciam as perseguições que os homossexuais enfrentavam no país com as políticas de terapia de reversão sexual. Sobre tal situação, Del Priore acrescenta:

Discretos quando não perseguidos e vítimas de toda a sorte de preconceitos, esses grupos tiveram que viver seu amor nas sombras, pelo menos até os anos 60. Não faltaram indicações de tratamentos médico-pedagógicos que, junto com a religião, eram tidos como remédios para a “inversão sexual”. O transplante de testículos, por exemplo, era uma dessas “receitas científicas” para o “problema”. Outra era a convulsoterapia, ou injeção de insulina, para “curar” o que se considerava, então, um comportamento esquizofrênico. Outra, ainda, o confinamento em hospícios psiquiátricos (DEL PRIORE, 2011, p. 120).

Evidente que a constante perseguição policial e os usos de tratamentos clínicos num contexto sociopolítico de lutas por redemocratização pelo qual passava o país, configuraram-se como situações problemáticas que exigiram a constituição das primeiras experiências coletivas em prol dos LGBT no país. Concomitante as céleres transformações no campo da arena política internacional que ganhavam cada vez mais fôlego com as contestações em favor da democratização dos direitos humanos e sexuais, Figari (2007), em estudo sobre as *“Interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro do século XVII ao XX”*, aponta que na década de 1960 surgem no país as *redes de sociabilidade homoeróticas – também denominadas de turmas e/ou círculos de sociabilidade* –, as quais o autor classificou



como os primeiros “**laboratórios identitários**” que buscaram construir e consolidar, mesmo sem pretensões políticas, espaços de lutas entre gestões estatais democráticas e autoritárias contra a violência:

Em um clima de renovação e de efervescência das intelectualidades, especialmente da esquerda, as redes de socialização e experimentação estética e hermenêutica dos homossexuais cariocas encontrariam um espaço propício para desenvolver-se e ensaiar as primeiras tentativas de desconstrução das gramáticas do corpo pelas quais tinham sido interpelados nas últimas décadas (FIGARI, 2007, p. 368).

As redes de sociabilidade homoeróticas funcionavam por meio de reuniões, festas, concursos, desfiles, dentre outros. Cada evento acontecia na casa e/ou apartamento de um membro do grupo no mais alto sigilo, tendo em vista que a perseguição policial e as práticas de violências contra homossexuais se intensificavam cada vez mais em decorrência dos primeiros passos na formação de uma nova organização política de caráter ditatorial no país. As “práticas e comportamentos homossexuais”, expressas nas redes de sociabilidade, eram cuidadosamente mantidos em segredo pelo grupo, tornando estes lugares uma espécie de “guetificação voluntária” (COSTA, 2010).

Uma das mais importantes redes de sociabilidade homoeróticas da época, com funcionalidade ainda hoje, era a “*Turma OK*”<sup>50</sup>, constituída em 13 de janeiro de 1961. Mesmo não tendo uma finalidade propriamente de caráter político em contestação à ordem, à moral social, o controle e a violência policial, bem como daqueles que tomavam essas reuniões como uma afronta aos valores religiosos, os organizadores consideram que a “*Turma OK*” representa uma das primeiras coletividades de homossexuais antes de existir qualquer movimento gay politicamente organizado no Brasil e explicam as razões da ausência de confrontos no que diz respeito às práticas de violências:

---

<sup>50</sup> Antônio Peres, Maria Amélia, Nyhlmar Amazonas Coelho, Itamar Dias Soares, Lisandro de Matos Peixoto, o cantor Osny José, Marlene Filardi, o cantor Carlos Chagas, Leo Acyr Teixeira, Renê Patino, Djalma Alves de Souza e Francisco de Assis, foram os fundadores da “*Turma OK*”. Disponível em: <<http://www.turmaok.com.br/index.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

A atividade da Turma consistia em reuniões nas quais, primeiramente, eram lidos os jornaizinhos, brincadeiras tipo “pera, uva ou maçã”, jogos da verdade, berlinda, etc. A bebida das festinhas era o tradicional Cuba Libre, acompanhado de salgadinhos. No início se revezavam, e as reuniões eram cada semana no apartamento de um deles. Como se fosse apenas um grupo de amigos héteros se reunindo. E quando acontecia alguma performance, aplaudiam apenas com o estalar dos dedos, pois bater palmas chamaria a atenção da vizinhança, aguçando a curiosidade alheia. Naquela época o mar não estava para peixe “havia muito machismo, e as reações das pessoas ao saber que alguém era gay eram bastante violentas” denuncia o Sr. Paulo Mello, um dos sócios fundadores. Dar pinta ou usar roupas moderninhas, nem pensar. Frequentar lugares gays, era complicado. Além de barra pesada do próprio público, havia batidas policiais que invadiam os locais, e os gays, além de humilhados e surrados [...] ainda corriam o risco de serem levados presos, passarem a noite nas delegacias, e sofrerem chantagem por parte dos policiais, que ameaçavam ligar e “entregar” os rapazes de boa família aos seus pais<sup>51</sup>.

Nas *redes de sociabilidade homoeróticas*, o silêncio e o anonimato eram utilizados como recurso para o enfrentamento à violência, ou seja, “[...] o segredo estava em não mostrar, não deixar transparecer, não se diferenciar do comportamento de gênero de um homem “normal”. A tolerância podia ser abrangente se não se tornasse “público” esse comportamento” (FIGARI, 2007, p.374-375, grifo do autor). Nem a visibilidade deste estilo de vida deveria ser assumida, tampouco incitar qualquer possibilidade de militância que objetivasse desestruturar os padrões de gênero – *masculino e feminino* – socialmente estabelecidos a partir da referência à matriz heterossexual.

Neste caso, a prioridade pela manutenção das *redes* de sociabilidade não estava em tê-las, em primeiro lugar, como possibilidades de maiores experiências sexuais, pois, se tais experiências ganhavam extensão, por conseguinte, o controle e a repressão seriam equivalentes. É destacado nos vários estudos<sup>52</sup> sobre as *redes de sociabilidade* homoeróticas no Brasil o caráter “familiar alternativo” e amigável que preservavam, em decorrência da discriminação social e das violências. Esses espaços possibilitavam uma maior expressão da vivência sexual de seus frequentadores, mas no sentido do fortalecimento de uma sexualidade que estava sendo violentamente negada, sobretudo pelo Estado.

---

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://www.turmaok.com.br/index.html>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

<sup>52</sup> Costa (2010); Figari (2007); Green (2000); Soliva (2012).

Naquele momento, a significação principal encontrada nas redes por meio dos vínculos de amizades estava mais na descoberta e fortalecimento de uma “identidade homossexual”<sup>53</sup>. Essas relações instauradas a partir das formações das redes de sociabilidade possibilitaram, assinala Guimarães (2004, p. 54, grifo da autora): “[...] uma importância vital no processo de reorientação ideológica da sexualidade estigmatizada para o caminho da “normalidade””. Ainda que essa “normalidade” estivesse fundamentada, na época, por uma noção “idealizada” de “comportamentos e condutas específicas” que foi assumida pelo grupo por conta dos altos níveis de preconceito, discriminação e violências. Sobre tal questão, salienta Costa (2007, p. 35):

Os indivíduos orientados para o mesmo sexo, em meio a tantas tensões entre a sociedade heteronormativa, acabam convergindo à proposta cultural gay e intensificam os contatos com essa minoria pela participação efetiva nos lugares de encontros do grupo. Muitos indivíduos homoeróticos, dispersos e à deriva, atormentados em meio aos preceitos da sociedade heteronormativa, então convergem a lugares de expressão da cultura gay, que os protegem, vislumbam e estimulam [...]. A marcação e a divulgação da diferença possível e acolhedora amenizam os sofrimentos de muitos que não veem mais possibilidades nem de conter, nem de exercer seus desejos. Os lugares de encontros gays sempre existiram, porém nunca foram tão positivamente marcados por uma cultura possível, como a partir dos anos de 1960. A eles vai convergir uma gama de indivíduos orientados para o mesmo sexo que serão abarcados pelos elementos culturais expressos nesses lugares e incentivados a participar da invenção de uma comunidade gay imaginada.

As *redes de sociabilidade homoeróticas* demarcaram no país o momento embrionário da militância LGTB, entretanto, parafraseando Edward MacRae, as experiências coletivas organizadas em prol da “**construção da igualdade**” (1990), foram fundamentadas numa política de amizade que possibilitasse amenizar e partilhar os danos e traumas ocasionados pelas repressões e violências. Além disso, os conflitos sociais que esses indivíduos partilhavam reverteram-se em desejos de “agregação” para a construção de espaços através dos quais a vivência de outras sexualidades fosse possível, e, como destaca o próprio MacRae (1990), foi de suma

---

<sup>53</sup> Compreendida nesse contexto como “uma organização da personalidade e uma maneira de se relacionar com o mundo baseado numa certa representação de si fundamentada em categorizações sexuais geradas pela cultura em que se inserem e que dividem os indivíduos entre homossexuais, heterossexuais e bissexuais” (MACRAE, 1990, p.49).

importância para criar outros espaços de democracia sexual e, conseqüentemente, avançar na luta pelos direitos sexuais e humanos de LGBT no país.

Essa “*guetificação*” evidenciou o silenciamento acerca dos preconceitos e violências existentes contra os homossexuais no país, mas, por outro lado, causou algumas contradições por parte de membros das redes de sociabilidade homoeróticas, as quais levaram à formação, em 1962, do jornal<sup>54</sup> *O Snob* pelo escritor pernambucano Agildo Bezerra Guimarães, principal editor do jornal até seu encerramento, que permaneceu ativo entre os meses de julho de 1962 a junho de 1969, num total de 99 exemplares e um exemplar retrospectivo. Ainda hoje, *O Snob* é considerado o jornal mais duradouro voltado para o público homossexual no Brasil.

No início, tinha-se, com *O Snob*, o objetivo de divulgar entre as *redes de sociabilidades homoeróticas* os eventos, concursos e festas que aconteciam na cidade, ou seja, o jornal aproximava-se muito mais de “um colonismo social do que um veículo de discussão de ideias” (LIMA, 2001, p. 2). Apesar das críticas que os organizadores do jornal faziam às redes de sociabilidade, este não foi tomado inicialmente como proposta de discussão política, tampouco utilizado como um mecanismo de denúncias para as práticas de violências experienciadas pelos homossexuais na época.

De acordo com Green (2000, p. 298), a publicação inicial tinha um design artesanal, era mimeografado e minimalista, com traços de modelos femininos e tornou-se um meio de comunicação para retratar o mundo das “bichas, bofes, bonecas e entendidos”. Esse perfil caracterizaria *O Snob* numa das publicações mais controversas no tocante às questões de gênero e sexualidade, tanto para os homossexuais como para os que tivessem acesso ao material na época. O nome escolhido para o jornal, bem como as figuras, símbolos e vocabulários, além de estarem relacionados com a “auto-representação identitária” que os editores tinham de si mesmos naquele momento, também assinalava o tom de “deboche” e “dissenso”

---

<sup>54</sup> Várias outras publicações surgiram na época, como: “*O Estábulo e Os Felinos*, de Niterói, *Subúrbio a noite* (cujo símbolo era uma locomotiva), *Fatos e Fofocas*, um primoroso jornal artesanal produzido em Salvador, na Bahia, por Di Paula, e *Le Femme*, de Anuar Fará, que era já de caráter impresso” (FIGARI, 2007, p. 381).

social que desejavam demonstrar à sociedade que lhes impunha um padrão de vivência sexual de forma violenta.

Costa (2010) destaca que nas chamadas das capas d'O *Snob* sempre eram retratadas personagens autodesignadas VIBS (*Very important bichas*), uma referência “debochada” às personagens VIPS (*Very important persons*) da elite brasileira na década de 1960 (Figura 8). Essa associação objetivava a formação de uma determinada “sociedade bichal”<sup>55</sup>, com comportamentos, gestos e linguagens voltadas, quase que exclusivamente, em torno das práticas determinadas culturalmente como sendo do “universo feminino”, uma espécie de “subversão social”. As fotografias davam lugar a desenhos de mulheres elegantes, em poses delicadas e impostadas, com o objetivo de criar uma ilusão para seus leitores, pois, “não eram fotos, mas desenhos, e não eram mulheres, mas homens. [...] A “comunidade” tinha sua própria noção de realidade e agia dentro da rede para dar veracidade a suas representações” (COSTA, 2010, p. 41).

Figura 8 - Capas do jornal O *Snob*



Fonte: RODRIGUES, 2007, p. 56-57

<sup>55</sup> Em “apologia” à sociedade de classe média alta da época (COSTA, 2010).

Tal representação existia porque este tipo de “imprensa gay” no Brasil nasceu exatamente com o objetivo de ampliação do processo de sociabilidade desejada pelas *redes* quando de sua formação, principalmente entre os anos de 1963 a 1968, com a efervescência do novo regime político ditatorial no país (RODRIGUES; FILHO, 2008). Entretanto, a partir do ano de 1968 outras posições começaram a ser tomadas dentro do jornal O Snob por parte de alguns membros, a exemplo de Hélio Gato Preto, que passou a questionar sobre a importância de publicações que tratassem de temas relacionados aos Movimentos Feministas, as lutas internacionais do Movimento Homossexual nos Estados Unidos, as questões políticas como a Guerra do Vietnã, o Maio de 1968, o movimento estudantil, dentre outras (PÉRET, 2011).

Assim sendo, as fofocas e a expressiva valorização do binarismo sexual e de gênero – *macho/fêmea, ativo/passivo, bicha/bofe* –, bastante utilizados no início do jornal como forma de “transgressão social”, começaram a perder mais espaço nas publicações. Em 1969, no último ano de lançamento *d’O Snob*, já existia uma reconfiguração do discurso em favor de uma mobilização pública da homossexualidade de modo mais politizado, como demonstra a matéria do jornal da época (O SNOB, 1969 apud COSTA, 2010, p. 43-44):

[...] 1969 parece ser o ano das novidades, pelo menos para nós do SNOB, (? d’o SNOB?) muita coisa nova acontecerá no decorrer desse ano. Iniciamos com um jornal mais adulto (diário oficial de contos), onde crônicas, poesias, artigos de real interesse, contos e colunismo social sadio, sem fofquinhas, aliás, abandonadas há muito por nossos cronistas, e [suprimidos os] desenhos de figuras femininas indicando rapazes que chegam a dar um ar de gozação, mostrarão nossos propósitos de atingirmos uma realidade do que realmente somos.

Essa tomada de posição foi proposital, uma forma de amenizar os sentidos negativos dos termos e, de alguma maneira, assumir uma postura mais militante que fosse capaz de problematizar as questões sexuais e de gênero, discutindo a significação que caracterizava a noção de homossexualidade assumida pelas *redes de sociabilidade homoeróticas* entre os anos de 1960 a 1968 (FRY; MACRAE, 1983, p. 24). Por outro lado, os organizadores do jornal também passavam a ser influenciados pelos movimentos sociais LGBT que despontavam no cenário político

internacional em lutas pelos direitos humanos e sexuais desta população, sobretudo com o estopim de Stonewall em 1969.

A denominada “Rebelião de *Stonewall*” ocorreu em 28 de junho de 1969 e é considerada um marco na história mundial do movimento de luta pela cidadania, direitos sexuais e humanos de LGBT. A revolta se deu por parte dos frequentadores do bar *Stonewall Inn*, no bairro de *Greenwich Village*, em relação a mais uma invasão repressora e violenta da polícia de Nova York<sup>56</sup> que, habitualmente, agredia e prendia homossexuais neste e outros espaços de sociabilidade, pois a homossexualidade ainda era criminalizada em quase todos os Estados do país na época. Os motins de *Stonewall* duraram cerca de seis dias, como consequência, foram constituídas nos anos posteriores uma série de ações públicas e organizações ativistas que objetivavam dar visibilidade social para o problema da violência e outras demandas correspondentes aos direitos de LGBT, não apenas nos Estados Unidos, mas em vários países.

Essas ações também foram possíveis em decorrência de um contexto de luta política mais amplo, ou seja, diante das transformações socioculturais, políticas e econômicas pós-Segunda Guerra Mundial, insurgiram no cenário internacional vários movimentos sociais colocando uma pluralidade de demandas e distintas problemáticas, a exemplo das questões de gênero e sexualidade, no centro dos debates políticos e na agenda internacional dos direitos humanos, exigindo mudanças sociais que garantissem os direitos civis e reconhecimento sociojurídico de uma parte da população que experienciava uma espécie de denegação e marginalização social (ALONSO, 2009). Tais movimentos, como é o caso das mulheres, ambientalistas, antimilitaristas, negros, estudantes e dos próprios LGBT, tinham como pauta central a luta pela efetivação de uma sociedade que garantisse de modo democrático a cidadania e os direitos civis e humanos de toda a população (BENEVIDES, 1998), vista como a alternativa possível para o enfrentamento efetivo das discriminações e violências contra vários indivíduos e grupos sociais.

---

<sup>56</sup> Disponível em: <[https://aminoapps.com/c/comunidade-lgbt/page/blog/a-libertacao-gay-nos-anos-60-e-70-era-o-comeco-da-historia-de-lutas/J8q3\\_o2ZsdullGdnbnpqv36Mz018RnRJLQM](https://aminoapps.com/c/comunidade-lgbt/page/blog/a-libertacao-gay-nos-anos-60-e-70-era-o-comeco-da-historia-de-lutas/J8q3_o2ZsdullGdnbnpqv36Mz018RnRJLQM)>. Acesso em: 10 nov. 2017.

Essa conjuntura sociopolítica em favor da democratização dos direitos civis e humanos foi de suma importância para fomentar, por um lado, as lutas que objetivavam denunciar o problema social da violência contra homossexuais, como foi o caso dos motins de *Stonewall*, e, por outro, inaugurar um conjunto de ações públicas que resultaram em legislações de proteção aos direitos de LGBT no mundo. Como exemplo tem-se o caso da cidade de San Francisco, no Estado da Califórnia/EUA, que, por meio das lutas promovidas por um dos primeiros ativistas e político gay, Harvey Milk, conseguiu aprovar uma das primeiras leis sobre os direitos civis de LGBT no mundo, em 1978, a qual tinha como objetivo eliminar as discriminações por orientação sexual nos ambientes de trabalho, moradias e espaços públicos. A lei foi considerada uma das mais rigorosas e abrangentes no país contra o preconceito direcionado aos homossexuais (LEDBETTER, 1978).

Além disso, ainda em 1978, Harvey Milk protagonizou uma série de disputas políticas com o senador republicano John Briggs e a cantora gospel Anita Bryant contra a **Proposição 6**, também denominada de iniciativa Briggs, que previa demissão para professores gays e lésbicas, bem como dos apoiadores de direitos LGBT, das escolas públicas da Califórnia. O lema da campanha era “**Salvem Nossas Crianças**”<sup>57</sup>, por meio da qual acusava-se que os professores gays e lésbicas queriam abusar sexualmente das crianças, assim como recrutá-las à homossexualidade, porém foi rejeitada em votação popular por mais de um milhão de pessoas em todo o Estado da Califórnia e cerca de 75% dos cidadãos da cidade de San Francisco. Essa conjuntura resultou numa ampla visibilidade política e midiática para a “questão gay” no cenário internacional, bem como elevou a “militância pelos direitos de homossexuais a um novo patamar, o da arena pública” (CAETANO, 2013, p. 64).

As mobilizações contra a **Proposição 6** foram de suma importância para a luta em favor dos direitos humanos e sexuais dos LGBT. Entretanto, na época, essa situação resultou em uma conquista ainda mais expressiva, mesmo diante da discriminação e preconceitos por parte de agentes e instâncias estatais, os LGBT alcançaram amplo apoio da maioria da população, inclusive na participação em vários

---

<sup>57</sup> Disponível em: <<https://gloriajfhhistoryofthecastrosf.weebly.com/the-briggs-initiative.html>>. Acesso em: 10 nov. 2017.



debates e mobilizações políticas organizadas por Harvey Milk. O jornalista Philip Maldari produziu o programa “*Gay freedom day 1978*” para a estação de rádio californiana KPFA<sup>58</sup>, no qual acompanhou a “*8ª Parada do Dia da Liberdade Gay de San Francisco*”, em 1978, e relatou que estavam presentes mais de duzentas e cinquenta mil pessoas de todo o Estado da Califórnia, dentre outros dos Estados Unidos, marchando durante mais de 4 horas contra **Proposição 6** e em defesa dos direitos humanos para LGBT.

É importante ressaltar que, além das situações de violências pelas quais os LGBT sofriam nos Estados Unidos, existia uma particularidade que mobilizava a militância LGBT do país, ou seja, enquanto que no Brasil as práticas de violências policiais contra os homossexuais ocorriam de forma ilegal, no caso, com base numa legislação que na prática não criminalizava a homossexualidade, assim como os denominados tratamentos de “reversão sexual” eram, em sua maioria, mantidos em segredo pelos médicos e familiares dos “pacientes”; nos Estados Unidos até meados da década de 1960 ainda existiam várias leis de sodomia, situação que favorecia esse tipo de violência. Como analisado por Gorisch (2014), os mecanismos de tortura, a exemplo do tratamento de choque, esterilização e castração, eram utilizados como forma de punição e controle da homossexualidade, vista por uma maioria dos americanos como uma doença mental, ou práticas pedófilas que precisavam ser punidas, atitudes corroboradas pelo Estado em decorrência dessas legislações.

Por outro lado, na mesma década, o ativismo negro americano ganhava fôlego e conseguia fortalecer constitucionalmente a luta pelo fim da segregação racial, assim como provocar amplos debates por meio da mídia e outros setores da sociedade sobre os direitos civis dos negros nos Estados Unidos, o que possibilitou em conquistas como o direito ao voto e a aprovação da Lei dos Direitos Civis em 1964, tornando a segregação e discriminação racial ilegais no país. Essas transformações no ordenamento jurídico estadunidense, no entanto, não alocaram as violências sexuais e de gênero, principalmente no tocante às lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, no mesmo âmbito da problemática das práticas de violências por questões raciais, pelo contrário, ainda existiam várias punições destas

---

<sup>58</sup> Disponível em: < <https://archive.org/details/pr-AZ0202>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

sexualidades, concretizadas através das perseguições policiais que tinham o aporte das legislações homofóbicas, as denominadas “leis de sodomia dos Estados Unidos”.

Assim sendo, a militância que se constituiu no pós-Stonewall criticava duramente todas as propostas assimilacionistas à prática da heterossexualidade defendidas pelo movimento homófilo. A *Gay Liberation Front* (GLF) - Frente de Libertação Gay – principal organização dos direitos de LGBT, passou a promover uma “ideologia da libertação sexual”, a ideia era orientar o “orgulho gay” como prática principal para que houvesse uma libertação dos homossexuais, o que possibilitou uma mudança da perspectiva negativa para uma perspectiva positiva na luta pelos direitos dos homossexuais, ou seja:

Enquanto os direitos negativos exigem pouco do Estado além de permitir que pessoas gays sejam elas mesmas, ao pôr fim à discriminação legal contra gays, direitos “positivos” demandam que o Estado estenda direitos civis à população homossexual, incluindo proteções legais contra a discriminação e o reconhecimento de relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo (ENCARNACIÓN, 2014, p. 32).

É nesse sentido que se relaciona a “Rebelião de *Stonewall*” com o início de uma militância mais radicalizada em favor da “causa gay” no cenário político internacional e dos direitos sexuais e humanos de LGBT; a partir daquele momento, “assumia-se a condição homossexual como um desafio político perante a família e o Estado, identificados como a repressão social. O uso do corpo assumia as feições de uma arma contra a ordem” (SANTOS, 2006, p.111). Precisamos destacar que essa era uma posição política que a militância LGBT nos Estados Unidos também havia herdado das lutas feministas denominadas de “segunda onda”, ressurgidas no final da década de 1960, principalmente nos Estados Unidos e na França<sup>59</sup> (DIAS, 2001), em conjunto com os movimentos sociais do pós-Segunda Guerra Mundial, essas lutas

---

<sup>59</sup> Nos Estados Unidos, o movimento feminista teve como influência para suas lutas a obra “*A mística feminina*”, de Betty Friedan, publicado em 1963, e a organização do NOW – National Organization of Women, em 1966. Na França, o trabalho de Simone de Beauvoir, “*O segundo Sexo*”, publicado em 1949, foi um dos principais responsáveis pelo ressurgimento do movimento feminista francês (PEDRO, 2005).

tomaram como basilares as ideias da filósofa francesa Simone de Beauvoir na obra “O Segundo Sexo”, publicado em 1949.

Com a célebre frase: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9), Beauvoir buscou desenvolver uma reflexão crítica concernente a “condição feminina” em relação às desigualdades econômicas, políticas e socioculturais experienciadas na estrutura societária patriarcal e legitimadas por uma lógica naturalizante da diferença sexual, rejeitando, deste modo, qualquer discurso convencional através do qual a noção de gênero enquanto constituinte da “*identidade sócio-sexual humana*” fosse compreendida apenas como reflexo da evolução de uma natureza biológica (BRYM *et al.*, 2008).

Para Beauvoir (1967) o “gênero”, neste caso, o que considerou como sendo as representações e manifestações dos papéis e padrões de comportamentos sociais atribuídos ao homem e à mulher, refere-se a um processo de construção e aprendizado sociocultural<sup>60</sup>, sendo as abordagens que se contrapõem a esta perspectiva, por estarem atreladas a determinismos científicos, biológicos e naturalizantes, vistas pela autora como grandes contributos à manutenção das desigualdades sociais, expressas num processo histórico de sujeição e dominação da mulher pelo homem.

De modo geral, essas ideias levaram a militância feminista da “segunda onda” a ter como objetivo principal a intensificação da politização da intimidade e da sexualidade, radicalizando o discurso em torno da exigência em constar na agenda pública o debate a respeito da institucionalização dos direitos da mulher, mas, principalmente, a negativa de qualquer prática androcêntrica e sexista que sustentasse as assimetrias sexuais e de gênero. De acordo com Pedro (2005, p.79), a prioridade do movimento concentrava-se em torno das “[...] lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado – entendido como o poder dos homens na

---

<sup>60</sup> Nas palavras da autora: “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada” (BEAUVOIR, 1967, p. 9, grifo da autora).

subordinação das mulheres. Naquele momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’.

Situadas nesse amplo contexto de lutas políticas pelo reconhecimento sociojurídico do “direito de poder ser”, várias mobilizações e organizações pró-LGBT surgiram em diversas partes do mundo contestando judicialmente a criminalização e as leis que legitimavam práticas discriminatórias e violências contra os homossexuais, fazendo uso do argumento que tais normas feriam o princípio da igualdade garantido constitucionalmente para todos os cidadãos, a exemplo das ações promovidas por Harvey Milk contra **proposição 6**, a qual previa demissão para professores gays e lésbicas, bem como dos apoiadores de direitos LGBT, das escolas públicas da Califórnia.

Assim como as ações do movimento anti-psiquiatria – “[...] que emerge no contexto social na década de 1960 e estava desafiando a legitimidade do diagnóstico psiquiátrico” (NASCIMENTO et al., 2015, p. 10, grifo do autor) –, as quais foram apropriadas pelos ativistas dos direitos dos homossexuais contra a *American Psychiatric Association* e a Associação Americana de Psicologia em relação às classificações que mantinham da homossexualidade enquanto um transtorno mental em seus Manuais de Diagnósticos Estatísticos de Distúrbios Mentais, tendo sido retiradas, respectivamente, em 1973 e 1975.

Ainda na década de 1970, os movimentos sociais que insurgiam em vários países, principalmente no tocante à emergência da construção de um campo de defesa dos direitos de LGBT, ganharam corpo, como destaca Encarnación (2014), por meio das redes internacionais de advocacy que passaram a ter como objetivo principal a mobilização de estratégias em favor dos direitos civis e humanos. Um dos resultados dessa “socialização” das redes internacionais de advocacy foi a organização das diversas Conferências Internacionais, Nacionais e Locais de Direitos Humanos, por meio das quais passou-se a discutir o problema social da violência sexual e de gênero, inaugurando o campo dos direitos sexuais e reprodutivos, por conseguinte, uma pluralidade de órgãos e grupos sociais em defesa desta agenda política em particular. Tais ações sociojurídicas ganharam peso, em 1978, em decorrência da constituição da ILGA, uma das principais *redes de advocacy* (ENCARNACIÓN, 2014) em favor da promoção e defesa da igualdade de direitos para LGBT em todo o mundo.

O novo posicionamento político das lutas em favor dos homossexuais alcançava, como já destacado, a conjuntura e a militância LGBT no Brasil da década de 1970, que, depois dos “anos de chumbo” – *um período marcado pela máxima expressão da censura e autoritarismo ditatorial em decorrência do Ato Institucional nº 5, o AI 5*<sup>61</sup> –, percebeu o processo de intensificação de abertura política, a partir de 1974, como uma possibilidade de reformulação das ações políticas em favor das demandas dos LGBT no país. Para os homossexuais, que antes se “comportavam sem pretensões políticas”, o ideário que se sobrepôs como consequência das experiências coletivas construídas no período da máxima repressão ditatorial, foi o de uma militância autônoma, sem vínculos partidários, com palavras de ordem e reivindicação por reconhecimento e visibilidade social das homossexualidades, como explica Louro (2001, p. 543):

[...] nos grandes centros, os termos do debate e da luta parecem se modificar. A homossexualidade deixa de ser vista (pelo menos por alguns setores) como uma condição uniforme e universal e passa a ser compreendida como atravessada por dimensões de classe, etnicidade, raça, nacionalidade etc. A ação política empreendida por militantes e apoiadores torna-se mais visível e assume um caráter libertador. Suas críticas voltam-se contra a heterossexualização da sociedade. A agenda da luta também se pluraliza: para alguns o alvo é a integração social – a integração numa sociedade múltipla, talvez andrógina e polimorfa; para outros (especialmente para as feministas lésbicas) o caminho é a separação – a construção de uma comunidade e de uma cultura próprias [...] pouco a pouco constrói-se a ideia de uma comunidade homossexual [...] afirmava-se, discursiva e praticamente, uma identidade homossexual. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política.

Conforme Santos (2011), o princípio que norteava as “políticas identitárias” contestadas por alguns movimentos sociais na época – *como é o caso do Movimento LGBT* –, dizia respeito ao fato de que possuir uma determinada “identidade” colocava determinados indivíduos numa condição de vulnerabilidade à violência, exploração e marginalização social, tornando essa “identidade”, conseqüentemente, a base principal para a mobilização de vários grupos sociais, tendo como objetivo:

---

<sup>61</sup> O AI-5 foi decretado em 1968 e durou até 1978, tinha como objetivo conferir poderes absolutos ao Presidente da República para punir arbitrariamente - e violentamente – qualquer indivíduo que se posicionasse contra o regime ditatorial.

[...] desconstruir os estereótipos negativos associados a estes grupos sociais, por meio da afirmação desta identidade. Isto exigiria um processo de conscientização (*consciousness-raising*) individual e coletivo que seria compreendido como o primeiro passo para transformar as relações sociais de subordinação em um dado contexto histórico. Além de promover a conscientização dos grupos sociais subalternos da sua situação de estigmatização, os novos movimentos sociais empenharam-se numa ampla luta pelo reconhecimento do direito de vivenciar a diferença, sem que isso implicasse em um tratamento desigual e excludente por parte dos outros membros da sociedade (SANTOS, 2011, p. 27).

Segundo Louro (2001, p. 543), para a militância LGBT que emergia naquele momento, “a afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras” nesse processo de transição política, de modo que fosse possível lutar contra as invisibilidades, inferiorização das homossexualidades e, principalmente, as práticas repressivas que se traduziam em altos índices de violências, ou seja:

[...] essas lutas pela liberação sexual apontavam para a necessidade de operar uma mudança de foco importante, isto é, deixar de pensar a homossexualidade como doença, como uma produção do discurso médico-psi [médico-psiquiátrica], que havia produzido o homossexual como um personagem, como uma espécie, para tomá-la como uma categoria política disposta a reivindicar seus direitos até então negados. Não à toa que, nessa mesma época, cada vez mais os termos “gay” e “lésbica” passam a ser utilizados como forma de mostrar a negação dos discursos médicos/jurídicos, bem como para visibilizar uma condição que não era mais a de doente, de objeto do conhecimento, mas sim de sujeitos dispostos a estabelecer sua posição na ordem social (SIERRA, 2013, p. 33).

Consequentemente, todo um processo de positivação discursiva e prática, associado a uma intensiva politização da sexualidade, foi elaborado em favor da desconstrução dos preconceitos, violências e o direito à livre expressão das múltiplas sexualidades. A ordem tornou-se a realização do “*coming out coletivo*” (FIGARI, 2007), cujo lema propunha a intensa conscientização dos homossexuais para o auto reconhecimento identitário. Como destacado por Sierra (2013), esse revelar-se demarcaria uma posição de sujeito de direito diante do Estado e da sociedade em geral. Várias contestações em relação às teorias e práticas negativadoras acerca das homossexualidades emergiram com o desígnio de proporcionar uma

ressignificação de tais representações. Inclusive, membros da militância LGBT reforçavam uma visão de que a homossexualidade era algo “[...] essencial da subjetividade humana, uma marca inescapável e certamente incurável, sobre a qual não se tinha outro tipo de controle que não fosse o seu reconhecimento” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 101).

Para reforçar este novo posicionamento político da militância LGBT, e, como consequência do processo de abertura política no Brasil, alguns jovens retornam ao país <sup>62</sup>, agregando-se ao movimento com ideias bastante revolucionárias, em decorrência do contato com as distintas ações políticas que circulavam no cenário internacional, pretendendo dar um novo direcionamento em relação às reivindicações em favor das homossexualidades no cenário brasileiro (TREVISAN, 2002; LOURO, 2001). Isso decorreu da não aceitação de uma vida social centrada e limitada a bares, boates, clubes, cafés, saunas específicas – o denominado gueto guei –, mas, principalmente, do alto nível de clandestinidade que tanto esses espaços quanto os indivíduos em pauta eram coagidos a se submeterem em decorrência das perseguições, arbitrariedades e violências nos recorrentes processos de higienização urbana feita pela polícia e legitimada pelo Estado (FRY; MACRAE, 1985; MACRAE, 1990). Como destacado por Quinalha, em análise sobre a política sexual da ditadura militar brasileira entre os anos de 1964-1988:

Enquanto se mantivessem nas sombras do anonimato dos armários ou nos guetos em que se escondiam, os homossexuais podiam existir e fazer o que quisessem com seus corpos. O problema era quando vinham à luz e ocupavam o espaço público, reivindicando uma existência e um lugar político na sociedade. Deste modo, o cerne da política sexual da ditadura não era exterminar fisicamente estes grupos vulneráveis do mesmo modo como se fez com a subversão política. Antes, o objetivo era reforçar o estigma contra os homossexuais, “dessexualizar” o espaço público expulsando estes segmentos e impelir, para o âmbito privado, as relações entre pessoas do mesmo sexo. A função da ditadura era atirar, para a invisibilidade, corpos e coletivos que insistiam em reivindicar o reconhecimento de seus direitos e liberdades. Sem sombra de dúvidas, a ditadura deixou um terreno fértil para que práticas de abusos e violências contra homossexuais fossem cometidas por agentes públicos, dado a falta de limites e até mesmo a presença de estímulos a tal (QUINALHA, 2017, p. 318, grifo do autor).

---

<sup>62</sup> Isso se intensifica a partir de 1979, em decorrência da Lei da anistia aprovada pelo Presidente João Baptista Figueiredo.

O próprio Trevisan (2002) coloca que seu cosmopolitismo, decorrente da expatriação, não permitiu um “enquadramento cultural passivo” quando do regresso ao lar. Diante disso, reuniu um grupo de estudantes universitários, principalmente da Universidade de São Paulo - USP, além de profissionais recém-formados, e compôs um núcleo de discussão sobre a homossexualidade, na cidade de São Paulo, em 1976. Todavia, apenas pouco mais de uma dúzia de pessoas, em sua maioria composta de homens, participava das reuniões. As distinções ideológicas dentro do grupo eram fortes o suficiente para que o debate ficasse concentrado nas questões específicas no tocante à homossexualidade, único objetivo de alguns integrantes do grupo. Deste modo, não havia avanços nas discussões, visto que, “[...] a questão dominante girava em torno da legitimidade de se discutir sobre sexualidade em um contexto político considerado pré-revolucionário” (FIGARI, 2007, p. 415).

Por parte de alguns, principalmente os oriundos da esquerda tradicional radical, ainda perdurava uma forte preocupação e ligação com os primeiros objetivos que fez emergir a esquerda brasileira no país, neste caso, a luta pela classe trabalhadora, tornando os debates sobre sexualidade no grupo um assunto de caráter bastante secundário. Conforme MacRae (1990), esse “racha” político-ideológico entre membros da esquerda brasileira era reflexo da nova liberalização política que ocorreu, principalmente, com a revogação da censura no país, a qual havia cerceado e punido violentamente todas as manifestações populares, sobretudo aquelas expressas em jornais, revistas, livros, músicas, peças de teatros, etc.

Muitos, principalmente a juventude, discordavam das concepções tradicionais da esquerda, através das quais a luta de classes era colocada como central no debate dos movimentos sociais e defendiam que demandas por novas liberdades pudessem estar presentes na arena pública brasileira, como questões sobre o corpo, o erotismo, a subversão de valores e comportamentos. A crítica consistia em apontar que havia um conservadorismo cultural por uma parte da esquerda, de modo que impossibilitava a inovação política nas áreas das artes e dos costumes, trazendo para o debate temas que estavam ocorrendo nos grandes centros urbanos dos EUA e da Europa, como sexualidade, o uso da maconha, o rock, dentre outros da chamada “*cultura underground*”. “O marxismo ficava estigmatizado como “*caretice*” e difundia-se uma nova noção: não existiria a possibilidade de uma revolução ou transformação social



*sem que ocorresse também uma revolução ou transformação individual*” (MACRAE, 1990, p. 21).

Para acentuar a impossibilidade da existência de uma “lógica da unidade” no bojo das reivindicações políticas defendida pela “esquerda ortodoxa”, ocorria cada vez mais o fortalecimento discursivo-prático dos movimentos negros e feministas, os quais traziam para o debate político contestações para além da luta de classes, a exemplo das violências e relações hierárquicas existentes entre homens e mulheres, negros e brancos, e outras demandas mais específicas, como destaca MacRae (1990, p. 25):

Tanto os negros quanto as mulheres tinham uma longa história de lutas que, no passado, visavam assegurar os direitos plenos de cidadania que lhes eram sistematicamente negados. Porém, por uma série de razões, nos anos pós-guerra e especialmente depois de 1964, essas campanhas se arrefeceram e suas lutas foram ignoradas, não só pela elite no poder, mas pelos próprios grupos oposicionistas. As transformações ocorridas na sociedade, a partir da década de 70, fizeram com que os negros e mulheres retomassem velhas reivindicações e levantassem novas exigências. Encontrando pouco respaldo entre os grupos políticos constituídos e até certa má vontade por parte de alguns esquerdistas, que achavam secundárias suas lutas, eles passaram a elaborar, com autonomia, novas teorias e novos esquemas de atuação. Devido aos aspectos em comum entre suas organizações, negros e mulheres se tornariam interlocutores e aliados privilegiados dos grupos de militância homossexual, que como eles, não viam no seu status minoritário motivo para o desmerecimento de suas reivindicações específicas, voltadas aos seus problemas imediatos.

Santos (2011), faz uma análise importante dessa conjuntura sócio-histórica e política, através da qual foram retomados os debates em torno da noção de cidadania, tanto nos meios acadêmicos quanto nas lutas dos diversos movimentos sociais. Para o autor, não se sabe se em decorrência da crise do “socialismo real” implementada na União Soviética a partir dos anos de 1970, além das novas demandas dos chamados “novos” movimentos sociais, começa a existir um “desencantamento” de vários ativistas da chamada “esquerda tradicional” que colocavam em cheque uma noção de reconhecimento da cidadania pautada num exclusivismo crítico e superação do conflito entre capital e trabalho. No caso da América Latina, esses antagonismos se acentuaram nas décadas de 70 e 80, no cerne das lutas anti-ditadura militar em vários países, surgindo uma nova concepção de cidadania, a qual passou a ser tomada como uma ferramenta não apenas na luta contra a exclusão social e

econômica, mas como uma luta geral que garantisse o reconhecimento das múltiplas demandas, sujeitos, temas, e instituições que estavam presentes no espaço público lutando pela ampliação da democracia.

Apesar das dicotomias em torno do conceito de cidadania, Santos (2011) desenvolve uma discussão na qual reconhece que foi exatamente o movimento operário, pautado na luta de classes contra as exclusões socioeconômicas que criticou e incluiu no conceito de cidadania a dimensão social, possibilitando, por exemplo, o debate sobre as questões de gênero e sexualidade, tendo em vista o fato de que nas primeiras formulações desenvolvidas pelo pensamento liberal, a noção de cidadania estava limitada ao âmbito civil e político.

Esse cenário no qual as ações em torno de uma política geral pautada na luta de classes confrontava-se com o apelo do movimento negro, feminista, dentre outros movimentos sociais, pela “revalorização de problemáticas mais específicas” (MACRAE, 1990), serviu de estímulo e amadurecimento para as discussões da militância LGBT que se formava naquele momento com o objetivo de legitimar processos de politização mais radicais na luta pelos direitos humanos e cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Além disso, as expertises adquiridas nas arenas políticas internacionais contribuíram para que esta militância, em coalização com outros atores sociais, constituíssem o Grupo SOMOS – *Grupo de Afirmação Homossexual* – em São Paulo, e o Jornal Lâmpião da Esquina, no Rio de Janeiro, em 1978.

O *Jornal Lâmpião da Esquina* e o *Grupo Somos* foram as duas principais *redes de advocacy* em prol dos direitos LGBT no Brasil, os quais, ao contrário de preservar a **guetificação e amizade como política de resistência às violências**, passaram a construir novas formas de experiências coletivas que denunciavam constantemente as situações de violências contra os homossexuais no país, como discutiremos no próximo tópico.

### 3.2 “Não somos anormais”<sup>63</sup>: o Lâmpião da Esquina, o SOMOS e as políticas de reconhecimento como estratégias de convencimento da violência homofóbica

O *Jornal Lâmpião da Esquina* foi constituído em 1978, no Rio de Janeiro, e fazia parte de um grupo de periódicos conhecidos como *imprensa nanica ou imprensa alternativa*, que circularam no país durante o período político ditatorial questionando todas as formas de dominação e controle totalitário do governo<sup>64</sup>. Com um perfil altamente especializado, de caráter exclusivamente militante, o Conselho Editorial do jornal<sup>65</sup> defendia que o Lâmpião da Esquina, a partir daquele momento, assumia um compromisso histórico de denunciar todas as problemáticas referentes aos homossexuais, assim como construir um espaço de reivindicação política em defesa das “minorias sociais” que tinham seus direitos negados pelo Estado e outros setores da sociedade brasileira.

A matéria de abertura do jornal, intitulada “*Saindo do Gueto*”, demonstra as pretensões assumidas pelo Corpo Editorial em relação ao inconformismo contra às marginalizações sociais e violências pelas quais os grupos “minoritários” eram submetidos na época, principalmente os homossexuais:

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido, fala-se na criação de novos partidos, de anistia, uma investigação das alternativas propostas faz até com que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro. Mas um jornal homossexual, para quê? A resposta mais fácil é aquela que nos mostrará

---

<sup>63</sup> Lâmpião da Esquina, ano 1, nº 12, maio de 1979.

<sup>64</sup> Conforme Kucinski (2001), durante os anos de 1964 a 1980, surgiram em média 150 periódicos da chamada *imprensa alternativa ou imprensa nanica*, que tinham como objetivo comum desenvolver uma oposição intransigente ao regime militar no Brasil.

<sup>65</sup> No processo de formação do jornal Lâmpião da Esquina, o Corpo Editorial era formado por: Aguinaldo Silva (jornalista), Antônio Chrysóstom (jornalista), Clóvis Marques (jornalista e tradutor), Darcy Penteado (artista plástico e escritor), Francisco Bittencourt (poeta, crítico de arte e jornalista), Gasparino Damat (jornalista e escritor), Jean-Claude Bernarde (crítico de cinema), João Antônio Mascarenhas (Advogado, jornalista e tradutor), João Silvério Trevisan (cineasta e escritor), Peter Fry (antropólogo).

empunhando uma bandeira exótica ou "compreensível", cavando mais fundo as muralhas do gueto, endossando ao "assumir" - a posição isolada que a Grande Consciência Homossexual reservou aos que não rezam pela sua cartilha, e que convém à sua perpetuação e ao seu funcionamento. Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que é dado aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que ele desejaria ter [...] LAMPIÃO deixa bem claro o que vai orientar a sua luta: nós nos empenharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor - que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 2).

Para os organizadores do *Lampião da Esquina*, o jornal objetivava dar sentido e produzir novas configurações das experiências homossexuais, buscando, desta forma, amenizar as desigualdades e denunciar os preconceitos e violências existentes, ou seja, como salientado por Santos (2011, p. 78), o *Lampião* pretendia levantar "[...] a questão da homossexualidade em seus aspectos político, existencial e cultural". O próprio nome do jornal expressava a ousadia objetivada pelos organizadores, acrescenta Quinalha (2017, p. 280):

[...] "Lampião" combinava a referência ao cangaceiro nordestino "macho" e "valente", que era famoso e temido por sua virilidade, com o sentido de uma fonte de luz capaz de guiar os leitores em meio à escuridão de um regime castrador ou para fora do armário, onde muitos homossexuais ainda se escondiam.

Embora tenha sido classificado exclusivamente como um "jornal homossexual" pelo Corpo Editorial, além das contradições existentes na arena política brasileira entre os movimentos sociais com posicionamentos ideológicos de esquerda e direita que eram contrários às especificidades políticas pleiteadas pela militância LGBT na época – a *priorização da luta pela constituição de uma agenda em prol dos direitos (homo)sexuais e de gênero* – havia um explícito interesse, desde a primeira edição, por uma lógica de luta contra o regime ditatorial pautada nas "políticas de coalizão" com outros movimentos sociais, os quais possibilitaram o próprio surgimento do ativismo homossexual no enfrentamento da ditadura militar e fortalecimento da democracia brasileira (FERNANDES, 2011). As edições do *Lampião da Esquina*

buscavam legitimar as mobilizações das várias “minorias”<sup>66</sup>, a exemplo das mulheres, índios, ecologistas, negros, dentre outros, com o propósito de dar visibilidade aos problemas e questões sociais referentes a tais grupos que eram reprimidos e, também, negligenciados pela imprensa na época, principalmente no tocante às arbitrariedades e violências (MACRAE, 1990).

Apesar das constantes perseguições pelas quais o jornal passava por parte dos órgãos estatais, exatamente por levantar a bandeira em prol da causa da homossexualidade num período de muita repressão e violência político-institucional, o *Lampião da Esquina* foi um dos primeiros empreendedores a desenvolver ações que visavam à construção das violências e crimes contra homossexuais no Brasil como um problema social através das constantes denúncias que ocupavam as manchetes do jornal. Entretanto, além do contexto nacional, o *Lampião da Esquina* também passou a denunciar os vários crimes e violências contra homossexuais em outras regiões do mundo, especialmente em casos da América Latina, como destacado por Mariusso:

No número sete, de dezembro de 1978, [o *Lampião da Esquina*] apresentou uma série de reportagens sobre a situação de homossexuais em alguns países, como Argentina, Chile, e também no México em relação à violência tanto dos que eram assassinados quanto daqueles proibidos de ir e vir nas ruas desses países. Um texto escrito por Ricardo e Hector (integrantes da Frente de Libertação Homossexual da Argentina) e traduzido por Aguinaldo Silva, abre a série das matérias. Dizia ele que, da “sofrida e contraditória realidade de *nuestro* continente, esta é uma das faces que – sob o cúmplice silêncio da maioria – permanecem nas sombras”. A imagem construída sobre o sujeito que orienta seu desejo às pessoas do mesmo sexo é produzida pela cultura, que exterior a ele, o transforma em todos os males da sociedade, assim se constrói “através da força da exclusão e da abjeção” (2015, p. 123, grifo do autor).

Com o objetivo de compreendermos as principais categorizações constituídas pelo *Lampião da Esquina* nas denúncias das violências contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no Brasil, analisamos as manchetes das capas do jornal durante todo o período de circulação, de 1978 até 1981. Das 38

---

<sup>66</sup> Sendo estas conceitualmente compreendidas pelos organizadores do jornal como “[...] um grupo sobre o qual a sociedade repressiva mantém seus tacões, mesmo que ele não seja minoritário, a ver levantada a bandeira da luta por seus direitos” (LÂMPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 11).

publicações <sup>67</sup>, o jornal utilizou 18 edições com 21 manchetes denunciando diretamente o problema da violência contra homossexuais, como demonstrado no Quadro 2. Em todas as outras 20 edições há várias reportagens e relatos sobre violências, mas não com chamadas de capas como as catalogadas.

Quadro 2 - Denúncias de violências contra LGBT no jornal Lampião da Esquina

(continua)

Edição	Nº	Mês	Ano	Manchetes	Tipologia das violências
Ano 1	5	10	1978	Transexualismo: quem está no banco dos réus?	Violência social
Ano 1	6	11	1978	Crimes sexuais	Violência pessoal
Ano 1	7	12	1978	Latinoamérica: na terra dos homens, paulada nas bonecas!	Violência social
Ano 1	9	2	1979	Moral e bons costumes?	Violência social
Ano 1	10	3	1979	Minorias exigem em São Paulo: felicidade deve ser ampla e irrestrita	Violência social
Ano 1	11	4	1979	Lesbianismo, machismo, aborto, discriminação: são as mulheres fazendo política	Violência social
Ano 2	13	6	1979	De Sodoma a Auschwitz, a matança dos homossexuais	Violência social
Ano 2	17	10	1979	Anistia ampla, etc.: mas quem liga para os presos comuns?	Violência social
Ano 2	19	12	1979	Vítimas de opressão sexual agora são presos políticos	Violência social
Ano 2	20	1	1980	Violência: o esquadrão mata-bicha	Violência social
Ano 2	24	5	1980	Querem matar os travestis	Violência social

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das edições do jornal Lampião da Esquina, publicadas entre os anos de 1979 – 1981

<sup>67</sup> Todas as edições do jornal Lampião da Esquina estão disponíveis no site do Grupo Dignidade, uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundado em 1992 em Curitiba, no Estado do Paraná: <<http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/#>>.

Quadro 2 - Denúncias de violências contra LGBT no jornal Lampião da Esquina

(conclusão)

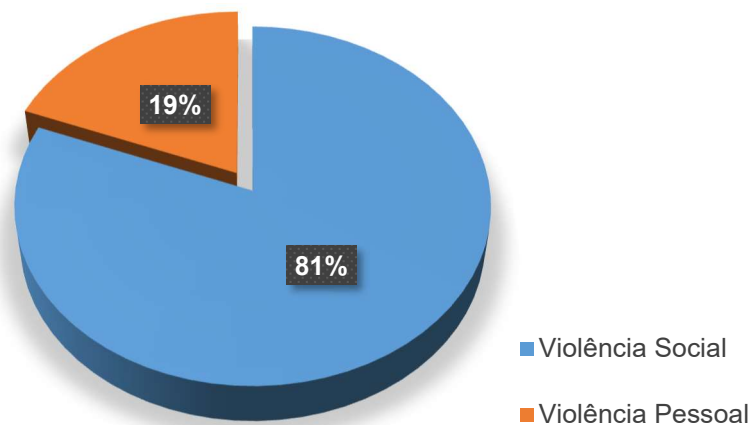
Edição	Nº	Mês	Ano	Manchetes	Tipologia das violências
Ano 3	25	6	1980	A volta do esquadrão mata-bicha	Violência social
				Três crimes abalam a comunidade guei	Violência pessoal
Ano 3	26	7	1980	A igreja e o homossexualismo: 20 anos de repressão	Violência social
				Richetti age em São Paulo; e Padilha volta ao Rio	Violência social
Ano 3	28	9	1980	Em agosto foi assim: crioulo não é gente, bicha e mulher tem mais é que morrer	Violência social
Ano 3	33	2	1981	Mas a violência do sistema pode!	Violência social
Experimental	0	4	1978	Celso Curi processado: <i>mas qual é o crime deste rapaz?</i>	Violência social
Extra	Extra 2	-	-	O estupro como ato de poder	Violência pessoal
				A matança das bichas na Alemanha Nazista	Violência social
Extra	Extra 3	-	1980	Travestis dão um depoimento vivo sobre o sufoco paulista	Violência social

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das edições do jornal Lampião da Esquina, publicadas entre os anos de 1979 – 1981

Tendo em vista às complexidades que caracterizam o fenômeno da violência, e, principalmente, os perigos analíticos ao tentar apresentar um conceito irrestrito para um problema social que está em constante mutação, pois, como nos adverte Abramovay e Pinheiro (2003, p. 2), “[...] enquanto um conceito mais restrito, pode deixar de fora parte das vítimas, e uma definição muito ampla recorre no perigo de deixar de fora parte das vítimas e de não levar em conta as micro violências do cotidiano”, aplicamos, em decorrência da particularidade que caracteriza o objeto de estudo desta tese, as análises desenvolvidas por Borrillo (2010) sobre o conceito de homofobia para desenvolvermos uma “tipologia das violências contra homossexuais” construída pelo jornal Lampião da Esquina.

Como já discutido, de acordo com Borrillo (2010), o fenômeno social da violência homofóbica é bastante complexo e exige que consideremos, sobretudo, as intersecções entre os fatores de caráter individual, social, científico, jurídico e político-institucional que modulam histórico-empiricamente essa problemática. Entretanto, de modo a contribuir com a operacionalização da análise sobre o problema apresentado, Borrillo distingue a homofobia, por um lado, como algo de **cunho pessoal**, no sentido da agressão física; e, por outro lado, de **cunho social**, sendo, neste caso, práticas de violências efetivadas pelas instituições sociais, religiosas, políticas, jurídicas, dentre outras. Por essa razão, dividimos as denúncias entre “**violência pessoal**” quando se trata de uma ação individual e “**violência social**” ao fazer referência aos órgãos estatais, religiosos, etc. Nas manchetes catalogadas, cerca de 81% atribuíam o problema da violência contra homossexuais a questões sociais (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Tipologia das violências contra homossexuais conforme denúncias do jornal *Lampião da Esquina*



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das edições do jornal *Lampião da Esquina*, publicadas entre os anos de 1979 – 1981.

Esse processo de construção da violência contra homossexuais enquanto um problema de cunho social ocorre, evidentemente, como implicação do contexto político no qual estavam inseridos os atores que compunham o jornal *Lampião da*



*Esquina*. Como destacado por Cefaï (2017), uma situação passa a ser vista como problemática na medida em que é considerada como nefasta para determinados indivíduos, grupos e até mesmo sociedades em contextos específicos. O regime político-ditatorial agravou as situações de violências contra os homossexuais no Brasil, tendo em vista que os órgãos estatais, como analisado por Quinalha (2017), viam a homossexualidade como uma ameaça à família, à moral e aos bons costumes.

Um dos principais problemas relatados no jornal era o chamado “*esquadrão mata-bichas*”, denominado por Trevisan, que escrevia uma coluna denunciando as constantes perseguições e abusos desse grupo contra LGBT no país (Figura 9).

Figura 9 - Denúncia de assassinatos de homossexuais no Brasil



Fonte: LAMPPIÃO DA ESQUINA, n. 25, 1980.

Na reportagem “*Um esquadrão mata-bicha?*”, publicada no jornal *Lampião da Esquina*, ano 2, nº 20, de 1980, o jornalista Aguinaldo Silva faz várias críticas ao posicionamento do então cardeal brasileiro e arcebispo católico do Rio de Janeiro, Dom Eugênio de Araújo Sales sobre o texto que escreveu no dia 07 de dezembro de

1979 para os fiéis da igreja, denominado “A Voz do Pastor”, além de acusar que a igreja legitimava as ações de violências da classe dominante e o autoritarismo estatal (SILVA, 1980, p. 3).

Não obstante, apesar da contínua militância do *Lampião da Esquina* nas denúncias dos preconceitos e violências praticadas pelo Estado e outros setores da sociedade, não apenas contra homossexuais, mas diversas “minorias” as quais haviam se apropriado das respectivas causas, MacRae (1990) destaca que este tipo de ação política não foi plenamente aceito por alguns grupos sociais, sobretudo em decorrência do caráter “subversivo” e “debochado” que o jornal passou a ter já nas edições finais. Por exemplo, antagonicamente, os termos antes criticados como pejorativos para a imagem dos homossexuais, tais como “*bicha*”, “*boneca*”, “*viado*”, foram reincorporados nas capas e matérias produzidas pelo *Lampião da Esquina*.

A finalidade, mais uma vez, era radicalizar e transgredir, visto que, como destacado por Simões e Facchini (2009, p. 86-89): “[...] a visão política do *Lampião da Esquina* se orientava para uma alternativa libertária, que desafiava convenções e convicções políticas expressas na época, tanto no campo conservador quanto na esquerda brasileira”. Esse posicionamento, conseqüentemente, afastou vários “segmentos heterossexuais”, mesmo aqueles tidos como “minorias”, levando o jornal a focar nas notícias mais voltadas para o “gueto guei”, para a questão homossexual e o sexo, “[...] ridicularizando os tabus sociais e ressaltando os seus aspectos criativos e prazerosos” (MACRAE, 1990, p. 77).

As políticas de coalizão assumidas entre parte da militância LGBT e outros movimentos sociais poderiam ter sido consolidadas para o fortalecimento da construção da violência contra os homossexuais enquanto um problema social que se tornaria de relevância pública no país. Entretanto, apesar das apropriações político-ideológicas dos modelos de ações que ocorriam em países como os Estados Unidos e na França desde os anos de 1960, naquele momento, o regime político ditatorial provocou um espaço concorrencial na arena política brasileira em que a militância LGBT viu-se, antagonicamente, exigida por outras “minorias sociais” que tinham, inclusive, nas pautas políticas uma contestação a qualquer forma de censura, moralismo, violência e repressão ditatorial, a distanciar-se de uma agenda política que

estivesse voltada para a defesa de práticas e demandas relacionadas a uma vivência da sexualidade não-heterossexual.

As crises nas alianças começaram a surgir inclusive entre os editores do próprio jornal. Alguns não aceitavam o uso dos termos “pejorativos” e afirmavam que este tipo de posicionamento poderia gerar uma “reificação” da homossexualidade, fortalecendo a oposição hétero/homo, macho/fêmea, ativo/passivo, formulada pela cultura ocidental heterossexista, contribuindo para institucionalizar “novas formas de rotulação, estigmatização e marginalização” (CARRARA; SIMÕES, 2007; SIMÕES; FACCHINI, 2009). Por outro lado, estavam aqueles que consideravam esta forma de pensar resultante de um “machismo” conservador que só contribuía para a inércia da militância LGBT no país.

Trevisan (2002) analisa esse cenário e aponta que os posicionamentos contrários às ações propostas pela militância LGBT tinham, na realidade, o objetivo de desviar as lutas dos vários movimentos sociais em favor da luta de classes, colocando, por exemplo, as questões em torno das homossexualidades como meros apêndices do debate político. Por outro lado, Sierra (2013) assinala que a crítica que estava sendo posta tratava-se das reproduções discursivo-práticas higienistas que parte da militância LGBT começou a assumir em nome de uma incessante busca por reconhecimento identitário. Assim, outros sujeitos LGBT – *lésbicas masculizadas, gays afeminados, travestis, etc.* – começaram a ganhar espaço na arena política brasileira, negando esse *modus operandi* e exigindo que fossem inclusos nas pautas dos direitos humanos e sexuais, de modo que as violências sofridas também ganhassem visibilidade e importância social.

Dessas tensões, surgiu, em 1979, um grupo de discussão que passou a ter como objetivo debater pautas políticas e intervenções sociais mais específicas aos LGBT. Esse grupo, segundo Trevisan (2002), já propositalmente autodenominado como Núcleo de Ação pelos Direitos Homossexuais (NADH), em suas constantes reuniões semanais idealizou, projetou e, aproveitando uma semana de debates sobre a emancipação de grupos discriminados promovida pelos estudantes do Centro Acadêmico do curso de Ciências Sociais da USP, instituiu o primeiro grupo de

militância homossexual no Brasil, o *Grupo SOMOS – Grupo de Afirmação Homossexual*, em São Paulo<sup>68</sup>.

O *Grupo SOMOS* tinha um caráter político muito forte em decorrência das contradições existentes entre os interesses da militância LGBT no país e outros movimentos sociais, alguns participantes do grupo defendiam, inclusive, total autonomia dos partidos políticos, de qualquer instância estatal, precipuamente, a não abertura no grupo para pessoas que não fossem assumidamente homossexuais. Toda e qualquer palavra que envolvesse tratamento às pessoas do grupo deveria estar exaurida de preconceitos, assim como as diferenças existentes nas relações sexuais e de gênero também deveriam ser extintas, por completo, o paradigma da polarização macho/fêmea, ativo/passivo. O lema era “aprender a ser homossexual” ou melhor, “militante homossexual” (MACRAE, 1982 apud SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 98).

No final de 1979 o *SOMOS* ganhou mais visibilidade e um progressivo crescimento com a incorporação de novos integrantes, principalmente mulheres lésbicas, dando maior ênfase no processo de politização das homossexualidades, tendo em vista que a maioria vinha de uma ala radical do feminismo da época. Segundo Simões e Facchini (2009), o grupo passa a se dividir em vários subgrupos, chamados, no primeiro momento, de “identificação” e, posteriormente, de “reconhecimento”. Cada subgrupo tinha o objetivo de reunir-se semanalmente no “estilo confessional”, com discussões<sup>69</sup> que tratassem das próprias experiências sexuais, objetivando, com isso, o fortalecimento dos ideais institucionais e da “identidade sexual homossexual” de cada participante.

Além disso, como o grupo se expôs publicamente, isso permitia outros debates no campo da sexualidade, por conseguinte, acentuava as diferenças no entendimento em relação às questões das identidades sexuais e de gênero. Havia aqueles que

---

<sup>68</sup> SIMÕES; FACCHINI, 2009; TREVISAN, 2002; PRADO; MACHADO, 2008; GREEN, 2000; FIGARI, 2007; FACCHINI, 2002; 2003.

<sup>69</sup> Nas reuniões, imperava o exclusivismo identitário existente no grupo e nos subgrupos, ou seja, a participação apenas de homossexuais era consensual. Havia uma intensificação nas oposições entre heterossexuais e homossexuais, pois acreditavam que isso possibilitaria um encontro “consigo mesmo”, sem constrangimentos e/ou opressão. Propagavam que a superação dos estigmas e das cargas negativas atribuídas à homossexualidade só poderia acontecer, caso estes sujeitos estivessem entre “iguais”. “O suposto era o de que um ambiente formado por homossexuais seria mais igualitário” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 98-99).

percebiam a homossexualidade como um campo heterogêneo e que os indivíduos não deveriam limitar suas lutas sociais a esta esfera da vida humana (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Apesar de toda essa politização ter como meta um olhar social mais positivado em relação à homossexualidade, foi, paradoxalmente, a principal causadora dos dissensos entre a militância na época, sobremaneira em decorrência das críticas desenvolvidas pelas militantes lésbicas que queriam maior representatividade dentro do grupo, bem como as distintas concepções políticas entre aqueles que queriam autonomia na luta pelos LGBT, focando exclusivamente no reconhecimento político-identitário das homossexualidades, e aqueles que defendiam a inclusão dessa pauta numa luta geral que permitisse a transformação da sociedade (MACRAE, 1990; SANTOS, 2011).

No começo da década de 1980, já havia outros grupos de atuação em defesa dos LGBT em diferentes estados, e o SOMOS estava politicamente amadurecido, trilhando outros caminhos em busca da ampliação e visibilidade da “causa gay” no país. Neste mesmo ano, em abril, aconteceu o I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados. Cerca de duzentas pessoas estiveram reunidas durante três dias de debates sobre vários temas. Trevisan (2002) explica que o clima aparentava um “ufanismo homossexual”, em que os interesses se concentravam muito mais nas disputas de poder e posturas “xenofóbicas” e provincianas entre os grupos das diferentes regiões:

A palavra “fascista” voava como dardo, em todas as direções. Os mesmos trotskistas (da Convergência Socialista e Organização Socialista Internacionalista ou Libelu, ambas da Quarta Internacional) compareceram com um inesperado contingente de representantes, levantando a suspeita (mais tarde confirmada) de que não se tratava de ativistas homossexuais, mas de militantes do partido travestidos de viados, exclusivamente para efeito de votação. Apesar de se tratar de dois grupos pequenos, seus componentes tinham grande experiência em disputas políticas, de modo que não lhes foi difícil usar de táticas manobristas e conchavos, para impor posições e evitar a “vitória” dos adversários. Evidentemente, desaparecera das discussões um dos temas prediletos do cândido movimento homossexual de dois anos atrás: a contestação ao poder como tal. Nesse encontro (ou desencontro), quem não queria foi obrigado a sair disputando o poder. E que poder era esse? O nascente “*Poder Gue*”, que o consumismo capitalista fazia florescer até o ponto de nos enganar com vãs promessas (p. 353 -354, grifo do autor).

Green (2015) destaca que os conflitos dentro do *SOMOS* acentuaram-se em decorrência da participação de alguns membros na comemoração do 1º de maio de 1980 em apoio à greve geral dos metalúrgicos, em São Bernardo do Campo – SP. Embora essa participação tenha ocorrido como forma de protesto contra as discriminações dos trabalhadores homossexuais, parte do grupo acreditava que outras pautas não poderiam ser defendidas em detrimento das políticas identitárias.

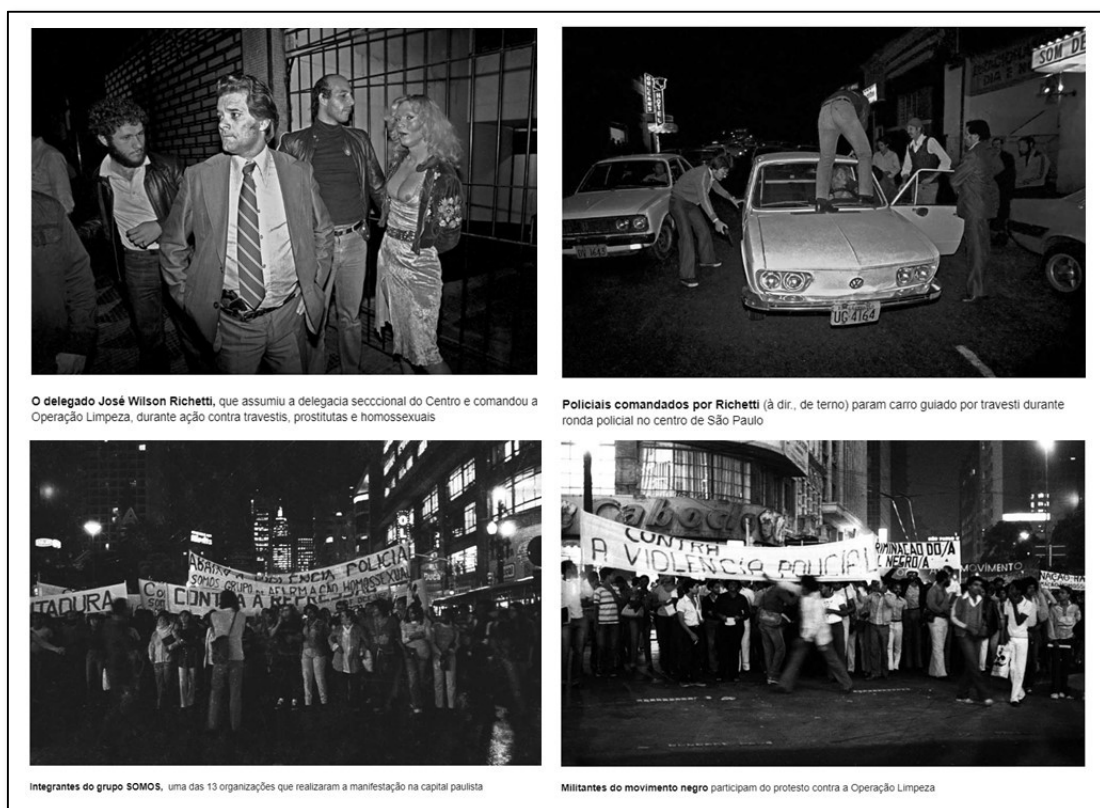
No entanto, apesar dos dissensos político-ideológicos, o grupo promoveu várias ações coletivas com o objetivo de denunciar o problema social da violência contra homossexuais no Brasil e contou com a participação de outros atores sociais. Em 13 de junho de 1980, por exemplo, o *SOMOS* participou de uma mobilização na cidade de São Paulo em protesto à violência da polícia representada na figura do delegado José Wilson Richetti, o qual perseguia e prendia de modo arbitrário e violento homossexuais e prostitutas. Green (2015) esclarece que esta mobilização contou com a participação de mais de mil pessoas, dentre elas, gays, travestis, lésbicas, prostitutas e militantes do movimento negro e feminista, tendo em vista a perseguição que também sofriam.

O site Memorial da Democracia relata os acontecimentos, contestações e entidades que participaram do protesto em São Paulo que expôs a repressão da polícia paulista (Figura 10) e, principalmente, o apoio de agentes públicos aos atos de violência, como é o caso do então governador Paulo Maluf, como evidenciado na matéria “*LGBT E PROSTITUTAS DENUNCIAM VIOLÊNCIA*”:

Militantes de 13 organizações se reúnem, à noite, na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo em protesto contra as operações Limpeza e Rondão, comandadas pelo delegado José Wilson Richetti. Desde abril daquele ano, as polícias civil e militar vinham prendendo e espancando prostitutas, travestis e homossexuais no centro da cidade e em outras regiões da capital paulista. As ações tinham o apoio do comandante do 2º Exército, general Milton Tavares, e do governador Paulo Maluf. Grupos homossexuais, feministas e negros passaram a se mobilizar contra a Operação Limpeza. Denunciaram as violências em entrevistas coletivas, entraram com representação judicial contra o delegado e fizeram panfletagem na cidade. A Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa convocou o delegado e o secretário de Segurança Pública, Otávio Gonzaga Jr., para prestar esclarecimentos. Durante o ato público, os organizadores do protesto exigiram a imediata destituição do delegado Richetti, o fim da violência policial e da discriminação racial e sexual, bem como a garantia do direito de ir e vir. Participantes de várias entidades, como o Grupo *SOMOS* de Afirmação

Homossexual, o Movimento Negro Unificado, a Ação Lésbica-Feminista, o Núcleo de Defesa à Prostituta, a Associação de Mulheres, o Grupo Feminino 8 de Março, a Convergência Socialista, o Grupo de Mulheres do Jornal "O Trabalho", o Departamento Feminino da USP – DCE Livre, Eros, a Ação Homossexualista e Nós Mulheres, distribuíram Carta Aberta à População em que explicavam: "Hoje estamos dando uma resposta concreta a essa onda de violência desencadeada pelos responsáveis pela Segurança Pública: um secretário de Segurança, um diretor do departamento de polícia e um delegado vêm aterrorizando prostitutas, homossexuais, travestis, negros e desempregados com prisões arbitrárias, espancando e até assassinando-os". Apesar da chuva fina, os manifestantes deixaram a escadaria do Municipal e saíram em passeata até o largo do Arouche, também no centro de São Paulo, entoando palavras de ordem como "Amor, feijão, abaixo a repressão!", "Lutar, vencer, mais amor e mais prazer!", "A B X, libertem os travestis", "Somos todas prostitutas" e ainda "Abaixo o subemprego, mais trabalho para os negros!" (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 1980).

Figura 10 - Manifestações contra violência policial em São Paulo



Fonte: MEMORIAL DA DEMOCRACIA<sup>70</sup>

<sup>70</sup> Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>>. Acesso em 22 mai. 2017.

Embora existisse todo um conjunto de ações em prol dos direitos humanos e sexuais dos LGBT, as disputas irreconciliáveis em relação às discussões identitárias, associadas as várias rupturas e dificuldades financeiras, fizeram com que o grupo fosse encerrado, e “da militância homossexual sobraram ativistas perplexos, dentro de grupos pouco representativos, esvaziados e sem condições de reflexão ou, menos ainda, de mobilização” (TREVISAN, 2002, p. 365). Nesse período, final da década de 80, a militância LGBT de caráter mais revolucionário sai de cena, pois, por um lado, “[...] o que estava sendo posto em xeque, nesses debates, era a concepção da “identidade homossexual unificada” que vinha se constituindo na base de tal política de identidade” (LOURO, 2001, 544 -543, grifo da autora), e, por outro lado, existia toda uma defesa pela não essencialização da sexualidade.

Assim sendo, diante dos posicionamentos radicalizados, não foi possível estabelecer uma política consensual em respeito às “múltiplas identidades” que, nitidamente ou não para estes, já se revelavam dentro da militância LGBT. Em decorrência de tais dissensos, nos anos finais da década de 80 as lutas e debates em busca da consolidação social desta sexualidade, bem como, pelo fim dos preconceitos e violências existentes contra os homossexuais tomou um caráter mais localizado. Os grupos e núcleos ainda existentes promoviam estes eventos nos respectivos estados em que estavam fixados (FACCHINI, 2002).

Em síntese, as ações do Grupo SOMOS e do jornal Lampião da Esquina ganharam visibilidade nacional, pois faziam duras críticas e política de resistência à ditadura, exigiam a liberdade da população LGBT, assim como de outras “minorias”, e, principalmente, denunciavam com constância as violências e torturas sofridas pelos homossexuais. Como destaca Quinalha (2014 apud PUFF, 2014), essas violências eram praticamente “uma política de Estado durante a ditadura”, tendo em vista as omissões e atuações institucionalizadas dos preconceitos, discriminações e violências contra esta população por parte das agências e atores estatais.

O SOMOS e o Lampião da Esquina possibilitaram a institucionalização política e notoriedade da “causa gay” no Brasil, todavia, com o contexto histórico contingente de emergência do HIV<sup>71</sup> no país, a partir dos anos de 1980, o problema da violência

---

<sup>71</sup> HIV é a sigla que representa, em inglês, o “Human Immunodeficiency Virus” (*Vírus da Imunodeficiência Humana*), e AIDS é a sigla, também em inglês, para designar a “Acquired



contra LGBT ganhou uma nova dimensão pública. Com a AIDS surge um novo estigma, tendo em vista a relação direta que se fazia entre homossexualidade e à doença.

Essa conjuntura acarretou um aumento expressivo de violências contra homossexuais, levando-os a ter que lidar cotidianamente com a correlação entre o temor ao HIV e à homofobia (CAMPO et al. 2013). Por outro lado, é, notadamente, a conjuntura do HIV que vai diferenciar a relação que o Brasil passa a ter com o problema social da violência contra LGBT em comparação com outros países. Essa mesma vulnerabilidade à doença, conferida exclusivamente à prática da homossexualidade, fez surgir vários atores, redes de relações e saberes no ativismo em favor da “causa da Aids” no país (PETRARCA, 2014), como discutiremos no próximo item.

### 3.3 AIDS, mídia e militância pragmática: das políticas antiaids à construção social da homofobia como um problema público no Brasil

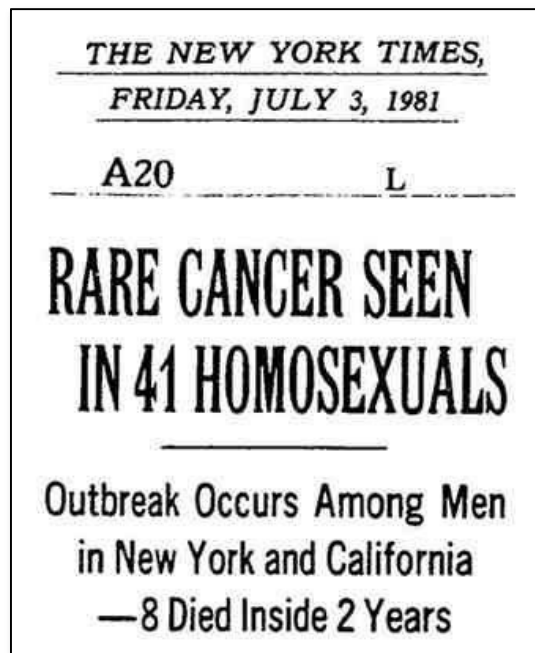
Embora permaneçam as suspeitas sobre a existência de casos de AIDS já nos anos de 1970, as primeiras notificações médicas só ocorreram em 1981 por meio do *Centers for Disease Control* (CDC) dos Estados Unidos, e o vírus descoberto em 1983 pelo virologista e médico francês Luc Montagnier do Instituto Pasteur. Inicialmente, foram identificados pelo CDC cinco casos de jovens homossexuais em Los Angeles com inflamação pulmonar e um tipo raro de câncer chamado sarcoma de kaposi (MUSTICH, 2011). Entretanto, em julho de 1981, pouco mais de um mês da divulgação do primeiro relatório clínico do CDC, o jornal *The New York Times* publicou a matéria “**Rare cancer seen in 41 homosexuals**” (ALTMAN, 1981) (Figura 11) informando que médicos de Nova York e da Califórnia haviam diagnosticado 41 casos

---

Immunodeficiency Syndrome” (*Síndrome da Imunodeficiência Adquirida*). Do ponto de vista médico, o HIV é o vírus que ataca o sistema imunológico responsável pela defesa do organismo e a AIDS é a doença que surge decorrente do vírus. Tendo em vista o fato de esta tese não ter como objetivo uma análise clínica sobre o “vírus” e a “doença”, optou-se pelo uso das duas siglas na redação do texto, de modo que as discussões e reconstrução sócio-histórica aqui apresentadas não negligenciassem fatos específicos relacionados ao HIV ou à AIDS.

do sarcoma de kaposi entre homens homossexuais, um surto visto pelos pesquisadores como “bastante devastador”, tendo em vista que muitos outros casos poderiam ter passado despercebidos dos dados estatísticos iniciais.

Figura 11 – Notícia sobre “câncer gay” no jornal The New York Times



Fonte: ELENA PINCHUK FOUNDED ANTIAIDS FOUNDATION <sup>72</sup>

Como consequência das imprecisões acerca da doença, exceto pela classificação sexual que se fazia dos infectados, a comunidade médica americana a denominou inicialmente de *Gay-Related Immune Deficiency* - *Imunodeficiência Relacionada aos Gays* -, conferindo o problema do HIV a um tipo exclusivo de “câncer gay”. Apenas a partir de 1982, quando se descobriu que a doença tinha um caráter pandêmico, ou seja, atingia a vários outros grupos, a exemplo dos heterossexuais, passou a ser designada de *Acquired Immune Deficiency Syndrome* - *Síndrome de*

<sup>72</sup> Disponível em: <<http://www.antiaids.org/eng/news/world/the-new-york-times-1981-rare-cancer-seen-in-41-homosexuals-11001.html>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

*Imunodeficiência Adquirida* -, também chamada de SIDA (TERTO-JR, 1996 apud TAQUES, 2007).

Isso não implica dizer, no entanto, que a relação entre HIV-aids e homossexualidade foi dissociada, pelo contrário, o principal discurso que se constituía em torno da doença é que esta era sinônimo de homossexualidade (TERTO JUNIOR, 2002). As ausências de respostas médicas sobre os modos de transmissão do vírus e o desenvolvimento da doença contribuíam paulatinamente para a construção de um cenário de histeria e medo social da AIDS e, conseqüentemente, da própria homossexualidade, que se intensificavam com a publicização midiática de informações equivocadas sobre o problema.

Em 1983, por exemplo, acentuou-se o pânico em relação ao problema do HIV, tendo em vista alguns meios de comunicação terem divulgado hipoteticamente que o vírus poderia ser transmitido pelo ar, ou pelos utensílios domésticos. Uma das razões para esse tipo de publicização foi a constatação de crianças infectadas nos Estados Unidos, associado a isso, já haviam sido relatados casos dessa doença em 33 países, com cerca de 3.000 pessoas contaminadas e um total de 1238 óbitos só nos EUA (MARQUES, 2008). Cada vez mais o problema ganhava forma, tanto no discurso médico quanto midiático, de um tipo de pandemia global. A própria OMS considerou o surgimento dessa situação como sendo o início de um “holocausto demográfico”, sobretudo nos países mais pobres (VILLELA, 2014).

Em consequência dessa conjuntura, já em 1983 ocorreu a 1ª Conferência Científica sobre a Aids na cidade de Denver, Colorado/EUA, onde foram elaborados os “**Princípios de Denver**”, com recomendações para profissionais na área da saúde, portadores do vírus e a sociedade em geral. No item 02 do eixo 03, “**Direitos das pessoas com aids**”, recorria-se para que fossem assegurados aos infectados pela doença: “tratamento médico e prestação de serviços sociais de qualidade, sem discriminação de qualquer forma, incluindo orientação sexual, sexo, diagnóstico do vírus, status econômico ou raça”<sup>73</sup> (ACT UP, 1983).

---

<sup>73</sup> “To quality medical treatment and quality social service provision without discrimination of any form including sexual orientation, gender, diagnosis, economic status or race”.

O documento era um manifesto que propunha a constituição de políticas públicas de saúde, mas também a composição de uma agenda antiaids que integrasse os vários setores da sociedade, de modo que fossem assegurados os direitos dos infectados para além dos tratamentos médicos, tendo em vista as violências e discriminações sofridas por conta da doença. Além disso, insurge na conferência um ativismo político-social frente à situação problemática do HIV reivindicando que os próprios infectados passassem a ter o controle dos debates e mobilizações acerca da doença.

O principal resultado da conferência foi a fundação da *National Association of People with AIDS – Associação Nacional das Pessoas com AIDS* - que tinha como objetivo primordial demonstrar que os infectados pelo vírus não eram incapazes de participar do processo de produção das ações de enfrentamento do HIV, promovidas pelas instituições médicas e a sociedade em geral (WOLFE, 1990).

A associação organizou várias mobilizações em favor dessa causa, como foi o caso da *13ª Parada da Diversidade Sexual de San Francisco*, que aconteceu em 1983 e reuniu cerca de 300 mil pessoas. As reivindicações demandavam menos histeria social, mais financiamento para as pesquisas médicas e maior comprometimento governamental no processo de luta contra a doença. O que se buscava era uma compreensão por parte do governo e da sociedade de que o problema não era exclusivo dos homossexuais, e que os direitos dos infectados deveriam estar situados numa perspectiva dos direitos humanos, como divulgado nos vários meios de comunicação há época (Figuras 12).

No entanto, por mais que a militância intensificasse sua agenda de lutas em prol do combate e prevenção do HIV, a doença proliferou-se com celeridade nos Estados Unidos, especialmente por conta da ausência de políticas governamentais, tendo em vista o descaso que o Presidente Ronald Reagan fez do problema até o penúltimo ano de seu segundo mandato<sup>74</sup>. Esse distanciamento das questões relacionadas ao corpo, gênero e sexualidade, assim como das questões étnico-raciais, do tráfico de drogas, pobreza, crises econômicas, imigração, etc., era uma

---

<sup>74</sup> Os mandatos do Presidente Ronald Reagan foram nos períodos de 1981-1984 e de 1984-1988.

consequência do contexto político e sociocultural no qual foi estruturada a administração estatal de Reagan.

Figura 12 - Mobilizações da *National Association of People with AIDS* em prol da “causa da AIDS”



Fonte: Real Time AIDS<sup>75</sup>

Moll (2010) aponta que, desde os anos de 1970, intensificava-se nos Estados Unidos um movimento neoconservador moral e religioso que buscava se fortalecer

<sup>75</sup> Disponível em: <http://realtimeaids.com/y/1983/06/28/sf-gay-pride-parade-was-yesterday-in-1983-led-for>. Acesso em: 15 set. 2017.

fazendo uso de duras críticas às políticas liberais que excediam a esfera econômica, bem como o Estado de Bem-Estar Social que tinha como postulado central o intervencionismo estatal para a garantia de direitos sociais e das ações afirmativas. Em favor do nacionalismo, destaca o autor, as bandeiras tradicionalistas dos neoconservadores defendiam que estes modelos de governança colocavam em risco a nação americana. Assim sendo, mais especificamente no que diz respeito ao problema do HIV, analisa Trovão (2011), a direita cristã estadunidense defendia que a homossexualidade era um atentado à família, sendo, portanto, a proliferação da doença entre os homossexuais uma forma de “justiça divina” para punir os “desviados”. Por outro lado, o neoconservadorismo político intensificava a campanha contra os serviços públicos prestados pelo Estado, circunstância que dificultava o combate e prevenção da doença no país.

Apenas em 1987, quando já havia mais de 36 mil infectados e 20 mil mortos nos Estados Unidos, houve um posicionamento do Presidente Ronald Reagan na 3ª Conferência Internacional sobre a AIDS, em Washington. Contudo, foi no governo do então Presidente Bill Clinton, a partir de 1993, que o HIV tornou-se um problema de Estado, com constantes financiamentos para a área de pesquisas, prevenção e combate às discriminações e violências sofridas pelos infectados.

No Brasil, os primeiros casos surgiram em 1982<sup>76</sup> no Estado de São Paulo. Entretanto, a doença passou a ser publicizada apenas em 1983, em decorrência da morte do estilista Marcos Vinícius Resende Gonçalves, mais conhecido como Markito. Segundo Marques (2003, apud BARROS, 2013), ainda sem muitas informações sobre a doença, alguns canais de comunicação da imprensa brasileira passaram a construir um tipo de noticiário que alimentava o preconceito, o moralismo e o pânico social,

---

<sup>76</sup> É importante esclarecer que as estatísticas dos casos no Brasil são monitoradas pelo Ministério da Saúde, através do Departamento de “DST, Aids e Hepatites Virais”, que lança anualmente os *Boletins Epidemiológicos HIV/AIDS* desde o ano de 1987. Assim sendo, os números, regiões, grupos, condição socioeconômica, educacional, etc. dos infectados, são atualizados em cada publicação, conforme pesquisas realizadas pelas várias instituições que desenvolvem estudos sobre a doença no país. Galvão (2002), por exemplo, em pesquisa desenvolvida entre os anos de 1980 a 2001, destaca que o *Boletim Epidemiológico de 1987* aponta seis casos no ano de 1982, porém, nos boletins de 2001 (I, II, III e IV) já aparecem uma notificação referente ao ano de 1980 e onze em 1982. Em 2016, identificamos que o boletim apresenta uma notificação em 1980 e 15 em 1982. Essa observação torna-se importante, tendo em vista a imprecisão dos dados estatísticos presentes nas várias pesquisas que analisam a questão no Brasil, entretanto, estas pesquisas convergem no que diz respeito ao recorte temporal em que a doença chega ao país.

além de reforçar que o problema estava relacionado diretamente à prática da homossexualidade, de igual modo ao cenário internacional quando foram noticiados os primeiros casos da doença.

Por isso mesmo, a doença era considerada por muitos como importada, predominantemente americana e oriunda de homossexuais ricos, situação que exacerbava o sensacionalismo nos meios de comunicação (TREVISAN, 2002). Um exemplo é a matéria publicada em 1983 pelo polêmico<sup>77</sup> jornal Notícias Populares, por meio da qual alertava-se a população para a chegada e os perigos que a “peste gay” traria à sociedade brasileira (Figura 13):

Figura 13 - Notícia sobre os primeiros casos de AIDS no Brasil



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz<sup>78</sup>

<sup>77</sup> O jornal Notícias Populares pertencia ao Grupo Folha de São Paulo e funcionou entre os anos de 1963 a 2001. As publicações eram manchetes sensacionalistas e maliciosas, tendo inspirado, inclusive, o livro *"As Melhores Histórias do Corrosivo Coletivo"*, dos jornalistas Bruno Machado, Crido Santos e Felipe Gonzalez. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/8755-jornal-noticias-populares>>. Acesso em: 05 abr. 2017.

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>>. Acesso em: 22 mar. 2017

De acordo com Barata (2006), esse tipo de publicização sobre o HIV foi ligeiramente ressignificada na primeira reportagem exibida num canal de televisão aberta do Brasil. O “Programa Fantástico”, da Rede Globo, apresentou essa doença ao público brasileiro em 27 de março de 1983 na reportagem “**Síndrome da Deficiência Imunológica-Epidemia do Século**”, do jornalista Hélio Costa<sup>79</sup>.

Os discursos utilizados na reportagem exibida no “Programa Fantástico” valiam-se de perspectivas mais científicas, principalmente de médicos e imunologistas, e esforçavam-se em informar à população sobre as formas de transmissão da doença, a precariedade do sistema de saúde pública, os serviços de assistência aos infectados, os dados e números de contaminados, bem como os tratamentos disponíveis. Por outro lado, salienta Barata (2006), a reportagem reproduz um viés moralizante e preconceituoso, além de reforçar no imaginário social que a prática da homossexualidade era a principal responsável pela disseminação da doença, como explica:

[...] embora seja dito que todos podem potencialmente contrair a Aids, as imagens enfatizam os homens homossexuais como principais contaminados. Fala-se em evitar o preconceito e o pânico, mas as imagens frisam salas de hospitais com aviso de isolado, bolsas e seringas com sangue, pacientes são mostrados sem rosto ou identidade, sendo questionados sobre a forma de contração da doença, tudo isso em meio a uma narração com tom grave e com música de causar calafrios. O estabelecimento de uma cena de terror que, embora queira alertar, pode terminar por distanciar o público da realidade apresentada [...] há uma combinação com a desinformação quando se reforça que a doença é ligada a grupos de risco, especialmente os homossexuais, usuários de drogas e hemofílicos, além de reforçar o preconceito contra os soropositivos mostrando-os como pessoas marginalizadas da sociedade (pacientes sem rosto ou identidade) e culpabilizá-los pelo seu comportamento, socialmente condenado, que seria a razão para sua condição enquanto paciente de Aids (BARATA, 2006, p. 143-144).

Diante dessa conjuntura, algumas das conquistas dos LGBT no Brasil recrudesceram e engendraram o ressurgimento de novas formas de estigma, discriminação e violência, reforçando um “pânico geral com relação à

---

<sup>79</sup> A reportagem pode ser acessada no site “*Memória Globo*”, disponível em: <<http://globotv.globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/descoberta-e-desdobramentos-da-aids-1983/2220390/>>. Acesso em: 23 mar. 2017.



homossexualidade” (SANTOS, 2011). Cada vez mais eram veiculadas notícias sobre a doença por meio das quais legitimava-se que os homossexuais compunham o principal “grupo de risco”, acentuando, conseqüentemente, o medo dos infectados das várias formas de represálias.

Em tese, o vírus parecia marcar o fim de toda uma luta que demandou a liberação das homossexualidades no período das chamadas pautas libertárias (POLLAK, 1990). Sobre essa situação Fernandes acrescenta:

[...] a chegada da Aids ao Brasil no início dos anos 1980, ao reatualizar a ligação da homossexualidade com a temática da doença, impacta sobremaneira os grupos homossexuais. Esse impacto acaba por visibilizar amplamente esses grupos mediante moralidades conservadoras (FERNANDES, 2011, p. 54).

Como também analisado por Louro (2001, p. 545), o efeito principal da chegada do vírus no Brasil foi a renovação imediata da homofobia latente da sociedade brasileira e a intensificação da discriminação em vários setores sociais que pareciam já ter sido abrandadas pela ação da militância homossexual durante a década de 1970.

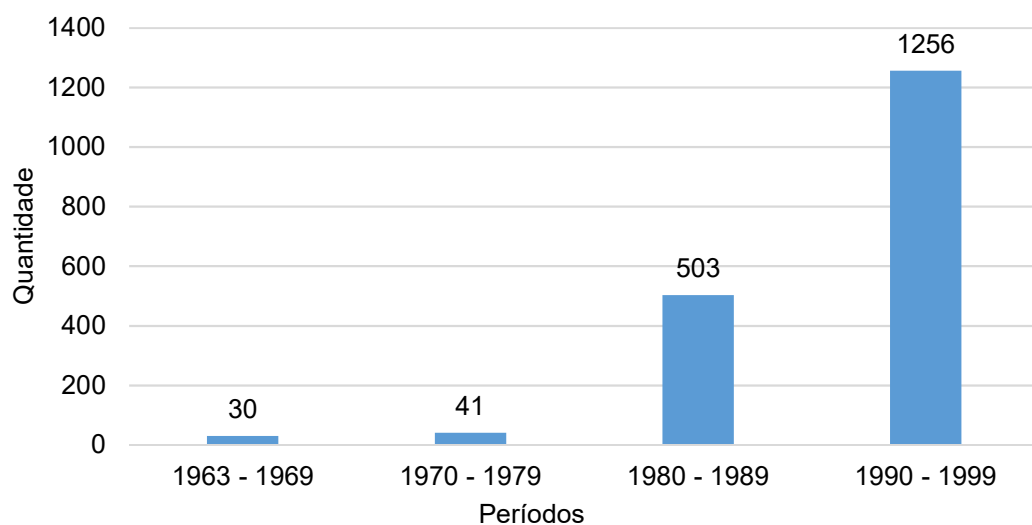
Apesar da inexistência de dados oficiais sobre os crimes contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no Brasil, como já destacado, o Grupo Gay da Bahia realiza pesquisas acerca da temática desde os anos de 1980, o que nos permite compreender historicamente esta relação entre AIDS e violência contra homossexuais no cenário brasileiro. Utilizando como fontes para a coleta de dados as notícias dos jornais, revistas, noticiários de rádio e televisão, informação oral e por carta, internet, delegacias de polícia, delegacia de homicídios, fóruns, arquivos públicos, arquivos de jornais, do Instituto Médico-Legal, dos grupos de militância LGBT, dentre outras, o GGB organiza anualmente um relatório sobre os assassinatos de LGBT no país.

Dentre os relatórios, no ano 2000 foi publicado um **“Manual de Coleta de Informações, Sistematização & Mobilização Política Contra Crimes**

**Homofóbicos**", no qual constam os resultados de uma pesquisa mais ampla sobre esses crimes, investigados durante o período de 1963 a 1999 (MOTT, 2000).

No manual, foi denunciado um total de 1.830<sup>80</sup> assassinatos homofóbicos no Brasil entre os anos de 1963 a 1999. Contudo, um dado importante são os expressivos aumentos referentes aos períodos de 1980 a 1989 e de 1990 a 1999 (Gráfico 4). Mesmo com a soma entre os períodos de 1963 a 1979, há um alto índice de notificações sobre crimes contra homossexuais denunciados entre os anos de 1980 a 1999, os quais podem justificar a proposição de Louro (2001), dentre outros estudos sobre a temática, acerca da relação entre HIV e a intensificação da violência contra homossexuais no Brasil.

Gráfico 4 - Assassinatos de homossexuais no Brasil (1963 a 1999)



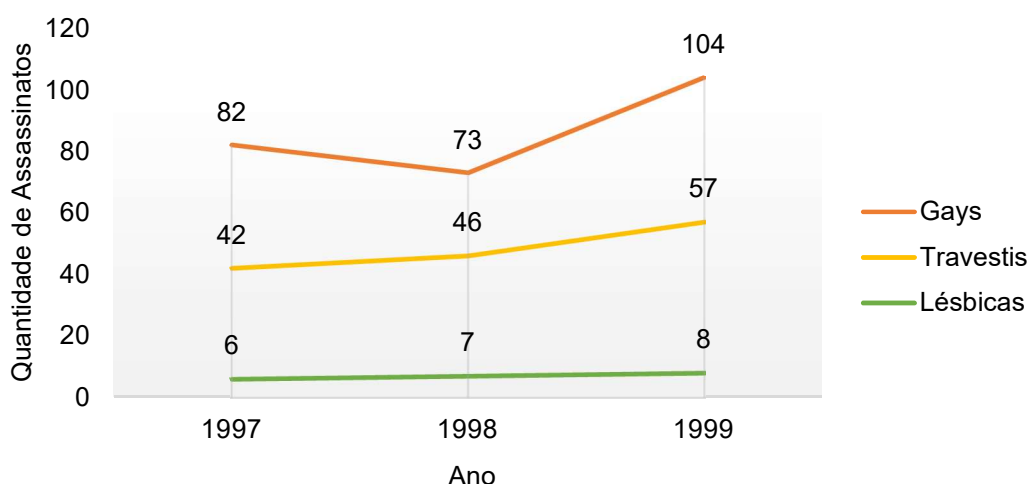
Fonte: Adaptado de MOTT, 2000

O manual não evidencia com precisão as razões dos aumentos das violências e crimes contra LGBT. Porém, a partir de 1997, as vítimas de violência por orientação sexual passam a ser identificadas, conforme Mott (2000), em três categorias: Gays, Travestis e Lésbicas (Gráfico 5). No que diz respeito ao ano de 1999, os dados são

<sup>80</sup> Considerando apenas os dados notificados nas fontes utilizadas pela pesquisa.

trabalhados de modo mais detalhado com especificação dos seguintes demarcadores: orientação sexual das vítimas; quantitativo de assassinatos de homossexuais por mês e unidades federativas; idade e profissão das vítimas e criminosos; local e causa mortis (Tabela 1).

Gráfico 5 - Quantidade de assassinatos por categoria – 1997 a 1999



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados publicados por Mott (2000)

Tabela 1 - Causa Mortis no ano de 1999

Causa Mortis	Quantidade
Tiro	78
Facada	29
Espancamento	15
Estrangulamento	10
Paulada e Ferrada	8
Enforcamento e Asfixia	7
Envenenamento	3
Degolamento	2
Enforcamento e Tortura	2
Pedrada	2
Afogamento	1
Atropelamento	1
Pedrada e paulada	1
Queimadura a Álcool	1
Sem causa conhecida	9
<b>Total</b>	<b>169</b>

Fonte: Adaptado de MOTT, 2000, p. 32

A falta de uma análise mais densa sobre os dados apresentados passa, evidentemente, pelas fontes utilizadas pelo GGB para a organização do documento, e, sobretudo, a ausência de dados estatísticos oficiais. Tal situação tem dificultado as várias pesquisas sobre a violência contra LGBT no tocante à sistematização das complexidades que caracterizam o próprio fenômeno da homofobia no Brasil, como é o caso desta tese. Por essa razão, buscamos focar nossa compreensão nos contextos situacionais que demandaram diferentes experiências coletivas contra essas práticas de violências, de modo a constituir o processo que levou o problema social da homofobia a tornar-se um problema público, e, conseqüentemente, um problema político no cenário brasileiro. Com isso não queremos invalidar os relatórios desenvolvidos pelo GGB, ao contrário, estes documentos chamam-nos atenção para o fato de que a ausência de dados oficiais é um ponto que nos revela a uma contradição existente entre a apropriação de tal problema pelo Estado brasileiro, mas, antagonicamente, sem oficializá-lo nas estatísticas oficiais como é feito com outros grupos mais vulneráveis à violência. Sobre essa problemática, discutiremos na seção 4.

Ainda no tocante às imprecisões analíticas apresentadas no relatório do GGB, é preciso considerar, também, que existem avanços no desenvolvimento da sociedade ocidental, como por exemplo, a internet e as redes sociais, que ampliaram o campo de conhecimento e das pesquisas sobre determinados fenômenos sociais. No caso do Brasil, isso só foi possível a partir dos anos de 1990 quando a internet chega ao país, circunstância que pode justificar as precisões nos dados do manual apenas no que diz respeito ao ano de 1999.

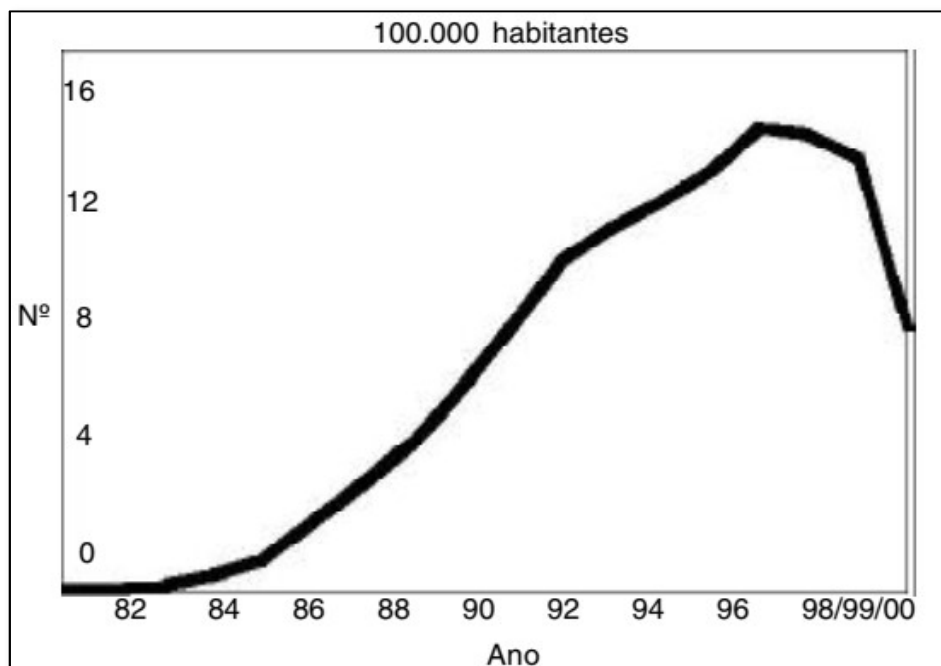
Como destacado por Trevisan (2002) em análise sobre a efervescência mercadológica voltada para o “consumo guei” na década de 1990, a internet foi bastante utilizada como um dos principais recursos para o célere desenvolvimento deste novo empresariado homossexual, o que facilitou, em seguida, o acesso da militância às informações do “universo LGBT”, tendo em vista a contínua circulação dos eventos, notícias, direitos civis dos homossexuais – *principalmente no tocante aos direitos dos consumidores* -, além de estatísticas de violências e discriminações.

Levando em consideração esta importante questão de ordem metodológica, analisamos o estudo desenvolvido por Brito, Castilho e Szwarcwald (2001) sobre

“*AIDS e infecção pelo HIV no Brasil*”, no qual as autoras apresentam os dados referentes ao período citado em relação às proposições aqui colocadas sobre o HIV e o aumento das violências contra homossexuais no país. De acordo com o estudo, a Figura 14 apresenta a taxa de incidência de AIDS no Brasil (*por 100.000 habitantes*) de 1982 a 1999. Ainda segundo as autoras:

Desde o início da epidemia, em 1980, até junho de 2000 foram notificados à Coordenação Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, 190.949 casos de AIDS. Desses casos, 6.750 são crianças, 139.502 **adultos masculinos** e 44.697 adultos femininos (BRITO; CASTILHO; SZWARCOWALD, 2001, p. 208, grifo nosso).

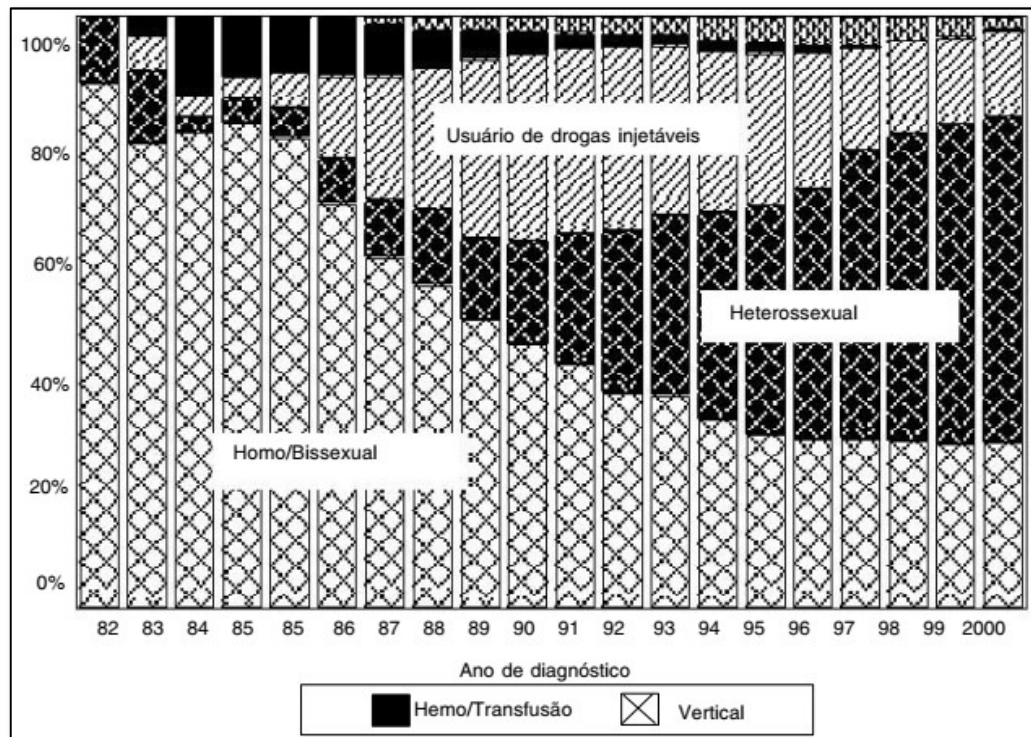
Figura 14 - Taxa de incidência de AIDS (*por 100.000 habitantes*), de 1982-1999



Fonte: BRITO; CASTILHO; SZWARCOWALD, 2001, p. 209.

Já a Figura 15 destaca o percentual de casos de AIDS por ano de diagnóstico e subcategoria de exposição de 1982 a 2000.

Figura 15 - Percentual de casos de AIDS por ano de diagnóstico e subcategoria de exposição, 1982-2000



Fonte: BRITO; CASTILHO; SZWARCOWALD, 2001, p. 210.

Como é demonstrado no trabalho de Brito, Castilho e Szwarcwald (2001), há um significativo aumento nas notificações de casos entre os anos de 1982 a 1999 (Figura 16), sendo o maior número de casos diagnosticados em adultos masculinos. Já no que diz respeito as subcategorias de exposição (Figura 17), as autoras destacam que o maior segmento populacional atingido logo no início da epidemia era constituído por homens que fazem sexo com outros homens – *homossexuais ou bissexuais* –, esse cenário começa, efetivamente, a mudar a partir dos anos de 1985, quando o percentual de infectados identificados como sendo heterossexuais passa a aumentar progressivamente ano após ano. Essa análise ratifica o cenário de histeria em torno da relação que se fez entre AIDS e homossexualidade. As preocupações passavam pelos interesses médicos em descobrir a causa e cura da doença até o desenvolvimento de várias políticas de higienização que livrassem a sociedade da “peste gay”, como é o caso das práticas de violências, especialmente num contexto no qual as principais organizações sociopolíticas em favor dos direitos humanos e

sexuais de LGBT no cenário nacional estavam bastante fragilizadas com o fechamento do jornal *Lampião da Esquina* e do Grupo SOMOS.

Todo o “*desbunde gay*” (PERLONGHER, 1987), ou seja, o uso das políticas de reconhecimento como estratégias de convencimento das violências contra os homossexuais parecia não caber numa conjuntura em que estes mesmos indivíduos eram considerados o principal “grupo de risco” das mazelas que a AIDS ocasionava no país. Como salientado por Fernandes (2011), há uma legitimação da criminalização dos homossexuais em decorrência da chegada do vírus ao país, tendo em vista a relação intensa que se fez da epidemia com a homossexualidade desde o surgimento da doença (FERNANDES, 2011). Em muitas cidades acentuou-se uma verdadeira “caça aos homossexuais”, como foi o caso da capital paulista, em decorrência do ex-prefeito Jânio Quadros (1986-1989), que instigava a violência contra LGBT através de declarações homofóbicas nos meios de comunicação (CRUZ, 2015). Um fato que ganhou repercussão na imprensa brasileira foi a “*Operação Tarântula*”, lançada por Jânio Quadros em 1987, com o objetivo principal de prender travestis e homossexuais para combater a disseminação na cidade (Figura 16).

A política higienista propagada pela prefeitura de São Paulo era algo comum em muitos municípios do país, inclusive, legitimada por vários indivíduos e setores da sociedade, como as igrejas, a mídia e instituições jurídicas, as quais, no que diz respeito à vigilância e controle do HIV, justificavam os abusos por parte de policiais e outras autoridades em nome da defesa da “saúde pública” (TREVISAN, 2002). Esse aumento de crimes contra homossexuais no país, que teve como expressão máxima o assassinato do diretor de teatro Luís Antônio Martinez Corrêa em 1987, motivou a cineasta Rita Moreira a produzir o documentário ***Hunting Season***<sup>81</sup> - *Temporada de caça* -, lançado em 1988, por meio do qual tinha como objetivo compreender as opiniões de diferentes indivíduos sobre as violências e crimes contra homossexuais na época. Em sua maioria, os entrevistados endossavam os crimes e práticas de violências em nome da “pureza social”, a qual acreditavam ter sido comprometida com a chegada do HIV ao país. Era preciso eliminar a “causa” dos “efeitos” nocivos provocados pela AIDS, no caso, os homossexuais. O célere desenvolvimento da

---

<sup>81</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=rjan\\_Yd0C5g](https://www.youtube.com/watch?v=rjan_Yd0C5g)>. Acesso em: 22 mar. 2017.

doença caminhava junto com os altos índices de discriminações, preconceitos e violências ao principal “grupo de risco”, como assinalado por Trevisan:

No final da década de 1980 e início dos 90, os assassinatos contra homossexuais se multiplicaram assustadoramente nas maiores cidades do país. Só no Rio de Janeiro, houve onze casos reportados à polícia, no segundo semestre de 1987; como os métodos empregados eram semelhantes, pela violência e ódio extremo, chegou-se a aventar a hipótese da ação articulada de um esquadrão homofóbico. Isso não ficou comprovado. Na verdade, tais “crimes de ódio” podiam inserir-se num clima geral de pânico da Aids, que atingiu seu pico nesse período (2002, p. 401).

Figura 16 - Operação Tarântula - São Paulo, 1987



Fonte: Jornal Folha de São Paulo <sup>82</sup>

<sup>82</sup> Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/resultados/?q=WERNER+GOEBEL&site=&periodo=acervo&x=10&y=13>>. Acesso em: 22 mar. 2017.



Assim sendo, com as dificuldades iniciais sobre a prevenção, tratamento e a falta de medicamentos apropriados, bem como as “(des)informações” midiáticas que reforçavam os preconceitos e violências contra os homossexuais, uma nova forma de militância em favor dos direitos humanos e sexuais desta população surge no país. Ao contrário das posturas adotadas pelos integrantes do jornal *Lampião da Esquina* e do Grupo SOMOS, por meio das quais as figuras do Estado e agentes públicos foram vistas como as principais causas da violência contra os homossexuais em decorrência de um contexto de extrema repressão e totalitarismo político, entra em cena uma militância mais pragmática que tinha como objetivo principal o desenvolvimento de ações em prol de resoluções para as situações problemáticas ocasionadas pelo HIV, primordialmente, as propostas pelo Estado, inaugurando, conseqüentemente, um campo de políticas públicas para LGBT no país.

Barros (2013), em análise sobre a gênese e consolidação da política nacional de controle do HIV no Brasil, destaca que a interação entre os movimentos sociais e o Estado no processo de construção deste problema social em um problema público demarca a principal diferença do Brasil com outros países no tocante a esta questão. Enquanto no contexto brasileiro a resposta governamental aos primeiros casos já ocorreu na década de 1980, em outros países esse tipo de articulação só aconteceu a partir dos anos de 1990, depois de muitas reivindicações da militância, como foi o caso dos Estados Unidos.

Nesse sentido, é importante destacar que um dos fatores principais que contribuíram para essa articulação entre a militância em prol dos direitos sexuais e humanos dos LGBT e o Estado na constituição de uma agenda antiaids no Brasil são as progressivas mobilizações em favor da saúde pública no país, que vinham sendo organizadas desde os anos de 1970 pelo Movimento Sanitarista Brasileiro (MSB), também denominado de reforma sanitária.

Concomitante a outros movimentos sociais que ocupavam a arena pública brasileira na luta contra o regime político-ditatorial através de uma pluralidade de demandas, o MSB tinha como pauta política principal a questão da saúde como um direito social. Segundo Paiva e Teixeira (2014), além de lutar por um sistema de saúde pública que priorizasse os princípios da universalidade, equidade e integralidade, ou

seja, um sistema de saúde que alcançasse a todos os brasileiros, a reforma sanitária fazia parte de um conjunto de ações mais amplas de resistência e crítica político-social ao governo ditatorial em razão de uma urgente redemocratização do país. Para os médicos sanitaristas, as melhorias nas condições sanitárias só seriam possíveis se houvesse a ampliação do direito à cidadania, no caso, a efetiva democratização da sociedade.

É importante salientar que desde os anos de 1950, principalmente nos Estados do Sul e Sudeste do país, já existiam algumas mobilizações de médicas e médicos sanitaristas em defesa da saúde pública. Em sua maioria, situavam-se nas universidades e secretarias de saúde, tendo como principal preocupação os debates sobre os aspectos sociais e coletivos nos serviços de saúde. Entretanto, o movimento ganhou fôlego e notoriedade nacional no período ditatorial, em decorrência das constantes problematizações acerca da saúde pública no país, as quais intensificavam-se por questões relacionadas, principalmente, às ínfimas coberturas assistências ao trabalhador, ao aumento da privatização da saúde e capitalização das políticas sociais e os vários sistemas de saúde que compunham as esferas federal, estaduais e municipais. Isso ocorreu, pois nas esferas do poder, não havia uma articulação coerente, voltada para a atenção das ações curativas e preventivas no campo da saúde pública, ao contrário, essa descentralização das ações básicas de saúde comprometia a fomentação de políticas públicas no âmbito nacional (GRANGEIRO; SILVA; TEIXEIRA, 2009)

Com os passos finais de um governo militar e a consolidação do processo de redemocratização do país, os princípios norteadores do movimento, como, universalidade, equidade e integralidade da saúde pública começavam a ganhar forma. Já em 1980 foi composta a Comissão Interministerial de Planejamento, a qual gerenciava todas as ações promovidas pelo Ministério da Saúde e Previdência Social, bem como a institucionalização, em 1982, das Ações Integradas de Saúde, que ampliaram o acesso à saúde pública e as assistências preventivas e curativas no país.

Atendendo a uma convocação do então Ministro da Saúde, Carlos Santanna, em 1986 o MSB promoveu a 8ª Conferência Nacional de Saúde em Brasília já sob a gestão do Ministro da Saúde Roberto Figueira Santos. Considerada um marco na história do movimento e nas lutas pela democratização da saúde no Brasil, a

conferência reuniu vários setores da sociedade e tinha como eixos principais: a “saúde como direito”, a “reformulação do Sistema Nacional de Saúde” e o “financiamento do setor”<sup>83</sup>. A principal conquista da conferência foi o Sistema Único de Saúde (SUS), instituído na Constituição Federal de 1988. “Com a nova constituição, consolidaram-se a noção de saúde como um direito a ser assegurado pelo Estado e a organização do sistema de saúde fundamentado nos princípios de universalidade, equidade, integralidade e controle social” (GRANGEIRO; SILVA; TEIXEIRA, 2009, p. 88).

Essa conjuntura sociopolítica de luta contra a ditadura e em favor da democratização da saúde pública representa um capítulo importantíssimo na história e *modus operandi* das políticas sociais no Brasil, situação que favoreceu intensamente a formação das políticas públicas antiaids logo nos anos iniciais da descoberta da doença, como também é analisado por Miskolci:

Na década de 1980, a sociedade brasileira se deparou com o drama da epidemia de HIV/Aids, bem em meio à redemocratização do país, quando o movimento sanitarista – formado por médicos provenientes das universidades e mesmo do então Movimento Homossexual Brasileiro “conseguiu adentrar no Estado”, criando um ambiente mais acolhedor às demandas dos movimentos sociais e uma sensibilidade para a urgência instaurada pela epidemia. Assim, o movimento homossexual foi bem-sucedido no diálogo com o Estado para auxiliar na criação de nosso programa de Aids (MISKOLCI, 2011, p. 40).

Petrarca (2015) ratifica que a *expertise* médica sanitária foi um dos principais recursos utilizados na luta contra AIDS no contexto brasileiro, quando o governo começou a elaborar as primeiras propostas que fizessem constar na agenda política ações de prevenção e combate à doença, tendo em vista ter sido caracterizada, logo no início da sua descoberta, como um problema de saúde pública. Entretanto, uma primeira resposta governamental à doença não ocorreu em nível nacional, e sim por meio da criação do Programa de Aids na Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo em 1983 (GRANGEIRO; SILVA; TEIXEIRA, 2009). Na época, em decorrência das insistentes solicitações da militância LGBT no Estado, o programa foi desenvolvido

---

<sup>83</sup> Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio\\_8.pdf](http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2017.

com quatro objetivos principais: “vigilância epidemiológica; esclarecimento à população para evitar o pânico e discriminação dos grupos considerados vulneráveis; garantia de atendimento aos casos verificados e orientação aos profissionais de saúde” (PE-DST/AIDS, 2009, p. 05), ficando sob responsabilidade do Sistema de Vigilância Epidemiológica todo o controle do HIV no Estado.

Apesar das interações existentes, é importante destacar que os conflitos e relações de poder também estavam presentes nas lutas contra a AIDS no Brasil (BARROS, 2013; FIGARI, 2007). Ao mesmo tempo em que os médicos sanitaristas defendiam o processo de democratização da saúde pública, uma parte da comunidade jornalística e médico-acadêmica, os denominados higienistas, insistiam nos discursos pautados na defesa das “prioridades relacionadas às doenças provocadas pela pobreza” em detrimento do financiamento estatal para o combate e prevenção da doença no país (TREVISAN, 2002). Em meio a essas disputas políticas, surgiram outras instituições antiaids no Brasil, como foi o caso do Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS, fundado em 1985 na cidade de São Paulo, e considerado a primeira organização não-governamental integralmente dedicada à questão da AIDS (GALVÃO, 2002).

Neste mesmo ano, o Grupo Triângulo Rosa, que havia sido formado em 1977, no Rio de Janeiro, pelo advogado e ativista dos direitos humanos e sexuais de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, João Antônio de Sousa Mascarenhas – também fundador do jornal *Lampião da Esquina* –, obteve seu registro jurídico. Isso foi importante, tendo em vista que Mascarenhas pôde tornar-se um dos principais representantes dos LGBT na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, aliás, ele é considerado o primeiro homossexual assumido que discursou no Congresso Nacional Brasileiro em favor dos direitos dos homossexuais.

Aproveitando o cenário de luta e constituição de uma agenda de políticas públicas que incluía os LGBT no país em decorrência do HIV, Mascarenhas empreende uma das primeiras ações para fazer constar na legislação brasileira a proibição de discriminação por orientação sexual.

De acordo com Howes (2003), entre os dias 29 a 30 de abril de 1988, Mascarenhas apresentou e defendeu a inclusão da *Legislação Protetora dos Direitos*

*dos Homossexuais* (ANEXO 2) a duas Subcomissões da Constituinte como representante do movimento homossexual brasileiro, destacando a importância e necessidade de incluir na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a proibição dos preconceitos por “orientação sexual”, tendo em vista os danos que essas práticas causavam sobre os indivíduos:

Não temos a ingenuidade de imaginar que, de um momento para o outro, só o fato da inclusão, na Constituição Federal, da expressão ‘orientação sexual’ venha fazer com que, de uma penada, a discriminação desapareça. Não, longe disso. O que queremos com isso é fazer com que o oprimido se sinta juridicamente habilitado a lutar pelo respeito dos seus direitos, nem mais, nem menos (MASCARENHAS apud HOWES, 2003, p. 303).

Mesmo com o esforço de vários parlamentares, como foi o caso do Deputado José Genoíno – PT/SP, a proposta não foi aprovada (ANEXO 3), sobretudo em decorrência das resistências políticas dos grupos e deputados evangélicos presentes na Assembleia Nacional Constituinte<sup>84</sup>. Trevisan (2002), em análise sobre o processo de votação explica que:

[...] durante a aprovação da nova Constituição de 1988, o plenário do Congresso Constituinte votou quase em peso contra a inclusão do item que

---

<sup>84</sup> Como salienta Marta Suplicy na justificativa da Proposta de Emenda à Constituição Nº 139, de 1995 (BRASIL, 1995c), outras tentativas de inclusão da não-discriminação por orientação sexual foram apresentadas quando da elaboração da Constituição de 1988, bem como na revisão constitucional de 1993. Na Assembleia Constituinte, por exemplo, a “[...] Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas e Pessoas Portadoras de Deficiência do Congresso Constituinte aprovou, em 25 de maio de 1987, o seguinte texto para o que seria o art. 2º: Art. 2º - Todos, homens e mulheres, são iguais perante a lei, que punirá como crime inafiançável qualquer discriminação atentatória aos direitos humanos e aos aqui estabelecidos. Parágrafo 1º - Ninguém será prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, etnia, raça, cor, sexo, trabalho, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filosóficas, ser portador de deficiência de qualquer ordem e qualquer particularidade ou condição social”. Entretanto, o relator da comissão, Deputado Bernardo Cabral, utilizou como justificativa a necessidade de “enxugar” o texto constitucional e retirou a expressão orientação sexual da redação. Por outro lado, na revisão constitucional de 1993, o então Deputado Fábio Feldmann, apresentou, em 07 de dezembro de 1993, a proposta de emenda constitucional PRE 006951-4. Esta emenda visava modificar o inciso XXX do art. 7º, dando a seguinte redação: “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, orientação sexual, idade, cor ou estado civil”. A matéria não chegou a ser apreciada pelo Congresso naquela ocasião. BRASIL. Emenda Constitucional nº 139, de 08 de agosto de 1995. Altera os artigos 3º e 7º da Constituição Federal. Lei. p. 16393-16696. Na Seção 4, retomaremos a análise sobre a Proposta de Emenda à Constituição Nº 139, de 1995, proposta por Marta Suplicy à Comissão de Constituição de Justiça e de Redação.

proibia discriminação "por orientação sexual". A **bancada evangélica bateu palmas, ante a derrota da assim chamada "emenda dos viados" ou, para usar os termos do líder do governo Carlos Sant'Anna, emenda da "desorientação sexual"**. Estavam salvos os valores morais da nação. Afinal, como disse o deputado evangélico Costa Pereira, aprovar aquele item seria "trazer para o Brasil a maldição de outros países, [...] igual à que existia em Sodoma e Gomorra" (TREVISAN, 2002, p. 158).

Apesar disso, o final dos anos de 1980 e a década de 1990 pareciam favoráveis à consolidação das políticas públicas para LGBT no Brasil, especialmente no que diz respeito ao campo da saúde. Em 1985, por exemplo, já havia sido oficialmente registrado um total de 400 casos no país, inclusive com um número expressivo de mulheres contaminadas. Este alastramento da doença promoveu uma mudança de postura prático-discursiva por parte de vários setores da sociedade, os quais passaram a se integrar nas lutas antiaids pelo país, a exemplo das universidades, grupos de pesquisas, igrejas, e a própria mídia, que antes contribuía para a propagação do pânico social, passou a elaborar campanhas com orientações e cobrar constantemente das autoridades públicas resoluções para a doença (TREVISAN, 2002).

Parker (2000) caracteriza esse contexto como sendo a "*resposta social à AIDS*",<sup>85</sup> que ocorreu em meados dos anos de 1990, quando as comunidades e nações afetadas compreenderam a necessidade de ressignificar a ideia de "grupos de risco" – *no caso, os homossexuais* –, deslocando essa noção para uma percepção

---

<sup>85</sup> No caso do Brasil, uma ação importante no combate ao HIV/AIDS foi a fundação, em 1986, da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) no Rio de Janeiro, criada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, e o médico Walter Almeida, em articulação com outros líderes da militância já atuante na "causa da AIDS" no país. Entretanto, apesar de ter sido considerado um problema de saúde pública por meio da Portaria nº 236 do Ministério da Saúde em 1985, até 1987 a militância contra a doença deu-se exclusivamente através de políticas locais e/ou regionais. Apenas a partir da constituição do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde (PN-DST/AIDS), em 1988, iniciou-se uma rede de relações conectadas com o objetivo de desenvolver respostas à doença em nível nacional. Por outro lado, os problemas políticos ocorridos no governo do então Presidente da República Fernando Collor de Melo, retardaram a constituição de uma política pública específica em âmbito federal, gerando vários retrocessos no combate e prevenção no país (FIGARI, 2007; BARROS, 2013). Só a partir do final de 1992, o ativismo local passou a ter uma intensificação nos investimentos técnicos, profissionais e financeiros para o enfrentamento do problema por todo o país, sobretudo com o acordo feito por meio de empréstimo do governo brasileiro ao Banco Mundial no ano de 1994 (GRANGEIRO; SILVA; TEIXEIRA, 2009). O acordo representou o maior investimento do Banco Mundial em um projeto voltado para o combate ao HIV/AIDS no mundo, e tinha como objetivo principal estruturar e fomentar ações de prevenção e controle das DST/AIDS no Brasil durante o período de 1994 a 1998, dando origem ao "Projeto Aids I".

mais ampliada de vulnerabilidade social, e criando estratégias para o enfrentamento da doença, tendo em vista que os casos de contaminação não se limitavam aos homossexuais, como pode ser evidenciado na Figura 23 que apresenta o percentual de casos de AIDS por ano de diagnóstico e subcategoria de exposição, de 1982 a 2000. Louro (2001, p. 545) ratifica que:

[...] simultaneamente, a doença também teve um impacto que alguns denominaram de 'positivo', na medida em que provocou o surgimento de redes de solidariedade. O resultado são alianças não necessariamente baseadas na identidade, mas sim num sentimento de afinidade que une tanto os sujeitos atingidos (muitos, certamente, não-homossexuais) quanto seus familiares, amigos, trabalhadores e trabalhadoras da área da saúde, etc. As redes escapam, portanto, dos contornos da comunidade homossexual tal como era definida até então. O combate à doença também acarreta um deslocamento nos discursos a respeito da sexualidade – agora os discursos se dirigem menos às identidades e se concentram mais nas práticas sexuais (ao enfatizar, por exemplo, a prática do sexo seguro).

Várias organizações surgiram com uma *“nova forma de fazer política”* (FERNANDES, 2011), tinham um perfil mais profissionalizado e passaram a desenvolver, em parceria com o Estado, serviços nos campos da saúde, educação, assistência social, etc., para LGBT (ROSSI, 2010). Entretanto, no tocante ao problema da violência contra homossexuais no Brasil, além de não ter sido inclusa na Constituição Federal de 1988 qualquer referência que pudesse demandar proibição por discriminações sexuais, esse problema parecia não ganhar espaço no campo específico da segurança pública.

Algumas pesquisas apontam que isso ocorre porque o momento de interação entre a militância LGBT e o Estado, que exigiu, como já analisamos, ações mais pragmáticas em torno do problema do HIV/AIDS no Brasil, originou uma lógica de cooptação estatal da militância que limita a luta em prol do combate à violência contra os homossexuais no país em decorrência de interesses políticos, sobretudo no tocante ao financiamento de políticas públicas. Apesar de não termos como investigação essa tese, consideramos importante salientar que os contextos situacionais que impetraram experiências coletivas em prol dos direitos humanos e sexuais para esta população até aqui analisados possibilita-nos afirmar que, se tomada de modo absoluto, a proposição é bastante problemática, tendo em vista a

complexa rede de movimentos sociais que possibilitou, de modo geral, a própria trajetória da “questão gay” do gueto para a arena pública brasileira.

Como nos adverte Scherer-Warren (2006), é de suma importância entendermos o dinamismo, complexidade e diversificação que caracterizam os movimentos sociais a partir do final do século XX. Apesar da histórica polarização existente entre sociedade civil e Estado, analisada pelas teorizações sobre os movimentos sociais, tais explicações paradigmáticas não dão conta dos novos sujeitos e cenários que configuram o campo da política na atualidade. No que diz respeito às articulações das redes de movimentos sociais por direitos, por exemplo, é preciso considerar que o Estado também faz parte desse processo. Além disso, mais particularmente no que se refere ao processo de construção de um determinado problema social em problema público, Lascoumes e Le Galès (2012), salientam que o espaço concorrencial no qual estão presentes os empreendedores da causa é constituído por disputas e controvérsias nas quais os posicionamentos políticos, jurídicos, técnicos e ideológicos convergem e divergem no espaço público, inclusive, entre grupos que estão mais próximos, como vimos nos conflitos entre os organizadores do jornal *Lampião da Esquina* e do Grupo *SOMOS*.

Nesse sentido, de igual modo ao considerado por Petrarca (2015) sobre a importância da *expertise* médica sanitária na luta contra a AIDS no Brasil, entendemos que foram exatamente as dinâmicas, engajamentos e mobilizações sociopolíticas em favor da prevenção e controle que possibilitaram um alargamento nas reivindicações da militância LGBT em todo o país. Em análise sobre esse contexto, Fernandes (2011) acrescenta que, a partir de então, fortaleceu-se uma agenda das “causas LGBT” com foco central para o campo dos direitos humanos, ou seja, “[...] é por meio da luta contra a aids que as lutas homossexuais se apropriam dos conceitos universais de direitos humanos” (Op. cit. 2011, p. 54-55).

Portanto, o resultado dessas interações foi a intensificação nos debates públicos sobre os direitos LGBT no que diz respeito às questões relacionadas ao campo da educação, assistência e desenvolvimento social, relações de trabalho e da segurança pública. Acrescido a isso, Facchini (2009) explica que o impacto das interações entre a militância LGBT no Brasil e o Estado possibilitou um crescimento nas relações de cooperação com outras instâncias internacionais na década de 1990,



tanto no suporte financeiro para as organizações ativistas quanto no suporte político por meio das organizações internacionais ligadas aos direitos humanos, e, notadamente, aos direitos dos LGBT. Isso também foi possível em decorrência das mobilizações feministas na época, por meio das quais consolidavam-se cada vez mais as reivindicações em torno das ações afirmativas com ênfase na redução das desigualdades e violências sexuais e de gênero, em que surge o processo de emergência da construção dos “direitos sexuais” como direitos humanos, garantidos através de políticas públicas.

Nesse caso, apesar de o debate em torno da cidadania no âmbito dos “direitos sexuais” ter tido suas primeiras aberturas no ano de 1966, com os Pactos Internacionais de Direitos Civis e Políticos, bem como o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Santos (2011) salienta que foi a partir dos anos de 1990 que essa noção de “direitos sexuais” ganhou visibilidade e adentrou nas discussões internacionais sobre direitos humanos, especialmente com a Conferência Internacional sobre Populações e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, e a Conferência Internacional sobre as Mulheres, em Pequim, realizada em 1995, sendo esta mais significativa no tocante ao empoderamento da mulher para além do que veio a ser conhecida como a “revolução contraceptiva” (BOZON, 2004), a qual tinha como objetivo principal a dissociação entre sexualidade e procriação.

Na Conferência de Pequim, buscava-se legitimar o total controle da mulher em relação aos vários aspectos do seu desenvolvimento, que lhe permitisse alcançar plenamente a cidadania, devendo o governo e a sociedade criar as condições e apoiá-la nesse processo (VIOTTI, 1995). Esse cenário global de luta política pela afirmação e reconhecimento dos direitos sexuais na agenda dos direitos humanos contribuiu para que a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros começasse a ser apropriada por parte da militância LGBT no Brasil como um problema social que exigia ações coletivas mais específicas, de modo que possibilitassem a inserção desta problemática na agenda governamental brasileira.

Como já destacamos na seção 2, em 17 de maio de 1990 a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade do manual de patologia e a Anistia Internacional passou a catalogar a discriminação contra homossexuais como uma violação dos Direitos Humanos, situações que legitimaram

a data como o dia internacional do combate à homofobia, direcionando, de certa forma, o que viria a se tornar a principal pauta política da militância LGBT no contexto mundial, como é o caso do Brasil.

Assim, as lutas antiaids capacitaram uma militância com *expertise* em políticas públicas (FERNANDES, 2011) que passa a utilizar toda a experiência para tornar o problema social da homofobia objeto contínuo de denúncia nas arenas políticas, cobrando dos órgãos estatais e outros setores da sociedade a ampliação de direitos no campo da saúde para o da segurança pública. O objetivo era que a homofobia fosse considerada uma violação dos direitos humanos e resultasse na implementação de leis e políticas públicas com ênfase no combate à violência e discriminação sexual e de gênero. Dessa forma, iniciou-se uma ampliação da militância LGBT por todo o país que passa a utilizar a luta em defesa dos direitos humanos como uma ponte para a luta contra a homofobia, como analisaremos na próxima seção.

## 4 HOMOFOBIA NO BRASIL: DO PROBLEMA PÚBLICO AO PROBLEMA POLÍTICO

Esta seção analisa as ações públicas e jurídicas que contribuíram para a constituição da homofobia como um problema político no Brasil. De modo geral, avaliamos de que maneira as questões relativas à temática da sexualidade, como é o caso da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, foram incluídas na pauta internacional dos Direitos Humanos como um direito fundamental à garantia da cidadania. De modo mais específico, investigamos qual o papel do Projeto de Lei da Câmara 122/2006 no processo de construção desta causa pública no país e, conseqüentemente, consolidação da violência contra LGBT como uma problemática da agenda governamental brasileira.

### 4.1 Sexualidade, direitos humanos e cidadania LGBT

Os atuais debates e disputas sociopolíticas por questões relativas à sexualidade, como é o caso da violência contra LGBT, são oriundos de um conjunto de discussões e ações coletivas que inseriram e legitimaram a temática na agenda internacional dos direitos humanos na década de 1960. Na realidade, conforme Vianna e Lacerda (2004), é importante destacar que a formação da ONU, em 1945, e a constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, já permitiram uma mudança na concepção do “cidadão nacional” – *constituída com a formação da sociedade moderna e em que consiste na defesa da liberdade individual como um direito universal e inalienável* –, para uma perspectiva mais concreta dos direitos humanos, na qual o Estado passa a ser responsável por constituir um conjunto de mecanismos de proteção social que garanta a própria construção desta individualidade. Neste sentido, esses dois momentos ampliaram o debate sobre direitos humanos e cidadania, resultando numa transformação da “*universalidade filosoficamente suposta dos direitos humanos em universalidade de fato*” (Op. cit. p.16).

Como também analisado por Chaves (2014, p. 07), isso implica na transição de um conceito de cidadania que passa da concepção universal e filosófica de sujeito de direito para uma concepção mais pragmática, ou seja, “[...] a proteção outorgada aos Direitos Humanos inclina-se [...] a deixar de ser apenas uma constante dos discursos “mais ou menos bem-intencionados”, para se traduzir em uma realidade atuante na defesa dos direitos, liberdades e garantias fundamentais”.

No entanto, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos constituídos em 1966, são considerados por Vianna e Lacerda (2004) como os principais documentos que legitimaram essas mudanças, dando uma dupla dimensão para o campo dos direitos humanos. Neste momento, a relação entre Estado e indivíduo passa a se constituir com base em dois pontos centrais: por um lado, o Estado deve garantir os direitos civis e políticos de todos os indivíduos para que sejam considerados cidadãos, por outro, torna-se responsável por questões relacionadas às dimensões econômicas, sociais e culturais, tendo que assegurar, no plano dos direitos humanos, que todas as individualidades e coletividades tenham reconhecimento e proteção social conforme demandas específicas, o que abriu margem para que questões em torno da sexualidade fossem incluídas nas agendas políticas e órgãos internacionais de direitos humanos.

Essas mudanças, conseqüentemente, também ampliaram as possibilidades de estratégias políticas dos distintos atores sociais em relação ao Estado, orientando suas lutas conforme demandas e conjunturas específicas, como explicam:

[...] é essa duplicidade na relação entre indivíduo e Estado que vai marcar boa parte das contradições inerentes à defesa dos direitos humanos, bem como definir, a partir de conjunturas específicas, que estratégias tendem a ser privilegiadas por atores sociais na sua movimentação política. Assim, se em determinados momentos o que aparece em primeiro plano é a defesa de direitos sociais como parte da organização de certas “bandeiras” ou grupos políticos (presente em discussões sobre direitos reprodutivos ou sobre AIDS, por exemplo), em outros é a da liberdade individual que pode merecer destaque (VIANNA; LACERDA, 2004, p. 18).

Como já analisado, as lutas e estratégias políticas feministas de “segunda onda<sup>86</sup>”, concomitante aos movimentos sociais do pós-Segunda Guerra Mundial, a exemplo do movimento negro, estudantil, ambientalista, indígena, dentre outros, tinham como pauta fundamental a política do reconhecimento identitário. As reivindicações passavam pela necessidade da constituição de um sistema político e sociojurídico que garantissem os direitos destes indivíduos e grupos sociais a partir das respectivas demandas como condição principal para o pleno exercício da cidadania, e, no âmbito da sexualidade, as mobilizações feministas foram as principais protagonistas deste processo.

A movimentação teórico-política dos movimentos feministas pela desnaturalização das desigualdades sexuais e de gênero com ênfase na “problemática da mulher” tinha como objetivo constituir mecanismos científicos, políticos e jurídicos que transformassem as condições históricas de subordinação por meio das quais as mulheres foram submetidas. No caso, o objetivo não estava limitado à análise da problemática da mulher, mas a transformação do lugar social das mulheres.

Esses contextos de ampliação da noção de direitos humanos concomitante ao desenvolvimento das lutas feministas na época, dentre outras, contribuíram para a inserção da temática da sexualidade nas várias conferências, declarações e mecanismos desenvolvidos nos anos posteriores, como foi o caso da I Conferência Mundial para os Direitos Humanos, realizada em Teerã no ano de 1968.

---

<sup>86</sup> O movimento feminista, enquanto “movimento social organizado” no Ocidente, surgiu em fins do século XIX, especialmente em alguns países dos Estados Unidos e do Reino Unido, através de algumas mulheres e teóricos da época motivados pelos ideários do iluminismo – “*igualdade, liberdade e fraternidade*” –, que começaram a questionar os antagonismos existentes no tocante à “condição da mulher” em relação à então pretendida “democratização” apregoada pelo projeto de “emancipação” burguês-iluminista. O foco principal eram as reivindicações pela “equidade dos direitos” políticos, sociais, econômicos, educacionais, a liberdade na escolha da maternidade, casamento, e, principalmente, o sufrágio feminino (LOURO, 1997; PEDRO, 2005; NOGUEIRA, 2001). Essas concepções foram muito importantes para o início do movimento feminista na luta pela conquista de direitos e cidadania da mulher, sendo o reconhecimento do sufrágio feminino o mais destacado, inclusive, a “*primeira onda*” do feminismo é conhecida como “movimento sufragista feminino”. Por outro lado, como os objetivos estavam mais focados na “equiparação de direitos”, principalmente os políticos, educacionais e profissionais, essas mobilizações eram coordenadas pelos interesses das mulheres brancas de classe média alta, levando, deste modo, a certa acomodação no avançar de outras pautas no movimento (MATOS, 2003).

Dentre os 19 princípios estabelecidos como resultado da conferência, a preocupação com as discriminações contra a mulher ganha destaque no campo dos direitos humanos, como consta no *artigo 15* da Proclamação de Teerã:

A discriminação de que as mulheres ainda são vítimas em várias regiões do mundo tem de ser eliminada. Um estatuto inferior para as mulheres é contrário à Carta das Nações Unidas, bem como às disposições da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A plena aplicação da Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres é necessária para o progresso da Humanidade (DHNET, 1968).

Apesar do reconhecimento da igualdade sexual e defesa da urgente eliminação das discriminações contra as mulheres, os direitos sexuais ficaram presentes por muito tempo, nestas conferências e documentos, como sinônimo de direitos reprodutivos e não direitos sexuais. Neste caso, os direitos humanos referentes à sexualidade eram direitos que tratavam da saúde da mulher, com preocupação especial com a vulnerabilidade da condição feminina em relação à reprodução (RIOS, 2006).

A ampliação dos debates acerca da relação entre sexualidade, direitos humanos e cidadania ocorre a partir da Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994 no Cairo, e da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Pequim no ano de 1995. Como analisado por Rios (2006), estas conferências legitimaram os direitos reprodutivos como uma categoria dos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, passaram a reconhecer a necessidade do livre exercício da sexualidade, sem discriminações, coerções e violências. As duas conferências representaram um avanço no que diz respeito à relação entre sexualidade, direitos humanos e cidadania, tendo em vista o fato de incluírem nos debates e documentos algumas questões importantes, porém ainda ausentes nas anteriores, a exemplo da educação, do aborto, da maternidade, do divórcio, do assédio, exploração sexual e violência doméstica contra a mulher, etc.

Entretanto, apesar da defesa da não-discriminação e violência sexual ter passado a fazer parte dos instrumentos normativos constituídos como resultado das duas conferências, o entendimento de direito sexual ainda ficou muito preso à noção

de direito reprodutivo, mais especificamente, de “direito da mulher” e não de um “direito da sexualidade” de forma ampliada. Como salienta o próprio Rios (2006, p. 78): “mesmo na Conferência de Pequim, onde a ideia de direitos sexuais começa a aparecer de modo mais claro, ela ainda está associada muito proximamente à de saúde sexual”.

Assim sendo, diante do fenômeno da “*desassociação entre sexualidade e reprodução*”, cada vez mais presente na sociedade ocidental contemporânea, Rios (2006) defende que o campo sociojurídico precisa estar fundamentado num saber que garanta o “*direito democrático da sexualidade*”, pautado nos princípios fundamentais de liberdade, igualdade, não-discriminação e proteção da dignidade humana, pois é isso que vai garantir que os direitos humanos e a cidadania sejam assegurados de modo compatível com a pluralidade e laicidade propagadas pelas sociedades democráticas na atualidade. Além disso, é preciso considerar, principalmente do ponto de vista jurídico, que apenas uma compreensão mais alargada da noção de sexualidade torna possível atender as demandas trazidas pela multiplicidade de atores sociais inseridos nas lutas em prol dos direitos sexuais e humanos na contemporaneidade, e acrescenta:

Com efeito, desenvolver a ideia de direitos sexuais na perspectiva dos direitos humanos aponta para a possibilidade do livre exercício responsável da sexualidade, criando as bases para uma regulação jurídica que supere as tradicionais abordagens repressivas que caracterizam as intervenções jurídicas nesses domínios. Implica, por assim dizer, uma compreensão positiva dos direitos sexuais, na qual o conjunto de normas jurídicas e sua aplicação possam ir além de regulações restritivas, forjando condições para um direito da sexualidade que seja emancipatório em seu espírito (RIOS, 2006, p. 72-73).

É nessa abordagem, denominada por Rios como “*direito democrático da sexualidade*”, ou seja, “[...] um exame, na perspectiva dos direitos humanos e dos direitos constitucionais fundamentais, das diversas normas jurídicas cujo âmbito de proteção atenta para as diversas manifestações da sexualidade humana” (2006, p. 74), que a análise sobre as ações públicas, direitos humanos e cidadania para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil são compreendidas nesta tese. Isso consiste no reconhecimento de que democracia, cidadania e direitos

humanos são categorias constituídas historicamente a partir das lutas dos diversos atores sociais presentes nas arenas públicas, como é o caso dos LGBT, que desde os anos de 1960 também estão envolvidos neste processo de luta por democratização dos direitos sexuais e que, portanto, exigem reconhecimento nos aparatos sociais e jurídicos.

Rios (2006) chama atenção para o fato de que a existência de um legítimo exercício democrático da relação entre sexualidade, direitos humanos e cidadania, deve estar presente dentro do próprio “universo feminino”, tendo em vista a pluralidade que o constitui. Neste caso, para que se tenha uma real superação da noção de cidadania para além das categorizações nacionalistas que determinavam sobre o que é ser um cidadão, é preciso que a complexidade que constitui o processo de subjetivação seja considerada de forma constitucional, e no que diz respeito às questões relativas à sexualidade, isso só é possível considerando demandas da orientação sexual homossexual, heterossexual, bissexual, da transexualidade, do travestismo, etc.

Alguns elementos são importantes para analisarmos o desenvolvimento do direito da sexualidade nesta perspectiva. Para Rios (2006), o primeiro ponto é considerar a necessidade de fazer avançar o âmbito de proteção, pois, apesar de reconhecer todos os avanços possibilitados pelos direitos reprodutivos e sexuais, considera problemático reduzir a proteção jurídica acerca da sexualidade a determinadas categorias identitárias, a exemplo da mulher, tendo em vista que tal situação pode sustentar uma lógica de classificação e hierarquização das identidades, de modo que determinadas questões escapem do interesse da justiça por estarem consideradas fora da “normalidade” social e jurídica, como é o caso das questões referentes às homossexualidades. Os direitos humanos devem assegurar que todos os grupos que estão numa condição social de subalternidade em decorrência das questões de gênero e sexualidade, dentre outras, sejam protegidos por meio de políticas públicas de segurança, saúde, assistência social, etc.; mas isso não implica colocar as questões identitárias como demandas exclusivas do campo dos direitos humanos.

Além de considerar as complexidades que constituem as identidades, Rios (2006) destaca que também é preciso analisar outros marcadores sociais da



diferença, a exemplo das questões econômicas, para que o direito possa proteger juridicamente determinados indivíduos que estão mais densamente fincados na marginalização social, a exemplo daqueles que precisam viver da prostituição. Com relação ao nosso tema de estudo, isso pode ser percebido mais especificamente no “universo das travestis e transexuais”, exatamente pelos baixos índices de escolaridade e dificuldades de acesso ao trabalho.

Essa abordagem coaduna com a perspectiva da sociologia dos problemas públicos, para qual as situações problemáticas são constituídas histórica e socialmente, o que demanda não considerar identidades e problemas sociais de modo pré-determinado, assim como a própria noção de democracia e direito sexual. Logo, “[...] um direito democrático da sexualidade deve ir além do catálogo das identidades e práticas sexuais. De fato, estas não existem como entidades abstratas, sem raça, classe, cor, etnia, idade e assim por diante” (RIOS, 2006, p. 83). Os princípios básicos para um direito democrático da sexualidade devem estar estruturados na garantia da liberdade, igualdade e dignidade da pessoa humana, independente de questões relativas à identidade, devem, pois, considerar todos os tipos de demandas com o intuito de protegê-las das vulnerabilidades que estruturam e alimentam situações de injustiças, preconceitos, discriminações e violências.

No que diz respeito mais particularmente aos LGBT, Encarnación (2014) aponta o contexto pós-ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, as lutas feministas em favor dos direitos reprodutivos e sexuais, e, principalmente, a militância LGBT formada pelos distúrbios de Stonewall, como situações e experiências coletivas importantes para que os direitos sexuais desta população fossem colocados sob a tutela dos direitos humanos no cenário político internacional. Questões importantes, tais como, a imigração e o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homoafetivos, a descriminalização da homossexualidade, dentre outras, entraram para o debate público e vários tribunais por todo o mundo, os quais se viram diante da atenção em julgar estas questões considerando que a negativa de direitos de LGBT configurava um agravo aos direitos humanos universais.

Um ponto crucial nesta discussão sobre sexualidade, direitos humanos e cidadania LGBT, acrescenta Encarnación (2014), foi a epidemia de HIV/AIDS, que

ressignificou a própria consciência da militância LGBT em relação ao Estado, assumindo uma agenda de “integração social” em nome do reconhecimento legal dos direitos de LGBT, seja em relação às questões de saúde, herança, previdência, ou de segurança pública, em decorrência dos altos níveis de discriminação e violências por conta da doença, como também discutimos na seção 3 em relação ao contexto brasileiro.

Encarnación (2014) assinala três pontos principais para compreendermos melhor como se deu a expansão que vem ganhando o campo dos direitos dos homossexuais sob a ótica dos direitos humanos. Em primeiro lugar, a importância dos “**grupos de advocacy**”, formados por atores – *estatais e não estatais* – que organizam redes internacionais de sociabilidade em favor destes direitos e têm como principal objetivo mobilizar estratégias para que vários países possam socializar forças e participar da agenda internacional dos direitos humanos, a exemplo do *Grupo SOMOS* e o jornal *Lampião da Esquina* na década de 1980, como já analisamos. O segundo ponto é a “**disseminação de políticas**”, importante para agregar vários indivíduos no campo das políticas públicas, como é o caso das reformas na área da saúde, da previdência, da educação, etc., que mudam conforme a pluralidade de demandas que aparecem. Um dos exemplos mais evidentes sobre as disseminações de políticas LGBT é o casamento entre pessoas do mesmo sexo que está sendo legalizado paulatinamente em vários países.

Em terceiro lugar, Encarnación (2014) destaca que a globalização provocou uma “**queerização<sup>87</sup> global**”, ou seja, fez surgir uma ampla percepção da existência de identidades LGBT, culturas e políticas que se identificam como parte de uma “comunidade homossexual” internacional, que tem como referência principal o imperialismo cultural norte-americano e sua hegemonia econômica. O capitalismo

---

<sup>87</sup> “Queerização” é derivado do termo “*queer*”. Silva (2009, p. 105), explica que: “historicamente, o termo *queer* tem sido utilizado para se referir, de forma depreciativa, às pessoas homossexuais, sobretudo do sexo masculino. Mas o termo significa, também, de forma não necessariamente relacionada às suas conotações sexuais, ‘estranho’, ‘esquisito’, ‘incomum’, ‘fora do normal’, ‘excêntrico’. O movimento homossexual, numa reação à histórica conotação negativa do termo, recupera-o, então, como uma forma positiva de auto-identificação. Além disso, aproveitando-se do outro significado, o de ‘estranho’, o termo *queer* funciona como uma declaração política de que o objetivo da teoria *queer* é o de complicar a questão da identidade sexual e, indiretamente, também a questão da identidade cultural e social. Através da ‘estranheza’, quer-se perturbar a tranquilidade da ‘normalidade’”.

global, a internet, o comércio internacional e o turismo são consequências do mundo global, portanto, fenômenos sociais que abriram espaço para que estilos de vida fossem compartilhados cotidianamente, seja por meio das séries televisivas, das músicas e, no caso específico da luta contra discriminação e violência de LGBT, as Paradas do Orgulho Gay, um evento mundial que segue um cronograma de atividades em vários países.

Outra fonte influente de *queerização global* que o autor chama atenção foi o problema da AIDS, que possibilitou uma profissionalização e ativismo pelos direitos dos homossexuais em várias partes do mundo, mas, além disso, ocasionou uma gama de situações relacionadas aos homossexuais. Um exemplo são as campanhas internacionais de combate ao vírus, as quais, por um lado, foram acusadas de determinar um “modelo ocidental de homossexualidade” com a propagação da ideia de “sexo seguro” para que se evitasse a disseminação da doença, entretanto, por outro lado, ajudaram a quebrar muitos tabus em relação à homossexualidade, pois davam visibilidade aos casais e modos de vida dos homossexuais, além de orientações de prevenção do HIV (ENCARNACIÓN, 2014).

Como resultado destas lutas específicas em prol de fazer constar na agenda internacional dos direitos humanos os direitos de LGBT, foi constituído em 2006 os Princípios de Yogyakarta. O documento foi elaborado numa conferência realizada na Universidade Gadjah Mada, em Yogyakarta, Indonésia, na qual estiveram presentes cerca de 29 especialistas, dentre eles alguns membros da Comissão Internacional de Juristas, do Serviço Internacional de Direitos Humanos, ativistas e acadêmicos que desenvolvem trabalhos em prol dos direitos humanos da população LGBT de 25 países, nos quais se inclui o Brasil. As diretrizes apresentadas no documento servem para orientar os Estados na elaboração de princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Mesmo reconhecendo os avanços no campo dos direitos sexuais, por meio dos quais foram assegurados juridicamente a igualdade sexual e de gênero em vários setores da sociedade, o documento aponta como preocupação central as constantes violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero e a ainda fragmentada e inconsistentes respostas dos órgãos e legislações

internacionais em relação a esta questão. A falta de uma compreensão mais consistente e alargada sobre orientação sexual e identidade de gênero também contribui para essa apatia em relação a certos sujeitos de direitos, tornando-os, conseqüentemente, mais vulneráveis às violências e discriminações:

Atualmente, muitos Estados possuem leis e constituições que garantem os direitos de igualdade e não-discriminação, sem distinção por motivo de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Entretanto, violações de direitos humanos que atingem pessoas por causa de sua orientação sexual ou identidade de gênero, real ou percebida, constituem um padrão global e consolidado, que causa sérias preocupações. O rol dessas violações inclui execuções extrajudiciais, tortura e maus-tratos, agressões sexuais e estupro, invasão de privacidade, detenção arbitrária, negação de oportunidades de emprego e educação e sérias discriminações em relação ao gozo de outros direitos humanos. Estas violações são com frequência agravadas por outras formas de violência, ódio, discriminação e exclusão, como aquelas baseadas na raça, idade, religião, deficiência ou status econômico, social ou de outro tipo. Muitos Estados e sociedades impõem normas de gênero e orientação sexual às pessoas por meio de costumes, legislação e violência e exercem controle sobre o modo como elas vivenciam seus relacionamentos pessoais e como se identificam. O policiamento da sexualidade continua a ser poderosa força subjacente à persistente violência de gênero, bem como à desigualdade entre os gêneros (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 7).

Os Princípios de Yogyakarta foram tomados como um ponto de partida para se pensar de forma mais pragmática as legislações internacionais de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero, de modo que as demandas referentes à população LGBT fossem efetivamente incluídas neste conjunto de legislações, tendo em vista que as Conferências Internacionais de Direitos Humanos ainda limitavam suas proteções acerca dos direitos sexuais aos “direitos da mulher”. Tais princípios são (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2007, p. 5):

PRINCÍPIO 1. Direito ao Gozo Universal dos Direitos Humanos

PRINCÍPIO 2. Direito à Igualdade e a Não-Discriminação

PRINCÍPIO 3. Direito ao Reconhecimento Perante a Lei

PRINCÍPIO 4. Direito à Vida

PRINCÍPIO 5. Direito à Segurança Pessoal

PRINCÍPIO 6. Direito à Privacidade

PRINCÍPIO 7. Direito de Não Sofrer Privação Arbitrária da Liberdade

PRINCÍPIO 8. Direito a um Julgamento Justo

PRINCÍPIO 9. Direito a Tratamento Humano durante a Detenção

PRINCÍPIO 10. Direito de Não Sofrer Tortura e Tratamento ou Castigo Cruel, Desumano e Degradante

PRINCÍPIO 11. Direito à Proteção Contra todas as Formas de Exploração, Venda ou Tráfico de Seres Humanos

PRINCÍPIO 12. Direito ao Trabalho

PRINCÍPIO 13. Direito à Seguridade Social e outras Medidas de Proteção Social

PRINCÍPIO 14. Direito a um Padrão de Vida Adequado

PRINCÍPIO 15. Direito à Habitação Adequada

PRINCÍPIO 16. Direito à Educação

PRINCÍPIO 17. Direito ao Padrão mais Alto Alcançável de Saúde

PRINCÍPIO 18. Proteção contra Abusos Médicos

PRINCÍPIO 19. Direito à Liberdade de Opinião e Expressão

PRINCÍPIO 20. Direito à Liberdade de Reunião e Associação Pacíficas

PRINCÍPIO 21. Direito à Liberdade de Pensamento, Consciência e Religião

PRINCÍPIO 22. Direito à Liberdade de Ir e Vir

PRINCÍPIO 23. Direito de Buscar Asilo

PRINCÍPIO 24. Direito de Constituir uma Família

PRINCÍPIO 25. Direito de Participar da Vida Pública

PRINCÍPIO 26. Direito de Participar da Vida Cultural

PRINCÍPIO 27. Direito de Promover os Direitos Humanos

PRINCÍPIO 28. Direito a Recursos Jurídicos e Medidas Corretivas Eficazes

PRINCÍPIO 29. Responsabilização ("Accountability").

No ano de 2007, o documento de Yogyakarta foi admitido pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, depois em 2008, iniciou-se uma série de debates sobre os direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, com o objetivo de analisar condições efetivas para o desenvolvimento de leis nacionais discriminatórias, assim como as obrigações que os Estados deveriam ter perante o regime internacional de direitos humanos acerca das medidas legislativas e outras normas sobre a proteção de direitos de LGBT (SARAIVA, 2013). Considerada como um marco na história da comunidade LGBT mundial, em 2011, a ONU editou uma Resolução no Conselho de Direitos Humanos, de nº A/HRC/17/L.9, por meio da qual os direitos LGBT passaram a ser considerados direitos humanos, neste caso, ficou determinado que: "os Estados que não respeitarem as pessoas LGBT estarão violando diretamente

os Direitos Humanos e todos os Tratados de Direitos Humanos” (GORISCH, 2014, p. 45).

O contexto internacional que demarca os processos de construção das questões relativas à sexualidade como um direito humano fundamental, colocou a militância LGBT num campo de possibilidades efetivas para reclamações de demandas relacionadas à violência, legitimando a relevância pública desta problemática na agenda político-jurídica internacional. Por outro lado, é preciso considerar as condições sociais de possibilidade que tornaram os processos de emergência e definição da homofobia como um problema político da agenda governamental brasileira, situações que colocaram esta problemática, por exemplo, numa correlação direta entre “homofobia e criminalização”. É sobre esse percurso que discutiremos nos próximos tópicos.

#### **4.2 A construção do Sistema Nacional dos Direitos Humanos no Brasil e a inserção da homofobia na agenda política brasileira**

Até meados da década de 1980, como analisado por Mesquita Neto (1997), o governo federal brasileiro negava a existência, bem como qualquer responsabilidade sobre as violações dos direitos humanos no país – *exatamente porque era um dos principais agentes dessas violações*. Por outro lado, os representantes da sociedade civil criticavam e responsabilizavam o governo pelas violações dos direitos humanos de vários indivíduos e grupos sociais – *como vimos, por exemplo, nas contínuas ações e denúncias de violências institucionais desenvolvidas pelo Jornal Lampião da Esquina e o Grupo SOMOS no período do regime político ditatorial* –, fazendo prevalecer uma situação de conflito na arena política brasileira que impossibilitava qualquer cooperação para a promoção e proteção dos direitos humanos.

No entanto, essa situação de conflito entre o estado e a sociedade civil é ligeiramente ressignificada a partir dos anos de 1985, e mais visivelmente na década de 1990, quando se intensificaram os diálogos em busca de soluções para o grave problema da criminalidade violenta pela qual passava o país na época (MESQUITA

NETO, 1997). Esse cenário de crimes e violências que esteve presente em praticamente toda a década de 1990, analisam Pinheiro e Mesquita Neto (1997), derivou, sobretudo, das políticas de estabilização da economia e do aumento do papel do mercado em meados da década de 1980, situações que enfraqueceram as ações do Estado em relação às necessidades da população, aumentando as desigualdades econômico-sociais e, conseqüentemente, o crime organizado no Brasil, o problema do tráfico de drogas, o contrabando de armas de fogo, a insegurança, o desrespeito e violação dos direitos humanos, principalmente dos pobres e grupos sociais mais vulneráveis<sup>88</sup>.

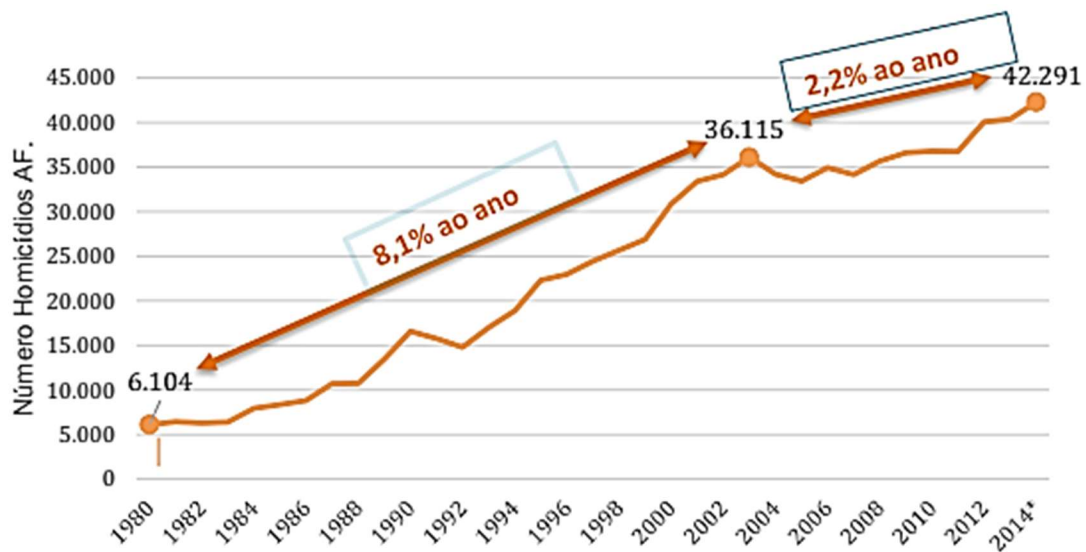
Desde 1998, por exemplo, o sociólogo Julio Jacobo Waiselfsz desenvolve o *Mapa da Violência no Brasil*, um documento que se tornou referência para as análises sobre os indicativos da segurança pública no país. O mapa, publicado em 2016, tem como foco de investigação os dados da *evolução dos homicídios por armas de fogo no período de 1980 a 2014* e aponta que o número de vítimas fatais por armas de fogo no país em 1980 era de 6.104, já em 2003 o número de vítimas foi de 36.115, um crescimento sistemático e constante, conforme análises do autor, de 8,1% ao ano entre 1980 a 2003 (Gráfico 6).

Mesmo considerando o crescimento populacional do Brasil entre o período de 1980 a 2014<sup>89</sup>, dentre outros fatores, ainda é possível avaliar que o aumento da mortalidade no país por armas de fogo é muito alto, sobretudo na década de 1990 e início dos anos 2000, antes da promulgação do Estatuto do Desarmamento pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 23 de dezembro de 2003, quando passa a ter uma pequena redução de 2,2% ao ano, segundo avaliação de Waiselfsz.

---

<sup>88</sup> É importante salientar que no caso dos LGBT ainda existia a situação problemática do HIV-AIDS enquanto um dispositivo de violência contra esta população, como já discutimos na seção 3.

<sup>89</sup> De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1980, a população brasileira era de 121,2 milhões, na década de 1990 o país tinha 149, 4 milhões de habitantes, nos anos 2000 o número era de 177, 8 milhões e em 2010, quando foi publicado o último Censo do IBGE, a população era de 196, 8 milhões. Já no documento que apresenta as estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2014, o quantitativo da população brasileira já era de aproximadamente 202.768.562 milhões de habitantes. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas\_de\_Populacao/Estimativas\_2014/estimativa\_dou\_2014.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

Gráfico 6 - Evolução dos homicídios por armas de fogo no Brasil: 1980 a 2014<sup>90</sup>

Fonte: WASELFSZ, 2016.

Apesar de o “*Mapa da Violência 2016*” não apresentar como possível consequência para a acelerada evolução da letalidade por armas de fogo na década de 1990, a violência policial era um fator predominante na época, com sucessivas denúncias sobre os abusos e arbitrariedade policial em nome da ordem e do controle social. Várias chacinas foram noticiadas tendo como responsáveis grupos de extermínios constituídos, principalmente, por militares, a exemplo do massacre do Carandiru, em 1992, onde 111 presos da Casa de Detenção de São Paulo foram assassinados por policiais na contenção de uma rebelião; a chacina da Candelária no Rio de Janeiro, em 1993, na qual 08 jovens em situação de rua foram assassinados por policias; a chacina de Vigário Geral no Rio de Janeiro, também em 1993, onde um grupo de extermínio formado por mais de 50 homens, em sua maioria policiais, executaram 21 moradores da comunidade; as chacinas na Favela Nova Brasília<sup>91</sup>, situada no Complexo do Alemão no RJ, com 26 execuções policiais, inclusive,

<sup>90</sup> Os dados retirados do Mapa da Violência no Brasil correspondem à causa básica “*homicídio*”, mas também foram analisados a letalidade por armas de fogo decorrentes de “*acidentes*”, “*suicídio*” e “*indeterminados*”, somatizando 8.710 vítimas em 1980, 39.325 em 2003 e 44.861 em 2014, um total de 967.851 no período de 1980 a 2014.

<sup>91</sup> No ano de 2017, o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso das chacinas na Favela Nova Brasília. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/462189374/a-chacina-na-favela-nova-brasilia-e-a-condenacao-do-brasil-em-corte-da-oea>>. Acesso em: 13 jul. 2017.



precedidas de violência sexual e atos de tortura de algumas vítimas adolescentes, em outubro de 1994 e maio de 1995, dentre outras.

Uma década que foi classificada pelo “Movimento Mães de Maio<sup>92</sup>” como a intensificação da “Democracia das Chacinas” e/ou a “Era das Chacinas”:

Conforme já pudemos gritar em tantos outros momentos [...], não é por outra razão que noss@s companheir@s da Rede de Comunidades e Movimentos Contra Violência do Rio de Janeiro batizaram o período democrático que passamos a viver, depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, de “A Era das Chacinas”, o nome mais apropriado para a fase atual dessa longa História de Massacres que nos conforma. Afinal, na sequência da tão alardeada “abertura democrática” e a promulgação da dita “Constituição Cidadã”, menos de dois anos depois, a Chacina de Acari anunciaria o que nos esperava pela frente...E, de lá pra cá, uma sucessão de chacinas e massacres concentrados de trabalhadores pobres, pretos e periféricos ressurgem constantemente, como que traçando nós e borrões na já altíssima, fria e constante curva das estatísticas de homicídios cotidianos no Brasil (MÃES DE MAIO, 2011)<sup>93</sup>.

No que diz respeito à violência contra LGBT, além da histórica criminalização que se fazia da homossexualidade, tanto do ponto de vista médico quanto político-institucional, o HIV era um demarcador que acentuava ainda mais os níveis de marginalização e vulnerabilidade social desta população entre o final dos anos de 1980 e durante a década de 1990, mesmo com as mobilizações em torno da construção de um campo de políticas públicas anti-aidas no país, pelas quais os homossexuais seriam “beneficiados”. Como apresentado no Gráfico 4 – *sobre os assassinatos de homossexuais no Brasil de 1963 a 1999* –, entre os anos de 1970 a 1979 foram catalogados pelo GGB cerca de 41 assassinatos, já entre 1980 a 1989 houve 503 casos notificados, um aumento de 1127%, e nos anos de 1990 a 1999

---

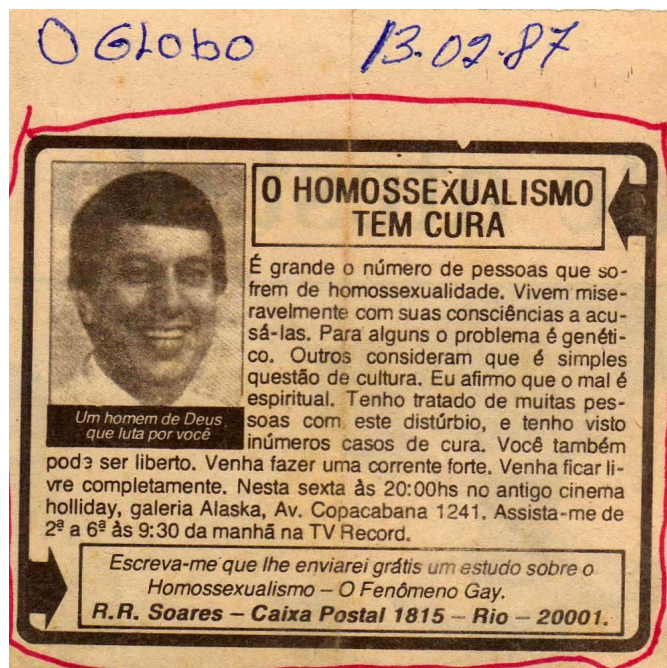
<sup>92</sup> O Movimento Mães de Maio surgiu no ano de 2006, em decorrência de uma série de assassinatos que aconteceram entre os dias 12 e 20 de maio no estado de São Paulo. A chacina que ficou conhecida como Crimes de Maio resultou no assassinato de 564 pessoas numa disputa entre agentes de segurança pública do Estado e da facção Primeiro Comando da Capital (PCC). Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-05/crimes-de-maio-causaram-564-mortes-em-2006-entenda-o-caso>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

<sup>93</sup> Citação conforme texto original.

foram denunciados 1256 casos, cerca de 150% de aumento em relação à década anterior<sup>94</sup>.

Várias ações policiais também contribuíam para intensificar o pânico moral que havia se constituído no país em decorrência da AIDS, a exemplo da política higienista adotada pelo prefeito de São Paulo Jânio Quadros por meio da polícia civil que era coordenada pelo delegado José Wilson Richetti, como é o caso da *Operação Tarântula* e a caça às travestis, analisada na seção 3. Além disso, Colaço (2012) destaca que na década de 1980 há uma expansão das religiões neopentecostais de cunho fundamentalista, por meio das quais os líderes religiosos passaram a intensificar o discurso anti-homossexual como um dos recursos para a consolidação deste movimento religioso no Brasil, como foi o caso do pastor evangélico Romildo Ribeiro Soares, mais conhecido como Missionário R. R. Soares, e as constantes campanhas contra homossexualidade e propagandas de “cura do homossexualismo [sic]” (Figura 17).

Figura 17 - Campanhas do Missionário R.R. Soares para a cura do “homossexualismo”



Fonte: COLAÇO, 2012

É, notadamente, em decorrência dessa situação generalizada de criminalidade e violações dos direitos humanos no país, que os movimentos sociais e organizações não-governamentais passaram a intensificar o processo de cooperação com o estado

<sup>94</sup> Já destacamos que os dados apresentados pelo GGB não são oficiais, o que ratifica as análises de Mesquita Neto (1997) no tocante à negação e negligência do governo federal sobre a violação dos direitos humanos no país no período em que os crimes contra os homossexuais foram catalogados pelo GGB, mas não apenas desta população. Crianças, adolescentes, jovens, negros, trabalhadores rurais, migrantes e estrangeiros, líderes sindicais, mulheres, dentre outros, também foram invisibilizados nas estatísticas oficiais durante muitos anos, especialmente no período do regime político-ditatorial.

na elaboração de políticas públicas de proteção e promoção dos direitos humanos, inclusive, com a mediação de vários grupos sociais formados por professores universitários, pesquisadores, especialistas e ativistas na área dos direitos humanos, os quais buscavam apoiar o processo de formulação e implementação destas políticas com o conhecimento técnico e o apoio político, o que não conseguiram fazer durante o período do regime ditatorial (MESQUITA, 1997).

Essas interações demandaram algumas conquistas importantes no que diz respeito à proteção e promoção dos direitos humanos no país já no primeiro governo pós-redemocratização, em 1985, e foram ampliadas a partir da década de 1990, como destacado no Quadro 3.

Quadro 3 - Principais Políticas e Programas para Proteção dos Direitos Humanos nos Governos pós-redemocratização

(continua)

Presidente	Período	Políticas e Programas
José Sarney	15 de março de 1985 até 15 de março de 1990	O Ministério da Justiça lançou um mutirão contra a violência proposto pela Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos <sup>95</sup> ; O Ministério da Justiça criou, por meio da Lei nº 7.353/85, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM); Na área internacional, o Brasil ratificou a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e a Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, em 1989.

Fonte: MESQUITA NETO, 1997, p. 4

<sup>95</sup> "A Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos é uma organização não-governamental que atua na defesa dos Direitos Humanos, combatendo especificamente violações cometidas em estabelecimentos de privação de liberdade de adultos e de adolescentes e por agentes do Estado encarregados do controle da violência. Ela foi fundada em 1983 por um grupo de personalidades proeminentes da sociedade civil (políticos, juristas, religiosos, autoridades públicas, escritores, intelectuais etc.), filiados a diferentes ideologias e partidos políticos, que compartilham o ideal da cidadania e do Estado de Direito. Atualmente as atividades da CTV incluem: participação em grupos de trabalho cujos temas envolvam questões relativas à Violência, Cidadania; acompanhamento das atividades da Fundação Casa; acompanhamento dos casos brasileiros na Corte Internacional de Direitos Humanos". Disponível em: < <https://ctvdireitoshumanos.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

**Quadro 3 - Principais Políticas e Programas para Proteção dos Direitos Humanos nos Governos pós-redemocratização**

(conclusão)

Presidente	Período	Políticas e Programas
Fernando Collor	15 de março de 1990 até 29 de dezembro de 1992	<p>Desenvolveu o Programa de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes;</p> <p>Criou, por meio da Lei nº 8.242/91, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);</p> <p>O Ministério da Justiça criou, por meio do Decreto nº 99.244/90, o Departamento de Assuntos da Cidadania (DEASC), transformado posteriormente em Secretaria da Cidadania, com uma Divisão de Direitos Humanos;</p> <p>Na área internacional, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança, em 1990;</p> <p>Ratificou, também, os textos do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), em 1992<sup>96</sup>.</p>
Itamar Franco	29 de dezembro de 1992 até 01 de janeiro de 1995	<p>O Ministério das Relações Exteriores, dirigido por Fernando Henrique Cardoso, organizou, em maio de 1993, um seminário para preparar uma agenda brasileira para a Conferência Mundial de Direitos Humanos, que se realizou em Viena, em junho de 1993;</p> <p>O Brasil apoiou a Declaração e o Programa de Ação de Viena, adotados em 25/6/93, que recomendavam aos estados e governos a formulação de programas nacionais para a proteção e promoção dos direitos humanos;</p> <p>Após a Conferência de Viena, o Ministério da Justiça convocou organizações da sociedade civil para elaborar uma Agenda Nacional de Direitos Humanos e propor medidas de incentivo à cidadania e de combate à violência e à criminalidade. Dessas reuniões resultou um Programa Nacional de Cidadania e Combate à Violência;</p> <p>Na Câmara dos Deputados, de 1992 a 1994, foram instaladas quatro comissões parlamentares de inquérito para investigar violações de direitos humanos: duas sobre violência rural, uma sobre violência contra a mulher e uma sobre exploração e prostituição infanto-juvenil.</p>

Fonte: MESQUITA NETO, 1997, p. 4

<sup>96</sup> É importante destacar que o ex-presidente José Sarney submeteu ao Congresso Nacional proposta de adesão aos Pactos no ano de 1985, mas o Decreto-Legislativo nº 226 só foi aprovado em 1991 e os textos do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, também de 1966, e da Convenção Interamericana de Direitos Humanos de 1969 (Pacto de São José da Costa Rica), só foram ratificados pelo Brasil em 1992, mais de 20 anos depois da promulgação destes documentos pela Organização das Nações Unidas.

É importante salientar que a maioria destas ações desenvolvidas no Brasil tiveram como consequência as atuações e interações político-internacionais pró-direitos humanos que ocorrem desde a Organização das Nações Unidas, em 1945, e da constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. No entanto, são as discussões e recomendações feitas aos Estados membros da ONU que participaram da II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena/Áustria no ano de 1993<sup>97</sup>, que ampliam o campo de atuação dos direitos humanos no país. A Conferência de Viena, destaca Hernandez (2009; 2010), legitimou a temática dos direitos humanos no âmbito global, ampliando os debates entre os atores das mais variadas origens culturais, sociais, políticas e econômicas, além da universalização dos direitos humanos como ponto central na agenda dos Estados.

Assim sendo, apesar das ações empreendidas pelos ex-presidentes da República José Sarney, Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, foi no projeto político de governança do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que houve uma intensa apropriação da agenda internacional dos direitos humanos como algo indivisível dos direitos civis, políticas e sociais para a garantia da cidadania.

De acordo com os estudos desenvolvidos por Pinheiro e Mesquita Neto (1997) sobre as propostas políticas de FHC no tocante aos direitos humanos, o objetivo principal do ex-presidente era reformar o Estado e consolidar o processo de democratização da sociedade brasileira, de modo que fosse possível a ampliação e efetivação das garantias dos direitos de cidadania e humanos, pois, apesar da

---

<sup>97</sup> Como consta nos itens 69, 70 e 71 da Declaração e Programa de Ação de Viena: “69. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos recomenda vivamente que seja criado, no âmbito das Nações Unidas, um programa completo para ajudar os Estados na tarefa da construção e do reforço das estruturas nacionais adequadas que tenham um impacto direto na observância generalizada dos Direitos Humanos e na manutenção do Estado de Direito. Este programa, que deverá ser coordenado pelo Centro para os Direitos Humanos, deverá poder prestar, a pedido do Governo interessado, apoio técnico e financeiro a projetos nacionais destinados a reformar estabelecimentos penais e penitenciários, o ensino e a formação de advogados, juízes e agentes de forças de segurança no domínio dos Direitos Humanos, e em qualquer outra esfera de atividade relevante para o bom funcionamento do Estado de Direito. O programa deverá colocar à disposição dos Estados o apoio para a realização de planos de ação com vista à promoção e à proteção dos Direitos Humanos. 70. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos solicita ao Secretário-Geral das Nações Unidas que submeta propostas à assembleia Geral das Nações Unidas contendo alternativas para a criação, a estrutura, as modalidades operacionais e o financiamento do programa proposto. 71. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos recomenda que cada Estado pondere a oportunidade da elaboração de um plano de ação nacional que identifique os passos através dos quais esse Estado poderia melhorar a promoção e a proteção dos Direitos Humanos” (ONU, 1993).

Constituição Federal de 1988 ter tido como princípio eliminar a violência arbitrária do Estado e o desrespeito às garantias dos direitos fundamentais dos indivíduos e grupos sociais, a década de 1990 era demarcada, paradoxalmente, por processos políticos de transição do autoritarismo estatal para a democratização e permanentes violações dos direitos humanos no país. Sobre o novo quadro sociopolítico pós-redemocratização, Mesquita Neto (1997) avalia que:

A princípio, muitos esperavam que a instalação de um regime democrático fosse suficiente para limitar a incidência e o impacto das violações dos direitos humanos e da impunidade. Logo ficou claro, entretanto, que **a transição para a democracia diminuiu a incidência de um tipo de violações dos direitos humanos, aquelas cometidas contra adversários políticos, mas não diminuiu a incidência de violações de direitos humanos cometidas contra os cidadãos comuns, em particular, contra aqueles dos grupos mais vulneráveis da sociedade** [...] Aos poucos, ficou claro que a transição para a democracia era necessária, mas não suficiente, para limitar a incidência de violações dos direitos humanos e que a continuidade e o agravamento dessas violações num contexto de crise e reforma do Estado ameaçavam a confiança da população no Estado e nos dirigentes políticos e poderia ameaçar a consolidação do regime democrático no país. **Esta dependia da formulação e implementação de políticas e programas para proteção dos direitos humanos** (MESQUITA NETO, 1997, p. 3-4, grifo nosso).

Ao que parece, foi em torno de uma lógica de atuação que visava a formulação e implementação de políticas e programas para a proteção dos direitos humanos que Fernando Henrique Cardoso buscou estruturar seu projeto político logo que assumiu a Presidência da República, em 1995. O próprio FHC, em discurso realizado no dia 07 de setembro de 1995, destaca os objetivos da sua política de direitos humanos e luta pelas liberdades individuais e democratização do Brasil:

[...] hoje, 7 de setembro, é a nossa maior data. É uma data na qual nosso povo comemora, há 173 anos, a nossa história de luta pela liberdade. A luta pelo fim da escravidão antiga, a luta por eleições livres e limpas, a luta por uma Constituição que assegura os direitos, a luta pelos direitos do trabalhador, a luta contra o totalitarismo, tanto na Europa quanto no Brasil, a luta contra o autoritarismo, a luta pela restauração da democracia. Essa luta pela liberdade, essa luta que se confunde com a democracia, é uma luta incessante, é uma luta cotidiana, e nós conseguimos vitórias importantes. Nós estamos no Brasil construindo uma democracia verdadeira [...] E hoje há uma vontade imensa de participação. Hoje, nós estamos nos organizando, nós, eu digo, o Brasil todo, para que nós defendamos a natureza, para que nós defendamos o direito do consumidor, para continuar lutando contra a

corrupção, para defender os direitos do homem, da mulher, em todas as formas em que essa luta pela liberdade possa assumir um caráter de ampliação daqueles que por ela lutam, de participação mais ampla. Luta em defesa também da igualdade, que as diferenças de sexo e gênero não sejam impeditivas da realização dos potenciais da pessoa humana. A luta para o respeito nas diversas fases da vida, da criança até o mais idoso. A luta para que os portadores de deficiências físicas sejam tratados condignamente, como têm direito ao respeito. A luta contra a discriminação do índio, do negro, mormente agora que nós estamos, neste ano também, para comemorar os 300 anos de Zumbi, nós temos que afirmar com muito orgulho mesmo, a nossa condição de uma sociedade plurirracial e que tem muita satisfação de poder desfrutar esse privilégio de termos, entre nós, raças distintas, e de termos, também, tradições culturais distintas. Essa diversidade é que faz no mundo de hoje realmente a riqueza de um país. E agora, que nós estamos nos aproximando do século 21, essa luta pela liberdade e pela democracia tem um nome específico, chama-se “direitos humanos”. Esse é o novo nome da luta pela liberdade e pela democracia [...]”<sup>98</sup>.

Adorno (2010) acrescenta que, além do contexto internacional favorável aos direitos humanos, FHC incorporou definitivamente o tema na agenda política nacional como consequência do que já vinham tentando fazer os governos pós-redemocratização, mas, principalmente, pela própria composição que organizou o governo, com lideranças reconhecidas pela histórica militância na causa dos direitos humanos, como é o caso dos ex-ministros José Gregori e Paulo Sérgio Pinheiro. Entretanto, as forças e alianças políticas que sustentavam o governo FHC não eram integralmente favoráveis à agenda dos direitos humanos, principalmente no que diz respeito ao controle militar e as reparações das violações dos direitos humanos ocorridas na época da ditadura.

Um dos principais atores institucionais constituído no governo de FHC foi a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados Federais, em 1995, fruto da participação do Brasil na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Direitos Humanos de Viena, em 1993. A CDHM foi proposta a partir do Projeto de Resolução da Câmara nº 231/95 (BRASIL, 1995), do ex-Deputado Federal Nilmário Miranda – PT/MG, e tem como atribuições constitucionais e regimentais:

---

<sup>98</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/08/brasil/40.html>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

- a) receber, avaliar e investigar denúncias de violações de direitos humanos;
- b) discutir e votar propostas legislativas relativas à sua área temática;
- c) fiscalizar e acompanhar a execução de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos;
- d) colaborar com entidades não-governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;
- e) realizar pesquisas e estudos relativos à situação dos direitos humanos no Brasil e no mundo, inclusive para efeito de divulgação pública e fornecimento de subsídios para as demais Comissões da Casa;
- f) cuidar dos assuntos referentes às minorias étnicas e sociais (BRASIL, 1995, p. 3-4).

Ainda em 1995, ocorreu o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, na cidade de Curitiba/PR, e teve como principal resultado das atividades a constituição da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o objetivo de coordenar, em nível nacional, uma rede composta, à época, por 31 grupos<sup>99</sup> que tinham como missão lutar pela promoção da livre orientação sexual, liberdade, direitos humanos, justiça social, democracia, pluralidade e diversidade de gêneros. De acordo com o Estatuto Social da ABGLT, nos *Artigos 3º e 5º* do Capítulo I – *Da DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS*:

Art. 3º A missão da ABGLT é promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência em razão de sua orientação sexual e identidade de gênero.

Art. 5º Constitui finalidade precípua da ABGLT: ser um instrumento de expressão da luta 1) pela conquista dos direitos humanos plenos para todas as pessoas, inclusive aqueles relativos a sua orientação sexual ou identidade de gênero, sendo tais pessoas doravante denominadas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, e 2) contra quaisquer formas de preconceito e discriminação aos indivíduos acima citados, sejam elas individuais ou coletivas e de natureza social, política, jurídica, religiosa, cultural ou econômica, entre outras (ABGLT, 2013, p. 1).

---

<sup>99</sup> Atualmente, a ABGLT é uma rede nacional formada por 257 organizações afiliadas, sendo a maior rede LGBT na América Latina. Disponível em: <<https://www.abgl.org/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.



No campo da atuação política, a ABGLT tornou-se uma das principais entidades com pretensões para o gerenciamento de ações e redes de intercâmbio acerca das demandas voltadas aos direitos humanos de LGBT, passando a influenciar diretamente nas políticas públicas e fazer pressão aos parlamentares do legislativo brasileiro para a aprovação de leis que combatessem as violências contra homossexuais no país (PRADO; MACHADO, 2008). Já no que diz respeito à atuação governamental, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados Federais tornou-se uma referência importantíssima no processo de promoção e defesa dos direitos humanos no país, sobretudo por realizar, dentre outras atividades, as Conferências Nacionais de Direitos Humanos (CNDH), legitimando um espaço público de articulação política entre agentes estatais e a sociedade civil para discussões acerca da garantia dos direitos humanos no cenário brasileiro.

Como analisado por Avritzer (2012), desde os anos de 1940, quando ocorreu a primeira conferência nacional de saúde convocada pelo governo Vargas, as conferências nacionais se tornaram as mais abrangentes e importantes políticas participativas do país, sobretudo no que diz respeito aos processos de ampliação da participação social no ciclo das políticas públicas<sup>100</sup>.

No que diz respeito à violência contra homossexuais, as Conferências Nacionais de Direitos Humanos foram as principais arenas públicas que inauguraram a participação dos representantes da população LGBT nos processos de definição deste problema social como um problema público e político da agenda governamental brasileira, em especial no âmbito legislativo. Assim sendo, analisamos os relatórios das Conferências Nacionais de Direitos Humanos realizadas entre os anos de 1996 a 1999, período no qual se intensificaram as experiências coletivas na busca pela consolidação desta causa pública no país. Como complemento da investigação, analisamos, mais especificamente, os anais do I Seminário de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual organizado pela CDHM, em 1999, que visava discutir

---

<sup>100</sup> Embora o autor considere que o grande impulso das conferências nacionais em todas áreas ocorre depois de 2003, com a eleição do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

questões relativas à promoção e defesa dos direitos humanos e sexuais de LGBT, conjuntura que resultou na proposição do Projeto de Lei da Câmara 122/2006.

Para uma melhor compreensão das experiências coletivas que se organizaram em torno da construção e definição do problema social da homofobia nestas arenas públicas, no caso, as Conferências Nacionais de Direitos Humanos entre 1996 e 1999, bem como o I Seminário de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual da CDHM, agregamos às teorizações e métodos da Sociologia dos Problemas Públicos até aqui adotados a proposta metodológica de Souza (2011) acerca das conferências enquanto processos participativos no Brasil, particularmente no que diz respeito às peculiaridades organizacionais e conceituais frente a outros espaços públicos de participação, a exemplo dos conselhos, orçamentos e comitês.

Souza (2011), destaca que as conferências ganharam impulso no cenário brasileiro a partir da redemocratização do país, sobretudo em decorrência dos debates que tiveram como resultado a Constituição Federal de 1988. Entretanto, o termo tem sido utilizado de forma equivocada, na medida em que as definições são apresentadas de modo irrestrito, principalmente com base em informações disponibilizadas por órgãos oficiais, o que pode demandar impropriedades no processo de investigação. De modo geral, Souza conceitua as conferências como:

[...] processos participativos que reúnem, com certa periodicidade, representantes do Estado e da sociedade civil para a formulação de determinada política pública. Partindo destas intencionalidades, além do caráter de formulação e avaliação de ações estatais, percebe-se a intenção de trazer os diversos sujeitos políticos para a discussão no espaço público e de conectar esse mecanismo de participação com outros de um sistema participativo, como no caso dos conselhos. Ademais, é importante ressaltar que as conferências se constituem como processos participativos, não são apenas atividades ou eventos, pois em geral desenvolvem-se ao longo do tempo e não pontualmente. Além disso, têm diversas ações conectadas e há a intenção, declarada, de encaminhar as decisões geradas no processo de discussão (SOUZA, 2011, p. 198-199, grifo nosso).

Em síntese, os elementos caracterizadores das conferências “[...] constituem-se como uma etapa da formulação de políticas públicas em uma determinada área temática; reúnem sujeitos políticos diversos; conectam-se com outros mecanismos de participação; e desenvolvem-se como um processo participativo (SOUZA, 2011, p.

199). A preocupação metodológica do autor, no que diz respeito à singularidade conceitual e organizacional que configuram uma determinada conferência enquanto espaço público de participação política, visa evitar impulsos analíticos generalizantes e normativos acerca do fenômeno em si. É nesse sentido que buscamos agregar as análises propostas por Souza aos conceitos, teorias e métodos de investigação que utilizamos para a compreensão do objeto de estudo desta tese, ou seja, as conferências são vistas aqui como uma dentre muitas outras arenas públicas que foram constituídas historicamente a partir das interações entre vários indivíduos, grupos sociais, redes de advocacy e atores estatais no processo de definição, publicização e convencimento da homofobia como um problema público no Brasil.

Partindo dessas análises, investigamos as conferências com quatro interesses principais: (i) *Quais os objetivos das conferências?* (ii) *Quais os representantes da população LGBT estiveram presentes nas conferências?* (iii) *Quais os principais regimes de justificação utilizados nos debates em torno do problema da violência contra homossexuais?* (iv) *Quais as ações públicas anti-homofobia resultaram das conferências?*

No caso da **I Conferência Nacional de Direitos Humanos**, a proposta surgiu no I e II Fóruns das Comissões Legislativas de Direitos Humanos, realizados, respectivamente, em maio e novembro de 1995. Com ampla participação dos representantes das Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e outros órgãos dedicados aos direitos humanos, tinha-se o objetivo central de discutir e apresentar propostas para a constituição do I Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil (PNDH 1), como recomendado aos Estados que participaram da Conferência de Viena, em 1993, convocada pela ONU (CNDH, 1996).

O Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP)<sup>101</sup>, foi designado como o principal responsável pela elaboração do anteprojeto do Programa Nacional de Direitos Humanos, além da coordenação, entre novembro de 1995 a março de 1996, dos seminários regionais nas cidades de São Paulo, Rio

---

<sup>101</sup> “O Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV-USP) é um dos Núcleos de Apoio à Pesquisa (NAP) da Pró-Reitoria de Pesquisa Universidade de São Paulo (PRP-USP). Desde de 1987, o NEV-USP desenvolve pesquisas e forma pesquisadores por meio de uma abordagem interdisciplinar na discussão de temas relacionados à violência, democracia e direitos humanos”. Disponível em: < <http://nevusp.org/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

de Janeiro, Recife, Belém, Porto Alegre e Natal, com a participação de 210 entidades. A proposta era de que o PNDH 1 fosse construído através de amplos debates e da contribuição de vários setores da sociedade brasileira, principalmente as organizações não-governamentais, os centros de pesquisas e as universidades, tendo em vista o conhecimento técnico e político que os membros destas entidades possuíam acerca das várias demandas sociais e respectivas violações dos direitos humanos.

Nos dias 26 e 27 de abril de 1996, ocorreu a I Conferência Nacional de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, sob a coordenação do ex-deputado federal Hélio Bicudo, filiado ao PT/SP e presidente da CDHM na época. Os principais representantes da sociedade civil presentes na I CNDH foram o Fórum das Comissões Legislativas de Direitos Humanos; a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil Federal; o Movimento Nacional de Direitos Humanos; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; a Federação Nacional dos Jornalistas; o Instituto de Estudos Socioeconômicos; a Fundación Servicio Paz y Justicia e o Conselho Indigenista Missionário.

O ponto central da conferência era a discussão e avaliação do resultado dos seminários regionais, bem como do anteprojeto do PNDH 1. Conforme dados do relatório da I CNDH, ficou determinado que o PNDH 1 deveria contemplar oito áreas temáticas específicas para o desenvolvimento de ações governamentais programadas em curto, médio e longo prazo, no caso: **(i)** Grupo Crianças e Adolescentes; **(ii)** Justiça e Direitos Humanos; **(iii)** Segurança Pública e Direitos Humanos; **(iv)** Desenvolvimento e Direitos Humanos; **(v)** Sistema Penitenciário e Direitos Humanos; **(vi)** Segmentos vulneráveis e Direitos Humanos; **(vii)** Reforma Urbana e Direitos Humanos; **(viii)** Comunicação e Direitos Humanos. Além das Moções e denúncias de violações dos direitos humanos no país.

Estas sugestões decorreram da avaliação negativa feita pelos participantes da conferência acerca da ausência de ações específicas para os segmentos populacionais considerados mais vulneráveis, como consta no relatório:

A proposta do Plano examinada pela Conferência não contempla os grupos minoritários em suas questões específicas. Entendemos que existem questões e necessidades sociais que devem ser inseridas de forma mais específica no Plano, uma vez que, colocadas de forma genérica, não determinam garantias claras contra os abusos frequentemente cometidos. Sua redação final padece de questões de forma, o que conduz às vezes a imprecisão (CNDH, 1996, p. 15).

Os segmentos populacionais considerados mais vulneráveis pelos participantes da I CNDH foram definidos por questões de prioridades em relação ao quantitativo de ações propostas: **Mulheres** (15 ações programadas); **População Negra** (08 ações programadas); **Populações Indígenas** (22 ações programadas); **Estrangeiros, migrantes brasileiros e ciganos** (09 ações programadas) e **Homossexuais** (10 ações programadas). No que diz respeito ao “segmento homossexual”, as ações programadas foram:

- I. Implementar o programa nacional de prevenção à violência contra os homossexuais.
- II. Adotar mecanismos de coleta e divulgação de informações sobre a situação dos homossexuais e o problema da violência.
- III. Incentivar programas de orientação familiar com o objetivo de capacitar as famílias, principalmente pais e mães, no esclarecimento de questões ligadas à homossexualidade, e incentivar o apoio às crianças, adolescentes e jovens, prevenindo atitudes hostis e violentas.
- IV. Proteção aos homossexuais contra agressões e divulgações de ideias discriminatórias por quaisquer instituições, inclusive imprensa e outros meios de divulgação de informações.
- V. Propor emenda à Constituição Federal alterando os artigos 3º e 7º, para a inclusão do termo “orientação sexual”, bem como em todos os documentos legais que resguardem os direitos individuais e sociais.
- VI. Garantia aos homossexuais da plena capacidade jurídica que têm para assumir cargos em órgãos públicos, civis e militares, bem como apoiar a união civil entre pessoas do mesmo sexo.
- VII. Capacitar os profissionais de educação para promover a consciência da ética e da tolerância relativamente às diferenças individuais, através da destruição do estereótipo do homossexual.
- VIII. Promover o reconhecimento, o apoio e a defesa do homossexual, dentro dos diversos grupos sociais.
- IX. Promover campanhas contra a discriminação e incentivo ao reconhecimento das diferenças individuais, nos meios de comunicação de alcance nacional.
- X. Promover campanha junto aos profissionais de saúde para o esclarecimento relativo a conceitos ligados à homossexualidade (CNDH, 1996, p. 20-21).

Em meio aos dissensos em relação ao seu projeto político de governança, bem como das denúncias, no cenário nacional e internacional, de violações dos direitos humanos no país em decorrência de mais uma chacina, no caso, o Massacre de Eldorado do Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, onde dezenove trabalhadores rurais do Movimento Sem-terra (MST) foram assassinados pela polícia militar do município de Eldorado do Carajás/PA, Fernando Henrique Cardoso lançou, em 13 de maio de 1996, o **I Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil**, sendo este, na época, o primeiro programa para proteção e promoção de Direitos Humanos da América Latina e o terceiro no mundo (ADORNO, 1999; 2010; PINHEIRO; MESQUITA NETO, 1997).

O PNDH 1 foi sancionado por meio do Decreto de nº 1.904/96 (BRASIL, 1996) e ficou sob coordenação do Ministério da Justiça, com apoio dos órgãos da Administração Pública Federal e colaboração do Distrito Federal, Estados, Municípios e entidades privadas. Além de relatar um diagnóstico da situação dos direitos humanos no país, o decreto destaca os seguintes objetivos para o alcance da promoção e defesa desses direitos:

*Art. 2º O PNDH objetiva:*

I - a identificação dos principais obstáculos à promoção e defesa dos direitos humanos no País;

II - a execução, a curto, médio e longo prazos, de medidas de promoção e defesa desses direitos;

III - a implementação de atos e declarações internacionais, com a adesão brasileira, relacionados com direitos humanos;

IV - a redução de condutas e atos de violência, intolerância e discriminação, com reflexos na diminuição das desigualdades sociais;

V - a observância dos direitos e deveres previstos na Constituição, especialmente os dispostos em seu art. 5º;

VI - a plena realização da cidadania (BRASIL, 1996).

Embora ressalte a importância do reconhecimento integral e indissociável dos direitos civis e políticos; sociais, econômicos e culturais; bem como dos direitos coletivos para a garantia da cidadania, do ponto de vista sociojurídico, o Programa Nacional de Direitos Humanos 1 teve como foco central os direitos civis e políticos,

com base no que determina o *Art. 5º*<sup>102</sup> da Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos de 1966, ratificado pelo Brasil em 1992, como já destacado. Neste caso, o objetivo principal do PNDH 1 era promover ações estratégicas as quais garantissem o direito à vida, à liberdade e à igualdade perante a lei para todos os indivíduos, de modo que a integridade física e os espaços de cidadania individual e coletiva pudessem ser assegurados.

É no Programa Nacional de Direitos Humanos I que a vulnerabilidade da população LGBT passa a ser definida e reconhecida pela primeira vez num documento oficial do governo federal brasileiro para além das questões relacionadas à saúde, como consta no texto do PNDH 1 acerca do conceito de direitos humanos adotado pelo programa:

Os Direitos Humanos são os direitos de todos e devem ser protegidos em todos Estados e nações. Os assassinatos, as chacinas, o extermínio, os sequestros, o crime organizado, o tráfico de drogas e as mortes no trânsito não podem ser consideradas normais, especialmente em um Estado e em uma sociedade que se desejam modernos e democráticos. É preciso dizer não à banalização da violência e proteger a existência humana [...] Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, **homossexuais**, índios, idosos, portadores de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e migrantes, refugiados, portadores de HIV, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso à riqueza. Todos, enquanto pessoas, devem ser respeitados, e sua integridade física protegida e assegurada (BRASIL, 1996, p. 4, grifo nosso).

Entretanto, o PNDH 1 foi bastante criticado pela militância LGBT e pró-direitos humanos, pois não seguiu as recomendações feitas pelos conferencistas presentes na I CNDH no tocante às demandas da população LGBT. Essas críticas foram evidenciadas no relatório da **II Conferência Nacional de Direitos Humanos (CNDH, 1997)**, realizada nos dias 12 e 13 de maio de 1997, a qual contou com a participação de 252 entidades e tinha como objetivo principal avaliar o primeiro ano de implementação do PNDH 1.

---

<sup>102</sup> “Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 2017, p. 17).

É importante destacar que a população LGBT teve uma representatividade mais expressiva na II CNDH, em decorrência da Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República (SNDH/PR), criada na estrutura regimental do Ministério da Justiça, em abril de 1997, em substituição da Secretaria dos Direitos da Cidadania (SDC). A SDC tinha como objetivo principal a formulação, normatização e coordenação da política de defesa dos direitos da criança e do adolescente, bem como das pessoas portadoras de deficiência. Já a SNDH/PR, passou a coordenar, gerenciar e acompanhar todas as ações do PNDH, o que possibilitou a ampliação e participação mais específica de vários representantes da sociedade civil e agentes públicos na II CNDH, como foi o caso da ABGLT que representava, na época, cerca de 31 grupos pró-LGBT em todo o Brasil.

Dentre os associados da ABGLT, o Grupo Gay da Bahia, que estava sob a coordenação de Luiz Mott, foi escolhido nas conferências estaduais para representar a população LGBT na II Conferência Nacional de Direitos Humanos. Uma das primeiras críticas do GGB relacionava-se à baixa representatividade da população LGBT na conferência e outros espaços da política brasileira, um problema que foi atribuído ao medo da opressão, preconceito e violação dos direitos humanos pelo qual os homossexuais passavam na época, inclusive por parte de defensores dos direitos humanos no Brasil<sup>103</sup>, além das instituições religiosas e midiáticas. Entretanto, a crítica principal estava relacionada à contradição presente nas propostas pró-direitos humanos do governo FHC e a efetivação do PNDH 1, na medida em que a vulnerabilidade da população LGBT não havia sido especificamente incluída no amplo contexto de violações dos direitos humanos pelo qual passava o país, diferente dos demais grupos sociais considerados vulneráveis, ainda que estes, também, não tivessem tais políticas minimamente concretizadas, como enfatizado na fala do presidente do GGB, Luiz Mott:

---

<sup>103</sup> A exemplo do ex-Deputado Federal Hélio Bicudo, na época filiado ao Partido dos Trabalhadores de São Paulo, que se posicionava contrário ao Projeto de Lei nº 1.151/95 proposto pela ex-deputada federal Marta Suplicy. Por um lado, Hélio Bicudo pautava-se de princípios religiosos como crítica ao casamento homoafetivo por não poderem ter filhos naturais, caracterizando uma “pseudo família”. Por outro lado, entendia que o casamento homoafetivo era uma pauta da esquerda que descaracterizava o princípio de uma luta mais ampla contra exclusão social. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/6/30/opiniaao/9.html>>. Acesso em: 15 jul. 2018.



[...] o que peço, o que suplico, o que exijo é que vocês, que são lutadores pelos direitos humanos em geral, incluam os homossexuais na lista dos seres humanos, porque o próprio Programa Nacional de Direitos Humanos, que é um grande progresso em termos de legislação, em termos de posicionamento governamental, diz que os direitos humanos são direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais ou índios. Foi o primeiro documento oficial do governo em que se reconheceu a presença de cidadãos homossexuais. Os homossexuais são citados ali por duas vezes, e, não obstante, os que me precederam estão reclamando exatamente, com justiça e com justeza, que não saíram ainda do papel as propostas governamentais no campo dos direitos humanos em relação à população negra, aos índios e às demais minorias. Os homossexuais não foram objeto de uma proposta sequer no Programa Nacional do ano passado. A exigência nossa, com a solidariedade e com o apoio de vocês, é que sejam incluídas as nossas propostas, por questão de isonomia; não estamos pedindo privilégios, queremos simplesmente igualdade de direitos. Salientaria entre as ações prioritárias e mecanismos para a implantação do Programa Nacional de Direitos Humanos, primeiro — está no número três —, alterar os arts. 3º e 7º da Constituição Federal para incluir no texto constitucional a proibição da discriminação por orientação sexual. Infelizmente, na Constituinte, quando enxugaram o texto, foi excluída essa pequena expressão: "É proibido discriminar por sexo, religião, raça e por orientação sexual". **Nem queremos que proíbam discriminar homossexual, mas a orientação sexual. Orientações sexuais são três: heterossexual, bissexual e homossexual** (CNDH, 1997, p. 61-62, grifo nosso).

Como já destacamos, a base jurídica do PNDH 1 são os direitos civis e políticos. Assim sendo, a partir dessa ênfase, as **Propostas de Ações Governamentais** do programa foram elaboradas conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4 - Estrutura do Programa Nacional de Direitos Humanos I

(continua)

Eixos	Diretriz			Capítulos Específicos	
	Descrição	Objetivo Estratégico	Qtd. de Ações Programadas	Descrição	Qtde. de Ações Programadas
1 - Políticas Públicas para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos no Brasil	1 - Proteção do Direito à Vida	1 - Segurança das Pessoas	25	-	-
		2 - Luta contra a Impunidade	24	-	-
	2 - Proteção do Direito à Liberdade	1 - Liberdade de Expressão e Classificação Indicativa	6	-	-
		2 - Trabalho Forçado	5	-	-
		3 - Penas Privativas de Liberdade	17	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 4 - Estrutura do Programa Nacional de Direitos Humanos I

(conclusão)

Eixos	Diretriz			Capítulos Específicos	
	Descrição	Objetivo Estratégico	Qtd. de Ações Programadas	Descrição	Qtde. de Ações Programadas
2 - Proteção do Direito a Tratamento Igualitário Perante a Lei	1 - Direitos Humanos, Direitos de Todos	-	14	1 - Crianças e Adolescentes	23
				2 - Mulheres	13
				3 - População Negra	22
				4 - Sociedades Indígenas	14
				5 - Estrangeiros, Refugiados e Migrantes Brasileiros	6
				6 - Terceira Idade	6
				7 - Pessoas Portadoras de Deficiências	7
3 - Educação e Cidadania. Bases para uma Cultura de Direitos Humanos	1 - Produção e Distribuição de Informações e Conhecimento	-	7	-	-
	2 - Conscientização e Mobilização pelos Direitos Humanos	-	6	-	-
4 - Ações Internacionais para Proteção e Promoção dos Direitos Humanos	1 - Ratificação de Atos Internacionais	-	6	-	-
	2 - Implementação e Divulgação de Atos Internacionais	-	12	-	-
	3 - Apoio a Organizações e Operações de Defesa dos Direitos Humanos	-	8	-	-
	4 - Implementação e Monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos	-	-	1 - Implementação	5
		-	-	2 - Monitoramento	2

Fonte: Elaborado pelo autor

As críticas da militância LGBT ao PNDH 1 consistem, sobretudo, no **Eixo 02**, que trata da “*Proteção do direito a tratamento igualitário perante a lei*” e tem como única diretriz o reconhecimento dos “*direitos humanos como direito de todos*”, com 14 ações programadas. Apesar do programa incluir a população LGBT nas propostas de ações governamentais, reconhecendo que os direitos humanos são direitos

fundamentais, também, dos homossexuais, e, no **Eixo 01**, que trata das “*Políticas públicas para proteção e promoção dos direitos humanos no Brasil*”, determinar uma ação programada na DIRETRIZ 01 - *Proteção do direito à vida* – que visa “apoiar programas para prevenir a violência contra grupos em situação mais vulnerável, caso de crianças e adolescentes, idosos, mulheres, negros, indígenas, migrantes, trabalhadores sem-terra e homossexuais”, o PNDH 1 estabeleceu no **Eixo 02** sete capítulos específicos para as outras populações consideradas pelo programa como vulneráveis, atendendo às definições propostas pelos participantes da I CNDH, exceto no que diz respeito aos homossexuais.

Essa possível incoerência entre a efetivação do PNDH 1 e os processos de construção e de definição da violência contra homossexuais enquanto um problema público e da agenda governamental brasileira pelos participantes da I CNDH, demandou críticas do próprio Paulo Sérgio Pinheiro, ex-ministro dos Direitos Humanos de FHC:

[...] quero enfatizar que precisamos aprender a desagregar. Da mesma forma que temos de fazer uma microcobrança em cada nível da institucionalização do programa, temos de ter uma desagregação precisa dos seus objetivos. Cito aqui apenas um, algo sobre o que muitas vezes ficamos em silêncio, as violações contra os cidadãos brasileiros de orientação sexual diferenciada, a luta dos homossexuais e dos gays. O meu colega Eduardo Muylaert, secretário de Segurança Pública, em 1986, disse a frase que aqui quero repetir: “**Assassinato de homossexual é contagioso. Se esses crimes não são reprimidos imediatamente podem se transformar em epidemia**”. É preciso que não toleremos nichos de silêncio em relação a qualquer violação. Para isso, precisamos ser cada vez mais sofisticados e ter dados cada vez mais precisos (CNDH, 1997, p. 10, grifo nosso).

O resultado da participação da militância LGBT na II Conferência Nacional de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais foram duas moções aprovadas, sendo 01 de apoio ao Projeto de Lei 1151/95, da deputada Marta Suplicy, que estabelece a parceria civil registrada de casais homossexuais, e 01 de repúdio às declarações discriminatórias da Igreja Presbiteriana do Brasil, da Convenção Anual da Igreja Batista e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNDH, 1997, p. 140-141). Além disso, foram construídas 19 ações para definir a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros como um problema da agenda

governamental brasileira (Quadro 5), ampliando os processos de definição desta problemática constituídos na I CNDH.

Quadro 5 - Ações propostas na II CNDH para promoção e defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil

(continua)

Ação	Descrição
01	Adotar mecanismos de coleta e divulgação de informações sobre a situação dos homossexuais, particularmente sobre o problema da violência anti-homossexual.
02	Proteger os homossexuais contra agressões e divulgação de ideias discriminatórias, seja pela imprensa, igrejas ou quaisquer outros meios de divulgação e informação.
03	Apresentar proposta de emenda à Constituição alterando os artigos 3º e 7º, para inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual.
04	Garantir aos homossexuais a plena capacidade jurídica de assumir cargos em órgãos públicos civis, militares e no setor privado.
05	Implementar um programa nacional de prevenção da violência contra os gays, lésbicas e travestis, tornando obrigatório que nas estatísticas policiais haja sempre referência específica aos crimes perpetrados contra os homossexuais.
06	Propor a criação de uma fundação ou secretaria de governo dirigida aos homossexuais, como existe para as mulheres, negros e índios.
07	Apoiar a regulamentação da parceria civil registrada entre pessoas do mesmo sexo, por meio do Projeto de Lei 1151/95, em tramitação no Congresso Nacional.
08	Incentivar programas de orientação familiar e escolar com o objetivo de capacitar as famílias e professores no sentido de conferir às crianças e jovens homossexuais o respeito à sua livre orientação sexual, prevenindo atitudes hostis e violentas, inclusive o uso abusivo de terapias corretivas.
09	Incluir em todos os censos demográficos e pesquisas oficiais do governo quesitos relativos à orientação sexual dos brasileiros.
10	Incluir em todos os documentos oficiais e programas de direitos humanos a defesa da livre orientação sexual e da cidadania dos homossexuais, ao lado das demais minorias discriminadas.
11	Apoiar a produção de publicações de documentos científicos que contribuam para a divulgação de informações corretas e antidiscriminatórias contra os gays, lésbicas e travestis.

Fonte: CNDH, 1997, p. 86-87

Quadro 5 - Ações propostas na II CNDH para promoção e defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil

(conclusão)

Ação	Descrição
12	Estimular que os livros didáticos enfatizem que muitos personagens históricos célebres foram praticantes da homossexualidade, eliminando os estereótipos negativos contra esta minoria sexual.
13	Capacitar profissionais de educação para promoverem a consciência ética da tolerância das diferenças individuais através da destruição do estereótipo depreciativo dos homossexuais.
14	Promover o reconhecimento, o apoio e a defesa do homossexual dentro dos diversos grupos sociais.
15	Promover campanhas contra a discriminação (homofobia) e incentivo do reconhecimento das diferenças individuais nos meios de comunicação de alcance nacional.
16	Incentivar ações que contribuam para a preservação da memória e fomento à produção cultural e ao resgate da história da comunidade homossexual no Brasil.
17	Formular políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade homossexual.
18	Apoiar a criação de varas, promotorias e delegacias especializadas em crimes envolvendo os homossexuais como vítimas da homofobia.
19	Promover campanhas junto aos profissionais da saúde no tocante ao esclarecimento dos conceitos científicos e éticos ligados à homossexualidade.

Fonte: CNDH, 1997, p. 86-87

Na análise sobre a III e IV Conferências Nacionais dos Direitos Humanos, realizadas, respectivamente, em 1998 e 1999, identificamos que o ponto central dos debates empreendidos pelos representantes de LGBT era a ratificação das reclamações para fazer constar no Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil um programa de ações específicas acerca do problema da violência contra homossexuais no país. Entretanto, um dado novo aparece no relatório da III CNDH, ou seja, uma moção de apoio à proposta de emendas aditivas aos artigos 392, 393 e 394 do anteprojeto do Código Penal brasileiro, apresentada pelo Grupo Gay de Alagoas (GGAL), conforme destacado por Marcelo Nascimento, presidente do GGAL e principal representante da ABGLT na III CNDH:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Conferencistas, considerando que nos últimos trinta anos foram assassinados, no Brasil, mais de 1.300 homossexuais masculinos e femininos; considerando que recente relatório da Anistia Internacional coloca o Brasil na triste condição de campeão mundial de assassinatos de gays, lésbicas e travestis; considerando que pesquisas do Datafolha e da Agência Estado confirmam que de todas as minorias sociais os homossexuais são as principais vítimas de preconceito e discriminação, mais odiados do que negros, índios, judeus, mulheres e idosos; vimos recomendar que seja incorporado ao relatório do Grupo IV, entre as emendas constitucionais que necessitam de tramitação mais acelerada, a PEC nº 139/95, que proíbe a discriminação por orientação sexual na Constituição Federal. Outra sugestão nossa é no sentido de que se destaque a importância da inclusão das propostas aprovadas na II Conferência Nacional de Direitos Humanos, relativas aos direitos humanos de homossexuais, no Plano Nacional de Direitos Humanos, visando à consolidação do direito dos cidadãos homossexuais, já contemplado no relatório do Grupo cujo tema foi "Aperfeiçoamento e Implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos". Por último, quero dizer que o grupo do qual fiz parte sugeriu uma moção de apoio, da qual gostaria de fazer a leitura de um parágrafo: Considerando que os homossexuais devem ter os mesmos direitos de cidadania que os demais cidadãos brasileiros, através da presente moção, manifesto integral apoio os conferencistas - **à proposta de emendas aditivas aos artigos 392, 393 e 394 do Anteprojeto do Código Penal brasileiro, tipificando como crime contra a cidadania a discriminação por orientação sexual, pois a mesma proposta representa um passo fundamental na consolidação dos direitos humanos dos cidadãos homossexuais no Brasil.** Gostaria apenas de fazer um breve comentário a respeito da indiferença do Governo Federal em relação aos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis. Embora o Plano Nacional de Direitos Humanos tenha reconhecido que as populações são vulneráveis à violência e à discriminação, não consta daquele Plano, até a presente data, nenhuma medida, a curto, médio ou longo prazos, para coibir a violência contra a minoria homossexual. Faz-se, portanto, necessário que o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Direitos Humanos, inclua as 21 propostas sugeridas pela Conferência passada (CNDH, 1998, p. 52-53, grifo nosso).

As emendas aditivas propostas pelo GGAL resultaram de uma consulta pública da Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal – *Parte Especial* –, presidida pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Vicente Cernicchiaro, entre os meses de março a agosto de 1998. A comissão especial tinha como objetivo constituir tipologias e punições para os crimes, tendo em vista que no ano de 1984, quando houve a proposta de reformar o Código Penal brasileiro, discutiu-se apenas os conceitos de crimes e punições de modo genérico. A consulta recebeu mais de 500 propostas e várias questões sociais tornaram-se objeto de disputas político-jurídicas para criminalização e descriminalização, por exemplo, do aborto, da eutanásia, da bigamia e adultério, da pedofilia, do assédio sexual, da violação da intimidade, da improbidade administrativa, dentre outras.

As emendas propostas pelo GGAL visavam incluir o termo **orientação sexual** no Capítulo III do Anteprojeto do Código Penal – *Parte Especial*, que trata dos crimes contra a cidadania, como consta no documento (GRUPO GAY DE ALAGOAS, 1998, p. 2-3, grifo do autor):

V- Com o advento da oportuna e necessária reforma do arcaico e combalido Código Penal, nada mais oportuno do que tipificar como crime contra a cidadania, qualquer tipo de discriminação, proibição, restrição ou preconceito em **razão da livre orientação sexual das pessoas**.

VI – Por tudo isso é que apresentamos as seguintes sugestões à Comissão Revisora do Anteprojeto do Código Penal:

1 - Emenda aditiva ao artigo 392 do supramencionado anteprojeto:

Art. 392. Negar, impedir ou dificultar, por motivo de discriminação ou preconceito de raça, etnia, cor, sexo, **orientação sexual**, condição física ou social, religião ou origem, o livre exercício de direito ou garantia fundamental assegurados na Constituição: (Destacamos)

Omissis<sup>104</sup> .....

– Emenda aditiva ao artigo 393 do aludido anteprojeto:

Art. 393. Praticar, induzir, incitar a discriminação ou preconceito de religião, sexo, **orientação sexual**, raça, cor, etnia, condição física ou social ou origem (Destacamos)

Omissis.....

- Emenda aditiva ao artigo 394 do citado anteprojeto:

Art. 394. Organizar ou tentar associação, ou dela participar, com o fim de pregar a discriminação ou o preconceito de raça, etnia, cor, sexo, **orientação sexual**, condição física ou social, religião ou origem, que afete a estabilidade democrática ou a cidadania: (Destacamos)

Omissis.....

As emendas não foram aceitas, entretanto, o contexto sociopolítico e jurídico pelo qual passava o país, fez emergir novas condições sociais de possibilidade para a definição do problema social da homofobia como um problema do direito penal brasileiro. Neste caso, apesar das reclamações para fazer constar no Programa Nacional de Direitos Humanos do Brasil políticas públicas para a população LGBT, inaugurou-se no país uma militância que buscava caracterizar a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros como um crime. É

<sup>104</sup> Partes omitidas (expressão para indicar que, ao copiar um texto, omitiu-se alguma parte).

nessa conjuntura que o PLC 122/2006 é proposto, como discutiremos no próximo tópico.

#### **4.3 A consolidação da homofobia como um problema político no Brasil: das políticas públicas à pauta da criminalização**

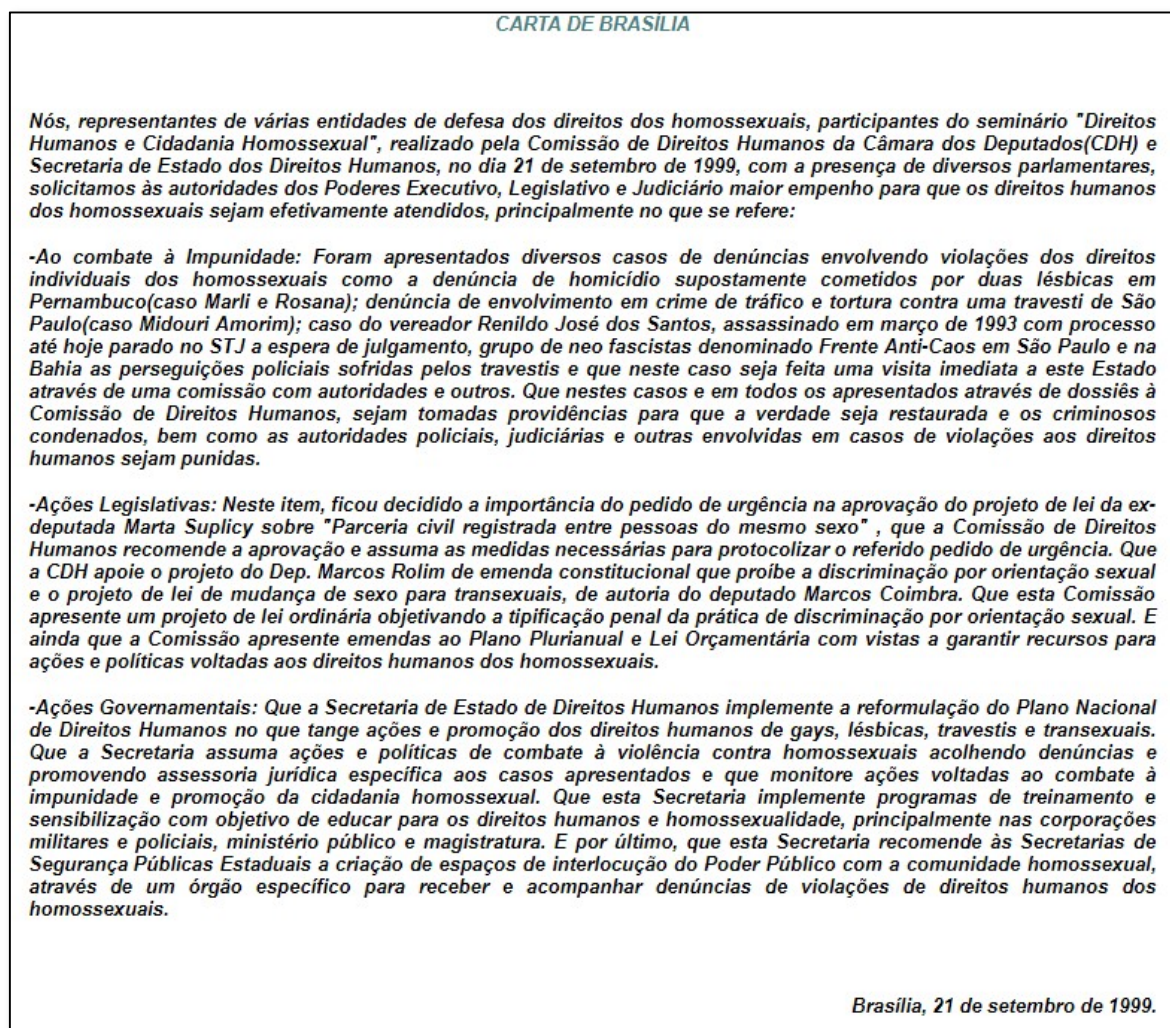
Concomitante e, como consequência, das ações pró-direitos humanos e políticas públicas de segurança desenvolvidas pelo Poder Executivo e Legislativo Federal brasileiro, ocorreu, no dia 21 de setembro de 1999, o **I Seminário de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual** (SDHCH) organizado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, em conjunto com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça e várias organizações representativas da população LGBT no país. Estavam presentes os coordenadores da ABGLT; do Grupo Arco-Íris de Conscientização de Homossexual/RJ; da Associação Goiana de Gays, Lésbicas e Travestis, do Grupo Corsa-Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor/SP, do Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores de São Paulo, do Núcleo de Gays e Lésbicas do Partido dos Trabalhadores de Goiás, do Grupo Gay da Bahia e, também, do Grupo Lésbico da Bahia, do Grupo Dignidade/RS, do Grupo Lésbico de Goiás e do Grupo Estruturação do Distrito Federal.

O seminário foi coordenado pelo então Deputado Federal Nilmário Miranda, filiado ao Partido dos Trabalhadores de Minas Gerais e Presidente da CDHM na época, bem como do Deputado Nelson Pellegrino, também filiado ao PT/BA e Vice-Presidente da CDHM. Além dos representantes das entidades LGBT, participaram do seminário a ex-Deputada Federal pelo Estado de São Paulo Marta Suplicy, o Procurador da República Aurélio Virgílio Rios, o diretor do Departamento de Direitos Humanos Ivair Augusto dos Santos, o representante da Rede Nacional de Direitos Humanos Raldo Augusto, o ex-Deputado Federal José Genoíno e o ex-Deputado Federal Fernando Gabeira.



Os principais objetivos do seminário eram: *(i)* denunciar os casos de violências; *(ii)* debater sobre os Direitos Humanos de cidadãos homossexuais no país e os aspectos jurídicos e legais que pudessem garantir o reconhecimento das homossexualidades e não-discriminação por orientação sexual; *(iii)* e propor ações afirmativas para esta população. Como resultado do seminário foi organizada a **Carta de Brasília** (Figura 18), ou seja, um documento com denúncias de violências e propostas para ações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no que diz respeito ao combate das violações dos Direitos Humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no Brasil.

Figura 18 - Carta de Brasília



Fonte: SDHCH, 1999

Entre várias questões que fundamentaram os debates do I Seminário de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual, algumas tornaram-se centrais nas falas dos representantes de LGBT, políticos e participantes do evento. Em primeiro lugar, destacamos as análises ao Programa Nacional de Direitos Humanos I, o qual, como já analisamos, apesar de recomendar o desenvolvimento de ações para consolidação dos Direitos Humanos e políticas públicas de segurança para homossexuais no país, foi bastante criticado pela superficialidade com a qual tratou as questões relacionadas à população LGBT, sobretudo no tocante aos efeitos práticos para o combate à violência, como destacado nas falas do Deputado Federal Nilmário Miranda e do Secretário-Geral da ABGLT Cláudio Nascimento:

O Programa Nacional dos Direitos Humanos não incorporou uma extensão adequada às demandas dos cidadãos homossexuais. A representação desses setores nos organismos colegiados do Estado não corresponde à amplitude de sua presença na sociedade. Esses são indicadores incontestáveis de que é preciso agirmos no sentido de garantir os valores democráticos em toda a extensão dos direitos humanos aos homossexuais (Nilmário Miranda)<sup>105</sup>.

É fundamental que o Executivo, pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, pelo Departamento de Direitos Humanos e por outras áreas, como os Ministérios da Educação e da Saúde, cada vez mais amplie ações de promoção dos direitos humanos. Nesse caso, posso destacar algumas ações importantes que já vêm acontecendo, principalmente realizadas pelo Ministério da Saúde, que há vários anos apoia o movimento homossexual em relação à prevenção da AIDS e à defesa dos direitos humanos. Há um ano estabelecemos parceria com a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, na pessoa do Dr. José Gregori, e com o Departamento de Direitos Humanos, na pessoa do Dr. Ivair Augusto da Silva. É fundamental que essa parceria seja ampliada, não só pela retórica, mas também por projetos e ações, para que, de fato, todas essas propostas aqui apresentadas possam ser executadas e efetivadas. Já estamos estabelecendo parceria com o Departamento de Direitos Humanos e esta participação aqui já é fruto dessa parceria. ***Ainda não nos sentimos contemplados com o Plano Nacional de Direitos Humanos***, conforme já nos pronunciamos publicamente e em audiências com o Dr. José Gregori e com o Ministro José Carlos Dias, ***pois sentimos que ainda não há propostas concretas de implementação de ações dos direitos humanos de homossexuais***. Buscamos implementar essas ações por intermédio do Dr. Ivair Augusto, mas, em relação ao Plano Nacional de Direitos Humanos, ainda não foi feita essa reformulação. Para nós, essa é uma questão fundamental, para que justamente possa servir como referência aos Estados e Municípios que estão estabelecendo seus planos estaduais e municipais de direitos humanos. No campo da sociedade civil organizada, é fundamental pensarmos e trabalharmos com uma visão pontual de direitos humanos. Sabemos que, em um primeiro momento, não alcançaremos tudo o que reivindicamos e apontamos como importante. Precisamos eleger prioridades. Então, a partir delas, poderemos estabelecer ações pontuais de

---

<sup>105</sup> (SDHCH, 1999, p. 2)

cobrança e de pressão aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Principalmente ao Poder Judiciário, porque, nos últimos anos, vem estabelecendo relação de total exclusão de defesa dos direitos dos homossexuais, haja vista que, por exemplo, o processo do Vereador Renildo José dos Santos, assassinado em 1993, em Coqueiro Seco, Alagoas, continua às moscas. Ele está no Supremo Tribunal de Justiça desde 1995, mas até hoje não houve nenhum tipo de julgamento: nem absolvição dos culpados, nem condenação. Isso é fruto de total displicência e homofobia da Justiça (Claúdio Nascimento)<sup>106</sup>.

Como explicado pela assessora do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)<sup>107</sup> Jussara de Goiás, também presente no seminário, até meados de 1998 o governo brasileiro não possuía qualquer rubrica com relação à questão de apoio aos gays, lésbicas e travestis na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na Lei Orçamentária Anual (LOA), tampouco no Plano Plurianual (PPA), situação que impossibilitava o desenvolvimento de ações mais pragmáticas e específicas no combate à violência contra homossexuais no Brasil. ***“Chegamos à conclusão de que nunca foi especificado no Orçamento que essa população existe”***, destaca Jussara (SDHCH, 1999, p. 16).

Entretanto, em consequência das articulações desenvolvidas pelo INESC desde a IV Conferência Nacional de Direitos Humanos – *realizada entre os dias 13 e 14 de maio de 1999 na Câmara dos Deputados Federais* –, sobretudo com os coordenadores da ABGLT, foi consolidada no I Seminário de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual uma proposta de modo a facilitar o desenvolvimento das ações governamentais para LGBT no país. A Deputada Federal Rita Camata, filiada ao PMDB do Espírito Santo e integrante da CDHM, apresentou uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias de nº 9.811, referente ao ano 2000, incluindo no *Artigo 2º do Capítulo I – Das prioridades e Metas da Administração Pública Federal* –, o inciso VI,

---

<sup>106</sup> (SDHCH, 1999, p. 7-8, grifo nosso)

<sup>107</sup> “O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública, criada em 1979. A ação do INESC orienta-se para ampliar a participação social em espaços de deliberação de políticas públicas. Em suas intervenções sociais utiliza o instrumental orçamentário como eixo estruturante do fortalecimento e da promoção da cidadania. Para ampliar o impacto de suas ações, o INESC atua em estreita parceria com outras organizações, movimentos e coletivos sociais. Tem como missão institucional contribuir para o aprimoramento dos processos democráticos visando à garantia dos direitos humanos, mediante o diálogo com o/a cidadão/ã e a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional e a consciência da sociedade”. Disponível em: < <http://www.inesc.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 12 out. 2017.

que visa “***promover os direitos de minorias vítimas de preconceito e discriminação***” (BRASIL, 1999b, p. 2).

Apesar de o termo “minorias” ter sido visto como problemático para a população LGBT, tendo em vista a pluralidade de demandas que acoplava (*negros, índios, mulheres, crianças, etc.*), retirando, conseqüentemente, questões relacionadas à homossexualidade das prioridades no campo das políticas públicas, a proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional e conseguiu garantir recursos financeiros para convênios e programas governamentais em âmbito federal que objetivavam combater os preconceitos e discriminações contra os homossexuais. Inclusive, isso permitiu a elaboração de metas mais específicas direcionadas à garantia dos Direitos Humanos e desenvolvimento de políticas de segurança pública para LGBT no PNDH 2.

Outra questão transversal aos problemas apontados no PNDH 1 era a necessidade de uma legislação que tipificasse como crime no âmbito penal os preconceitos e violências contra homossexuais, tendo em vista a negação do Ministério da Justiça às emendas propostas pelo GGB de alteração do Código Penal brasileiro. Além disso, os debates situavam-se em torno dos lentos encaminhamentos da Proposta de Emenda à Constituição Federal nº 67, de 30 de junho de 1999 (PEC 67/99), do Deputado Federal Marcos Rolim. Na realidade, a PEC 67/99 foi uma reapresentação da Proposta de Emenda à Constituição Federal Nº 139 apresentada pela ex-Deputada Federal Marta Suplicy em 1995 e arquivada em fevereiro de 1999.

Ambas tinham como objetivo alterar o *inciso IV do Artigo 3º* e *inciso XXX do Artigo 7º* da Constituição de 1988 para vedar a discriminação por orientação sexual e crença religiosa. Conforme o texto da Constituição de 1988, o *Artigo 3º, inciso IV* determina como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil: “***promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação***” (BRASIL, 2017, p. 15, grifo nosso), e o *Artigo 7º*, que trata do trabalho como um direito social, determina a “***proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil***” (BRASIL, 2017, p. 25, grifo nosso). Como consta no texto da PEC 67/99, que também foi arquivada em 2003, a nova redação proposta para os *Artigos* seria:

Art. 1º - É conferida nova redação ao Inciso IV do art. 3º da Constituição:

"Art. 3º: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, orientação sexual, crença religiosa, cor, idade e quaisquer outras formas negativas, de discriminação (NR)<sup>108</sup>".

Art. 2º - É conferida nova redação ao inciso XXX do art. 7º da Constituição:

"Art. 7º: XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, orientação sexual, crença religiosa, idade, cor ou estado civil (NR)" (BRASIL, 1999c).

As principais justificativas apresentadas nas PEC's 139/95 e 67/99 advinham da necessidade de ações dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiro que tivessem o comprometimento com a defesa dos direitos humanos com base em questões referentes à **orientação sexual**, tendo em vista que outros indivíduos e grupos sociais tidos como "minoritários" tinham demandas específicas protegidas constitucionalmente nos artigos citados. Nesse sentido, destacamos o terceiro ponto que fundamentou a maior parte dos debates no SDHCH, ou seja, a distinção conceitual entre os termos "sexo" e "**orientação sexual**" no que tange aos aspectos jurídicos e legais da orientação homossexual. Embora a Constituição Federal de 1988 determine como princípios fundamentais a promoção do bem de todos sem preconceitos de sexo, cobrava-se a aprovação das emendas constitucionais e/ou outras legislações em decorrência de entenderem que o termo "sexo", do ponto de vista etimológico, exclui juridicamente outras identidades de gênero, como é o caso das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, resumindo-se a noção de sexualidade à esfera biológica, no caso, sexo masculino e sexo feminino.

Essa questão foi debatida sobre a coordenação da ex-Deputada Federal Marta Suplicy e do Procurador da República do Distrito Federal Aurélio Virgílio Rios. O foco central nas discussões da ex-Deputada Marta era o Projeto de Lei Federal nº 1.151, que "**disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências**" (BRASIL, 1995b) no Código Civil Brasileiro. O projeto de parceria civil foi proposto no ano de 1995 à Comissão de Seguridade Social e Família, de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados Federais, nas quais foi discutido, arquivado e nunca votado no Plenário. Em 2011, Marta Suplicy retomou a discussão do casamento

---

<sup>108</sup> **NR** significa "nova redação" quando está entre parênteses no final de sentenças em textos de leis.

homoafetivo através do Projeto de Lei nº 612 proposto à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, o qual, até o momento de conclusão desta tese havia sido aprovado nas duas comissões em dezembro de 2017 e encaminhado à Câmara dos Deputados Federais para votação no Plenário.

No que diz respeito ao entendimento do termo “*orientação sexual*”, há uma defesa da noção de sexualidade enquanto uma dimensão da vida humana que se constrói sócio-culturalmente, sendo necessário, portanto, ações governamentais e jurídicas que considerem estas especificidades para a garantia do pleno exercício da cidadania dos homossexuais. Sobre isso, defende Marta Suplicy:

Vivemos numa sociedade que nos educa para a heterossexualidade. E não é só para a heterossexualidade. A pessoa é mais cidadão quando heterossexual, homem, branco e rico. Essa é a realidade da sociedade em que vivemos. E essa visão normatizadora, cristalizada da sexualidade impede que se veja o outro como pessoa singular, que se foi desenvolvendo como ser único e, a partir dessa consciência, foi tendo seu comportamento, sua orientação sexual para um lado ou para outro. Agora, quando se normatiza, cria-se comportamentos antagônicos: é o comportamento do homem, é o comportamento da mulher, do outro lado. E passa-se a não perceber que a sociedade não é feita dessa forma. São muitas as formas de ser e ***não existe a naturalização do jeito de ser***. Nós estereotipamos, mas as pessoas não se portam dessa forma [...] ***temos que conceituar um pouco o que é a homossexualidade***. A homossexualidade é a atração, o desejo, o encantamento, o amor por pessoa do mesmo sexo. E a homossexualidade sempre existiu; ela não é novidade de agora. E ela nunca foi aceita de forma homogênea. Tivemos séculos em que ela foi mais aceita; séculos em que foi bem aceita; séculos em que foi mais perseguida do que agora, e neste século, dos direitos humanos, as minorias estão organizadas, pela primeira vez, e os homossexuais organizados pela primeira vez. Ainda não fazemos passeatas com 1 milhão de pessoas, mas foi um êxito fazermos uma passeata em São Paulo com 20 mil pessoas. E sabem o que me emocionou mais na passeata? Foi olhar para os lados e ver famílias: via-se o pai, a mãe e o irmãozinho pequeno. E eles olhavam para seu familiar que estava ali desfilando. Nunca tinha visto isso antes aqui no Brasil. E fiquei muito orgulhosa de ver como ***as famílias, aos poucos, estão podendo apreciar a pessoa da família que tem orientação diferente***, para que essa não precise, então, ficar escondida [...] hoje, já existem pesquisas que apontam numa direção genética e, pelo menos, uma boa parcela na palavra opção. Para grande número de homossexuais, não se trata de opção, mas de um jeito de ser que não poderia ser diferente. Também temos muito claro de que há uma parcela que pode escolher, que pode apaixonar-se por um homem ou por uma mulher, e não temos a mais leve ideia do que faz uma pessoa ser bissexual. Agora, ***sabemos que as pessoas homossexuais são uma parcela da população que têm orientação sexual diferente e que, portanto, deve ter um tratamento de cidadania plena, de acordo com essas diferenças que têm em relação à maioria das pessoas*** (SDHCH, 1999, p. 9, grifo nosso).

Com relação ao Procurador da República Aurélio Virgílio Rios, há uma ratificação do posicionamento da ex-Deputada Marta Suplicy no tocante ao reconhecimento da sexualidade enquanto algo que não pertence a uma “essência” humana, sendo necessário o uso do termo “**orientação sexual**” na jurisprudência brasileira para a proibição contra todas as formas de discriminação e garantia de direitos, destacando que:

A razão para tanto estaria no fato de que a expressão orientação sexual designa atração sexual, quanto ao gênero, de uma pessoa por outra. A sua incorporação alargaria as hipóteses de proibição à discriminação, deixando sem argumento os que defendem a ideia de que a atual Constituição somente proíbe a discriminação contra pessoas do sexo masculino e o feminino. É necessário igualmente afastar a ideia, hoje ultrapassada, de que as pessoas escolhem, como livre opção, a sua sexualidade [...] é consenso para os estudiosos da sexualidade que a orientação sexual não é meramente uma opção, mas questão complexa, com fortes possibilidades da existência de predisposição genética, que seria concretizada ou não, a partir das relações familiares. As pessoas não escolhem, portanto, sua orientação sexual (SDHCH, 1999, p. 10).

Por outro lado, Aurélio Virgílio Rios considera desnecessária uma lei que tipifique no âmbito penal discriminação por orientação sexual, tendo em vista defender que o *Artigo 3º* da Constituição Federal de 1988 já garante esse tipo de proteção a qualquer cidadão brasileiro:

De fato, a Constituição Federal proíbe a discriminação em razão de origem, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Não se pode alegar que a declaração de direitos postas na Constituição, ao proibir a discriminação sexual, não desejasse a incluir a discriminação por orientação sexual. Tal objeção, se ainda feita, vem sendo totalmente superada pela hermenêutica jurídica, ainda mais quando não se admite interpretação restritiva em questões referentes aos direitos inalienáveis da pessoa humana. Nesse sentido, embora elogiável do ponto de vista político a proposta de emenda à constituição que venha incluir na vedação a discriminação a expressão a orientação sexual como espécie do gênero discriminação sexual, a jurisprudência dela não precisa para fixar o conceito de que toda a forma de discriminação por orientação sexual é vedada pela Constituição Federal [...] O que acho pouco produtivo é criar tipos penais como "matar um homossexual" — *gay, lésbica ou travesti* — ou "submeter um homossexual à tortura". Não é necessário isso. Para que haja punição efetiva de quem tortura, de quem mata, não precisa haver um tipo penal específico, do mesmo modo que não precisa haver a tipificação de genocídio específico de índios, de judeus, de palestinos. Basta dizer "matar um grupo étnico com a intenção de exterminá-lo". Então, é esta a ideia. Se o Código Penal fala "matar

alguém", não é necessário dizer mais nada. É claro que a luta contra a impunidade ou a luta para fazer com que as instituições funcionem, nesse caso, é muito difícil [...] O que quero dizer é que já temos na nossa malha legislativa, que não é pequena, lei para todo tipo de conduta possível e imaginável [...], mas o que precisamos fazer é tornar efetivas essas leis. Então, mais do que lutar para a criação de novos tipos penais, o que me interessa mais é que os velhos tipos, como homicídio e lesões corporais, que são definidos no Código Penal como delitos graves, sejam punidos. Hoje não me preocupa tanto tentar aperfeiçoar o modelo, mas fazer com que ele funcione minimamente. O minimamente que digo é o quê? É, por exemplo, quem for vítima, não importa sob que orientação sexual, poder ir à delegacia de polícia, registrar esse fato, isso constar de um inquérito policial, esse inquérito policial resultar em um relatório, as provas serem produzidas satisfatoriamente, para que o promotor seja obrigado a denunciar o criminoso, e para que o juiz o condene com base nas provas. Dentro dessa questão do Direito Penal, não precisamos de novos tipos (SDHCH, 1999, p. 11-15).

Esse posicionamento demandou amplas contestações, sobretudo por parte dos coordenadores das organizações representativas da população LGBT:

Eu sou Midori, do Grupo CORSA, de São Paulo, e da RENATA, de São Paulo. RENATA é Rede Nacional de Travestis. Queremos que a discriminação aos homossexuais seja uma conduta tipificada como crime. Também acho horrroso ouvir o senhor dizer que isso não é necessário. É necessário, sim. ***Os negros conseguiram que se proibisse a discriminação racial. Só que eles não conseguiram criminalizar a conduta. Não há uma lei que permita a punição de quem discrimina os negros*** [...] quanto a se criar uma delegacia específica para gays, lésbicas e travestis, ou então estabelecesse um percentual de vagas na Câmara dos Deputados para Deputados homossexuais, não quero guetos; quero apenas que os Srs. Deputados, que são eleitos por nós, gays, travestis, lésbicas, façam leis que sejam em nosso favor também. Já passamos dessa ideia de guetos. Não queremos mais estar em guetos em que travesti vai resolver problema de travesti, gay vai resolver problema de gay, e o resto da sociedade se isenta disso; inclusive aqueles que são eleitos por nós também (SDHCH, 1999, p. 15, grifo nosso).

Na realidade, há um equívoco na fala de Midori Amorim, pois a legislação brasileira criminaliza o racismo desde 05 de janeiro de 1989, por meio da Lei nº 7.716 (BRASIL, 1989). Inclusive, é nesta lei que se propôs a inclusão da tipificação do crime de discriminação e violência por orientação sexual. Em 03 de julho 1951, foi sancionada no Brasil a Lei nº 1.390, de autoria do jurista e Deputado Federal pelo Estado de Minas Gerais, no período de 1947 a 1958, Afonso Arinos de Melo Franco. A lei que possui o mesmo nome do proponente – *Lei Afonso Arinos* –, inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor,



entretanto, na prática, não havia punições para os casos de discriminação racial, o que ocorreu a partir da reformulação com a Lei 7.716/89, proposta pelo jornalista e ex-Deputado Federal Carlos Alberto Caó na Assembleia Nacional Constituinte. A Lei 7.716/89, também conhecida como Lei Caó, determina que: “*serão punidos, na forma desta Lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional*”, com variações de penas entre um a cinco anos, conforme os *Artigos* da Lei (BRASIL, 1989).

Como consequência dessas disputas políticas e jurídicas no seminário, houve uma proposta de tipificação do crime de discriminação e violência por orientação sexual no Código Penal Brasileiro. O Deputado Federal Nilmário Miranda acatou as sugestões aprovadas pelos participantes e propôs o Projeto de Lei nº 1904, de 1999. O referido Projeto de Lei, apresentado ao Plenário do Congresso Nacional no dia 20 de outubro de 1999, visava alterar a Lei nº 7.716/89 para incluir a criminalização dos preconceitos e violências contra homossexuais, tendo como principal justificativa:

Os homossexuais na sociedade brasileira sofrem todo tipo de discriminação e preconceito, representando hoje um dos setores mais vitimizados. As estatísticas demonstram que cresce o número de crimes contra os homossexuais como assassinatos, tortura, maus-tratos, lesões corporais etc. Também são numerosos os casos de ação de grupos de extermínio e de violência policial contra essas pessoas. As cidades que registram maior número de violações são Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Goiânia. No entanto, a violação mais comum aos homossexuais é a discriminação e o preconceito que acontecem cotidianamente nos locais públicos e instituições. Recentemente, foi instalado no Rio de Janeiro um disque-denúncia de violações contra os homossexuais, registrando cerca de 60 denúncias de discriminação por dia, somente nos primeiros dias de funcionamento. Os gays, lésbicas, travestis e transexuais enfrentam humilhações, intolerância e os mais diversos preconceitos. Porém, quando chegam a denunciar tais condutas nada é feito pelas instituições judiciárias. Na própria delegacia de polícia essas ações delituosas, quando registradas, sequer são averiguadas, sob a alegação de que não há o tipo penal de discriminação por orientação sexual. Assim não originam inquéritos nem mesmo ação penal. A Constituição Federal dispõe sobre a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Há também dispositivos que asseguram o direito à intimidade e à vida privada. No entanto, ***é mister que se tenha no ordenamento jurídico a previsão para a discriminação por orientação sexual, da mesma forma que já existe essa conduta tipificada como delituosa para o racismo.*** No dia 21 de setembro de 1999, foi realizado na Comissão de Direitos Humanos desta Casa Legislativa um seminário com a presença de diversas entidades de defesa dos direitos humanos dos homossexuais. Após um dia inteiro de debate com juristas e deputados, ficou deliberado que esta Comissão ingressaria com um projeto de lei tipificando o crime de discriminação por orientação sexual. Optamos assim, em alterar a lei 7.716/89 que define os

crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, ao invés de criar nova lei ordinária para a tipificação penal de preconceito por orientação sexual, uma vez que há grande semelhança nas condutas discriminatórias. Em face do exposto, conclamo os nobres colegas a apoiarem a presente iniciativa, na certeza de que estarão contribuindo para acabar com a discriminação e o preconceito contra os homossexuais (BRASIL, 1999, p. 1-2, grifo nosso).

No dia 15 de dezembro de 1999, o PL 1904/99 foi designado para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e teve como relator o Deputado Federal Marcos Rolim, filiado ao PT do Rio Grande do Sul. O PL 1904/99 tinha como proposta incluir o termo “orientação sexual” na redação do texto da Lei nº 7.716/89, que determina, no *Artigo 1º*: “*serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional*” (BRASIL, 1989).

Com o objetivo de ampliar a proteção da lei, também, para as mulheres, o relator acrescentou o termo “*gênero*” no *Apenso* do PL 1.904/99, de nº 2.367/2000 (BRASIL, 2000). Deste modo, o texto proposto para o *Artigo 1º* da Lei nº 7.716/89 passou a ser: “*serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, gênero ou orientação sexual (NR)*” (BRASIL, 2000), tendo recebido parecer favorável da relatoria no dia 23 de janeiro de 2001, com a seguinte justificativa do relator Marcos Rolin:

Os projetos em exame buscam tipificar a conduta consistente em discriminação ou preconceito decorrente de orientação sexual. As justificações apontam para as violações de direitos praticadas contra as mulheres e os homossexuais e que não são punidas pela ausência de legislação a esse respeito [...] A igualdade de todos perante a lei, a dignidade e a honra do ser humano são princípios consagrados entre os direitos e garantias individuais contidos no art. 5º de nossa Carta Magna. Não se justifica que a legislação, ao contemplar a discriminação e o preconceito de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, deixe de incluir o gênero e a orientação sexual [...] O direito deve atentar para os fenômenos sociais, sob pena de descumprir a sua finalidade. O direito é fato social, já nos ensina o mestre Récaassens Siches, em seu “Tratado de Sociologia Jurídica”. A proposição, sem dúvida, vem ao encontro dos anseios da sociedade, ao resguardar a dignidade humana daqueles que adotam orientação sexual diversa da maioria, bem como das mulheres. Quanto à técnica legislativa, o Projeto principal utiliza a expressão “e dá outras providências”, e, além de não indicar quais seriam, circunscreve-se em alterar o art. 1º da Lei 7.716/89, conflitando com a Lei Complementar nº 95/98. Para sanar esses vícios e inserir, expressamente, a tipificação pela discriminação contra a mulher e

orientação sexual, prevista na proposição apensada, é que apresentamos o substitutivo em anexo. Em face desses argumentos, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 1.904/99, com as alterações propostas. No mérito, somos pela sua aprovação, na forma do Substitutivo em anexo (BRASIL, 2000, p. 6-21).

Entretanto, o PL 1904/99 não chegou a ser votado e foi arquivado no dia 31 de janeiro de 2003 pela Mesa Diretora, conforme os termos do *Artigo* 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados Federais<sup>109</sup>. Apesar do arquivamento do projeto de lei, o I Seminário de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual pode ser considerado uma das principais arenas públicas no campo do Poder Legislativo brasileiro que conseguiu aprovar de forma efetiva ações para os LGBT no tocante ao problema específico da violência na época.

Por outro lado, no dia 06 de fevereiro de 2000, na cidade de São Paulo/SP, ocorreu um crime que parecia ir de encontro ao cenário de luta pela democratização de direitos e proteção da população LGBT no país. O adestrador de cães Edson Nérís da Silva foi brutalmente espancado e assassinado com socos e pontapés por cerca de 30 jovens *skinheads* associados a movimentos neonazistas e de extrema-direita, os “Carecas do ABC” - *que defendiam a família heterossexual e monogâmica como padrão de moralidade, considerando a homossexualidade como uma ameaça à família, à pátria e aos valores cristãos* (ALMEIDA, 2012) -, pelo fato de passear de mãos dadas com Dario Pereira Netto, como relatado na matéria “**Skinheads espancam e matam homem em São Paulo**”, publicada no dia 06 de fevereiro de 2000 no jornal Folha Online:

O adestrador de cães Edson Nérís da Silva, 35, morreu na madrugada deste domingo (6), depois de ter sido espancado por uma gangue de *skinheads* na praça da República (zona central de São Paulo). Segundo o depoimento de Dario Pereira Netto, 34, que passava com Silva pelo local por volta da meia-

---

<sup>109</sup> Art. 105. Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles, salvo as: I – com pareceres favoráveis de todas as Comissões; II – já aprovadas em turno único, em primeiro ou segundo turno; III – que tenham tramitado pelo Senado, ou dele originárias; IV – de iniciativa popular; V – de iniciativa de outro Poder ou do Procurador-Geral da República. Parágrafo único. A proposição poderá ser desarquivada mediante requerimento do Autor, ou Autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente, retomando a tramitação desde o estágio em que se encontrava (BRASIL, 2011, p. 87-88).

noite, um grupo de 30 jovens carecas e vestidos com roupas pretas se aproximou deles. A filosofia skinhead prega o repúdio, entre outras coisas, às pessoas gays, lésbicas e simpatizantes. A perseguição teria ocorrido pelo fato dos dois serem considerados homossexuais. Pressentindo que seriam abordados pela gangue, Silva e Netto saíram correndo em direções opostas. Netto foi agredido, mas conseguiu escapar. Silva foi alcançado pelos skinheads. Duas testemunhas, que preferem não se identificar, dizem que a agressão contra Silva durou cerca de 20 minutos. “Tudo que se ouvia era o barulho dos socos”, afirma uma testemunha. “Depois que terminaram, o grupo foi embora, andando tranquilamente.” A testemunha avisou à polícia, que encaminhou Silva para a Santa Casa de Misericórdia, onde ele já chegou morto<sup>110</sup>.

O assassinato de Edson Nérís foi o primeiro caso de morte contra homossexuais com ampla repercussão nos vários noticiários da imprensa brasileira, manchetes de jornais, revistas, bem como órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos (Figura 19) que cobravam legislações específicas e políticas públicas de segurança para a população LGBT no país (RETAMERO, 2010). Um ponto central nos debates era a falta de uma tipologia criminal no direito brasileiro que configurasse os crimes contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros como doloso, levando à condenação penal dos acusados.

De acordo com Cymbalista (2017), no campo jurídico, cobrava-se, por um lado, que os acusados fossem julgados por crime de ódio, ou seja, “*um crime que nega o direito de existência do outro*” (Op. cit, p. 24), e, por outro, por linchamento, situação que poderia reduzir o tempo de condenação, tendo em vista que o crime seria julgado como um ato de violência coletiva. Na imprensa chegou-se a relacionar o crime ao racismo<sup>111</sup>, contudo a militância LGBT exigia que este fosse reconhecido como um crime motivado especificamente por preconceito contra a homossexualidade. Inclusive, apesar de o promotor Marcelo Milani ter oferecido denúncia com base em crime de ódio, dentre os 30 acusados apenas dois foram condenados em 2001, mas por homicídio triplamente qualificado e formação de quadrilha, exatamente pela inexistência de uma tipologia criminal na época.

---

<sup>110</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ult06022000049.htm>>. Acesso em 20 nov. 2017.

<sup>111</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0802200019.htm>>. Acesso em 20 nov. 2017.

Figura 19 - Denúncia do caso Edson Nérís da Silva na Amnistia Internacional Portugal



«La homofobia mata». Vigilia de homenaje a Edson Neris Da Silva en el lugar de São Paulo, Brasil, donde un grupo de cabezas rapadas lo mató de una paliza en febrero del 2000. Los activistas brasileños de los derechos de los gays, lesbianas, bisexuales y transexuales denuncian que no se investigan las agresiones y asesinatos de carácter homófobo. La condena de dos cabezas rapadas en febrero del 2001 por el ataque contra Edson Da Silva supuso un importante cambio en esta constante de impunidad.

© AFP

Por outro lado, essa situação fortaleceu as ações políticas da militância LGBT no país, agregando grupos de interesse e pressão na luta pela construção da homofobia como um problema político da agenda governamental brasileira. A ampla visibilidade e mobilizações em torno do assassinato de Edson Neris decorria, na realidade, de um contexto de luta política ligeiramente favorável aos direitos sexuais e humanos de LGBT. Cymbalista (2017), assinala que:

Em paralelo às repercussões na justiça, o crime produziu também impactos no movimento LGBT. A virada do século era um momento de mudança no patamar de visibilidade dos grupos LGBT em São Paulo. Em 28 de junho de 1996, os grupos de luta pela diversidade sexual fizeram uma demonstração na praça Roosevelt marcando o aniversário da revolta da Stonewall e a partir do ano seguinte colocaram em curso a célebre Parada LGBT de São Paulo. No ano 2000, a parada gigantesca já estava se anunciando: de cerca de 2 mil pessoas em 1997, 8 mil em 1998, para 35 mil em 1999. Em 1999, havia sido criada a Associação da Parada do Orgulho LGBT, para dar conta da estrutura cada vez mais complexa que a manifestação exigia e formalizar suas relações com o poder público. Por volta da época do assassinato de Edson Neris, a organização da Parada decidia torná-la um evento de grande porte. Com o apoio de profissionais do turismo e do marketing, decidiu-se transferir a data do simbólico 28 de junho (data do levante de Stonewall) para o domingo do feriado de Corpus Christi, dando possibilidade de o público de outras cidades ir a São Paulo. A estratégia deu resultado, e em 2000 a Parada teve cerca de 100 mil participantes. Multiplicavam-se os grupos de ativistas; apareciam na mídia colunas e publicações destinadas ao público LGBT; o Festival Mix Brasil de diversidade sexual amadurecia; começava-se a falar do poder do público consumidor LGBT; a epidemia de AIDS passava para uma etapa menos aterrorizante com a criação de tratamento com o coquetel anti-HIV, que passou a ser oferecido pelo SUS. Assim, ampliava-se rapidamente em São Paulo a visibilidade pública da diversidade sexual, para além dos círculos de ativistas. Era, portanto, o momento de reivindicação de um memorial e de uma presença mais incidente no espaço público. Por todas essas razões, e também pela localização central do crime, o assassinato de Edson Neris não submergiu como o de tantos outros que morreram pelos mesmos motivos (CYMBALISTA, 2017, p. 24-25).

No campo legislativo, várias propostas de mudança na Lei nº 7.716/89 foram (re)apresentadas à Câmara dos Deputados Federais, além de outras que não visavam criminalizar as práticas de violências por orientação sexual, mas faziam menção ao problema em outras áreas (Quadro 6).

Quadro 6 - Legislações anti-homofobia: 1998 – 2006

(continua)

Ordem	Identificação	Autor	Apresentação	Ementa	Situação
1	PEC 139/1995	Marta Suplicy - PT/SP	28/06/1995	Altera os artigos terceiro e sétimo da Constituição Federal. Explicação: incluindo a liberdade de orientação sexual dentre os objetivos de promover o bem de todos sem preconceitos, nos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, alterando a Constituição Federal de 1988.	Arquivada
2	PL 2252/1996	Marta Suplicy - PT/SP	07/08/1996	Constitui crime qualquer forma de discriminação em virtude de raça, cor, sexo, orientação sexual, origem, condição social, idade, deficiência e outras formas de discriminação para uso das entradas e elevadores de prédios públicos ou particulares, comerciais, industriais e residencial.	Tramitando em Conjunto
3	PL 1904/1999	Nilmário Miranda - PT/MG	20/10/1999	Altera o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "Define os Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor" e dá outras providências. Explicação: Define também como crime, a discriminação ou preconceito de etnia, religião, procedência nacional ou orientação sexual.	Arquivada
4	PL 2367/2000	Vicente Caropreso - PSDB/SC	27/01/2000	Altera o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor", para incluir os de gênero e de opção sexual.	Arquivada
5	PL 5003/2001	Iara Bernardi - PT/SP	07/08/2001	Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas	Arquivado
6	PL 5452/2001	Iara Bernardi - PT/SP	27/09/2001	Altera a Lei nº 5.473, de 10 de julho de 1968, que "regula o provimento de cargos sujeitos à seleção". Explicação: Proíbe a discriminação ou preconceito decorrentes de raça, cor, etnia, religião, sexo ou orientação sexual, para o provimento de cargos sujeitos a seleção para os quadros do funcionalismo público e das empresas privadas.	Tramitando em Conjunto

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 6 - Legislações anti-homofobia: 1998 – 2006

(continuação)

Ordem	Identificação	Autor	Apresentação	Ementa	Situação
7	PL 6186/2002	Nair Xavier Lobo - GO	28/02/2002	Modifica a redação do art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Explicação: Inclui como crime a discriminação ou preconceito contra a orientação sexual.	Arquivada
8	PL 6840/2002	COMBATE À VIOLÊNCIA	22/05/2002	Proíbe a inclusão de cláusulas discriminatórias quanto à orientação sexual do candidato, em editais para a prestação de concursos públicos.	Tramitando em Conjunto
9	PL 5/2003	Iara Bernardi - PT/SP	18/02/2003	Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o § 3º do art. 140 do Código Penal, para incluir a punição por discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.	Arquivada
10	PL 287/2003	Laura Carneiro - PFL/RJ	11/03/2003	Dispõe sobre o crime de rejeição de doadores de sangue resultante de preconceito por orientação sexual. Explicação: Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989.	Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN)
11	PL 2726/2003	Dra. Clair - PT/PR	10/12/2003	Altera a Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho, e dá outras providências. Explicação: Proíbe a discriminação por orientação sexual, doença, propositura de ação trabalhista, atividade sindical, política ou partidária, que limite o acesso ou a manutenção do emprego.	Tramitando em Conjunto
12	PL 3143/2004	Laura Carneiro - PFL/RJ	16/03/2004	Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. Explicação: Inclui os crimes resultantes de preconceito de sexo ou orientação sexual.	Arquivada

Fonte: Elaborado pelo autor



Quadro 6 - Legislações anti-homofobia: 1998 – 2006

(conclusão)					
Ordem	Identificação	Autor	Apresentação	Ementa	Situação
13	PL 3817/2004	Maninha - PT/DF	16/06/2004	Estabelece como crime hediondo o cometido contra homossexuais em razão de sua orientação sexual. Explicação: Altera a Lei nº 8.072, de 1990.	Arquivada
14	PL 4243/2004	Edson Duarte - PV/BA	07/10/2004	Estabelece o crime de preconceito por orientação sexual, alterando a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Explicação: Inclui o crime resultante de preconceito ou discriminação em razão da orientação sexual. Altera a Lei nº 9.459, de 1997.	Arquivada
15	PL 7052/2006	Iara Bernardi - PT/SP	17/05/2006	Institui o Dia Nacional de Combate à Homofobia	Arquivada

Fonte: Elaborado pelo autor

Dentre as PEC's e PL's apresentados, o Projeto de Lei nº 5003/2001, proposto pela ex-Deputada Federal Iara Bernardi do PT/SP, em 07 de agosto de 2001, tinha como objetivo *“determinar sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas”* (BRASIL, 2001). O projeto tramitou na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) até 2003 quando foi arquivado. No período, o relator designado foi o ex-Deputado Federal Bispo Rodrigues, filiado ao Partido Liberal do Rio de Janeiro, o qual não fez qualquer tipo manifestação ao projeto e o devolveu para o arquivamento.

Já em 26 de junho de 2003, aconteceu na Câmara dos Deputados, sob a coordenação da Comissão de Direitos Humanos e a Ouvidoria Parlamentar da

Câmara dos Deputados Federais, o *Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*<sup>112</sup>.

Durante o evento, que contou com a participação de vários Deputados e representantes da militância LGBT no país, foram debatidos os projetos em tramitação no Congresso Nacional de interesse dos GLBTT, como por exemplo, o PL 1151/95 que trata sobre a união civil de homossexuais, proposto pela ex-Deputada Marta Suplicy, além das propostas apresentadas pelos participantes, no caso, a alteração do nome e do sexo no registro civil; a cirurgia genital para transexuais; adoção de crianças por casais homossexuais; e, conseqüentemente, o Projeto de Lei 5003/2001.

Entretanto, o principal resultado do seminário foi a criação de uma Frente Parlamentar para a aprovação dos projetos de defesa dos homossexuais, com foco central em políticas e legislações que visem à penalização de condutas discriminatórias. No regimento<sup>113</sup>, constituído em setembro de 2003, a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual se autodeclara de caráter suprapartidário, com o objetivo de agregar todos os parlamentares comprometidos com os direitos humanos e com o combate à discriminação e ao preconceito de todos os tipos. A principal meta da Frente Parlamentar era propor e executar ações de combate à homofobia no Brasil, bem como articular a apresentação e aprovação de proposições legislativas de interesse da comunidade de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais brasileiros. Os principais parlamentares responsáveis pela coordenação de projetos desenvolvidos pela Frente Parlamentar no início da formação foram: Deputada Iara Bernardi – PT/SP, Deputado Luciano Zica – PT/SP, Deputada Laura Carneiro – PFL/RJ, Deputada Fátima Bezerra – PT/RN, Deputada Maninha – PSOL/DF e Deputada Maria do Rosário – PT/RS.

A Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual possibilitou a retomada das discussões do Projeto de Lei da Câmara 5003/2001 proposto pela Deputada Iara Bernardi, que apresentou *Requerimento de Desarquivamento de Proposições* no dia

---

<sup>112</sup> Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/33103-SEMINARIO-DISCUTE-DIREITOS-DE-HOMOSSEXUAIS.html>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

<sup>113</sup> Disponível em: <[http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ktk5YKag-f4J:paroutudo.com/colunas/avulsas/termo\\_adesao.doc+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:ktk5YKag-f4J:paroutudo.com/colunas/avulsas/termo_adesao.doc+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br)>. Acesso em: 19 dez. 2017.

18 de fevereiro de 2003. Conforme tramitação do PL no site da Câmara dos Deputados Federais (Quadro 7), o projeto foi aprovado em sessão deliberativa no dia 23 de novembro de 2006.

Quadro 7 – Tramitação do PL 5003/2001 (desarquivamento)

(continua)

Data	Andamento
18/02/2003	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Apresentação do Requerimento de Desarquivamento de Proposições, REQ 50/2003, pela Dep. Iara Bernardi.
21/03/2003	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Desarquivado nos termos do Artigo 105 do Regimento Interno.
30/04/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Recebimento pela CCJR.
16/06/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Bonifácio de Andrada.
30/10/2003	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Apresentação do Requerimento, REQ 55/2003 CCJR, pelo Dep. Bonifácio de Andrada.
11/11/2003	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a este o PL 5/2003.
10/03/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Devolvida sem Manifestação.
23/03/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Bonifácio de Andrada (PSDB-MG).
24/03/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Devolvida sem Manifestação.
06/04/2004	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).
23/06/2004	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apense-se a este o PL-3770/2004.
17/03/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Designado Relator, Dep. Luciano Zica (PT-SP).
20/04/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Apresentação do Parecer do Relator pelo Dep. Luciano Zica.
22/04/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Devolvido ao Relator, Dep. Luciano Zica (PT-SP).

Fonte: Adaptado da Câmara dos Deputados<sup>114</sup>

<sup>114</sup> Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=31842> >. Acesso em: 20 jan. 2017.

Quadro 7 – Tramitação do PL 5003/2001

(conclusão)

<b>Data</b>	<b>Andamento</b>
26/04/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Parecer do Relator, Dep. Luciano Zica (PT-SP), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, do PL 5/2003, do PL 3143/2004 e do PL 3770/2004, apensados, com Substitutivo; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição do PL 381/2003 e do PL 4243/2004, apensados.
03/08/2005	<b>Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)</b> Aprovado por Unanimidade o Parecer.
11/08/2005	<b>COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)</b> Encaminhada à publicação o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania publicado no DCD de 12/08/05 PÁG 38755 COL 02, Letra A. Inteiro teor
12/04/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 281/06, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
19/04/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
20/04/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Apresentação do REQ nº 3884/06, que requer urgência, nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do Projeto de Lei nº 5.003.
20/04/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Cancelada a Ordem do Dia.
25/04/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão - Deliberativa</b> Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 275-C/05, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
22/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN)</b> Aprovado requerimento do Sr. Rodrigo Maia que requer urgência, nos termos do art. 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, para apreciação do Projeto de Lei nº 5.003, de 2001, da Sra. Iara Bernardi que "determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas".
23/11/2006	<b>PLENÁRIO (PLEN) - 14:00 Sessão - Deliberativa</b> Discussão em turno único. Encerrada a discussão. Votação em turno único. Aprovado o Substitutivo adotado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Prejudicados o Projeto inicial e os Projetos de Lei de nºs 5/03, 383/03, 3.143/04, 3.770/04 e 4.243/04, apensados. Votação da Redação Final. <b>Aprovada a Redação Final.</b> A Matéria vai ao Senado Federal. (PL 5003-B/01).
07/12/2006	<b>Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA)</b> Remessa ao Senado Federal por meio do Ofício nº 589/06/PS-GSE.

Fonte: Adaptado da Câmara dos Deputados

Além de considerar juridicamente constitucional, o relator do PL 5003/2001, Deputado Federal Luciano Zica – PT/SP, propôs um substitutivo ao projeto que retomava os princípios da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, ampliando as punições das violências e crimes contra LGBT do âmbito administrativo para o penal:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**PROJETO DE LEI Nº 5.003, DE 2001**

Determina sanção às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas.

Autor: Deputada Iara Bernardi

Relator: Deputado Luciano Zica

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.003, DE 2001**

Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º, do art. 140, do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e ao art. 5º, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

Como já foi destacado, o PL 5003/2001 foi aprovado numa sessão deliberativa da Câmara dos Deputados Federais em 23 de novembro de 2006 com todas as orientações e mudanças propostas no texto substitutivo do relator. No dia 07 de dezembro de 2006, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados encaminhou o projeto para a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal e este passou a ser denominado de Projeto de Lei da Câmara 122/2006.

No mesmo ano que o PLC 122/2006 foi aprovado, os organizadores da 10ª Parada Gay de São Paulo<sup>115</sup>, que teve em média 3 milhões de participantes, decidiram utilizar o projeto como lema principal do evento: "**Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos**" (ANEXO 4), tendo em vista o avanço no âmbito legislativo em relação à questão da violência contra LGBT no país. Como demonstrado nesta seção, desde a década de 1990, vários projetos de lei foram propostos e não obtiveram o mesmo êxito.

---

<sup>115</sup> Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u61505.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

Como consequência da aprovação do PLC 122/2006, iniciou-se uma acirrada disputa política em vários setores da sociedade brasileira. Tais disputas ocorreram, sobretudo, entre representantes de comunidades religiosas – *encabeçadas por parte de figuras públicas, a exemplo dos pastores Silas Malafaia e Marco Feliciano* – que reprovam explicitamente questões relativas à homossexualidade, e militantes LGBT, tendo em vista o preceito da criminalização dos atos homofóbicos defendido no projeto. Em 2009, após aprovação da relatora, a então Deputada Fátima Bezerra – PT/RN, o projeto passou a ser amplamente discutido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH) entre os anos de 2009 a 2013, mas foi arquivado em 26 de dezembro de 2014 pelo Senado Federal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Logo no início deste trabalho apresentamos alguns casos de violências e crimes contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, a exemplo do assassinato da travesti Dandara dos Santos em fevereiro de 2017, situações que podem ratificar os dados das pesquisas dos órgãos de defesa dos direitos humanos as quais têm classificado o Brasil como sendo o país que ocupa o 1º lugar no ranking mundial de assassinatos de LGBT nas Américas. Além das estatísticas negativas, a causa mortis é uma circunstância preocupante e contribui para a imprensa internacional situar o cenário brasileiro num “estado epidêmico de violência anti-gay”, como foi o caso da matéria publicada no jornal *The New York Times*, em julho de 2016. Por outro lado, também destacamos que, apesar das constantes denúncias de violências, reivindicações por ações públicas de segurança e garantia do pleno exercício da cidadania LGBT, há um aumento significativo das legislações que visam atender demandas concernentes a esta parcela da população. A legalização das uniões estáveis pelo Superior Tribunal Federal em 2011, o reconhecimento do casamento civil pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013, o direito à adoção por casais homossexuais, dentre outras, são conquistas importantes que possibilitam perceber a atuação do Estado na luta pelo reconhecimento dos direitos sexuais e humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Do ponto de vista histórico-social, identificamos que o problema da violência contra LGBT no Brasil tornou-se ainda mais evidente nas pautas da militância pró-LGBT, manchetes dos jornais nacionais e internacionais, programas de televisão, novelas, debates políticos, propostas de governos, dentre outros, a partir de 2006. Destacamos nesta tese que uma das principais razões para a ampliação da visibilidade dos atos de violência e crimes contra homossexuais foi o Projeto de Lei da Câmara 122/2006, proposto pela então Deputada Federal Iara Bernardi do PT/SP, que tinha como principal objetivo tipificar e criminalizar os preconceitos de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero no âmbito do direito penal.

Mesmo tendo sido aprovado na Câmara dos Deputados Federais, o PLC 122/2006 foi arquivado no Senado Federal em 2014. No entanto, tal situação não desconstruiu a polarização que o projeto provocou nas pautas das mobilizações anti-homofobia no país, ao contrário. Cada vez mais se intensificam os debates, por um lado, em torno da defesa da criminalização das violências contra LGBT e, por outro, das críticas ao possível endurecimento do Estado penal com esse tipo de legislação, sendo vista, portanto, como ineficiente no combate à homofobia (WENDT, 2018).

Frente a tais conflitos e, conseqüentemente, aos caminhos possíveis de investigações sobre essa problemática, tivemos como objetivo analisar os processos de emergência, definição e construção do problema social da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros em um problema público e político no Brasil. Entretanto, ao invés de nos determos numa discussão acerca da constitucionalidade, ou não, da criminalização da homofobia, interessou-nos investigar as distintas situações problemáticas, experiências coletivas e ações que demandaram, por exemplo, tal tipo de contestação sociojurídica na atualidade.

Assim sendo, adotamos como problema central desta tese o seguinte questionamento: ***quais as condições sociais de possibilidade e os processos de constituição do problema social da homofobia como um problema público e político no Brasil?*** Além disso, questionamos qual o lugar do Projeto de Lei da Câmara 122/2006 na definição e construção desta causa pública?

Para tanto, concentramos nossa investigação em três etapas específicas: na primeira, buscamos investigar como diferentes formas de conhecimento definiram o fenômeno da homofobia e de que maneira essas definições foram apropriadas no contexto brasileiro; na segunda, desenvolvemos uma sociogênese dos contextos situacionais, experiências coletivas e ações que contribuíram para o processo de construção da homofobia como um problema público no Brasil; por fim, analisamos o processo de inserção do problema da violência contra homossexuais na agenda governamental brasileira, além de investigarmos, mais especificamente, qual o lugar do PLC 122/2006 na construção desta causa pública e política.

Com relação ao termo homofobia, evidenciamos que esse foi constituído nas teorizações científicas enquanto uma categoria clínica, tendo suas definições



relacionadas a uma patologia que acomete o “sujeito homofóbico”, ou seja, homofobia foi caracterizada como a fobia, o medo, raiva e/ou aversão de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Mesmo considerando as distintas variáveis e métodos de investigação para a análise desse fenômeno, em sua maioria, o campo do saber-poder médico convergiu para diagnosticar a homofobia enquanto uma doença que necessita de tratamentos. Entretanto, a “cura” não deve ser apenas do “sujeito homofóbico”, mas dos que ocasionam a aversão, tendo em vista que a causa dessa patologia está presente em ambos, no caso, a homossexualidade. Por meio de tais concepções, consolidou-se um imaginário social que classifica o “homofóbico” como um “sujeito” que não aceita a própria homossexualidade.

Essa “verdade clínica” potencializou preconceitos e discriminações já propagadas pelo saber-poder teológico, o qual inquiriu e condenou os sodomitas, utilizando como verdade a necessidade da demonização da homossexualidade para a santificação da sociedade. Por meio do saber-poder médico foram desenvolvidos vários tratamentos clínicos para os “portadores” da homossexualidade como forma de higienização e bom desenvolvimento do mundo social. Ainda hoje, são propostas legislações que têm como objetivo tratamentos que garantam uma suposta “cura gay”, no caso, as Terapias de Reorientação e/ou Conversão Sexual.

Por outro lado, tais situações, conseqüentemente, foram tomadas como problemáticas por indivíduos, grupos e instituições sociais que organizaram mobilizações em prol da desconstrução dessas normatizações, possibilitando que o problema da homofobia fosse apropriado de forma ampliada e complexa pelo campo do saber-poder jurídico moderno e político, tendo em vista que as resoluções propostas para a santificação, por um lado, e despatologização, por outro, do “sujeito homofóbico”, na realidade, configuravam-se como dispositivos de violência, marginalização e controle das homossexualidades.

A apropriação das normatizações teológica e médica acerca da homossexualidade como um tipo de “homofobia teológica e homofobia médica” levou outros atores sociais, inclusive alguns pertencentes a esses campos de saberes, reivindicarem que a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros fosse definida como um problema social que necessitava de apoio jurídico e político. Tais atores, a exemplo do movimento antipsiquiátrico, combateram

os manuais de patologização da homossexualidade, o que possibilitou, consequentemente, a construção do problema social da homofobia num problema público e, sobretudo, inserção desta problemática nas várias agendas governamentais do cenário político internacional.

Ações como a retirada da homossexualidade do Manual de Diagnóstico Estatístico de Distúrbios Mentais pela American Psychiatric Association, em 1973; pela Associação Americana de Psicologia, em 1975; assim como, o fato de a homossexualidade ter deixado de ser considerada doença pela Organização Mundial de Saúde em 17 de maio de 1990 – *data que representa o dia internacional de combate à homofobia* –, são resultados das lutas empreendidas contra as verdades clínicas e religiosas. No caso do Brasil, tais conquistas contribuíram para que o Conselho Federal de Psicologia proibisse quaisquer tipos de tratamentos de reversão sexual em 1999. Essas situações corroboram para pensarmos o problema social da homofobia, bem como as experiências coletivas e ações organizadas contra essa problemática de modo contextual, contestável e contingente, como destacado por Fernandes (2011).

No que diz respeito aos resultados referentes à investigação sobre os processos de emergência e de definição da homofobia como um problema público no Brasil, a investigação evidenciou que os altos índices de repressão policial em um período de redemocratização política (1945-1964); o retorno à ditadura militar e a intensificação dos processos de higienização urbana pela polícia e legitimada pelo Estado, bem como o cenário de ações coletivas internacionais em prol das políticas identitárias como requisito para a garantia dos direitos civis, políticos e humanos; o surgimento do HIV/AIDS concomitante ao aumento dos casos de violências contra homossexuais, a exemplo da Operação Tarântula em São Paulo; e os expressivos índices de criminalidade, desigualdades econômico-sociais e violação dos direitos humanos na década de 1990, foram situações problemáticas que levaram à organização de distintas experiências coletivas e formação de uma pluralidade de arenas públicas em torno do combate à homofobia e consolidação desse problema social em uma causa pública e política no país.

Na década de 1960, o desenvolvimento dos “*guetos*”, das “subculturas homossexuais” (bares, boates, teatros, etc.), assim como das redes de sociabilidade

homoeróticas foram experiências coletivas importantes para definir e combater práticas de violência homofóbica, exercidas por meio de constantes perseguições policiais e os “discretos” tratamentos médico-psiquiátricos de reversão sexual a que muitos homossexuais eram submetidos por parte dos familiares. Embora o processo de “guetificação voluntária”, a política de amizade e o comportamento assimilacionista das normas sexuais defendidos pelas *redes* e parte dos componentes do jornal *O Snob* tenham sido considerados inadequados por militantes da década de 1970 no tocante à resistência das violências estatais, foram essas ações que resultaram nos primeiros laboratórios identitários (FIGARI, 2007) para a organização de outros “regimes de engajamento” (FREIRE, 2013) no combate à violência homofóbica.

Em decorrência de um novo regime político-ditatorial no Brasil, a década de 1970 foi um período de muita repressão, porém, ao mesmo tempo, de múltiplas resistências às violências estatais. Os movimentos feministas e a intensa politização da sexualidade; os novos movimentos sociais e as políticas identitárias; a Revolta de Stonewall (1969), dentre outras experiências coletivas, contribuíram significativamente para uma nova configuração da luta contra as violências e crimes de homossexuais no país. Tanto o Grupo SOMOS quanto o jornal *Lampião da Esquina* visavam uma radicalização das lutas contra as políticas estatais, além de defender o “orgulho gay” como estratégia de convencimento e denúncias da violência homofóbica:

Nossa resposta, no entanto, é esta: é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 1).

Para os integrantes do jornal *Lampião da Esquina* e do Grupo SOMOS, era preciso visibilizar o “estilo de vida gay”, de modo que todo o totalitarismo estatal fosse evidenciado no tocante às opressões e anormalidades atribuídas aos homossexuais. No caso, a ideia era negar qualquer tipo de associação com o Estado, tendo em vista defenderem que havia uma política de controle sexual que tinha como razão de ser a marginalização, exclusão e violência contra os homossexuais, dentre outras “minorias sociais”. Todavia, com o surgimento do HIV/AIDS e a direta relação que se fazia entre homossexualidade e o vírus, na década de 1980, as violências intensificaram-se,

resultando numa parceria entre o Estado e militantes pró-LGBT no combate à doença, além de outros atores sociais, como por exemplo, o movimento sanitarista, universidades, grupos de pesquisas, dentre outros. Tais experiências resultaram na constituição de um campo de políticas públicas para LGBT, o qual, embora tenha se atido aos problemas de saúde provocados pelo HIV, inaugurou um campo de possibilidades para a reivindicação de ações públicas contra a homofobia na agenda governamental brasileira. Em tese, as políticas públicas antiaids retiraram do Estado o papel de repressor e alocaram-no numa condição de “protetor dos direitos LGBT” no Brasil.

Ademais, o processo de interação entre o Estado e a militância LGBT em prol das políticas antiaids, ocorria especialmente num momento em que os debates sobre gênero e sexualidade ganhavam cada vez mais espaços nas Conferências Internacionais de Direitos Humanos, assim como tentava-se consolidar no país um Sistema Nacional de Direitos Humanos que fortalecesse o processo de redemocratização e combatesse a violência estrutural que assolava o cenário brasileiro na década de 1990. A formação da Comissão Nacional dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais foi importantíssima no processo de construção da violência homofóbica como um problema que deveria constar na agenda governamental brasileira, assim como as Conferências Nacionais dos Direitos Humanos e o Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH).

Contudo, a falta de efetividade nas políticas públicas de segurança para LGBT nos programas do governo federal, levou à organização de outras experiências coletivas e arenas públicas na busca por legislações específicas que condenassem os atos de violências que esta população experienciava, como é o caso do I Seminário Nacional dos Direitos e Cidadania Homossexual, organizado pela CDHM em 1999. O assassinato de Edson Neris da Silva, em fevereiro de 2000, além de ter ocasionado ampla comoção e revolta por parte de vários setores da sociedade e órgãos internacionais de defesa dos direitos humanos, também contribuiu para intensificar o contexto de luta política em prol da tipificação e criminalização da homofobia no país. Várias legislações anti-homofobia, como foi demonstrado, foram propostas na Câmara dos Deputados Federais, dentre estas o Projeto de Lei 5003/2001 da então Deputada Federal Iara Bernardi. O projeto tramitou nas Comissões da Câmara dos Deputados

durante seis anos, quando foi aprovado em 2006 e encaminhado ao Senado Federal, passando a ser denominado Projeto de Lei da Câmara 122/2006.

Embora consideremos o Projeto de Lei da Câmara 122/2006 de suma importância para a luta contra a homofobia no Brasil, não apenas pela proposta da criminalização das violências e assassinatos de homossexuais, mas pela visibilidade que o projeto proporcionou para as causas LGBT no país, os resultados alcançados no percurso desta investigação ratificam nossa proposição no tocante aos problemas que a centralização na pauta da criminalização proposta pelo referido PL ocasiona para a compreensão, tanto dos processos de emergência e de definição da homofobia como um problema público e político no Brasil, quanto das configurações da agenda anti-homofobia na atualidade.

É inegável que lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros fazem parte de uma parcela da população que ainda sofre muito preconceito e violência, inclusive pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Vários direitos foram conquistados, no entanto, o crescente conservadorismo político-religioso estagna o avanço no reconhecimento dos direitos sexuais e humanos de LGBT no país. Por outro lado, o trabalho evidenciou que o fenômeno da homofobia é bastante complexo, não podendo ser reduzido a uma causa específica, pois a violência sexual e de gênero pode ser exercida em várias relações e instâncias sociais. Ao mesmo tempo, demonstra que, historicamente, tais práticas de violências são apreendidas enquanto situações problemáticas por indivíduos e grupos sociais que se engajam e elaboram distintas formas de definição, denúncia e mobilização na construção desta causa como um problema público e político no país.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, Rebecca Neaera; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p.52-84, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/24518/14154>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas Gays Bissexuais Travestis e Transexuais (Rio de Janeiro). **Estatuto Social**. 2013. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/dcb2da\\_95e69b3088ad4e6b97a65a2fe95adaaa.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/dcb2da_95e69b3088ad4e6b97a65a2fe95adaaa.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2017.

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. “Violência e Vulnerabilidade Social”. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). **Inclusión social y Desarrollo**: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana. Madri: Comunica. 2003.

ACT UP (New York). **The Denver Principles**: 1983. 1983. Disponível em: <[http://www.actupny.org/documents/denver\\_principles.pdf](http://www.actupny.org/documents/denver_principles.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2017.

ADORNO, Sérgio. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos Estudos - CEBRAP**, [s.l.], n. 86, p.5-20, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002010000100001>.

ADORNO, Sérgio. Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **11**(2): 129-153, out. 1999 (editado em fev. 2000).

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, p.5-31, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69091998000200001&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ALMEIDA, Alexandre de. Nem vermelho, nem racista: os Skinzines integralistas. In: ANPUH-SP - XXI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: ANPUH-SP, 2012. p. 1 - 17. Disponível em: <[http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342385195\\_ARQUIVO\\_Nemvermelhonemracistaosskinzinesintegralistastextofinal.pdf](http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342385195_ARQUIVO_Nemvermelhonemracistaosskinzinesintegralistastextofinal.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Homossexualidade** (A libertinagem no Rio de Janeiro): um estudo sobre as perversões e inversões do instinto genital. Rio de Janeiro: LEMMERT & C. - Editores, 1906.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**: revista de cultura e política, São Paulo, n. 76, p.49-86, 2009. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100003&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452009000100003&script=sci_abstract&lng=pt)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

ALTMAN, Lawrence K. Rare cancer seen in 41 homosexuals. **The New York Times**. New York, 03 jul 1981. Disponível em: < <http://www.nytimes.com/1981/07/03/us/rare-cancer-seen-in-41-homosexuals.html>>. Acesso em: 23 mar. 2017.

AMINISTÍA INTERNACIONAL (México). Cátedra Unesco de Derechos Humanos de La Unam. **La severidad muestra el odio**: La violencia homófoba en la comunidad. 2000. Disponível em: <[http://catedraunescohdh.unam.mx/catedra/mujeres/menu\\_superior/Doc\\_basicos/5\\_biblioteca\\_virtual/9\\_informes/Otros/40b/5.pdf](http://catedraunescohdh.unam.mx/catedra/mujeres/menu_superior/Doc_basicos/5_biblioteca_virtual/9_informes/Otros/40b/5.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2016.

AVRITZER, L. Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil. Texto para Discussão (IPEA. Brasília), v. 1, p. 7-24, 2012.

BARATA, Germana Fernandes. **A primeira década da Aids no Brasil**: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983 - 1982). 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BARROS, Sandra Garrido de. **A política nacional de luta contra a aids e o espaço aids no brasil**. 2013. 256 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1967. Tradução de Sérgio Milliet.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar.

BENEVIDES, Maria Victoria. Democracia de iguais, mas diferentes. In: BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau. **Mulher e política**: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOAS, Crisoston Terto Vilas. **Para ler Michel Foucault**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Universitária da UFOP, 2002. 110 p. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: História e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BORTOLOZZI, Matheus Remom. **Mais de Um Século de “Cura Homossexual” no Brasil**. [S.l.]: Acervo Bajubá, 2017. em: < <http://acervobajuba.com.br/mais-de-um-seculo-de-cura-homossexual-no-brasil/>>. Acesso em: 25 dez. 2017.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. A sociologia de Pierre Bourdieu. **São Paulo**: Olho d’água, 2003.

BOZON, Michel. **Sociologia da Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. Tradução de Maria de Lourdes Menezes.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2017.

BRASIL. Projeto de Lei N. 7.292, de 2017 (da Câmara Federal) PL N. 7.292/2017. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o LGBTcídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o LGBTcídio no rol dos crimes hediondos. **Câmara dos Deputados Federais**, Brasília. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128135>>. Acessado em 10 de maio de 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, ano. CLIII, n.81, p. 1-2, 29. abr. 2016. Seção 1. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=29/04/2016>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

BRASIL. Projeto de Lei N. 5002, de 2013 (da Câmara Federal) PL N. 5002/2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o artigo 58 da Lei 6.015 de 1973. **Câmara dos Deputados Federais**, Brasília. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>. Acessado em 05 de julho de 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 179 p. – (Série textos básicos; n. 63).

BRASIL. Projeto de Lei N. 122, de 2006 (do Senado Federal) PLC N. 122/2006. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Senado Federal [Autoria: Câmara dos Deputados]**,



Brasília. Disponível em: < <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/79604>>. Acessado em 10 de maio de 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília: Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 5003, de 07 de agosto de 2001. Determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas. **PL 5003/2001**. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/MostrarIntegralimagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=5003&intAnoProp=2001&intParteProp=1#](http://imagem.camara.gov.br/MostrarIntegralimagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=5003&intAnoProp=2001&intParteProp=1#/)>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 2367, de 27 de janeiro de 2000. Altera o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor", para incluir os de gênero e de opção sexual. **Apenso do PL 1904/1999**: Lei ordinária. 1. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 27 jan. 2000. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1124474&filename=Dossie+-PL+1904/1999](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1124474&filename=Dossie+-PL+1904/1999)>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 1904, de 20 de outubro de 1999. Altera o art. 1º da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que "Define os Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor" e dá outras providências. **PL 1904/99**: Lei ordinária. 1. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 20 out. 1999. Disponível em: <[http://imagem.camara.gov.br/MostrarIntegralimagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=1904&intAnoProp=1999&intParteProp=1#](http://imagem.camara.gov.br/MostrarIntegralimagem.asp?strSiglaProp=PL&intProp=1904&intAnoProp=1999&intParteProp=1#/)>. Acesso em: 17 dez. 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 9.811, de 28 de julho de 1999. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2000 e dá outras providências. Brasília, **DF**: Diário Oficial da União, 30 jul. 1999b.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição N. 67, de 1999 (da Câmara dos Deputados) PEC 69/1999. Altera os artigos 3º e 7º da Constituição Federal. **Câmara dos Deputados Federais**, Brasília, 1999c. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=14330>>. Acessado em 10 de maio de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 1904**, de junho de 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH. Brasília, DF: Presidência da República - Casa Civil, 13 maio 1996.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Projeto de Resolução da Câmara nº 231**, de 26 de janeiro de 1995. Altera os artigos 26 e 32 do regimento interno, aprovado pela resolução 17, de 1989, criando a Comissão Permanente Especial de

Direitos Humanos, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados Federais, 26 jan. 1995.

BRASIL. Projeto de Lei N. 1151, de 1995 (da Câmara Federal) PL N. 1151/1995. Disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências. **Câmara dos Deputados Federais**, Brasília, 1995b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=16329>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição N. 139, de 1995 (da Câmara dos Deputados) PEC 139/1995. Altera os Artigos Terceiro e Sétimo da Constituição Federal. **Câmara dos Deputados Federais**, Brasília, 1995c. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=169460>>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Lei**: Lei ordinária. 1. ed. Brasília, DF: Presidência da República - Casa Civil, 05 jan. 1989.

BRASIL. Decreto nº 3.688, de 03 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. **Presidência da República Federativa do Brasil [Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos]**, Brasília, 03. out. 1941. Seção 1. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm#art72](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm#art72)>. Acesso em: 05 jul. 2017.

BRASÍLIA. **Ata de audiência**, de 2017. Poder Judiciário – Seção Judiciária do Distrito Federal, Brasília, 2017.

BRITO, Ana Maria de; CASTILHO, Euclides Ayres de; SZWARCOWALD, Célia Landmann. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, Uberaba, v. 34, n. 2, p.207-217, 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0037-86822001000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822001000200010)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BROCHETTO, Marília. La compleja realidad de ser gay en América Latina. **CNN em Español**. Estados Unidos. 23 julho 2017. Disponível em: <<http://cnnespanol.cnn.com/2017/02/27/la-compleja-realidad-de-ser-gay-en-america-latina/>>. Acesso: 30 de julho de 2017

BRYM, Robert et al. **Sociologia**: sua bússola para um novo mundo. São Paulo: Editora Thomson Pioneira, 2008.

CAETANO, Márcio. Movimentos curriculares e a construção da heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexsandro; BARRETO, Maria Aparecida

Santos Corrêa. (Org.). **Currículos, gêneros e sexualidades**: experiências misturadas e compartilhadas. 1ed.Vitória: Edufes, 2013, v. 1, p. 63-82.

CAMPO, Adalberto; HERAZO, Edwin; OVIEDO, Heidi Celina. Sustantivos para definir homofobia. **Revista Ciencias de La Salud**, Bogotá, v. 11, n. 3, p.287-294, 2013. Disponível em: <[http://www.redalyc.org/pdf/562/Resumenes/Resumen\\_56229183005\\_1.pdf](http://www.redalyc.org/pdf/562/Resumenes/Resumen_56229183005_1.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CARNEIRO, Ailton J. A Morte da Clínica: Movimento Homossexual e Luta pela Despatologização da Homossexualidade no Brasil (1978-1990). In: XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2015, Florianópolis-SC. **Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História (ANPUH)**. Florianópolis-SC, 2015.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. **Bagoas**, Natal, v. 4, n. 5, p.131-147, 2010. Disponível em: <[http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08\\_carrara.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art08_carrara.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p.65-99, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/05.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CASSAL, L. B; BICALHO, P. P. G. Homofobia e Sexualidade: o medo como estratégia de biopoder. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 10, p. 57-64, 2011. Disponível em: < <http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/383>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

CEARÁ. Decreto nº 31.226, de 17 de maio de 2017. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública estadual direta e indireta e dá outras providências. **Diário Oficial [do Estado do Ceará]**, Ceará, série.3, ano. IX, n.092, p. 3, 17. maio. 2017. Disponível em: <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20170517/do20170517p01.pdf>>. Acesso em: 20 de julho de 2017.

Cefaï Daniel. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. In: **Réseaux**, volume 14 n°75. pp. 43-66, 1996. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso\\_0751-7971\\_1996\\_num\\_14\\_75\\_3684](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/reso_0751-7971_1996_num_14_75_3684)>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CEFAÏ, Daniel. Os novos movimentos de protesto em França. A articulação de novas arenas públicas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [s.l.], n. 72, p.129-160, 1 out. 2005. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.985>.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p.11-48, 2009. Tradução de Bruno Cardoso. Disponível em: <

<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7163/5742>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas: O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1) **Revista Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, v. 36, p.187-213, 2017. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar. Disponível em: <[http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/09/09\\_cefai\\_107\\_p186a213\\_site.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/wp-content/uploads/2017/09/09_cefai_107_p186a213_site.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CELLARD, André. A análise documental. In: VÁRIOS AUTORES. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. Cap. 15. p. 295-316.

CHADE, Jamil; TOLEDO, Luiz Fernando. Relatores da ONU classificam 'Escola sem Partido' como 'censura'. **O Estadão**. São Paulo. 13 abril. 2017. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,relatores-da-onu-denunciam-escola-sem-partido-e-classificam-projeto-de-censura,70001737530>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CHAVES, Marianna. Prefácio. In: GORISCH, Patrícia. **O Reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT: de Stonewall à ONU**. Curitiba: Appris, 2014. p. 13-17.

CYMBALISTA, Renato. Mobilizações da memória em lugares de morte em São Paulo: Flávio Sant'Anna, Edson Neris, Andrea de Mayo. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 5, p. on-line, 2017. Disponível em: <[https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11541\\_RENATO+CYMBALISTA](https://www.sescsp.org.br/online/artigo/11541_RENATO+CYMBALISTA)>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CNDH - Conferência NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, I, 1996, Brasília. **Relatório dos trabalhos da I Conferência Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, 1996.

CNDH - Conferência NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, II, 1997, Brasília. **Relatório dos trabalhos da II Conferência Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, 1997.

CNDH - Conferência NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, III, 1998, Brasília. **Relatório dos trabalhos da III Conferência Nacional de Direitos Humanos**. Brasília: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, 1998.

CNDH - Conferência NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, IV, 1999, Brasília. **Relatório dos trabalhos da IV Conferência Nacional de Direitos**

**Humanos.** Brasília: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, 1999.

COLAÇO, Rita. **Os sombrios anos da "Peste Gay"**: Notas sobre o sistemático extermínio de homossexuais e travestis no Brasil. 2012. Disponível em: <<https://memoriambh.blogspot.com.br/2012/11/os-sombrios-anos-da-pest-gay.html>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos? **CULT: Revista Brasileira de Cultura** – Edição especial: QUEER – Cultura e subversão das identidades, São Paulo, n. 6, ano. 19, p. 22 - 25, 01 jun. 2015

CORRÊA, Diogo Silva. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática francesa. **Política & Trabalho: Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 40, p.35-62, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/18140>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

CORRÊA, José Celso Martinez. Zé Celso: Fundador do Teatro Oficina dedica sua vida à libertação artística e sexual [24 de outubro, 2011]. São Paulo: **Revista TRIP**. Entrevista concedida a Otávio Dias. Disponível em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/ze-celso>>. Acesso em 23 de julho de 2017.

COSTA, Benhur Pinós da. **Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade**. 2007. 362 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

COSTA, Patrícia Rosalba Salvador Moura; MELO, Marcos Ribeiro de. A luta contra a homofobia: das condições de constituição dos movimentos homossexual e LGBTTT em Sergipe. **Tomo**, São Cristóvão, n. 25, p.268-296, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3441/3005>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

COSTA, Rogério da Silva Martins da. **Sociabilidade homoerótica masculina no Rio de Janeiro na década de 1960**: relatos do jornal o SNOB. 2010. 129 f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) - Departamento de Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

CRUZ, Rodrigo Rodrigues da. **Do protesto às urnas**: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978-1982). 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

DELCOLLI, Caio. 6 avanços do movimento LGBT brasileiro que marcaram 2016. **HuffpostBrasil**, São Paulo, 26 dez. 2016/Atualizado 05 fev. 2017. Notícias. Disponível em: <[http://www.huffpostbrasil.com/2016/12/25/6-avancos-do-movimento-lgbt-brasileiroque-marcaram-2016\\_a\\_21697538/](http://www.huffpostbrasil.com/2016/12/25/6-avancos-do-movimento-lgbt-brasileiroque-marcaram-2016_a_21697538/)>. Acesso em 05 de julho de 2017.

DHNET. **Proclamação de Teerã**. 1968. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/doc/teera.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2016.

DIAS, Eurípedes da Cunha. Arqueologia dos Movimentos Sociais. In: XI Congresso Estadual de Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP), 310, 2001, São Paulo. Série Antropologia. São Paulo: UNB, 2001. p. 1 – 14.

DUNKER, Christian; QUINALHA, Renan. **A homofobia dos magistrados**. [S.l.]: Revista Cult, 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/a-homofobia-dos-magistrados/>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

ENCARNACIÓN, Omar G. Direitos dos homossexuais: por que a democracia importa. **Journal of Democracy em Português**, v. 3, n. 2, p. 27-51, outubro. 2014. Tradução de Fabio Storino. Disponível em: <[http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/JD-v3\\_n2\\_02\\_Direitos\\_homossexuais.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/JD-v3_n2_02_Direitos_homossexuais.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth** (UNICAMP), Campinas, v. 10, n.18/19, p. 79-123, 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

FACCHINI, Regina. **"Sopa de letrinhas"?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 245 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Departamento de Antropologia Social, Unicamp, Campinas, 2002.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas**: Revista de Estudos Gay. Natal, v. 1, p.131-158, 2009. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/uploads/publicacoes/entrecompassose descompassos.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. **A Agenda anti-homofobia na educação brasileira**: (2003-2010). 2011. 420 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Por uma genealogia do conceito de homofobia no Brasil: da luta política LGBT à um campo de governança. **Passages de Paris**: (APEB-Fr), França, v. 1, p.97-104, 2012. Disponível em: <<http://www.apebfr.org/>>

passagesdeparis/editione2012/articles/pdf/PP7\_artigo10.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FERRAZ, Maria Cristina Franco. Contribuições do pensamento de Michel Foucault para a Comunicação. **Intercom** - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 28, n. 02, p.69-83, 2005. Disponível em: <<http://portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/383>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

FIGARI, Carlos. **@s Outr@s Cariocas**: interpelações, experiências e identidades homoeróticas no Rio de Janeiro: séculos XVII ao XX. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Editora IUPERJ, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008. 244 p. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006. 295 p. Tradução de Roberto Machado.

FREIRE, Jussara. **Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

GALVÃO, Jane. 1980-2001: uma cronologia da epidemia de HIV/AIDS no Brasil e no mundo. **ABIA**, Rio de Janeiro, v. 2, p.1-30, 2002. Coleção ABIA - Políticas públicas.

GIDDENS, Anthony. **Em Defesa da Sociologia**: ensaios, interpretações e tréplicas. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GLOBO, O. Suposto atirador jurou lealdade ao Estado Islâmico antes de massacre em Orlando. **O GLOBO**. Rio de Janeiro, 12 jun. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/suposto-atirador-jurou-lealdade-ao-estado-islamico-antes-de-massacre-em-orlando-19489673>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no Início do Século XXI**: antigos e novos atores sociais. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORISCH, Patrícia. **O Reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT**: de Stonewall à ONU. Curitiba: Appris, 2014.

GRANGEIRO, Alexandre; SILVA, Lindinalva Laurindo da; TEIXEIRA, Paulo Roberto. Resposta à aids no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária. **Revista Panamericana de Salud Pública**, [s.l.], v. 26, n. 1, p.87-94, jul. 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1020-49892009000700013>.

GRASIELA, Lilian. Adolescente volta a matar 3 dias após cumprir pena por homicídio. **JCNET - Jornal da Cidade de Bauru**. Bauru, 04 abr. 2014. Disponível em: < <https://www.jcnet.com.br/Policia/2014/04/adolescente-volta-a-matar-3-dias-apos-cumprir-pena-por-homicidio.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

GREEN, James N. Movimentos Homossexuais no Brasil. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et al. **Enciclopédia de Guerras e Revoluções - Volume III (1945-2014)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. p. 587-590.

GREEN, James Naylor. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora Unesp, 2000. Tradução de Cristina Fino, Cássio Arantes Leite.

GROULX, Lionel-henri. Contribuições da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: AUTORES, vários autores. **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Cap. 2. p. 95-124.

GRUPO GAY DA BAHIA (Bahia). **Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais no Brasil**. 17. ed. Salvador: GGB, 2017. 23 p. Disponível em: <<https://homofobiamata.wordpress.com/>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

GRUPO GAY DE ALAGOAS. **Of. nº 035/98**: Emenda aditiva aos artigos 392, 393 e 394 do Anteprojeto de Reforma do Código Penal. 1998. Disponível em: <<http://acervo.cidarq.ufg.br/uploads/r/t0tio/3/6/36625/ADV-APPLE-2-1.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

GUIMARÃES, Carmem Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. A ascensão do tema dos direitos humanos no pós-Guerra Fria: a conferência de Viena (1993). **Mediações**, Londrina, v. 15, n. 1, p.54-73, 2010.



HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. Conferência de Viena (1993): direitos humanos como temática global. In: II SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA "SAN TIAGO DANTAS" (UNESP, UNICAMP E PUC/SP), 2., 2009, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais do Programa "san Tiago Dantas" (unesp, Unicamp e Puc/sp), 2009. p. 1 - 33.

HOWES, Robert. João Antônio Mascarenhas (1927-1998): pioneiro do ativismo homossexual no Brasil. **Cadernos Ael**, Campinas, v. 10, n. 18/19, p.289-311, 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2516/1926>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION. **Relatório Anual sobre as Leis de Criminalização, Proteção e Reconhecimento de direitos de LGBT no mundo**. Genebra/Suíça: ILGA, 2017. Disponível em: <<http://ilga.org/what-we-do/maps-sexual-orientation-laws/>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

JACOBS, Andrew. Brazil Is Confronting an Epidemic of Anti-Gay Violence. **The New York Times**. New York. 5 jul. 2016. Disponível em: <[https://www.nytimes.com/2016/07/06/world/americas/brazil-anti-gay-violence.html?\\_r=0](https://www.nytimes.com/2016/07/06/world/americas/brazil-anti-gay-violence.html?_r=0)>. Acesso em: 20 ago. 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Bagoas**: Revista de Estudos Gays, v. 1, p. 1-22, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2256>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

LAMPIÃO DA ESQUINA (Rio de Janeiro) (Ed.). SAINDO DO GUETO. **Lamplão da Esquina**. Rio de Janeiro, abr. 1978. p. 2-2.

**LAMPIÃO DA ESQUINA**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, jun. 1980.

LANÇA, Isabel Babo. A construção dos problemas públicos: Elementos para uma análise do caso Timor. **Antropológicas**, n. 4, p.113-130, 2000. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/923/725>>. Acesso em: 21 jul. 2014

LASCOUMES, Pierre; LE GALÉS, Patrick. **Sociologia da Ação Pública**. 1. Ed. Maceió: EDUFAL, 2012. Tradução de George Sarmento.

LEDBETTER, Les. Bill on Homosexual Rights Advances in San Francisco. **The New York Times**. São Paulo. New York. 22 março. 1978. Disponível em: <

<https://www.nytimes.com/1978/03/22/archives/bill-on-homosexual-rights-advances-in-san-francisco.html>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

LE MOS, Flavia Cristina Silveira; CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. A genealogia em Foucault: uma trajetória. **Psicologia & Sociedade**: Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO, Florianópolis-SC, v. 21, n. 3, p.353-357, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017

LIMA, Marcus Antônio Assis. Breve histórico da imprensa homossexual no Brasil. **Cronos**: (Pedro Leopoldo), Pedro Leopoldo/MG, n. 3, p.21-30, 2001. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/lima-marcus-assis-IMPrensa-HOMOSSEXUAL-BRASIL.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

LOPES, Felipe Tavares Paes. **Discursos sobre violência envolvendo torcedores de futebol**: ideologia e crítica na construção de um problema social. 2012. 590 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 9, n. 2, p.541-553, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006. p. VII -XXIII.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade**: identidade sexual e política no Brasil da "abertura". Campinas/SP: Editora Campinas: Unicamp, 1990. (Coleção Momento).

MÃES DE MAIO. **Crimes de Maio e a Democracia das Chacinas – Parte 1**: mapa da violência no Brasil. 2011. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2011/11/47896>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia**: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas. Curitiba: Appris, 2015.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina**: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). 2015. 212 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura) - Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

MARQUES, Petrônio. **Televisão e AIDS**: Análise dos filmes publicitários do Ministério da Saúde dos carnavais de 1996 a 1999. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Educação e Turismo, Universidade de Marília, Marília, 2008.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 16, n. 2, p.333-357, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

MAYA, Acyr Corrêa Leite. **Homossexualidade**: Saber e Homofobia. 2008. 190 f. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

MELLO, Patrícia Campos. Brasília rejeita recomendação do Vaticano na ONU. **Folha de S. Paulo**. São Paulo. 12 set. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2017/09/1917640-brasilia-rejeita-recomendacao-do-vaticano-na-onu.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA (São Paulo). Instituto Lula. **LGBT E PROSTITUTAS DENUNCIAM VIOLÊNCIA**: Protesto expõe repressão da polícia paulista também contra negros. 1980. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/lgbt-e-prostitutas-denunciam-violencia>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MESQUITA NETO, Paulo de. Programa Nacional de Direitos Humanos: continuidade ou mudança no tratamento dos Direitos Humanos. **CEJ**: Conselho da Justiça Federal, Brasília, v. 1, n. 1, p.1-12, 1997.

MISKOLCI, RICHARD. Não somos, não queremos: reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: COLLING, Leandro. **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. Cap. 3. p. 37-56. (Coleção CULT).

MOLL NETO, Roberto. **Reaganation**: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988). 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MOTT, Luiz. **ASSASSINATO DE HOMOSSEXUAIS**: Manual de Coleta de Informações, Sistematização & Mobilização Política Contra Crimes Homofóbicos. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2012/04/manual-de-coleta-de-informacoes-sistematizacao-e-mobilizacao-politica-contra-crimes-homofobicos.pdf>>. Acesso em 05 de julho de 2017.

MOURA, Marcelo. OBAMA: "É um dia especialmente triste para lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros". **Época**. Rio de Janeiro, 12 jun. 2016. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/06/obama-e-um-dia-especialmente-triste-para-lesbicas-gays-bissexuais-ou-transgeneros>>.

especialmente-triste-para-lesbicas-gays-bissexuais-ou-transgeneros.html>. Acesso em: 12 out. 2017.

MUSTICH, Emma. A history of AIDS hysteria: The first cases were recognized 30 years ago this week, and a national panic slowly built. **Salon**. New York, 06 mai 2011. Disponível em: <[https://www.salon.com/2011/06/05/aids\\_hysteria/](https://www.salon.com/2011/06/05/aids_hysteria/)>. Acesso em: 23 mar. 2017.

NASCIMENTO, Francisco Arrais et al. Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16, 2015, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ENANCIB, 2015. p. 1 - 18. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017652/3209256bcf9ccc5079826e63d0a8464a>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

NOGUEIRA, Conceição. **Um olhar sobre as relações sociais de gênero: Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social**. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

NUNAN, Adriana; JABLONSKI, Bernardo. Homossexualidade e Preconceito: aspectos da subcultura homossexual no Rio de Janeiro. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p.21-32, 2002. Disponível em: <[http://www.adriananunan.com/pdf/adriananunancom\\_subcultura\\_homossexual.pdf](http://www.adriananunan.com/pdf/adriananunancom_subcultura_homossexual.pdf)>. Acesso em: 15 set. 2017.

ONU. Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos. Declaração e Programa de Ação de Viena. Viena, 1993. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao\\_viena.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/viena/declaracao_viena.htm)>. Acesso em: 25 de julho de 2017.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção; TEIXEIRA, Luiz Antonio. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 15-36, mar. 2014. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702014000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 02 Mar. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014000100002>.

PARKER, Richard. **Na contramão da AIDS**. Rio de Janeiro: 34, 2000. 158 p. (ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS).

PARKER, Richard; PETER, Aggleton; MALUWA, Mirian. Estigma, discriminação e HIV/aids na América Latina. In: BUVINIC, Mayra; MAZZA, Jacqueline; DEUTSCH, Ruthanne. **Inclusão social e desenvolvimento econômico na América Latina**. Washington [Estados Unidos]: Elsevier, 2004. Cap. 15. p. 297-316.

PEDRO, Ana Navarro. **Pacto Civil de Solidariedade tem um ano e muitos adeptos em França**. [S.l.]: Público [P], 2001. em: <

<https://www.publico.pt/2001/02/14/jornal/pacto-civil-de-solidariedade-tem-um-ano-e-muitos-adeptos-em-franca-154730>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=221014791004>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

PÉRET, Flávia. **Imprensa Gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PETRARCA, Fernanda Rios. A luta contra a Aids: construção de causas e redes de relações. In: 29 REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2014, Natal/RN. **Anais...** Natal: RBA, 2014. v. 1. p. 1-27. Disponível em: <[http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402022477\\_ARQUIVO\\_TEXTOABA2014.pdf](http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402022477_ARQUIVO_TEXTOABA2014.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2016.

PETRARCA, Fernanda Rios. A Luta contra a Aids: uma causa, múltiplos saberes. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 1, p. 91-114, 2015

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. MOVIMENTOS SOCIAIS: abordagens clássicas e contemporâneas. **Csonline**: Revista Eletrônica de Ciências Sociais, Juiz de Fora? MG, n. 2, p.156-177, 2007. Disponível em: <<https://csonline.uffj.emnuvens.com.br/csonline/article/view/358/332>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PINHEIRO, Clara Virginia de Queiroz. Sujeito e desejo: uma invenção cultural – Foucault e a história das práticas de subjetividade. **Psyché**: Universidade São Marcos, São Paulo, n. 11, p.143-156, 2003. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/307/30701110.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2015.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p.117-134, 1997.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 63, p.179-201, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a08n63.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2015.

POLLAK, Michael. **Os homossexuais e a AIDS**: sociologia de uma epidemia. São Paulo: Estação Liberdade, 1990.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

PRETES, Érika Aparecida; VIANNA, Túlio. "História da criminalização da homossexualidade no Brasil: da sodomia ao homossexualismo". In: LOBATO, Wolney; SABINO, Cláudia; ABREU, João Francisco. (org.). **Iniciação Científica**: destaques 2007, vol. I. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2008.

Princípios de Yogyakarta. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: < [http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf)>. Acesso em: 13 jul. 2016.

PUFF, Jefferson. Comissão Nacional da Verdade afirma que LGBTs eram torturados e sofriam abusos. **iGay – iG [BBC Brasil]**, Rio de Janeiro, 10 dez. 2014. Disponível em: <<http://igay.ig.com.br/2014-12-10/comissao-nacional-da-verdade-afirma-que-lgbtseram-torturados-com-mais-violencia.html>>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes**: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). 2017. 329 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RETAMERO, Márcia. Edson Nérís é cada um de nós. **ACAPA**. São Paulo. 11 fevereiro. 2010. Disponível em: <<https://disponivel.uol.com.br/acapa/colunas/edson-neris-e-cada-um-de-nos/10/70/10284>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

RIBEIRO, Carlos Eduardo. **Foucault**: uma arqueologia política dos saberes. 2009. 289 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Departamento de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos** (UFRGS. Impresso), v. 12, p. 71-100, 2006.

RODRIGUES, Jorge Luís Pinto. **IMPRESSÕES DE IDENTIDADE**: Histórias e Estórias da formação da imprensa gay no Brasil. 2007. 121 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

RODRIGUES, Jorge Luís Pinto; VICTORIO FILHO, Aldo. Repaginando Identidades: o caminho da imprensa gay nacional. In: Fazendo Gênero: corpo, violência e poder, 8, 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008, p. 1-7. Disponível em: <

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST46/Rodrigues\\_Filho\\_46.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST46/Rodrigues_Filho_46.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

ROSSI, Alexandre José. **Avanços e limites da política de combate à homofobia**: uma análise do processo de implementação das ações para a educação do programa Brasil Sem Homofobia. 2010. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANTANA, Camilo. [comentário pessoal]. **Facebook**. 04 março 2017. Disponível em: < <https://www.facebook.com/camilosantana/posts/1913451198887464>>. Acesso em: 05 julho. 2017.

SANTOS, Daniel Barbosa dos. Homossexualidade, Modernidade e Tradição grega. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia/MG, v. 1, n. 35, p.99-116, 2006. Disponível em: <<http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br/viewarticle.php?id=58>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Cidadania e Direitos sexuais**: um estudo comparativo do reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo no Brasil e na África do Sul. 2011. 269 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SANTOS, Paulo Reis dos. **Inclinações, erotismo, pederastia e práticas masturbatórias**: uma análise dos prontuários clínicos dos campineiros internados no Sanatório Pinel na década de 1930. 2015. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SARAIVA, Marcelo Sales. **Políticas públicas e direitos LGBT no estado do Rio de Janeiro**: Análise exploratória acerca da atuação do Poder Legislativo entre os anos de 1999 e 2013. 2014. 173 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais/faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p.109-130, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SDHCH - SEMINÁRIO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA HOMOSSEXUAL, 1., 1999, Brasília. **Anais do Seminário de Direitos Humanos e Cidadania Homossexual**. Brasília: Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados Federais, 1999. 21 p. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/dirh.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SIERRA, Jamil Cabral. Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: o governo da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-

identitária para teorização político-educacional LGBT. 2013. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SILVA, Aguinaldo. Um esquadrão mata-bicha? **Lampião da Esquina**. Rio de Janeiro, jan. 1980. Violência, p. 3.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

SIMÕES, Júlio Assim; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SIMÕES, Júlio Assim; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p. (Coleção História do Povo Brasileiro).

SMITH, Kenneth T. **Homophobia**: A Tentative Personality profile. Psychological Reports, Fredonia, v. 29, p.1091-1094, 1971. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2466/pr0.1971.29.3f.1091?journalCode=prxa>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SOARES DO BEM, Arim. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p.1137-1157, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2017.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **A confraria gay**: um estudo de sociabilidade, homossexualidade e amizades na Turma OK. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. Conferências e os desafios metodológicos de seu estudo. In: PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Efetividade das Instituições Participativas no Brasil**: Estratégias de Avaliação. Brasília: Ipea, 2011. Cap. 14. p. 197-209. (Diálogos para o desenvolvimento - Volume 7).

SPARGO, Tamsim. **Foucault e a teoria queer**. Rio de Janeiro: UFJF, 2006. 69 p. (Coleção Encontros pós-modernos). Tradução de Vladimir Freire.

TAQUES, Fernando J. **Movimento GLBT em Santa Catarina**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Departamento de Sociologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2007.



TERTO JUNIOR, V. S.. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 8, n.17, p. 147-158, 2002.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 17, p.5-18, jun. 1989. Tradução de Marili da Cunha Bezerra. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a02n17.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

TROVÃO, Flavio Vilas Boas. Negros e homossexuais nos Estados Unidos dos anos 1980 no filme 'O exército inútil' de Robert Altman: um estudo de cinema e política. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1 - 14. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300461948\\_ARQUIVO\\_ANPUH.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300461948_ARQUIVO_ANPUH.pdf)>. Acesso em: 29 fev. 2017.

TURCI, Fábio. Estado Islâmico volta a reivindicar autoria de massacre nos EUA. **G1 - Jornal Hoje**. Rio de Janeiro, 13 jun. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/06/estado-islamico-volta-reivindicar-autoria-de-massacre-nos-eua.html>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

VIANNA, A. R. B; LACERDA, Lacerda. **Direitos e Políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. 01. ed. Rio de Janeiro: CLAM/IMS, 2004.

VILLELA, Gustavo. Após descoberta de diagnóstico, em 1981, Aids mata milhões e vira mal do século. **Acerco O Globo**. Rio de Janeiro, 16 jul 2014. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/apos-descoberta-de-diagnostico-em-1981-aids-mata-milhoes-vira-mal-do-seculo-13276614>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Apresentação. In: BEIJING, **Declaração de Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher**. Pequim: Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres, 1995. p. 147-258. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao\\_beijing.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_beijing.pdf)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

WASELFSZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo**. 16. ed. São Paulo: Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO)/sede Acadêmica Brasil e Centro Brasileiro de Estudos Latino Americanos (CEBELA), 2016.

WELLE, Deutsche. OBAMA: Chechênia detém 100 homens e mata 3 por 'suspeita de homossexualidade', diz jornal. **G1**. Rio de Janeiro. 02 abr. 2017. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/mundo/noticia/chechenia-detem-100-gays-e-mata-tres-deles-diz-jornal-russo.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

WENDT, Valquiria P. Cirolini. **(Não) criminalização da homofobia**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

WOLFE, Maxine. El SIDA y la política: transformando el movimiento. In: BANZHAF, Marion. **La mujer, el SIDA y el activismo**. Nova Iorque: Act Up, 1990. p. 267-276.

## ANEXOS

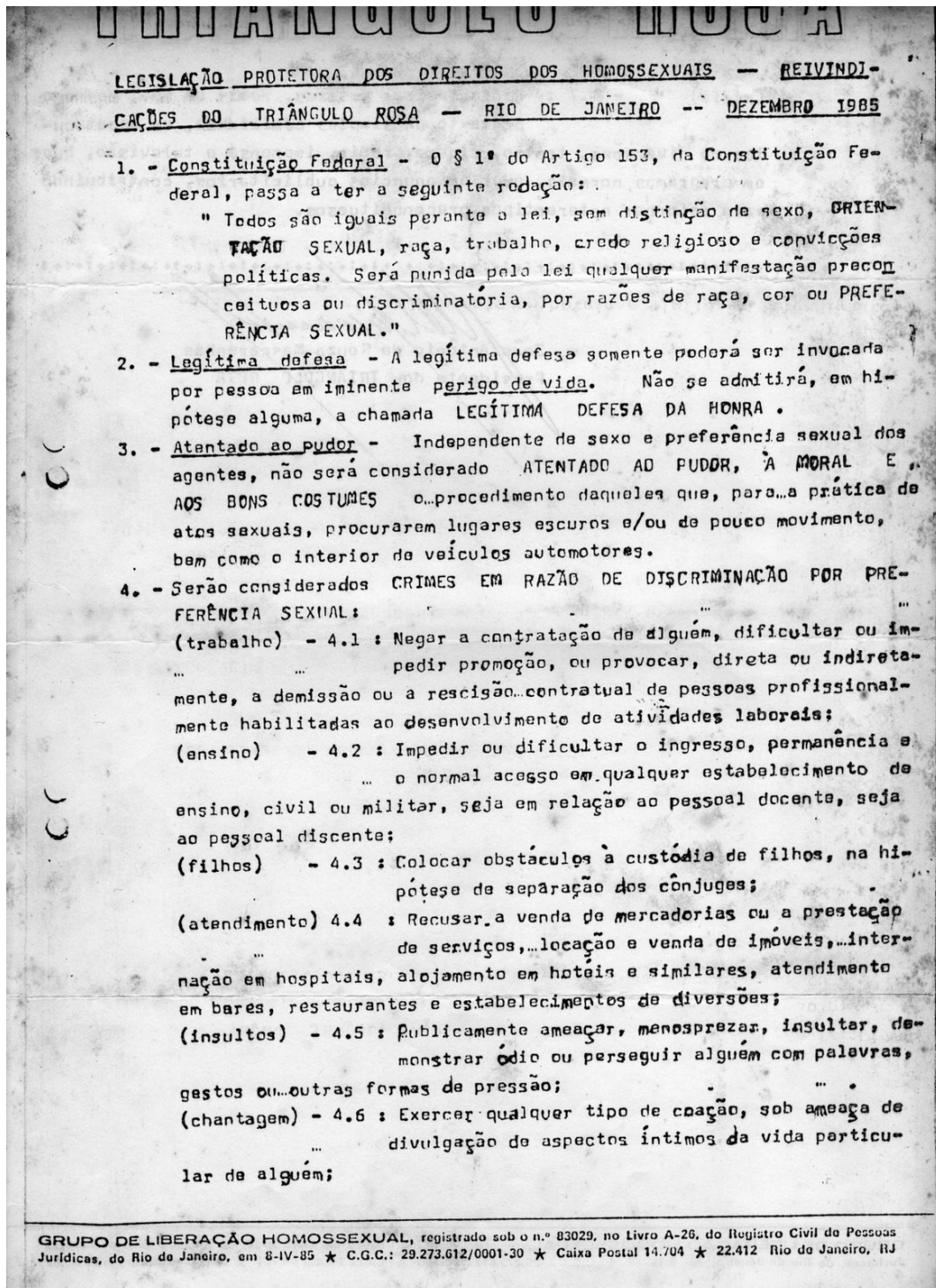
### ANEXO 1 - Campanha #PelaVidaDasPessoasTrans



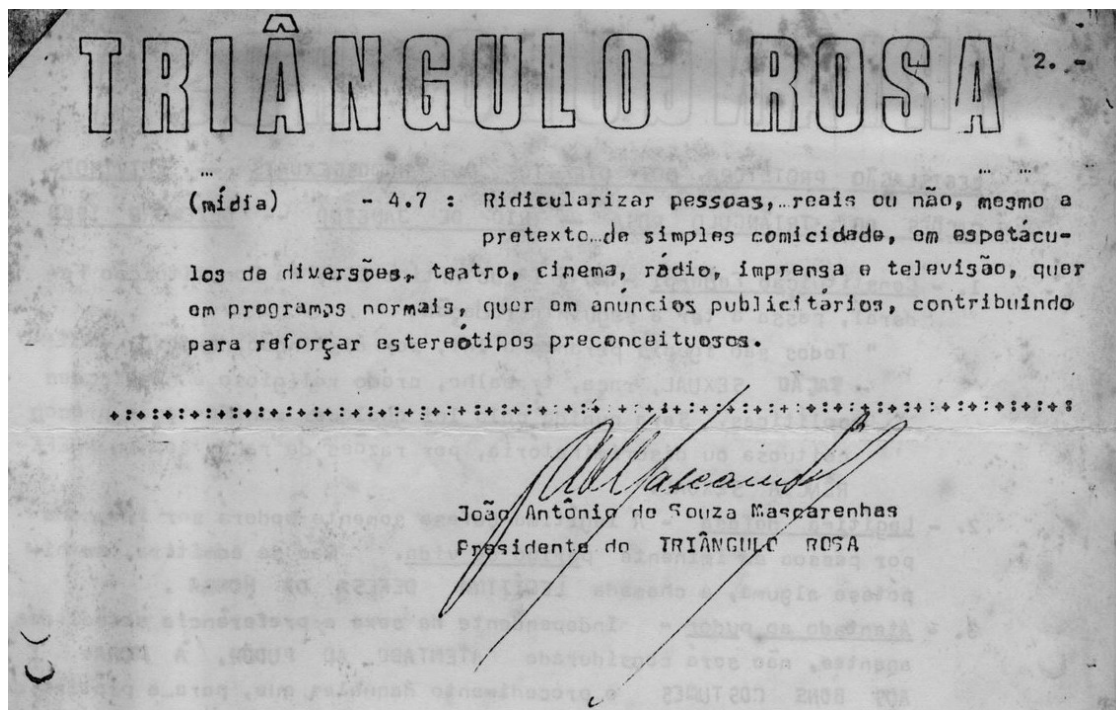
Fonte: HUFFPOST, 2017<sup>116</sup>

<sup>116</sup> Disponível em: <[http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/05/campanha-mobiliza-luta-contra-transfobia-apos-a-morte-de-dandara\\_a\\_21873813/](http://www.huffpostbrasil.com/2017/03/05/campanha-mobiliza-luta-contra-transfobia-apos-a-morte-de-dandara_a_21873813/)> Acesso em: 20 jul. 2017.

## ANEXO 2 - Proposta de João Antônio de Sousa Mascarenhas na Assembleia Nacional Constituinte – Página 1



**ANEXO 2 - Proposta de João Antônio de Sousa Mascarenhas na Assembleia  
Nacional Constituinte – Página 2**



Fonte: Memória/História MHB-MLGBT<sup>117</sup>

<sup>117</sup> Disponível em: <<https://memoriamhb.blogspot.com.br/2009/04/>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

### ANEXO 3 - Notícia sobre a recusa da Proposta de João Antônio de Sousa Mascarenhas na Assembleia Nacional Constituinte



Fonte: Folha de São Paulo, 1988<sup>118</sup>



**ANEXO 4 - Cartaz de divulgação da 10ª Parada Gey de São Paulo**

**10º mês do orgulho GLBT de São Paulo**

**//homofobia é crime.**

**///direitos sexuais são direitos humanos**

**VI Feira Cultural GLBT**  
15.06 - 12h às 21h  
Largo do Arouche

**VI Prêmio Cidadania em Respeito à Diversidade**  
15.06 - 14h às 17h  
Largo do Arouche

**Gay Day**  
18.06 - 10h às 20h  
Hopi Hari

**I Congresso InterPride América do Sul**  
15 e 16.06  
Hotel Four Plus  
Al. Casa Branca, 355/363

**I Cidadania GLBT na Comunidade**  
19/06 - 15h - CIC Francisco Morato  
20/06 - 10h - CIC Norte  
20/06 - 15h - CIC Ferraz de Vasconcelos  
21/06 - 10h - CIC Sul  
21/06 - 15h - CIC Feitico da Vila  
23/06 - 15h - CIC Oeste

**IV Ciclo de Debates**  
26/06 – Homofobia  
Lançamento do relatório da Pesquisa da Parada de São Paulo 2005  
27/06 - Direitos sexuais, direitos humanos  
28/06 - Saúde integral de GLTTB  
29/06 – Educação e diversidade: orientação sexual e identidade de gênero  
30/06 - Família e homo-afetividade  
18h30 às 22h  
Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania - Pátio do Colégio, 148

**parada 17.06.06**

**//av. paulista /14h**

**// www.paradasp.org.br**

Fonte: APOGLBT<sup>119</sup><sup>119</sup> Disponível em: <<http://paradasp.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2018.